

Alexis de Tocqueville



**A DEMOCRACIA
NA AMÉRICA**

**Livro II
Sentimentos e Opiniões**

Martins Fontes

A DEMOCRACIA
NA AMÉRICA

Warpelle Melin

Jul/10

Alexis de Tocqueville

EDUARDO BRANCO

Martins Fontes

A DEMOCRACIA NA AMÉRICA

Sentimentos e Opiniões

*De uma profusão de sentimentos e opiniões
que o estado social democrático fez nascer
entre os americanos*

Alexis de Tocqueville

Tradução
EDUARDO BRANDÃO

Martins Fontes
São Paulo 2004

*Esta obra foi publicada originalmente em francês com o título
DE LA DÉMOCRATIE EN AMÉRIQUE – VOL. II.
Copyright © GF-Flammarion, Paris, 1981 pela Introdução
(em “Leis e Costumes”) e notas.
Copyright © 1999, Livraria Martins Fontes Editora Ltda.,
São Paulo, para a presente edição.*

1ª edição
fevereiro de 2000
2ª tiragem
agosto de 2004

Tradução
EDUARDO BRANDÃO

Preparação do original
Luzia Aparecida dos Santos
Revisão gráfica
Eliane Rodrigues de Abreu
Ana Maria de Oliveira Mendes Barbosa
Produção gráfica
Geraldo Alves
Paginação/Fotolitos
Studio 3 Desenvolvimento Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tocqueville, Alexis de, 1805-1859.

A democracia na América : sentimentos e opiniões : de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos / Alexis de Tocqueville ; tradução Eduardo Brandão. – São Paulo : Martins Fontes, 2000. – (Paidéia)

Título original: De la démocratie en Amérique.
ISBN 85-336-1151-X

1. Democracia 2. Estados Unidos – Condições sociais 3. Estados Unidos – Política e governo I. Título. II. Série.

99-4370

CDD-321.80420973

Índices para catálogo sistemático:

1. Estados Unidos : Democracia : Ciência política 321.80420973

Todos os direitos desta edição para a língua portuguesa reservados à
Livraria Martins Fontes Editora Ltda.
Rua Conselheiro Ramalho, 330 01325-000 São Paulo SP Brasil
Tel. (11) 3241.3677 Fax (11) 3105.6867
e-mail: info@martinsfontes.com.br http://www.martinsfontes.com.br

ÍNDICE

<i>Advertência</i>	XI
--------------------------	----

PRIMEIRA PARTE

A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA NO MOVIMENTO INTELECTUAL DOS ESTADOS UNIDOS

I. Do método filosófico dos americanos.....	3
II. Da fonte principal das crenças entre os povos democráticos	9
III. Por que os americanos mostram maior aptidão e gosto pelas idéias gerais do que seus pais, os ingleses.....	15
IV. Por que os americanos nunca foram tão apaixonados quanto os franceses pelas idéias gerais em matéria política	21
V. Como, nos Estados Unidos, a religião sabe servir-se dos instintos democráticos.....	23
VI. Do progresso do catolicismo nos Estados Unidos	33
VII. O que faz o espírito dos povos democráticos inclinar-se para o panteísmo.....	35
VIII. Como a igualdade sugere aos americanos a idéia da perfectibilidade indefinida do homem..	37
IX. Como o exemplo dos americanos não prova que um povo democrático não seria capaz de ter aptidão e gosto para as ciências, literatura e artes	41

X. Por que os americanos se aplicam mais à prática das ciências do que à teoria.....	47
XI. Com que espírito os americanos cultivam as artes	55
XII. Por que os americanos erguem ao mesmo tempo monumentos tão pequenos e tão grandes	61
XIII. A fisionomia literária das eras democráticas	63
XIV. Da indústria literária	69
XV. Por que o estudo da literatura grega e latina é particularmente útil nas sociedades democráticas	71
XVI. Como a democracia americana modificou a língua inglesa	75
XVII. De algumas fontes de poesia nas nações democráticas.....	83
XVIII. Por que os escritores e os oradores americanos costumam ser empolados.....	91
XIX. Algumas observações sobre o teatro dos povos democráticos.....	93
XX. De algumas tendências particulares aos historiadores nas eras democráticas	99
XXI. Da eloquência parlamentar nos Estados Unidos...	105

SEGUNDA PARTE
A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA
SOBRE OS SENTIMENTOS DOS AMERICANOS

I. Por que os povos democráticos mostram um amor mais ardente e mais duradouro pela igualdade do que pela liberdade	113
II. Do individualismo nos países democráticos.....	119
III. Como o individualismo é maior após uma revolução democrática do que em outra época	123
IV. Como os americanos combatem o individualismo por meio de instituições livres	125
V. Do uso que os americanos fazem da associação na vida civil.....	131
VI. Da relação entre as associações e os jornais	137

VII. Relações entre associações civis e associações políticas	141
VIII. Como os americanos combatem o individualismo pela doutrina do interesse bem compreendido	147
IX. Como os americanos aplicam a doutrina do interesse bem compreendido em matéria de religião.	151
X. Do gosto pelo bem-estar material na América ...	155
XI. Dos efeitos particulares que o amor às fruições materiais produz nas eras democráticas.....	159
XII. Por que certos americanos denotam um espiritualismo tão exaltado	163
XIII. Por que os americanos se mostram tão inquietos no meio do seu bem-estar	165
XIV. Como, nos americanos, o gosto pelas fruições materiais se une ao amor à liberdade e à preocupação com os negócios públicos.....	171
XV. Como as crenças religiosas desviam de quando em quando a alma dos americanos para as fruições imateriais	175
XVI. Como o amor excessivo ao bem-estar pode prejudicar o bem-estar	181
XVII. Como, nos tempos de igualdade e de dúvida, é importante distanciar o objetivo das ações humanas	183
XVIII. Por que, entre os americanos, todas as profissões honestas são tidas como honradas.....	187
XIX. O que faz quase todos os americanos se inclinarem para as profissões industriais.....	189
XX. Como a aristocracia poderia originar-se da indústria.....	195

TERCEIRA PARTE
A INFLUÊNCIA DA DEMOCRACIA
SOBRE OS COSTUMES PROPRIAMENTE DITOS

I. Como os costumes se abrandam à medida que as condições se igualam	203
--	-----

II. Como a democracia torna as relações habituais dos americanos mais simples e mais cômodas...	209
III. Por que os americanos têm pouca suscetibilidade em seu país e se mostram tão suscetíveis no nosso	213
IV. Conseqüências dos três capítulos precedentes...	217
V. Como a democracia modifica as relações entre servidor e amo	219
VI. Como as instituições e os costumes democráticos tendem a elevar o preço e a reduzir a duração dos arrendamentos	229
VII. A influência da democracia sobre os salários.....	233
VIII. A influência da democracia sobre a família	237
IX. A educação das moças nos Estados Unidos	245
X. Como a jovem americana se encontra sob os traços da esposa.....	249
XI. Como a igualdade das condições contribui para manter os bons costumes na América (C)..	253
XII. Como os americanos compreendem a igualdade entre o homem e a mulher.....	261
XIII. Como a igualdade divide naturalmente os americanos numa multidão de pequenas sociedades particulares.....	267
XIV. Algumas reflexões sobre as maneiras americanas.	271
XV. Da gravidade dos americanos e por que ela não os impede de fazer freqüentemente coisas impensadas.....	277
XVI. Por que a vaidade nacional dos americanos é mais inquieta e mais querelenta que a dos ingleses	281
XVII. Como o aspecto da sociedade, nos Estados Unidos, é ao mesmo tempo agitado e monótono	285
XVIII. Da honra nos Estados Unidos e nas sociedades democráticas	289
XIX. Por que há nos Estados Unidos tantos ambiciosos e tão poucas grandes ambições	303
XX. Da indústria das posições em certas nações democráticas	311
XXI. Por que as grandes revoluções serão raras.....	315

XXII. Por que os países democráticos desejam naturalmente a paz e os exércitos democráticos, naturalmente a guerra	329
XXIII. Qual é, nos exércitos democráticos, a classe mais aguerrida e mais revolucionária.....	337
XXIV. O que torna os exércitos democráticos mais fracos que os outros exércitos ao entrar em campanha e mais temíveis quando a guerra se prolonga	341
XXV. Da disciplina nos exércitos democráticos	347
XXVI. Algumas considerações sobre a guerra nas sociedades democráticas.....	349

QUARTA PARTE
DA INFLUÊNCIA QUE AS IDÉIAS E OS SENTIMENTOS
DEMOCRÁTICOS EXERCEM SOBRE A
SOCIEDADE POLÍTICA

I. A igualdade dá naturalmente aos homens o gosto pelas instituições livres.....	357
II. Que as idéias dos povos democráticos em matéria de governo são naturalmente favoráveis à concentração dos poderes.....	359
III. Que os sentimentos dos povos democráticos estão de acordo com suas idéias para levá-los a concentrar o poder.....	363
IV. De algumas causas particulares e acidentais que terminam por levar um povo democrático a centralizar o poder ou que o afastam dessa centralização	367
V. Que entre as nações européias de nossos dias o poder soberano aumenta conquanto os soberanos sejam menos estáveis	375
VI. Que espécie de despotismo as nações democráticas devem temer.....	387
VII. Continuação dos capítulos anteriores.....	395
VIII. Visão geral do tema.....	405
<i>Notas do autor</i>	409
<i>Notas</i>	419

Advertência

Os americanos têm um estado social democrático que lhes sugeriu naturalmente certas leis e certos costumes políticos.

Esse mesmo estado social, além disso, fez nascer, entre eles, uma profusão de sentimentos e de opiniões que eram desconhecidos nas velhas sociedades aristocráticas da Europa. Ele destruiu ou modificou relações que existiam outrora e estabeleceu novas. O aspecto da sociedade civil viu-se tão mudado quanto a fisionomia do mundo político.

Tratei do primeiro tema na obra publicada por mim há cinco anos, sobre a democracia americana. O segundo é objeto do presente livro. Essas duas partes se completam e formam uma só obra.

Devo, desde já, prevenir o leitor contra um erro que me seria muito prejudicial.

Vendo-me atribuir tantos efeitos diversos à igualdade, o leitor poderia concluir que considero esta a causa única de tudo o que acontece em nossos dias. Seria supor-me dono de uma visão deveras estreita.

Há, em nossos dias, uma porção de opiniões, de sentimentos, de instintos que devem seu surgimento a fatos estranhos ou até contrários à igualdade. Assim, se tomasse os Estados Unidos como exemplo, eu provaria facilmente que a natureza do país, a origem de seus habitantes, a religião dos primeiros fundadores, as luzes que adquiriram, seus hábitos anteriores exerceram e ainda exercem, independentemente da democracia, uma imensa influência sobre sua maneira de pensar e de sentir. Causas diferentes, mas igualmente distintas

do fato da igualdade, poderiam ser encontradas na Europa e explicariam grande parte do que lá acontece.

Reconheço a existência de todas essas diferentes causas e seu poder, mas meu tema não é falar delas. Não procurei mostrar a razão de todas as nossas inclinações e de todas as nossas idéias; quis apenas mostrar em que proporção a igualdade havia modificado ambas.

Talvez o leitor se espante com que, sendo firmemente da opinião de que a revolução democrática que presenciamos é um fato irresistível contra o qual não seria nem desejável nem sensato lutar, tenha me sucedido muitas vezes neste livro dirigir palavras tão severas às sociedades democráticas que essa revolução criou.

Responderei simplesmente que é por não ser um adversário da democracia que quis ser sincero com ela.

Os homens não recebem a verdade de seus inimigos, e seus amigos não a oferecem; foi por isso que eu a disse.

Pensei que muitos se encarregariam de anunciar os novos bens que a igualdade promete aos homens, mas que poucos ousariam assinalar de longe os perigos com que ela os ameaça. Portanto, é principalmente para esses perigos que dirigi meus olhares e, tendo acreditado descobri-los claramente, não tive a covardia de calá-los.

Espero que o leitor encontre nesta segunda obra a imparcialidade que pôde notar na primeira. Posto no meio das opiniões contraditórias que nos dividem, esforcei-me por destruir momentaneamente em meu coração as simpatias favoráveis ou os instintos contraditórios que cada uma delas me inspira. Se os que lerem meu livro nele encontrarem uma só frase cujo objetivo seja adular um dos grandes partidos que agitaram nosso país, ou uma das pequenas facções que, nos dias de hoje, o aborrecem e irritam, que esses leitores ergam sua voz e me acusem.

O tema que desejei abarcar é imenso, pois compreende a maioria dos sentimentos e das idéias que o novo estado do mundo faz nascer. Tal tema está certamente além das minhas forças; tratando-o, não pude me satisfazer.

Mas se não consegui alcançar a meta a que visava, os leitores pelo menos haverão de reconhecer que concebi e segui meu projeto no espírito que podia tornar-me digno de levá-lo a cabo com êxito.

PRIMEIRA PARTE

*A influência da democracia
no movimento intelectual
dos Estados Unidos*

CAPÍTULO I

Do método filosófico dos americanos

Creio que não há, no mundo civilizado, país em que o povo se ocupe menos de filosofia do que os Estados Unidos.

Os americanos não têm escola filosófica própria e preocupam-se pouquíssimo com todas as que dividem a Europa. Mal sabem o nome delas.

É fácil ver, contudo, que quase todos os habitantes dos Estados Unidos dirigem seu espírito da mesma maneira e o conduzem de acordo com as mesmas regras; ou seja, eles possuem certo método filosófico comum a todos, sem nunca terem se dado ao trabalho de definir suas regras.

Escapar do espírito de sistema, do jugo dos costumes, das máximas familiares, das opiniões de classe e, até certo ponto, dos preconceitos nacionais; não tomar a tradição mais que como uma informação e os fatos presentes como um estudo útil para fazer de outro modo e melhor; procurar por si mesmo e em si mesmo a razão das coisas, tender ao resultado sem se deixar acorrentar ao meio e visar o fundo através da forma: são estes os traços principais que caracterizam o que chamarei de método filosófico dos americanos.

Se for ainda mais longe e se, entre esses traços diversos, procurar o principal e o que pode resumir quase todos os outros, descubro que, na maioria das operações do espírito, cada americano apela apenas para o esforço individual da sua razão.

A América é, pois, um dos países do mundo em que menos se estudam e em que melhor se seguem os preceitos de Descartes. Isso não deve surpreender.

Os americanos não lêem as obras de Descartes, porque seu estado social os desvia dos estudos especulativos, e seguem suas máximas, porque esse mesmo estado social dispõe naturalmente seu espírito a adotá-las.

No meio do movimento contínuo que reina no seio de uma sociedade democrática, o vínculo que une as gerações entre si se afrouxa ou se rompe; cada qual perde facilmente nisso o vestígio das idéias de seus antepassados ou não se incomoda com elas.

Os homens que vivem em semelhante sociedade tampouco poderiam derivar suas crenças das opiniões da classe a que pertencem, porque, por assim dizer, não existem mais classes, e as que ainda existem são compostas de elementos tão moveiços que o corpo nunca poderia exercer, nelas, um verdadeiro poder sobre os membros.

Quanto à ação que pode ter a inteligência de um homem sobre a de outro, é necessariamente muito restrita num país em que os cidadãos, que pouco a pouco se tornaram semelhantes, vêem-se todos de bem perto e, não percebendo nenhum deles os sinais de uma grandeza e de uma superioridade incontestes, são incessantemente remetidos de volta à própria razão, como fonte mais visível e mais próxima da verdade. Então, não é apenas a confiança num homem determinado que é minada, mas o próprio gosto de crer num homem qualquer com base em sua palavra.

Cada qual se tranca, pois, estreitamente em si e pretende julgar o mundo a partir daí.

O uso dos americanos, de buscar em si mesmo a regra de seu juízo, conduz seu espírito a outros costumes.

Como vêem que conseguem resolver sem ajuda todas as pequenas dificuldades que sua vida prática apresenta, concluem facilmente que tudo no mundo é explicável e que nele nada ultrapassa os limites da inteligência.

Assim, negam sem problema o que não podem compreender; isso lhes proporciona pouca fé no extraordinário e um repúdio quase insuperável pelo sobrenatural.

Como é a seu próprio testemunho que eles têm o costume de se referir, gostam de ver claramente o objeto de que se ocupam; livram-no então, tanto quanto podem, de seu invól-

lucro, afastam tudo o que os separa dele e removem tudo o que o oculta a seu olhar, a fim de vê-lo mais de perto e em plena luz. Essa disposição do seu espírito não demora a levá-los a desprezar as formas, que consideram véus inúteis e incômodos colocados entre eles e a verdade.

Os americanos não têm, pois, necessidade de buscar seu método filosófico nos livros: encontraram-no em si próprios. Direi o mesmo para o que sucedeu na Europa.

Esse método não se estabeleceu e vulgarizou na Europa senão à medida que as condições aí se tornaram mais iguais e os homens mais semelhantes.

Consideremos por um instante o encadeamento dos tempos.

No século XVI, os reformadores submetem à razão individual alguns dos dogmas da antiga fé; mas continuam a lhe subtrair a discussão de todos os demais. No século XVII, Bacon, nas ciências naturais, e Descartes, na filosofia propriamente dita, abolem as fórmulas estabelecidas, destroem o império das tradições e derrubam a autoridade do mestre.

Os filósofos do século XVIII, generalizando enfim o mesmo princípio, empreendem submeter ao exame individual de cada homem o objeto de todas as suas crenças.

Quem não percebe que Lutero, Descartes e Voltaire serviram-se do mesmo método, só se diferenciando pelo maior ou menor uso que pretenderam que dele se fizesse?

Como se explica que os reformadores se encerraram de maneira tão estreita no círculo das idéias religiosas? Por que Descartes, querendo empregar seu método apenas em certas matérias, embora o tivesse posto em condição de se aplicar a todas, declarou que só se devia julgar por si mesmo as coisas de filosofia e não as de política? Como aconteceu que, no século XVIII, tiraram desse mesmo método aplicações gerais que Descartes e seus predecessores não tinham percebido ou tinham se recusado a descobrir? Como explicar enfim que, nessa época, o método de que falamos saiu de repente das escolas para penetrar na sociedade e tornar-se a regra comum da inteligência e que, após ter sido popular entre os franceses, tenha sido ostensivamente adotado ou secretamente seguido por todos os povos da Europa?

O método filosófico de que tratamos pôde nascer no século XVI, precisar-se e generalizar-se no século XVII; mas não podia ser comumente adotado em nenhum dos dois. As leis políticas, o estado social, os hábitos mentais que decorrem dessas primeiras causas a isso se opunham.

Ele foi descoberto numa época em que os homens começavam a igualar-se e assemelhar-se. Só podia ser seguido geralmente nas épocas em que as condições tinham se tornado, enfim, mais ou menos idênticas e os homens quase semelhantes.

O método filosófico do século XVIII não é, pois, apenas francês, mas democrático, o que explica por que foi tão facilmente admitido em toda a Europa, cuja face contribuiu para mudar. Não é por terem mudado suas antigas crenças e modificado seus antigos costumes que os franceses subverteram o mundo, mas por terem sido os primeiros a generalizar e evidenciar um método filosófico com ajuda do qual era facilmente possível atacar todas as coisas antigas e abrir caminho para todas as coisas novas.

Se agora me perguntarem por que, em nossos dias, esse mesmo método é mais rigorosamente seguido e mais frequentemente aplicado entre os franceses do que entre os americanos, no seio dos quais a igualdade é, contudo, tão completa quanto entre os primeiros, e mais antiga, responderei que isso se deve em parte a duas circunstâncias, que é necessário explicar.

Foi a religião que deu origem às sociedades anglo-americanas – nunca se deve esquecer esse fato. Nos Estados Unidos a religião se confunde, pois, com todos os hábitos nacionais e com todos os sentimentos que a pátria faz nascer, o que lhe proporciona uma força particular.

A essa razão poderosa soma-se outra, que não o é menos: na América, a religião, por assim dizer, estabeleceu ela própria seus limites; a ordem religiosa permaneceu inteiramente distinta da ordem política, de tal sorte que foi possível mudar com facilidade as antigas leis sem abalar as antigas crenças.

O cristianismo conservou, pois, um grande império sobre o espírito dos americanos e – o que desejo ressaltar sobretudo

do – não reina apenas como uma filosofia adotada após exame, mas como uma religião em que se crê sem discutir.

Nos Estados Unidos, as seitas cristãs variam infinitamente e se modificam sem cessar, mas o cristianismo é um fato estabelecido e irresistível que ninguém procura atacar ou defender.

Tendo admitido sem exame prévio os principais dogmas da religião cristã, os americanos são obrigados a receber da mesma maneira um grande número de verdades morais que dela decorrem e a ela se prendem. Isso encerra em limites estreitos a ação da análise individual e subtrai-lhe várias das mais importantes opiniões humanas.

A outra circunstância de que falei é a seguinte: os americanos têm um estado social e uma constituição democráticas, mas não tiveram uma revolução democrática. Chegaram ao solo que ocupam mais ou menos como os vemos. Isso é considerável.

Não há revoluções que não revolvam as antigas crenças, debilitem a autoridade e obscureçam as idéias comuns. Toda revolução tem mais ou menos como efeito entregar os homens a si mesmos e abrir diante do espírito de cada um deles um espaço vazio e quase ilimitado.

Quando as condições se tornam iguais, em consequência de uma luta prolongada entre as diferentes classes de que a velha sociedade era formada, a inveja, o ódio e o desprezo pelo vizinho, o orgulho e a confiança exagerada em si mesmo invadem, por assim dizer, o coração humano e fazem dele, por algum tempo, seu domínio. Isso, independentemente da igualdade, contribui poderosamente para dividir os homens, para fazer que desconfiem do juízo uns dos outros e busquem a luz tão-só em si mesmos.

Cada qual procura então ser auto-suficiente e vangloriar-se de ter sobre todas as coisas crenças próprias. Os homens passam a estar ligados apenas por interesses, não por idéias, e dir-se-ia que as opiniões humanas não constituem mais que uma espécie de poeira intelectual que se agita de todos os lados, sem poder se juntar e se fixar.

Assim, a independência de espírito que a igualdade supe não é tão grande e não parece tão excessiva quanto

no momento em que a igualdade começa a se estabelecer e durante o penoso trabalho que a funda. Portanto, cumpre distinguir com cuidado a espécie de liberdade intelectual que a igualdade pode proporcionar da anarquia que a revolução traz. É necessário considerar à parte cada uma dessas duas coisas, para não nutrir esperanças e temores exagerados quanto ao futuro.

Creio que os homens que viverão nas novas sociedades farão uso freqüente de sua razão individual; mas estou longe de crer que abusem dela com freqüência.

Isso se deve a uma causa aplicável mais genericamente a todos os países democráticos, a qual, a longo prazo, deve neles manter em limites fixos e às vezes estreitos a independência individual do pensamento.

A esse respeito falarei no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

Da fonte principal das crenças entre os povos democráticos

As crenças dogmáticas são mais ou menos numerosas, conforme os tempos. Elas nascem de diferentes maneiras e podem mudar de forma e de objeto; mas não há como fazer que não existam crenças dogmáticas, isto é, opiniões que os homens recebem em confiança e sem discutir. Se cada um tratasse de formar por si próprio todas as suas opiniões e buscar isoladamente a verdade nos caminhos desbravados apenas por si, não é provável que um grande número de homens viesse a se reunir em alguma crença comum.

Ora, é fácil ver que não há sociedade que possa prosperar sem crenças semelhantes, ou antes, não há sociedades que subsistam sem elas; porque, sem idéias comuns, não há ação comum, e sem ação comum existem homens, mas não um corpo social. Para que haja sociedade e, com maior razão, para que essa sociedade prospere, é necessário pois que todos os espíritos dos cidadãos estejam sempre reunidos e mantidos juntos por algumas idéias principais; e isso não poderia se dar se cada um deles não viesse de vez em quando extrair suas opiniões de uma mesma fonte e consentisse fazer seu certo número de crenças já prontas.

Se considero agora o homem à parte, descubro que as crenças dogmáticas lhe são tão indispensáveis para viver sozinho como para agir em comum com seus semelhantes.

Se o homem fosse forçado a provar a si próprio todas as verdades de que se vale todos os dias, não acabaria nunca; esgotar-se-ia em demonstrações preliminares sem avançar; como não tem tempo, por causa do curto período da vida,

nem faculdade para assim agir, por causa dos limites de seu espírito, é reduzido a dar por certa uma porção de fatos e de opiniões que não teve nem o vagar nem a possibilidade de examinar e verificar por si mesmo, mas que outros encontraram ou que a multidão adota. É sobre esse primeiro fundamento que ele próprio ergue o edifício de seus pensamentos pessoais. Não é sua vontade que o leva a proceder dessa maneira, a lei inflexível da sua condição é que o obriga a tanto.

Não há no mundo um filósofo que não creia um milhão de coisas com fé em outrem e que não suponha muito mais verdades do que ele próprio estabelece.

Isso não só é necessário como desejável. Um homem que empreendesse examinar tudo por si mesmo só poderia conceder pouco tempo e atenção a cada coisa; esse trabalho manteria seu espírito numa agitação perpétua, que o impediria de penetrar profundamente uma verdade e fixar-se com solidez numa certeza. Sua inteligência seria a uma vez independente e frágil. É necessário, portanto, que entre os diversos objetos das opiniões humanas ele faça uma opção e adote muitas crenças sem discuti-las, a fim de aprofundar melhor um pequeno número delas, cujo exame reservou para si.

É verdade que todo homem que acolhe uma opinião com base na palavra alheia põe seu espírito na escravidão; mas é uma servidão salutar, que permite fazer bom uso da liberdade.

Portanto, é sempre necessário, não obstante o que sucede, que a autoridade se encontre em algum ponto, no mundo intelectual e moral. Seu lugar é variável, mas ela tem de ter um. A independência individual pode ser maior ou menor, mas não poderia ser ilimitada. Assim, a questão não é saber se existe uma autoridade intelectual nas eras democráticas, mas apenas onde está depositada e qual será sua medida.

Mostrei no capítulo anterior como a igualdade das condições fazia os homens conceberem uma espécie de incredulidade instintiva pelo sobrenatural e uma idéia elevadíssima e, muitas vezes, exageradíssima da razão humana.

Portanto, os homens que vivem nesses tempos de igualdade dificilmente são levados a colocar a autoridade intelectual a que se submetem fora e acima da humanidade. É neles mesmos ou em seus semelhantes que, comumente, procuram as

fontes da verdade. Isso bastaria para provar que uma nova religião não seria capaz de se estabelecer nesses séculos e que todas as tentativas para fazê-la nascer não seriam apenas ímpias, mas também ridículas e insensatas. Pode-se prever que os povos democráticos não acreditarão facilmente nas missões divinas, que rirão dos novos profetas e quererão encontrar nos limites da humanidade, e não além dela, o árbitro principal de suas crenças.

Quando as condições são desiguais e os homens dessemelhantes, existem alguns indivíduos esclarecidíssimos, sapientíssimos e poderosíssimos por sua inteligência, e uma multidão ignorante e limitadíssima. As pessoas que vivem nos tempos de aristocracia são, pois, naturalmente, levadas a adotar como guia de suas opiniões a razão superior de um homem ou de uma classe, ao passo que são pouco dispostas a reconhecer a infalibilidade da massa.

O contrário sucede nas eras de igualdade.

À medida que os cidadãos se tornam mais iguais e mais semelhantes, a propensão de cada um a crer cegamente em certo homem ou em certa classe diminui. A disposição a crer na massa aumenta, e é cada vez mais a opinião que conduz o mundo.

Não apenas a opinião comum é o único guia que resta para a razão individual entre os povos democráticos, como possui, entre esses povos, uma força infinitamente maior do que em qualquer outro. Nos tempos de igualdade, os homens não têm nenhuma fé uns nos outros, por causa da sua similitude; mas essa mesma similitude lhes proporciona uma confiança quase ilimitada no juízo do público, porque não lhes parece verossímil que, tendo todos luzes idênticas, a verdade não se encontre na maioria.

Quando o homem que vive nos países democráticos se compara individualmente com todos os que o rodeiam, sente com orgulho que é igual a cada um deles; mas quando encara o conjunto de seus semelhantes e se situa ele próprio ao lado desse grande corpo, é logo sufocado por sua própria insignificância e por sua fraqueza.

Essa mesma igualdade que o torna independente de cada um dos seus cidadãos em particular entrega-o isolado e sem defesa à ação da maioria.

Portanto, o público possui entre os povos democráticos um poder singular, cuja idéia as nações aristocráticas nem sequer seriam capazes de conceber. Ele não persuade por suas crenças, ele as impõe e as faz penetrar nas almas por uma espécie de imensa pressão do espírito de todos sobre a inteligência de cada um.

Nos Estados Unidos, a maioria se encarrega de fornecer aos indivíduos uma enorme quantidade de opiniões já prontas, e os alivia assim da obrigação de constituir opiniões próprias. Existe lá um grande número de teorias em matéria de filosofia, de moral ou de política, que cada um adota desse modo, sem exame, com fé no público; e se examinarmos bem as coisas, veremos que a própria religião lá reina muito menos como uma doutrina revelada do que como uma opinião comum.

Sei que, entre os americanos, as leis políticas são tais que a maioria rege soberanamente a sociedade, o que aumenta muito o império que ela aí exerce naturalmente sobre a inteligência. Porque não há nada mais familiar ao homem do que reconhecer uma sabedoria superior naquele que o oprime.

De fato, essa onipotência política da maioria nos Estados Unidos aumenta a influência que as opiniões do público obteriam sem ela sobre o espírito de cada cidadão; mas não a funda. É na própria igualdade que devemos procurar as fontes dessa influência, não nas instituições mais ou menos populares que homens iguais podem criar para si. É de crer que o império intelectual da maioria seria menos absoluto num povo democrático submetido a um rei do que no seio de uma democracia pura; mas sempre será muito absoluto e, quaisquer que sejam as leis políticas que rejam os homens nas eras de igualdade, podemos prever que a fé na opinião comum se tornará aí uma espécie de religião, de que a maioria será o profeta.

Assim, a autoridade intelectual será diferente, mas não será menor; e, longe de crer que deva desaparecer, suponho que se tornaria facilmente grande demais e que poderia vir a encerrar enfim a ação da razão individual em limites mais estreitos do que convém à grandeza e à felicidade da espécie humana. Vejo claramente na igualdade duas tendências: uma,

que leva o espírito de cada homem a novos pensamentos; a outra, que o reduziria de bom grado a não mais pensar. E percebo como, sob o império de certas leis, a democracia ampliaria a liberdade intelectual que o estado social democrático favorece, de tal sorte que, após ter rompido todas as peias que certas classes ou homens outrora lhe impunham, o espírito humano se encadearia estreitamente às vontades gerais da maioria.

Se, no lugar de todas as diversas potências que atrapalhavam ou atrasavam excessivamente o desenvolvimento da razão individual, os povos democráticos pusessem o poder absoluto de uma maioria, o mal apenas mudaria de caráter. Os homens não teriam encontrado o meio de viver independentes; teriam apenas descoberto, coisa difícil, uma nova fisionomia da servidão. Temos aí, eu nunca insistiria o suficiente, matéria em que devem refletir profundamente os que vêm na liberdade da inteligência uma coisa santa e que não odeiam apenas o déspota, mas também o despotismo. Quanto a mim, quando sinto a mão do poder pesando em minha frente, pouco me importa saber quem me oprime, e não me sinto mais disposto a enfiar a cabeça debaixo do jugo porque um milhão de braços o oferecem a mim.

CAPÍTULO III

Por que os americanos mostram maior aptidão e gosto pelas idéias gerais do que seus pais, os ingleses

Deus não pensa no gênero humano em geral. Enxerga de um só olhar, e separadamente, todos os seres de que a humanidade se compõe e percebe cada um deles com as semelhanças que o aproximam de todos e as diferença que o isolam.

Portanto, Deus não tem necessidade de idéias gerais, isto é, nunca sente a necessidade de abranger um grande número de objetos análogos sob uma mesma forma a fim de pensá-los mais comodamente.

Com o homem não é assim. Se o espírito humano empreendesse examinar e julgar individualmente todos os casos particulares que o tocam, não demoraria a se perder no meio da imensidão de detalhes e não veria mais nada; nesse extremo, recorre a um procedimento imperfeito, mas necessário, que ajuda sua fraqueza e que a prova.

Depois de ter considerado superficialmente certo número de objetos e observado que eles se parecem, dá a todos o mesmo nome, coloca-os de lado e continua seu caminho.

As idéias gerais não atestam a força da inteligência humana, mas antes sua insuficiência, porque não existem seres exatamente semelhantes na natureza: não há fatos idênticos; não há regras aplicáveis indistintamente e da mesma maneira a vários objetos ao mesmo tempo.

As idéias gerais têm de admirável o fato de permitirem ao espírito humano emitir juízos rápidos sobre um grande número de objetos ao mesmo tempo; mas, por outro lado, não lhe fornecem nunca nada mais que noções incompletas, que

sempre o fazem perder em exatidão o que lhe proporcionam em extensão.

À medida que as sociedades envelhecem, adquirem conhecimento de novos fatos e se apropriam cada dia, quase sem saber, de algumas verdades particulares.

À medida que apreende mais verdades dessa espécie, o homem é naturalmente levado a conceber um maior número de idéias gerais. Não seríamos capazes de ver separadamente uma multidão de fatos particulares sem descobrir enfim o vínculo comum que os reúne. Vários indivíduos fazem perceber a noção de espécie; várias espécies conduzem necessariamente à noção de gênero. Portanto, o hábito e o gosto pelas idéias gerais serão sempre tanto maiores num povo quanto mais antigas e numerosas forem suas luzes.

Mas há outras razões ainda que levam os homens a generalizar suas idéias ou os demovem de fazê-lo.

Os americanos lançam mão das idéias gerais muito mais do que os ingleses e apreciam tal coisa muito mais que eles; parece singular à primeira vista, se se considerar que esses dois povos têm a mesma origem, que viveram durante séculos sob as mesmas leis e que ainda comunicam incessantemente suas opiniões e seus costumes entre si. O contraste parece muito mais notável ainda quando concentramos nossos olhares em nossa Europa e comparamos os dois povos mais esclarecidos que aí habitam.

Dir-se-ia que entre os ingleses o espírito humano só se aparta com pena e com dor da contemplação dos fatos particulares, para se elevar desses às causas, e que só generaliza contrariando-se.

Parece, ao contrário, que entre nós o gosto pelas idéias gerais tenha se tornado uma paixão tão desenfreada que é necessário satisfazê-la a cada instante. Cada manhã, ao despertar, fico sabendo que acabam de descobrir certa lei geral e eterna de que eu nunca ouvira falar até então. Não há escritor medíocre o bastante para satisfazer-se, em seu primeiro cometimento, com descobrir verdades aplicáveis a um grande reino e para não ficar descontente consigo se não conseguiu encerrar o inteiro gênero humano no tema de seu discurso.

Tal dessemelhança entre dois povos tão esclarecidos me surpreende. Se volto meu espírito para a Inglaterra e observo o que lá vem acontecendo no último meio século, creio poder afirmar que o gosto pelas idéias gerais aí se desenvolve à medida que a antiga constituição do país se enfraquece.

O estado mais ou menos avançado das luzes não basta, portanto, para explicar sozinho o que sugere ao espírito humano o amor pelas idéias gerais, ou que delas o desvia.

Quando as condições são muito desiguais e quando as desigualdades são permanentes, os indivíduos se tornam pouco a pouco tão dessemelhantes que quase se diria que há tantas humanidades distintas quantas são as classes; nunca se descobre ao mesmo tempo mais que uma delas e, perdendo de vista o vínculo geral que reúne todas elas no vasto seio do gênero humano, sempre se considera alguns homens, nunca o homem.

Os que vivem nessas sociedades aristocráticas nunca concebem, portanto, idéias bastante gerais relativamente a si mesmos, o que é o suficiente para lhes proporcionar uma desconfiança habitual nessas idéias e uma repugnância instintiva por elas.

Ao contrário, o homem que vive nos países democráticos só descobre junto de si seres mais ou menos semelhantes; portanto, não pode pensar numa parte qualquer da espécie humana sem que seu pensamento se amplie e se dilate até abraçar o conjunto. Todas as verdades que são aplicáveis a ele próprio lhe parecem aplicar-se igualmente ou da mesma maneira a cada um de seus concidadãos e de seus semelhantes. Tendo adquirido o hábito das idéias gerais no estudo a que mais se dedica e que mais o interessa, transporta esse mesmo hábito a todos os outros, e é assim que a necessidade de descobrir em todas as coisas regras comuns, de abranger um grande número de objetos sob uma mesma forma e de explicar um conjunto de fatos por uma só causa, se torna uma paixão ardente e, muitas vezes, cega do espírito humano.

Nada mostra a verdade do que precede melhor do que as opiniões da Antiguidade relativamente aos escravos.

Os gênios mais profundos e mais vastos de Roma e da Grécia nunca conseguiram chegar à idéia tão geral e, ao mes-

mo tempo, tão simples da similitude dos homens e do direito igual que cada um deles traz, ao nascer, à liberdade; e se esforçaram para demonstrar que a escravidão estava inscrita na natureza e sempre existiria. Muito mais. Tudo indica que aqueles dentre os antigos que foram escravos antes de serem livres, vários dos quais nos legaram belos escritos, também consideravam a servidão desse mesmo ponto de vista.

Todos os grandes escritores da Antiguidade faziam parte da aristocracia escravocrata, ou pelo menos viam essa aristocracia estabelecida sem contestação ante seus olhos; seu espírito, após ter se estendido em várias direções, viu-se pois limitado nessa, e foi preciso Jesus Cristo vir ao mundo para fazer compreender que todos os membros da espécie humana eram naturalmente semelhantes e iguais.

Nas eras de igualdade, todos os homens são independentes uns dos outros, isolados e fracos; não se vê um só cuja vontade dirija de forma permanente os movimentos da multidão; nesses tempos, a humanidade sempre parece caminhar por si mesma. Para explicar o que acontece no mundo, somos forçados a buscar algumas grandes causas que, agindo da mesma maneira sobre cada um de nossos semelhantes, levam-nos assim a seguir voluntariamente, todos nós, um mesmo caminho. Isso conduz, também naturalmente, o espírito humano a conceber idéias gerais e a apreciar fazê-lo.

Mostrei anteriormente como a igualdade das condições levava cada um a buscar a verdade por si mesmo. É fácil ver que tal método deve fazer o espírito humano tender insensivelmente para as idéias gerais. Quando repudio as tradições de classe, profissão e família, quando escapo do império do exemplo para buscar, pelo único esforço de minha razão, o caminho a seguir, sou propenso a buscar os motivos de minhas opiniões na própria natureza do homem, o que me conduz necessariamente e quase sem eu saber a um grande número de noções muito gerais.

Tudo o que precede conclui a explicação de por que os ingleses denotam muito menos aptidão e gosto pela generalização das idéias do que seus filhos, os americanos, e sobretudo do que seus vizinhos, os franceses, e por que os ingleses de nossos dias denotam mais do que seus pais.

Os ingleses foram por muito tempo um povo altamente esclarecido e, ao mesmo tempo, sobremodo aristocrático; suas luzes faziam-nos tender sem cessar a idéias muito gerais, e seus hábitos aristocráticos os retinham em idéias muito particulares. Daí, essa filosofia, ao mesmo tempo audaciosa e tímida, ampla e estreita, que dominou até aqui na Inglaterra e que ainda mantém lá tantos espíritos acanhados e imóveis.

Independentemente das causas que mostrei acima, encontramos outras mais, menos aparentes, porém não menos eficazes, que produzem em quase todos os povos democráticos o gosto e, não raro, a paixão pelas idéias gerais.

Cumprе distinguir muito bem essas variedades de idéias. Há idéias que são o produto de um trabalho lento, detalhado, consciencioso, da inteligência, e estas ampliam a esfera dos conhecimentos humanos.

Há outras que nascem facilmente de um primeiro esforço rápido do espírito e que produzem apenas noções superficiais e incertas.

Os homens que vivem nas eras de igualdade têm muita curiosidade e pouco vagar; a vida deles é tão prática, tão complicada, tão agitada, tão ativa, que lhes sobra pouco tempo para pensar. Os homens dos séculos democráticos apreciam as idéias gerais, porque elas os dispensam de estudar os casos particulares; elas contêm, se assim posso me exprimir, muitas coisas num pequeno volume e proporcionam em pouco tempo um grande produto. Portanto, quando, após um exame desatento e curto, eles crêem perceber entre certos objetos uma relação comum, não levam sua pesquisa adiante e, sem examinar nos detalhes como esses diversos objetos se assemelham ou se diferenciam, apressam-se a arrolar todos eles sob a mesma fórmula, a fim de seguir em frente.

Uma das características distintivas dos séculos democráticos é o gosto, que todos os homens experimentam, pelo sucesso fácil e pelo desfrute presente. Isso se encontra tanto nas carreiras intelectuais como em todas as outras. A maioria dos que vivem nos tempos de igualdade está cheia de uma ambição ao mesmo tempo viva e mole: querem obter imediatamente grandes êxitos, mas desejariam se dispensar de grandes esforços. Esses instintos contrários os levam direta-

mente à busca das idéias gerais, por meio das quais se gabam de pintar vastíssimos temas a pouco custo e atrair sem dificuldade os olhares do público.

Não sei se estão errados ao pensarem assim, porque seus leitores temem aprofundar-se tanto quanto eles mesmos e, comumente, buscam nos trabalhos do espírito tão-só prazeres fáceis e instrução sem trabalho.

Se as nações aristocráticas não fazem bastante uso das idéias gerais e muitas vezes dedicam-lhes um desprezo inconsiderado, sucede, ao contrário, que os povos democráticos estão sempre prontos a abusar dessa espécie de idéia e a inflamar-se indiscretamente por elas.

CAPÍTULO IV

Por que os americanos nunca foram tão apaixonados quanto os franceses pelas idéias gerais em matéria política

Disse antes que os americanos denotavam um gosto menos acentuado do que os franceses pelas idéias gerais. Isso é verdade sobretudo no que diz respeito às idéias gerais relativas à política.

Muito embora os americanos façam penetrar na legislação infinitamente mais idéias gerais do que os ingleses e se preocupem muito mais do que estes com ajustar a prática das questões humanas à teoria, nunca se viu nos Estados Unidos corpo político tão apaixonado pelas idéias gerais quanto o foram, em nosso país, a Assembléa Constituinte e a Convenção; nunca a nação americana inteira se apaixonou por esse tipo de idéias da mesma maneira que o povo francês do século XVIII e não revelou uma fé tão cega na qualidade e na verdade absoluta de uma teoria.

Essa diferença entre os americanos e nós provém de várias causas, mas principalmente da que segue.

Os americanos são um povo democrático que sempre dirigiu por si só os negócios públicos, e nós somos um povo democrático que, por muito tempo, só pôde pensar na melhor maneira de conduzi-los.

Nosso estado social já nos levava a conceber idéias muito gerais em matéria de governo, enquanto nossa constituição política ainda nos impedia de retificar nossas idéias pela experiência e de descobrir pouco a pouco a insuficiência delas, ao passo que entre os americanos essas duas coisas se equilibram sem cessar e se corrigem naturalmente.

Isso parece, à primeira vista, frontalmente oposto ao que eu disse antes, que as nações democráticas extraíam da própria agitação de sua vida prática o amor que mostram pelas teorias. Um exame mais atento faz descobrir que não há nada contraditório nisso.

Os homens que vivem nos países democráticos são ávidos de idéias gerais porque têm pouco tempo livre e porque essas idéias os dispensam de perder seu tempo examinando os casos particulares. Isso é verdade, mas só deve ser entendido das matérias que não são objeto habitual e necessário de seus pensamentos. Os comerciantes adotarão ansiosamente e sem avaliar em detalhe todas as idéias gerais que lhes forem apresentadas relativamente à filosofia, à política, às ciências e às artes; mas só acolherão após detido exame as que se referirem ao comércio e só as admitirão com reserva.

A mesma coisa acontece com os homens de Estado, quando se trata de idéias gerais relativas à política.

Por conseguinte, quando há um tema sobre o qual é particularmente perigoso que os povos democráticos se consagrem cega e excessivamente às idéias gerais, o melhor corretivo que se pode empregar é fazer que eles se ocupem dele todos os dias e de uma maneira prática; será necessário então que entrem nos detalhes, e os detalhes os farão perceber os lados fracos da teoria.

O remédio muitas vezes é doloroso, mas seu efeito é certo.

É assim que as instituições democráticas, que forçam cada cidadão a se ocupar praticamente do governo, moderam o gosto excessivo das teorias gerais em matéria política, que a igualdade sugere.

CAPÍTULO V

Como, nos Estados Unidos, a religião sabe servir-se dos instintos democráticos

Estabeleci, num dos capítulos anteriores, que os homens não podem prescindir das crenças dogmáticas e que era inclusive desejável que as tivessem. Acrescento aqui que, dentre todas as crenças dogmáticas, as mais desejáveis parecem-me ser as crenças dogmáticas em matéria de religião; isso se deduz claramente, mesmo quando só se quer dar atenção aos interesses deste mundo.

Quase não há ação humana, por mais particular que a suponhamos, que não se origine de uma idéia muito geral que os homens conceberam de Deus, de suas relações com o gênero humano, da natureza de sua alma e de seus deveres para com seus semelhantes. Não é possível fazer que essas idéias não sejam a fonte comum de que todo o resto emana.

Portanto, os homens têm um interesse imenso em conceber idéias bem assentadas sobre Deus, sobre sua alma, sobre seus deveres gerais para com seu criador e seus semelhantes; porque a dúvida sobre esses primeiros pontos deixaria todas as suas ações nas mãos do acaso e os condenaria, de certa forma, à desordem e à impotência.

É, portanto, a matéria sobre que é mais importante que cada um de nós tenha idéias assentadas, e infelizmente é também aquela em que é mais difícil que cada um, entregue a si mesmo e pelo único esforço de sua razão, venha a determinar suas idéias.

Somente os espíritos livres das preocupações ordinárias da vida, muito perspicazes, muito desprendidos, muito exer-

citados, têm condição de penetrar, com ajuda de muito tempo e muitos cuidados, essas verdades tão necessárias.

Ainda assim, vemos que até mesmo esses filósofos estão quase sempre rodeados de incertezas; que a cada passo a luz natural que os ilumina se obscurece e ameaça apagar-se e que, apesar de todos os seus esforços, ainda não puderam descobrir mais que um pequeno número de noções contraditórias, no meio das quais o espírito humano flutua sem cessar desde há milhares de anos, sem poder apreender com firmeza a verdade, nem mesmo encontrar novos erros. Tais estudos estão muito acima da capacidade média dos homens e, ainda que a maioria destes fosse capaz de se dedicar a eles, é evidente que não teria tempo.

Idéias assentadas sobre Deus e sobre a natureza humana são indispensáveis à prática cotidiana de sua vida, e essa prática os impede de poder adquiri-las.

Isso me parece único. Entre as ciências, há algumas que, úteis à multidão, estão a seu alcance; outras só são abordáveis por pouca gente e não são cultivadas pela maioria, que necessita apenas de suas aplicações mais distantes; no entanto, a prática cotidiana desta é indispensável a todos, embora seu estudo seja inacessível à maioria.

As idéias gerais relativas a Deus e à natureza humana são, pois, entre todas as idéias, as que mais convém subtrair à ação habitual da razão individual, a qual tem, com elas, o máximo a ganhar e o mínimo a perder reconhecendo uma autoridade.

O primeiro objeto e uma das principais vantagens das religiões é fornecer sobre cada uma dessas questões primordiais uma solução nítida, precisa, inteligível às pessoas e muito duradoura.

Há religiões sobremaneira falsas e absurdas; no entanto, pode-se dizer que toda religião que permanece no círculo que acabo de indicar e que dele não pretende sair, como várias tentaram, para ir deter em todos os sentidos o livre curso do espírito humano, impõe um jugo salutar à inteligência; e cumpre reconhecer que, se ela não salva os homens no outro mundo, pelo menos é utilíssima à felicidade e à grandeza deles neste.

Isso é verdade sobretudo para os homens que vivem nos países livres.

Quando a religião é destruída num povo, a dúvida se apodera das porções mais elevadas da inteligência e paralisa parcialmente todas as demais. Cada qual se habitua a ter apenas noções confusas e mutáveis sobre as matérias que mais interessam a seus semelhantes e a ele mesmo; as pessoas defendem mal suas opiniões ou as abandonam e, como perdem a esperança de conseguir, por si sós, resolver os maiores problemas que o destino humano apresenta, reduzem-se vilmente a não pensar mais no assunto.

Tal estado não pode deixar de debilitar as almas; ele relaxa os impulsos da vontade e prepara os cidadãos à servidão.

Não apenas sucede então que estes deixam lhes tomar sua liberdade, mas com frequência a entregam.

Quando não existe mais autoridade em matéria de religião, como tampouco em matéria de política, os homens logo se apavoram com o aspecto dessa independência ilimitada. Essa perpétua agitação de todas as coisas os inquieta e cansa. Como tudo se move no mundo das inteligências, eles querem pelo menos que tudo seja firme e estável na ordem material e, não podendo mais retomar suas antigas crenças, entregam-se a um senhor.

Quanto a mim, duvido que o homem possa suportar ao mesmo tempo uma completa independência religiosa e uma inteira liberdade política; e sou levado a pensar que, se ele não tem fé, tem de servir e, se for livre, tem de crer.

Não sei porém se essa grande utilidade das religiões não é mais visível ainda nos povos em que as condições são iguais do que em todos os outros.

Cumprе reconhecer que a igualdade, que introduz grandes benefícios no mundo, sugere porém aos homens, conforme será mostrado adiante, instintos perigosíssimos; ela tende a isolá-los uns dos outros, para levar cada um a se ocupar apenas de si.

Ela abre desmedidamente sua alma ao amor do gozo material.

A maior vantagem das religiões é inspirar instintos totalmente contraditórios. Não há religião que não coloque o

objeto dos desejos do homem além e acima dos bens terrenos e que não eleve naturalmente sua alma até regiões bem superiores à dos sentidos. Não há tampouco religião que não imponha a cada um deveres para com a espécie humana, ou em comum com ela, e que não a arranque assim, de vez em quando, da contemplação de si mesma. Isso é encontrado nas religiões mais falsas e mais perigosas.

Os povos religiosos são, portanto, naturalmente fortes no exato ponto em que os povos democráticos são fracos, o que mostra quão importante é os homens conservarem sua religião ao se tornarem iguais.

Não tenho o direito nem a vontade de examinar os meios sobrenaturais de que Deus se serve para fazer a crença religiosa chegar ao coração do homem. Nesse momento só considero as religiões de um ponto de vista puramente humano; investigo de que maneira elas podem conservar mais facilmente seu império nas eras democráticas em que ingressamos.

Mostrei como, nos tempos de luzes e de igualdade, o espírito humano tinha dificuldade para consentir em acolher crenças dogmáticas e só sentia viva necessidade delas em matéria de religião. Isso indica primeiro que, nesses séculos, as religiões devem se manter com maior discricção do que em todos os outros séculos nos limites que lhes são próprios e não procurar sair deles; porque, ao querer ampliar seu poder mais além das matérias religiosas, se arriscam a não ser mais acreditadas em nenhuma matéria. Devem pois traçar com cuidado o círculo em que pretendem deter o espírito humano e deixá-lo, além daí, inteiramente livre para se abandonar a si mesmo.

Maomé fez descer do céu e colocou no Alcorão não apenas doutrinas religiosas, mas também máximas políticas, leis civis e criminais, teorias científicas. Já o Evangelho fala tão-somente das relações gerais dos homens com Deus e entre si. Fora daí não ensina nada e não obriga a crer em nada. Apenas isso já basta, entre mil outras razões, para mostrar que a primeira dessas duas religiões não seria capaz de dominar por muito tempo em épocas de luzes e democracia, ao passo que a segunda está destinada a reinar nesses séculos como em todos os outros.

Se eu levar adiante essa mesma investigação, descobrirei que, para que as religiões possam, humanamente falando, manter-se nas eras democráticas, é necessário não apenas que elas se encerrem com cuidado no círculo das matérias religiosas: seu poder depende também, e muito, da natureza das crenças que professam, das formas exteriores que adotam e das obrigações que impõem.

O que disse anteriormente, que a igualdade conduz os homens a idéias muito gerais e vastas, deve ser entendido principalmente em matéria de religião. Homens semelhantes e iguais concebem facilmente a noção de um deus único, que impõe a cada um deles as mesmas regras e lhes concede a felicidade futura nas mesmas condições. A idéia da unidade do gênero humano os leva sem cessar à idéia da unidade do Criador, ao passo que, ao contrário, homens muito separados uns dos outros e demasiado dessemelhantes chegam facilmente a criar tantas divindades quantos forem os povos, as castas, as classes e as famílias, e a traçar mil caminhos particulares para o céu.

Pode-se discordar de que o próprio cristianismo não tenha, de certa forma, sofrido essa influência que exerce o estado social e político sobre as crenças religiosas.

No momento em que a religião cristã apareceu na terra, a Providência, que, sem dúvida, preparava o mundo para a sua vinda, reunira uma grande parte da espécie humana, como um imenso rebanho, sob o cetro dos cézares. Os homens que compunham essa multidão diferiam muito pouco uns dos outros; tinham porém o ponto comum de obedecerem todos às mesmas leis; e cada um deles era tão fraco e tão pequeno em relação à grandeza do príncipe que todos pareciam iguais quando comparados a ele.

Cumprе reconhecer que esse estado novo e particular da humanidade deve ter disposto os homens a acolher as verdades gerais que o cristianismo ensina e serve para explicar a maneira fácil e rápida com a qual penetrou então no espírito humano.

A contraprova foi feita após a destruição do Império.

Tendo o então mundo romano se quebrado, por assim dizer, em mil pedaços, cada nação voltou à sua individuali-

dade anterior. Em pouco tempo, no interior dessas nações, os níveis se graduaram ao infinito; as raças se assinalaram, as castas dividiram cada nação em vários povos. No meio desse esforço comum que parecia levar as sociedades humanas a se subdividir em tantos fragmentos quantos era possível conceber, o cristianismo não perdeu de vista as principais idéias gerais que trouxera à luz. Mas pareceu prestar-se, na medida em que lhe era possível, às novas tendências que o fracionamento da espécie humana fazia nascer. Os homens continuaram a adorar um só Deus criador e conservador de todas as coisas; mas cada povo, cada cidade e, por assim dizer, cada homem acreditou poder conseguir algum privilégio à parte e criar protetores particulares para si junto ao senhor soberano. Não podendo dividir a Divindade, pelo menos multiplicaram e ampliaram sobremaneira seus agentes; a homenagem devida aos anjos e aos santos se tornou, para a maioria dos cristãos, um culto quase idólatra e, por um momento, temeu-se que a religião cristã regredisse no sentido das religiões que tinha derrotado.

Parece-me evidente que quanto mais as barreiras que separavam as nações no seio da humanidade e os cidadãos no interior de cada povo tendem a desaparecer, tanto mais o espírito humano se dirige, como por si mesmo, para a idéia de um ser único e onipotente, outorgando igualmente e da mesma maneira as mesmas leis a cada homem. Portanto, é particularmente nesses séculos de democracia que importa não deixar confundir a homenagem prestada aos agentes secundários com o culto que só é devido ao Criador.

Outra verdade parece-me bastante clara: que as religiões devem se carregar menos de práticas exteriores nos tempos democráticos do que em todos os outros.

Mostrei, a propósito do método filosófico dos americanos, que nada revolta mais o espírito humano nos tempos de igualdade do que a idéia de se submeter a formas. Os homens que vivem nesses tempos suportam com impaciência as figuras; os símbolos lhes parecem artifícios pueris, utilizados para velar ou embelezar a seus olhos verdades que seria mais natural lhes mostrar nuas e em plena luz; permanecem frios ao aspecto das cerimônias e são naturalmente propen-

tos a dar uma importância apenas secundária aos detalhes do culto.

Os que são encarregados de regulamentar a forma exterior das religiões nas eras democráticas devem atentar para esses instintos naturais da inteligência humana, a fim de não lutar sem necessidade contra eles.

Creio firmemente na necessidade das formas; sei que elas fixam o espírito humano na contemplação das verdades abstratas e, ajudando-o a captá-las fortemente, fazem-no abraçá-las com ardor. Não imagino que seja possível manter uma religião sem práticas exteriores; mas, por um lado, penso que, nos tempos em que ingressamos, seria particularmente perigoso multiplicá-las em excesso; penso que, ao contrário, é necessário restringi-las e que delas só se deve reter o que é absolutamente necessário para a perpetuidade do próprio dogma, que é a substância das religiões¹, de que o culto é tão-só a forma. Uma religião que se tornaria mais minuciosa, mais inflexível e mais carregada de pequenas observâncias ao mesmo tempo que os homens se tornam mais iguais, logo se veria reduzida a um elenco de zeladores apaixonados no meio de uma multidão incrédula.

Sei que não deixarão de me objetar que as religiões, tendo todas por objeto verdades gerais e eternas, não podem se dobrar assim aos instintos móveis de cada século, sem perder aos olhos dos homens o caráter de certeza; responderei também aqui que cumpre distinguir cuidadosamente as opiniões principais que constituem uma crença e que formam nesta o que os teólogos chamam de artigos de fé, das noções acessórias que a ela se prendem. As religiões são obrigadas a sempre se apegar firmemente às primeiras, qualquer que seja o espírito particular do tempo; mas devem evitar ligar-se da mesma maneira às segundas nas épocas em que tudo muda de lugar incessantemente e em que o espírito, habituado ao espetáculo movediço das coisas humanas, só a contragosto suporta que o fixem. A imobilidade nas coisas externas e secundárias só me parece uma oportunidade de duração quando a própria sociedade civil é imóvel; em todos os outros casos, tendo a crer que é um perigo.

Veremos que, entre todas as paixões que a igualdade faz nascer ou favorece, há uma que ela torna particularmente viva e deposita ao mesmo tempo no coração de todos os homens: o amor ao bem-estar. O gosto pelo bem-estar constitui como que o traço saliente e indelével das eras democráticas.

É permitido crer que uma religião que empreendesse destruir essa paixão-mãe acabaria sendo destruída por ela; se quisesse arrancar inteiramente os homens da contemplação dos bens deste mundo para entregá-los unicamente ao pensamento dos bens do outro mundo, é de prever que as almas lhes escapariam enfim das mãos, para irem mergulhar, longe dela, unicamente nos gozos materiais e presentes.

O afazer principal das religiões é purificar, regrar e restringir o gosto demasiado ardente e demasiado exclusivo pelo bem-estar que os homens sentem nos tempos de igualdade; mas creio que elas estariam equivocadas se tentassem domá-lo inteiramente e destruí-lo. Elas não conseguirão desviar os homens do amor às riquezas; mas ainda podem persuadi-los de se enriquecer unicamente por meios honestos.

Isso me leva a uma derradeira consideração que, de certa forma, abrange todas as outras. À medida que os homens se tornam mais semelhantes e mais iguais, é mais importante que as religiões, sem deixar de se pôr cuidadosamente à parte do movimento cotidiano das questões, não choquem desnecessariamente as idéias gerais admitidas e os interesses permanentes que reinam na massa; porque a opinião comum se revela cada vez mais a primeira e mais irresistível das forças; não há fora dela apoio tão forte que permita resistir por muito tempo a seus golpes. Isso não é menos verdadeiro num povo democrático submetido a um déspota do que numa república. Nas eras de igualdade, os reis freqüentemente fazem obedecer, mas é sempre a maioria que faz crer; portanto, é à maioria que cumpre agradar em tudo o que não for contraditório à fé.

Mostrei, na minha primeira obra, como os sacerdotes americanos se afastavam dos negócios públicos. É o exemplo mais notável, mas não o único, de seu comedimento. Na América, a religião é um mundo à parte em que o sacerdote reina, mas de que ele tem o cuidado de nunca sair; em seus

limites, ele guia a inteligência; fora, entrega os homens a si mesmos e os abandona à independência e à instabilidade, próprias da sua natureza e do tempo. Não vi país em que o cristianismo se revestisse menos de formas, de práticas e de figuras do que nos Estados Unidos e apresentasse idéias mais nítidas, mais simples e mais gerais ao espírito humano. Muito embora os cristãos da América sejam divididos numa profusão de seitas, todos percebem sua religião sob a mesma luz. Isso se aplica tanto ao catolicismo como às outras crenças. Não há sacerdotes católicos que denotem menos gosto pelas pequenas observâncias individuais, pelos métodos extraordinários e particulares de alcançar sua salvação, nem que se prendam mais ao espírito da lei e menos à sua letra do que os sacerdotes católicos dos Estados Unidos; em nenhum outro lugar ensina-se mais claramente e segue-se mais a doutrina da Igreja que proíbe prestar aos santos o culto reservado unicamente a Deus. No entanto, os católicos da América são muito submissos e muito sinceros.

Outra observação é aplicável ao clero de todas as comunhões: os sacerdotes americanos não procuram atrair e fixar todos os olhares do homem para a vida futura; de bom grado entregam uma parte de seu coração aos cuidados do presente; parecem considerar os bens do mundo objetos importantes, conquanto secundários; se não se associam pessoalmente à indústria, pelo menos se interessam por seus progressos e os aplaudem, e, ao mesmo tempo que mostram sem cessar ao fiel o outro mundo como o grande objeto de seus temores e de suas esperanças, não o proíbem de buscar honestamente o bem-estar neste. Longe de mostrar como essas duas coisas são distintas e contraditórias, procuram antes encontrar em que ponto elas se tocam e se ligam.

Todos os sacerdotes americanos conhecem o império intelectual que a maioria exerce, e respeitam-no. Nunca travam contra ela lutas que não sejam as necessárias. Não se intrometem nas querelas partidárias, mas adotam de bom grado as opiniões gerais de seu país e de seu tempo, e se deixam levar sem resistência pela corrente de sentimentos e idéias que movimentam, à sua roda, todas as coisas. Empeñham-se em corrigir seus contemporâneos, mas deles não se

apartam. A opinião pública nunca é inimiga deles, portanto; ao contrário, ela os apóia e os protege, e suas crenças reinam simultaneamente pelas forças que lhe são próprias e pelas forças da maioria a que eles aderem.

Assim, respeitando todos os instintos democráticos que não lhe sejam contrários e valendo-se de vários deles, a religião consegue lutar com vantagem contra o espírito de independência individual, que é o mais perigoso de todos para ela.

CAPÍTULO VI

Do progresso do catolicismo nos Estados Unidos

A América é o lugar mais democrático da terra e é, ao mesmo tempo, o país em que, de acordo com relatos dignos de fé, a religião católica mais progressos faz. À primeira vista isso surpreende.

Cumprê distinguir duas coisas: a igualdade dispõe os homens a quererem julgar por si mesmos; mas, por outro lado, ela lhes dá o gosto e a idéia de um poder social único, simples e idêntico para todos. Os homens que vivem nas eras democráticas são, pois, bastante propensos a subtrair-se a toda e qualquer autoridade religiosa. Mas, se consentem em submeter-se a uma autoridade assim, querem pelo menos que ela seja una e uniforme; poderes religiosos que não convirjam todos num mesmo centro chocam naturalmente a inteligência deles, que concebem com quase igual facilidade que muitas são as religiões.

Vêm-se mais em nossos dias que nas épocas anteriores católicos que se tornam incrédulos e protestantes que se fazem católicos. Se considerarmos o catolicismo interiormente, ele parece perder; se o encarmos fora dele, ele ganha. Isso se explica.

Os homens de nossos dias são naturalmente pouco dispostos a crer; mas, quando têm uma religião, logo encontram em si mesmos um instinto oculto que os leva, sem saberem, ao catolicismo. Várias doutrinas e usos da Igreja romana os espantam; mas sentem uma admiração secreta por seu governo, e sua grande unidade os atrai.

Se o catolicismo conseguisse por fim subtrair-se aos ódios políticos que fez nascer, não duvido muito que esse mesmo espírito do século, que lhe parece tão contrário, não se lhe torne muito desfavorável e que ele não faça de repente grandes conquistas.

É uma das fraquezas mais familiares à inteligência humana querer conciliar princípios contrários e comprar a paz a despeito da lógica. Por conseguinte existem e sempre existirão homens que, depois de terem submetido a uma autoridade algumas de suas crenças religiosas, vão querer subtrair-lhes várias outras e vão deixar pairar seu espírito ao acaso, entre a obediência e a liberdade. Mas inclino-me a crer que o número desses será menor nas eras democráticas do que nas outras eras e que nossos descendentes tenderão cada vez mais a se dividir em apenas duas partes, uns saindo inteiramente do cristianismo, os outros entrando no seio da Igreja romana.

CAPÍTULO VII

O que faz o espírito dos povos democráticos inclinar-se para o panteísmo

Mostrarei mais tarde como o gosto predominante dos povos democráticos pelas idéias muito gerais é encontrado na política; mas quero indicar, desde já, seu principal efeito em filosofia.

Ninguém poderia negar que o panteísmo fez grandes progressos em nossos dias. Os escritos de uma parte da Europa trazem sua marca visível. Os alemães introduzem-no na filosofia e os franceses, na literatura. Dentre as obras de imaginação publicadas na França, a maioria encerra algumas opiniões ou algumas pinturas emprestadas das doutrinas panteístas, ou deixam perceber em seus autores uma espécie de tendência para essas doutrinas. Isso não me parece provir apenas de um acidente, mas prender-se a uma causa duradoura.

À medida que, tornando-se mais iguais as condições, cada homem em particular se torna mais semelhante a todos os outros, mais fraco e menor, habituamo-nos a não mais ter em mente os cidadãos para considerar apenas o povo; esquecemos os indivíduos para pensar tão-somente na espécie.

Nesses tempos, o espírito humano aprecia abraçar ao mesmo tempo uma multidão de objetos diversos; aspira sem cessar a poder vincular um grande número de conseqüências a uma só causa.

A idéia da unidade obceca-o, ele a busca por toda a parte e, quando crê tê-la encontrado, deita-se com prazer em seu colo e aí descansa. Ele não se contenta apenas em descobrir no mundo uma criação e um criador; essa primeira divisão das

coisas ainda o incomoda e ele procura crescer e simplificar seu pensamento encerrando Deus e o universo num só todo. Se eu encontrasse um sistema filosófico segundo o qual as coisas materiais e imateriais, visíveis e invisíveis, que o mundo encerra não são mais consideradas, senão como as partes diversas de um ser imenso, o único a permanecer eterno no meio da mudança contínua e da transformação incessante de tudo o que o compõe, não teria a menor dificuldade para concluir que tal sistema, apesar de destruir a individualidade humana ou, antes, porque a destrói, deve ter encantos secretos para os homens que vivem na democracia; todos os seus costumes intelectuais os preparam para concebê-lo e os colocam no caminho de adotá-lo. Ele atrai naturalmente a imaginação deles e a fixa; ele alimenta o orgulho do espírito deles e adula sua preguiça.

Entre os diferentes sistemas mediante os quais a filosofia procura explicar o universo, o panteísmo parece-me um dos mais aptos a seduzir o espírito humano nas eras democráticas; é contra ele que todos os que permanecem apaixonados pela verdadeira grandeza do homem devem se reunir e combater.

CAPÍTULO VIII

Como a igualdade sugere aos americanos a idéia da perfectibilidade indefinida do homem

A igualdade sugere ao espírito humano várias idéias que não lhe ocorreriam sem ela e modifica quase todas as que este já tinha. Tomo como exemplo a idéia da perfectibilidade humana, porque ela é uma das principais que a inteligência é capaz de conceber e constitui, por si só, uma grande teoria filosófica, cujas conseqüências se fazem ver a cada instante na prática dos negócios.

Apesar de o homem se parecer, sob muitos aspectos, com os animais, um traço lhe é totalmente particular: ele se aperfeiçoa, e eles não. A espécie humana não pôde deixar de descobrir desde a origem essa diferença. Assim, a idéia de perfectibilidade é tão velha quanto o mundo; a igualdade não a fez nascer, mas lhe dá um novo caráter.

Quando os cidadãos são classificados segundo seu nível, sua profissão, seu nascimento, e quando todos são obrigados a seguir o caminho diante do qual o acaso os pôs, cada um crê perceber perto de si os últimos confins da potência humana e ninguém procura mais lutar contra um destino inevitável. Não é que os povos aristocráticos recusem absolutamente ao homem a faculdade de se aperfeiçoar. Eles não a julgam indefinida; concebem a melhoria, não a mudança; imaginam a condição das sociedades vindouras como sendo melhor, mas não outra; e, embora admitindo que a humanidade fez grandes progressos e ainda pode fazer alguns mais, encerram-na de antemão em certos limites intransponíveis.

Por conseguinte, não crêem ter alcançado o soberano bem e a verdade absoluta (que homem ou que povo foi insensato

o bastante para imaginar tal coisa?), mas gostam de se convencer de que atingiram mais ou menos o grau de grandeza e de saber que nossa natureza imperfeita comporta; e, como nada se move à sua volta, imaginam que tudo está em seu devido lugar. É então que o legislador pretende promulgar leis eternas, que os povos e os reis só almejam erigir monumentos seculares e que a geração presente se encarrega de poupar às gerações futuras o trabalho de resolver seu destino.

À medida que as castas desaparecem, que as classes se aproximam, que os homens misturando-se tumultuosamente, os usos, os costumes e as leis variam, que fatos novos sobre-vêm, que novas verdades são trazidas à luz, que antigas opiniões desaparecem e outras tomam seu lugar, a imagem de uma perfeição ideal e sempre fugidia se apresenta ao espírito humano.

Mudanças contínuas ocorrem então a cada instante ante os olhos de cada indivíduo. Uns pioram sua posição, e ele compreende perfeitamente que um povo, ou um indivíduo, por mais esclarecido que seja, não é infalível. Outros melhoram sua sorte, e ele conclui que o homem, em geral, é dotado da faculdade indefinida de aperfeiçoar. Seus reveses lhe fazem ver que ninguém pode gabar-se de ter descoberto o bem absoluto; seus sucessos estimulam-no a persegui-lo sem trégua. Assim, sempre buscando, caindo, tomando a se levantar, muitas vezes decepcionado, nunca desanimado, tende incessantemente a essa grandeza imensa que entrevê confusamente ao fim do longo trajeto que a humanidade ainda deve percorrer.

É inacreditável quantos fatos decorrem naturalmente dessa teoria filosófica, segundo a qual o homem é indefinidamente perfectível, e a influência prodigiosa que ela exerce sobre eles que, nunca tendo ocupado de outra coisa além de agir, jamais de pensar, parecem conformar a ela suas ações, apesar de não a conhecerem.

Encontro um marinheiro americano e pergunto-lhe por que os navios do seu país são construídos para durar pouco; ele me responde sem hesitar que a arte da navegação faz, cada dia que passa, progressos tão rápidos que o melhor navio logo se tornaria quase inútil se prolongasse sua existência além de alguns anos.

Nessas palavras pronunciadas ao acaso por um homem rude e a propósito de um fato particular, percebo a idéia geral e sistemática de acordo com a qual um grande povo conduz todas as coisas.

As nações aristocráticas são naturalmente propensas a estreitar em demasia os limites da perfectibilidade humana, e as nações democráticas às vezes os estendem excessivamente.

CAPÍTULO IX

Como o exemplo dos americanos não prova que um povo democrático não seria capaz de ter aptidão e gosto para as ciências, literatura e artes

Cumpre-nos reconhecer que, dentre os povos civilizados de nossos dias, poucos há em meio aos quais as altas ciências tenham feito menos progresso do que nos Estados Unidos, e que tenham fornecido menos grandes artistas, poetas ilustres e escritores célebres.

Vários europeus, impressionados com esse espetáculo, consideraram isso um resultado natural e inevitável da igualdade, e pensaram que, se o estado social e as instituições democráticas um dia viessem a prevalecer em toda a terra, o espírito humano veria obscurecer-se pouco a pouco as luzes que o iluminam e os homens soçobriariam de novo nas trevas.

Os que pensam assim confundem, creio eu, várias idéias que seria importante distinguir e examinar à parte. Misturam sem querer o que é democrático com o que é apenas americano.

A religião que os primeiros emigrantes professavam e que legaram a seus descendentes, simples em seu culto, austera e quase selvagem em seus princípios, inimiga dos sinais exteriores e da pompa das cerimônias, é naturalmente pouco favorável às belas-artes e só muito a contragosto permite os prazeres literários.

Os americanos são um povo muito antigo e muito esclarecido que encontrou um país novo e imenso no qual pôde espriar-se à vontade e que fecunda sem dificuldade. Isso não tem igual no mundo. Na América, cada um encontra, pois, facilidades desconhecidas em outras partes para fazer sua fortuna ou aumentá-la. A cobiça está sempre acesa, e o espírito

humano, distraído a todo instante dos prazeres da imaginação e dos trabalhos da inteligência, só é estimulado para a busca da riqueza. Não apenas se vêem nos Estados Unidos, como em todos os outros países, classes industriais e comerciantes, mas, o que nunca havia sido visto antes, todos os homens aí se ocupam simultaneamente da indústria e do comércio.

Estou convencido, porém, de que, se os americanos estivessem a sós no universo, com as liberdades e as luzes adquiridas por seus pais e as paixões que lhes eram próprias, não tardariam a descobrir que não é possível fazer por muito tempo progressos na prática das ciências sem cultivar a teoria; que todas as artes se aperfeiçoam umas pelas outras e que, por mais absortos que pudessem estar na busca do objeto principal de seus desejos, logo teriam reconhecido ser necessário desviar-se de vez em quando dele para melhor alcançá-lo.

De resto, o gosto pelos prazeres do espírito é tão natural no coração do homem civilizado que, nas nações polidas, que são as menos dispostas a se consagrar a eles, sempre há um certo número de cidadãos que o sentem. Essa necessidade intelectual, uma vez sentida, logo seria satisfeita.

Mas, ao mesmo tempo que os americanos eram naturalmente propensos a exigir da ciência apenas suas aplicações particulares às artes, apenas os meios de tornar cômoda a vida, a douta e literária Europa se encarregava de ir às fontes gerais da verdade e aperfeiçoava, ao mesmo tempo, tudo o que pode concorrer para os prazeres, assim como tudo o que deve servir às necessidades do homem.

À frente das nações esclarecidas do mundo antigo, os habitantes dos Estados Unidos distinguiam particularmente uma, à qual eram intimamente unidos por uma origem comum e hábitos análogos. Encontravam nesse povo célebres cientistas, hábeis artistas, grandes escritores, e podiam herdar os tesouros da inteligência sem ter necessidade de trabalhar para acumulá-los.

Não posso aceitar separar a América da Europa, apesar do oceano que as divide. Considero o povo dos Estados Unidos como a porção do povo inglês encarregada de explorar as florestas do novo mundo, enquanto o resto da nação, dotado

de mais lazeres e menos preocupado com os problemas materiais da vida, pode se consagrar ao pensamento e desenvolver em todos os sentidos o espírito humano.

A situação dos americanos é inteiramente excepcional, portanto, e é de crer que nenhum povo democrático nunca será posto nela. Sua origem puritana, seus hábitos unicamente comerciais, o próprio país que habitam e que parece desviar sua inteligência do estudo das ciências, das letras e das artes; a proximidade da Europa, que lhes permite não as estudar sem cair de volta na barbárie; mil causas particulares, de que só pude assinalar as principais, concentraram de maneira singular o espírito americano no cuidado das coisas puramente materiais. As paixões, as necessidades, a educação, as circunstâncias, tudo de fato parece concorrer para inclinar o habitante dos Estados Unidos para a terra. Apenas a religião faz, de quando em quando, olhares passageiros e distraídos erguerem-se para o céu.

Paremos de ver, pois, todas as nações democráticas à imagem do povo americano e tratemos de encará-las, enfim, com sua fisionomia própria.

Pode-se conceber um povo em cujo seio não haveria nem casta, nem hierarquia, nem classe; no qual a lei, não reconhecendo privilégios, dividiria igualmente as heranças e que, ao mesmo tempo, seria privado de luzes e de liberdade. Não é uma hipótese ociosa: um déspota pode achar proveitoso tornar seus súditos iguais e deixá-los ignorantes, a fim de mantê-los escravizados mais facilmente.

Não apenas um povo democrático dessa espécie não mostraria aptidão e gosto para as ciências, a literatura e as artes, mas deve-se crer que nunca lhe aconteceria mostrá-lo.

A própria lei de sucessões se encarregaria, a cada geração, de destruir as fortunas, e ninguém criaria novas. O pobre, privado de luzes e de liberdade, nem sequer conceberia a idéia de se elevar à riqueza, e o rico se deixaria arrastar para a pobreza sem saber defender-se. Não tardaria a se estabelecer entre esses dois cidadãos uma completa e insuperável igualdade. Ninguém teria então nem tempo nem gosto para se dedicar aos trabalhos e aos prazeres da inteligência. Todos permaneceriam entorpecidos numa mesma ignorância e numa idêntica servidão.

Quando imagino uma sociedade democrática dessa espécie, logo creio sentir-me num desses lugares baixos, escuros e abafados, em que as luzes, trazidas de fora, não demoram a empalidecer e extinguir-se. Parece-me que um peso súbito me oprime e que me arrasto no meio das trevas que me rodeiam, para encontrar a saída que deve me levar de volta ao ar e à luz do dia. Mas nada disso poderia se aplicar a homens já esclarecidos que, depois de terem destruído em meio a si mesmos os direitos particulares e hereditários que fixavam perpetuamente os bens nas mãos de certos indivíduos ou de certos corpos, permanecem livres.

Quando os homens que vivem no seio de uma sociedade democrática são esclarecidos, descubrem sem dificuldade que nada os limita, os fixa ou os força a se contentar com sua fortuna presente.

Todos concebem então a idéia de aumentá-la – e, se são livres, todos tentam fazê-lo –, mas nem todos têm êxito idêntico. A legislação, é verdade, não concede mais privilégios, mas a natureza sim. Como a desigualdade natural é enorme, as fortunas se tornam desiguais a partir do instante em que cada um faz uso de todas as suas faculdades para enriquecer.

A lei de sucessões ainda se opõe a que se fundem famílias ricas, mas não impede mais que haja ricos. Ela leva sem cessar os cidadãos de volta a um nível comum, de que escapam também sem cessar; eles se tornam mais desiguais em bens à medida que suas luzes são mais vastas e sua liberdade maior.

Desenvolveu-se em nossos dias uma seita célebre por seu gênio e suas extravagâncias, que pretendia concentrar todos os bens nas mãos de um poder central e encarregá-lo de distribuí-los em seguida, conforme o mérito, a todos os particulares. Dessa maneira, os homens escapariam da completa e eterna igualdade que parece ameaçar as sociedades democráticas.

Há outro remédio mais simples e menos perigoso: o de não conceder privilégio a ninguém, dar a todos luzes iguais e igual independência e deixar a cada um o cuidado de assinalar por si mesmo seu lugar. A desigualdade natural logo se manifestaria, e a riqueza logo passaria aos mais hábeis.

As sociedades democráticas e livres sempre compreenderão, pois, uma multidão de gente opulenta ou bem de vida. Esses ricos não serão tão intimamente ligados entre si quanto os membros da antiga classe aristocrática; terão instintos diferentes e não desfrutarão quase nunca um lazer tão seguro e tão completo quanto aquela; mas serão infinitamente mais numerosos do que podiam ser os que a compunham. Esses homens não estarão estreitamente encerrados nas preocupações da vida material e poderão, embora em diversos níveis, dedicar-se aos trabalhos e aos prazeres da inteligência – e, portanto, dedicar-se-ão a eles, porque, se é verdade que o espírito humano se inclina de uma parte para o limitado, o material e o útil, de outro se eleva naturalmente para o infinito, o imaterial e o belo. As necessidades físicas prendem-no à terra, mas, a partir do instante em que deixa de ser retido, ergue-se por si mesmo.

Não apenas o número dos que podem se interessar pelas obras do espírito será maior, como o gosto pelos gozos intelectuais descerá, gradativamente, até aqueles que, nas sociedades aristocráticas, não parecem ter nem o tempo nem a capacidade para se entregar a eles.

Quando não há mais riqueza hereditária, privilégios de classes e prerrogativas de nascimento, quando cada qual só extrai sua força de si mesmo, torna-se visível que o que constitui a principal diferença entre a fortuna dos homens é a inteligência. Tudo o que contribui para fortalecer, para ampliar, para ornar a inteligência logo adquire alto preço.

A utilidade do saber se descobre com uma clareza especial inclusive aos olhos das pessoas do povo. Os que não se deleitam com seus encantos apreciam seus efeitos e fazem alguns esforços para alcançá-lo.

Nas eras democráticas, esclarecidos e livres, os homens nada têm que os separe nem que os retenha em seu lugar; eles se elevam ou se abaixam com uma rapidez singular. Todas as classes se vêem sem cessar, porque são muito próximas. Elas se comunicam e se mesclam todos os dias, se imitam e se invejam; isso sugere ao povo uma porção de idéias, de noções, de desejos, que ele não teria se as posições sociais fossem fixas e a sociedade imóvel. Nessas nações, o servidor

não se considera jamais inteiramente estranho aos prazeres e aos trabalhos do amo, o pobre aos do rico; o homem do campo se esforça para assemelhar-se ao da cidade, e as províncias à metrópole.

Assim, ninguém se deixa reduzir facilmente tão-só às preocupações materiais da vida, e o mais simples artesão lança, de quando em quando, ávidos e furtivos olhares para o mundo superior da inteligência. Não se lê no mesmo espírito e da mesma maneira que nos povos aristocráticos, mas o círculo de leitores se amplia sem cessar e acaba abrangendo todos os cidadãos.

A partir do momento em que a multidão começa a se interessar pelos trabalhos do espírito, descobre-se que um grande meio de adquirir glória, poder ou riquezas é destacar-se em algum desses trabalhos. A inquieta ambição que a igualdade faz nascer logo se volta para esse lado, como para todos os outros. O número dos que cultivam as ciências, as letras e as artes se torna imenso. Uma autoridade prodigiosa se revela no mundo da inteligência; cada qual procura abrir passagem nele para si e se esforça para atrair em sua direção o olhar do público. Sucede aí uma coisa análoga ao que acontece nos Estados Unidos, na sociedade política: as obras são muitas vezes imperfeitas, mas incontáveis e, muito embora os resultados dos esforços individuais sejam de ordinário muito pequenos, o resultado geral é sempre enorme.

Portanto, não é verdade dizer que os homens que vivem nas eras democráticas sejam naturalmente indiferentes às ciências, às letras e às artes; cumpre somente reconhecer que eles as cultivam da sua maneira e introduzem, nesse âmbito, as qualidades e os defeitos que lhes são próprios.

CAPÍTULO X

Por que os americanos se aplicam mais à prática das ciências do que à teoria

Se bem que o estado social e as instituições democráticas não detenham o desenvolvimento do espírito humano, é pelo menos incontestado que o dirigem mais num sentido que em outro. Seus esforços, assim limitados, ainda são enormes, e vai o leitor me perdoar, espero, se me detenho um momento para contemplá-los.

Fizemos, quando se tratou do método filosófico dos americanos, várias observações de que vamos tirar proveito aqui.

A igualdade desenvolve em cada homem o desejo de julgar tudo por si mesmo; ela lhe proporciona, em todas as coisas, o gosto pelo tangível e pelo real, o desprezo pelas tradições e pelas formas. Esses instintos gerais fazem-se ver em primeiro plano no objeto particular deste capítulo.

Os que cultivam as ciências entre os povos democráticos sempre temem se perder nas utopias. Eles desconfiam dos sistemas, gostam de se manter bem próximos dos fatos e de estudá-los por eles mesmos; como não se deixam dobrar facilmente pelo nome de nenhum de seus semelhantes, nunca estão dispostos a jurar pela palavra do mestre; ao contrário, vemo-los sem cessar procurando o ponto fraco da doutrina deste. As tradições científicas têm sobre eles pouco império; eles nunca se detêm por muito tempo nas sutilezas de uma escola e se contentam dificilmente com grandes palavrórios; penetram, na medida do possível, nas partes principais do tema que os ocupa e gostam de expô-los em língua vulgar. As ciências possuem então uma aparência mais livre e mais segura, porém menos elevada.

O espírito pode, é o que me parece, dividir a ciência em três partes.

A primeira contém os princípios mais teóricos, as noções mais abstratas, aquelas cuja aplicação não é conhecida ou é muito distante.

A segunda se compõe das verdades gerais, que, prendendo-se ainda à teoria pura, conduzem no entanto, por um caminho direto e curto, à prática.

Os procedimentos de aplicação e os meios de execução preenchem a terceira.

Cada uma dessas diferentes porções da ciência pode ser cultivada à parte, embora a razão e a experiência façam saber que nenhuma delas seria capaz de prosperar por muito tempo, se absolutamente separadas das duas outras.

Na América, a parte puramente prática das ciências é admiravelmente cultivada e ocupam-se lá com cuidado da porção teórica imediatamente necessária à aplicação; os americanos revelam desse lado um espírito sempre claro, livre, original e fecundo; mas não há quase ninguém, nos Estados Unidos, que se dedique à porção essencialmente teórica e abstrata dos conhecimentos humanos. Os americanos revelam, nisso, o excesso de uma tendência que será encontrada, penso eu, embora em menor grau, em todos os povos democráticos.

Nada é mais necessário à cultura das altas ciências, ou da porção elevada das ciências, do que a meditação, e não há nada menos propício à meditação do que o interior de uma sociedade democrática. Não encontramos aí, como nos povos aristocráticos, uma classe numerosa que se mantém em repouso por se achar bem, e outra que não se move por não ter esperança de melhorar. Todos se agitam: uns querem alcançar o poder; outros, apropriar-se da riqueza. No meio desse tumulto universal, desse choque repetido de interesses contrários, dessa marcha contínua dos homens rumo à fortuna, onde encontrar a calma necessária às profundas combinações da inteligência? Como deter o pensamento em determinado ponto, quando ao redor tudo se mexe e nós mesmos somos arrastados e balançados todos os dias na corrente impetuosa que rola todas as coisas?

É preciso distinguir a espécie de agitação permanente que reina no seio de uma democracia tranqüila e já constituída, dos movimentos tumultuosos e revolucionários que quase sempre acompanham o nascimento e o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Quando uma violenta revolução se produz num povo muito civilizado, ela não pode deixar de dar um impulso súbito aos sentimentos e às idéias.

Isso é verdade sobretudo para as revoluções democráticas, que, revolvendo simultaneamente todas as classes de que um povo se compõe, fazem nascer ao mesmo tempo imensas ambições no coração de cada cidadão.

Se os franceses fizeram de repente tão admiráveis progressos nas ciências exatas, no momento mesmo em que acabavam de destruir os restos da antiga sociedade, cumpre atribuir essa súbita fecundidade, não à democracia, mas à revolução sem igual que acompanhava seus desenvolvimentos. O que sobreveio então foi um fato particular; seria imprudente ver aí o indício de uma lei geral.

As grandes revoluções não são mais comuns nos povos democráticos do que nos outros povos; sou inclusive inclinado a crer que o sejam menos. Mas reina no seio dessas nações um pequeno movimento incômodo, uma espécie de rolar incessante dos homens, uns sobre os outros, que perturba e distrai o espírito sem animá-lo nem elevá-lo.

Os homens que vivem nas sociedades democráticas não só dificilmente se dedicam à meditação, como têm naturalmente pouca estima por ela. O estado social e as instituições democráticas levam a maior parte dos homens a agir constantemente; ora, os hábitos de espírito que convêm à ação nem sempre convêm ao pensamento. O homem que age é reduzido a se contentar com freqüência com o aproximado, porque nunca levaria seu projeto a cabo se quisesse aperfeiçoar cada detalhe. Tem de se apoiar o tempo todo em idéias que não teve tempo de aprofundar, porque o que o ajuda é muito mais a oportunidade da idéia que utiliza do que sua exatidão rigorosa; e, pensando bem, ele corre menos risco fazendo uso de um ou outro princípio falso do que consumindo seu tempo em estabelecer a verdade de todos os seus princí-

pios. Não é por longas e sábias demonstrações que se conduz o mundo. A vista rápida de um fato particular, o estudo cotidiano das paixões cambiantes da multidão, o acaso do momento e a habilidade em captá-lo, decidem todos os assuntos.

Nas eras em que quase todo o mundo age, as pessoas tendem, pois, em geral, a valorizar excessivamente os impulsos rápidos e as concepções superficiais da inteligência, e, ao contrário, a depreciar sobremaneira seu trabalho profundo e lento.

Essa opinião pública influi no juízo dos homens que cultivam as ciências; ela os persuade de que podem ter êxito sem meditação, ou os afasta das que meditação exigem.

Há várias maneiras de estudar as ciências. Encontramos em grande número de homens um gosto egoísta, mercantil e industrial pelas descobertas do espírito, que não devemos confundir com a paixão desinteressada que se acende no coração de uma minoria; há um desejo de utilizar os conhecimentos e um puro desejo de conhecer. Não duvido que nasça, de longe em longe, em alguns, um amor ardente e inesgotável pela verdade, que se alimenta de si mesmo e goza incessantemente, sem nunca poder satisfazer-se. É esse amor ardente, orgulhoso e desinteressado pelo verdadeiro que leva os homens até as fontes abstratas da verdade, para aí beber as idéias-mães.

Se Pascal houvesse tido em vista apenas algum grande proveito, ou mesmo se houvesse sido movido tão-só pelo desejo da glória, não creio que tivesse podido nunca juntar, como fez, todas as forças da sua inteligência para melhor descobrir os segredos mais ocultos do Criador. Quando eu o vejo arrancar, de certa forma, sua alma de entre os cuidados da vida, a fim de ligá-la inteiramente a essa pesquisa e, rompendo prematuramente os laços que a retêm ao corpo, morrer de velhice antes dos quarenta anos, paro confuso e compreendo que não é uma causa ordinária a que pode produzir tão extraordinários esforços.

O futuro provará se essas paixões, tão raras e tão fecundas, nascem e se desenvolvem tão facilmente no meio das sociedades democráticas como no seio das aristocracias. Quanto a mim, confesso que tenho dificuldade para crer que sim.

Nas sociedades aristocráticas, a classe que dirige a opinião e conduz os negócios, estando situada de uma maneira permanente e hereditária acima da multidão, concebe naturalmente uma idéia soberba de si mesma e do homem. Ela imagina para este gozos gloriosos e estabelece metas magníficas para seus desejos. As aristocracias muitas vezes levam a cabo ações sobremodo tirânicas e desumanas, mas raramente concebem pensamentos baixos e mostram certo desdém orgulhoso pelos pequenos prazeres, apesar de elas próprias se entregarem a eles. Isso faz que as aristocracias dêem a todas as almas uma grande elevação. Nos tempos aristocráticos, têm-se em geral idéias bastante amplas da dignidade, do poder, da grandeza do homem. Essas opiniões influem sobre os que cultivam as ciências, assim como sobre todos os outros, e facilitam o impulso natural do espírito em direção às mais elevadas regiões do pensamento e dispõem-no naturalmente a conceber o amor sublime e quase divino pela verdade.

Os homens doutos desses tempos são levados, pois, à teoria; acontece-lhes até, com freqüência, manifestarem um desprezo inconsiderado pela prática. “Arquimedes”, diz Plutarco, “teve um coração tão elevado que nunca se dignou deixar por escrito nenhuma obra sobre a maneira de construir todas essas máquinas de guerra; e, reputando toda essa ciência de inventar e compor máquinas e, em geral, toda arte que encontre alguma utilidade em pôr tal ciência em prática vil, baixa e mercenária, empregou seu espírito e seu estudo a escrever apenas coisas cuja beleza e cuja sutileza nada tivessem a ver com a necessidade.” Eis a pretensão aristocrática das ciências.

Ela não poderia ser a mesma nas nações democráticas.

Os homens que compõem essas nações são, em sua maioria, ávidos de gozos materiais e presentes, assim como estão sempre descontentes com a posição que ocupam e sempre livres para desocupá-la, e só pensam nos meios de mudar sua fortuna ou crescê-la. Para espíritos dispostos dessa maneira, qualquer método novo que leve por um caminho mais curto à riqueza, qualquer máquina que reduza o trabalho, qualquer instrumento que diminua os custos da produção, qualquer des-

coberta que facilite os prazeres e os aumente, parece o mais magnífico esforço da inteligência humana. É principalmente por esse lado que os povos democráticos se interessam pelas ciências, as compreendem e honram. Nas eras aristocráticas, requerem-se em particular das ciências os prazeres do espírito; nas democracias, os prazeres do corpo.

Podem estar certos de que, quanto mais democrática, esclarecida e livre for uma nação, mais a quantidade desses apreciadores interessados do gênio científico irá crescendo, mais as descobertas imediatamente aplicáveis à indústria darão lucro, glória e até mesmo poder a seus autores; porque, nas democracias, a classe que trabalha participa dos negócios públicos, e os que a ela servem dela esperam tanto honras como dinheiro.

Pode-se facilmente conceber que, numa sociedade organizada dessa maneira, o espírito humano seja insensivelmente levado a desprezar a teoria e deva, ao contrário, sentir-se impelido com uma energia sem igual para a aplicação, ou pelo menos para essa parte da teoria que é necessária aos que aplicam.

Se um pendor instintivo o eleva às mais altas esferas da inteligência, logo o interesse o traz de volta para as médias esferas. É aí que ele emprega sua força e sua inquieta autoridade, aí que gera maravilhas. Esses mesmos americanos, que não descobriram uma só das leis gerais da mecânica, introduziram na navegação uma nova máquina que altera a face do mundo.

Claro, estou longe de pretender que os povos democráticos de nossos dias estejam destinados a ver se apagam as luzes transcendentes do espírito humano, ou mesmo que não devam acender-se novas luzes entre eles. Na era do mundo em que estamos, e dentre tantas nações letradas, que o ardor da indústria incessantemente atormenta, os laços que unem as diferentes partes da ciência não podem deixar de impressionar; e o próprio gosto pela prática, se for esclarecido, deve levar os homens a não desprezar a teoria. No meio de tantos ensaios de aplicações, de tantas experiências cada dia repetidas, é impossível que, muitas vezes, as leis gerais não se manifestem, de tal sorte que as grandes descobertas seriam frequentes, muito embora os grandes inventores fossem raros.

Creio aliás nas elevadas vocações científicas. Se a democracia não leva os homens a cultivar as ciências por elas mesmas, por outro lado aumenta imensamente o número dos que as cultivam. Não é crível que, entre tão grande multidão, não nasça de quando em quando algum gênio especulativo inflamado tão-só pelo amor à verdade. Podemos estar certos de que tal homem se esforçará para penetrar os mais profundos mistérios da natureza, qualquer que seja o espírito do seu país e do seu tempo. Não é preciso ajudar seu desenvolvimento; basta apenas não freá-lo. Tudo o que quero dizer é o seguinte: a desigualdade permanente das condições leva os homens a se encerrarem na busca orgulhosa e estéril das verdades abstratas; ao passo que o estado social e as instituições democráticas os dispõem a só requerer das ciências suas aplicações imediatas e úteis.

Essa tendência é natural e inevitável. É curioso conhecê-la, e pode ser necessário mostrá-la.

Se os que são chamados a dirigir as nações em nossos dias percebessem claramente e de longe esses novos instintos que não tardarão a ser irresistíveis, compreenderiam que, com luzes e liberdade, os homens que vivem nas eras democráticas não podem deixar de aperfeiçoar a parte industrial das ciências e que, doravante, todo o esforço do poder social deve ser voltado a apoiar os altos estudos e criar grandes paixões científicas.

Em nossos dias, é necessário reter o espírito humano na teoria; ele corre por si mesmo para a prática e, em vez de trazê-lo sem cessar ao exame detalhado dos efeitos secundários, é bom distraí-lo de vez em quando de tal emprego, a fim de elevá-lo à contemplação das causas primeiras.

Por ter a civilização romana morrido em consequência da invasão dos bárbaros, talvez sejamos demasiado propensos a crer que a civilização não poderia morrer de outra forma.

Se as luzes que nos iluminam viessem um dia a se apagar, elas se obscureceriam pouco a pouco e como que por si mesmas. À força de se encerrar na aplicação, o espírito humano perderia de vista os princípios e, quando os houvesse inteiramente esquecido, teria dificuldade para seguir os métodos que dos princípios derivam; não se poderiam mais in-

ventar novos métodos e empregar-se-iam sem inteligência e sem arte sábios procedimentos que ninguém compreenderia mais.

Quando os europeus chegaram, há trezentos anos, à China, lá encontraram quase todas as artes tendo alcançado certo grau de perfeição e se surpreenderam com que, havendo atingido tal ponto, não tivessem os chineses ido mais longe. Posteriormente, descobriram os vestígios de alguns altos conhecimentos que haviam sido perdidos. A nação era industrial; a maioria dos métodos científicos tinha sido conservada em seu seio; mas a ciência mesma não existia mais. Isso lhes explicou a espécie de imobilidade singular em que tinham encontrado o espírito daquele povo. Ao seguirem os passos de seus pais, os chineses tinham esquecido as razões que os haviam conduzido. Serviam-se ainda da fórmula sem procurar seu sentido; conservavam o instrumento mas já não possuíam a arte de modificá-lo e reproduzi-lo. Assim, os chineses não podiam mudar nada. Tinham de renunciar a melhorar. Eram forçados a imitar sempre e em tudo seus pais, para não se projetarem em trevas impenetráveis se se afastassem um só instante do caminho que estes últimos haviam traçado. A fonte dos conhecimentos humanos estava quase seca; e, muito embora o rio ainda corresse, não podia mais engrossar suas águas ou mudar seu curso.

Entretanto, a China subsistia tranqüilamente fazia séculos; seus conquistadores tinham adotado seus costumes; a ordem reinava. Uma espécie de bem-estar material deixava-se perceber em toda a parte. As revoluções eram raríssimas, e a guerra, por assim dizer, desconhecida.

Portanto, ninguém deve se tranqüilizar pensando que os bárbaros ainda estão longe de nós, porque, se há povos que deixam arrancarem-lhes das mãos a luz, outros há que a apagam, eles próprios, sob seus pés.

CAPÍTULO XI

Com que espírito os americanos cultivam as artes

Creio que estaria desperdiçando o tempo do leitor e o meu, se me empenhasse em demonstrar como a mediocridade geral das fortunas, a ausência do supérfluo, o desejo universal de bem-estar e os constantes esforços a que cada um se entrega para obtê-los fazem predominar no coração do homem o gosto pelo útil sobre o amor ao belo. As nações democráticas, nas quais todas essas coisas são encontradas, cultivarão pois as artes que servem para tornar cômoda a vida, de preferência àquelas cujo objetivo é embelezar; preferirão habitualmente o útil ao belo e exigirão que o belo seja útil.

Mas pretendo ir mais longe e, depois de ter indicado a primeira característica, esboçar várias outras.

Sucedo comumente que, nas eras de privilégios, o exercício de quase todas as artes se torna um privilégio e cada profissão é um mundo à parte, em que não é permitida a entrada de qualquer um. E, ainda que a indústria seja livre, a imobilidade natural das nações aristocráticas faz que todos os que se ocupam de uma mesma arte acabem, não obstante, formando uma classe distinta, sempre composta pelas mesmas famílias, em que todos os membros se conhecem e em que logo nasce uma opinião pública e um orgulho corporativo. Numa classe industrial dessa espécie, cada artesão não tem apenas de fazer sua fortuna, mas precisa também preservar sua consideração. Não é apenas seu interesse que faz a regra, nem mesmo o do comprador, mas o da corporação, e o interesse da corporação é que cada artesão produza obras-primas. Nas eras aristocráti-

cas, a meta das artes é, portanto, fazer o melhor possível, não mais depressa ou mais barato.

Quando, ao contrário, cada profissão é aberta a todos, a multidão entra e sai dela sem cessar e seus diversos membros se tornam estranhos, indiferentes e quase invisíveis uns aos outros; por causa de seu grande número, o vínculo social é destruído e cada operário, voltado para si mesmo, preocupa-se apenas com ganhar o máximo possível de dinheiro com o mínimo custo: limita-o unicamente a vontade do consumidor. Ora, sucede que, ao mesmo tempo, uma revolução correspondente se faz sentir neste último.

Nos países em que a riqueza, como o poder, está concentrado em algumas mãos e delas não sai, o uso da maioria dos bens deste mundo pertence a um pequeno número de indivíduos, sempre o mesmo; a necessidade, a opinião, a moderação dos desejos afastam todos os demais.

Como essa classe aristocrática se mantém imóvel no ponto de grandeza em que está situada, sem se reduzir nem se ampliar, ela sente sempre as mesmas necessidades, e as sente da mesma maneira. Os homens que a compõem adquirem naturalmente, na posição superior e hereditária que ocupam, o gosto pelo que é muito bem feito e muito duradouro.

Isso dá um formato geral às idéias da nação em matéria de artes.

É freqüente que, nesses povos, o próprio camponês prefira se privar inteiramente dos objetos que cobiça a adquiri-los imperfeitos.

Portanto, nas aristocracias, os operários trabalham apenas para um número limitado de compradores, difíceis de serem satisfeitos. É principalmente da perfeição de seus trabalhos que depende o ganho que esperam.

Não é mais assim quando, destruídos todos os privilégios, os níveis se misturam e todos os homens descem ou sobem sem cessar na escala social.

Sempre se encontra, no seio de um povo democrático, uma multidão de cidadãos cujo patrimônio se divide e decresce. Eles contraíram, em tempos melhores, certas necessidades que lhes restam depois que a faculdade de satisfazê-las não existe mais, e buscam com inquietude se não haveria algum meio indireto para atendê-las.

Por outro lado, sempre vemos nas democracias um número enorme de homens cuja fortuna aumenta, mas cujos desejos aumentam muito mais rápido do que a fortuna, e que devoram com os olhos os bens que ela lhes promete, muito tempo antes de ela os propiciar. Estes procuram de todo modo abrir caminhos mais curtos para esses desfrutes próximos. Da combinação dessas duas causas resulta que sempre encontramos nas democracias uma multidão de cidadãos cujas necessidades estão acima dos recursos e que consentiriam de bom grado em satisfazê-las incompletamente a renunciar de todo ao objeto de sua cobiça.

O operário compreende facilmente essas paixões porque ele próprio as compartilha: nas aristocracias, ele procurava vender seus produtos muito caro a uns poucos; percebe agora que haveria um meio mais expeditivo de enriquecer, que seria vendê-los barato a todos.

Ora, há tão-somente duas maneiras de conseguir baixar o preço de uma mercadoria.

A primeira é encontrar meios melhores, mais curtos e mais inteligentes de produzi-la. A segunda é fabricar em maior quantidade objetos mais ou menos semelhantes, mas de menor valor. Nos povos democráticos, todas as faculdades intelectuais do operário estão dirigidas para esses dois pontos.

Ele se esforça para inventar processos que lhe permitam trabalhar, não apenas melhor, mas também mais depressa e a menor custo, e, se não o conseguir, que lhe permitam diminuir as qualidades intrínsecas da coisa que faz, sem a tornar inteiramente imprópria ao uso a que se destina. Quando só os ricos possuíam relógios, quase todos eram excelentes. Hoje só se fazem relógios medíocres, mas todo o mundo tem um. Assim, a democracia não tende apenas a dirigir o espírito humano para as artes úteis; ela leva também os artesãos a fazer rapidamente muitas coisas imperfeitas, e o consumidor a se contentar com elas.

Não é que nas democracias a arte não seja capaz, se preciso, de produzir maravilhas. Isso às vezes se vê quando se apresentam compradores que aceitam pagar o tempo e a fadiga. Nessa luta de todas as indústrias, no meio dessa imensa concorrência e dessas incontáveis tentativas, formam-se ope-

rários excelentes que penetram até os últimos limites de sua profissão; mas raramente têm a oportunidade de mostrar o que sabem fazer: poupam cuidadosamente seus esforços, mantêm-se numa sábia mediocridade que avalia a si própria e que, podendo ir além do objetivo que se propõe, visa tão-somente à meta que atinge. Já nas aristocracias, os operários fazem tudo o que sabem fazer e, quando param, é porque estão no limite da sua ciência.

Quando chego a um país e vejo as artes produzirem alguns produtos admiráveis, isso nada me informa sobre o estado social e a constituição política dele. Mas, se percebo que, nele, os produtos das artes são em geral imperfeitos, em grande quantidade e de preço baixo, fico certo de que, no povo em que isso ocorre, os privilégios se debilitam; as classes começam a se misturar e logo vão se confundir.

Os artesãos que vivem nas eras democráticas não procuram apenas pôr ao alcance de todos os cidadãos seus produtos úteis, mas se esforçam também para dar a todos os seus produtos qualidades brilhantes, que estes não possuem.

Na confusão de todas as classes, cada um espera poder parecer o que não é e se desdobra em grandes esforços para consegui-lo. A democracia não faz nascer esse sentimento, que é plenamente natural no coração do homem; mas ela o aplica às coisas materiais – a hipocrisia da virtude existe em todos os tempos, a do luxo pertence mais particularmente aos séculos democráticos.

Para satisfazer a essas novas necessidades da vaidade humana não há impostura a que as artes não recorram; a indústria vai às vezes tão longe nesse sentido que não raro acaba se prejudicando. Já conseguiu imitar tão perfeitamente o diamante, que é fácil se enganar. A partir do momento em que inventarem a arte de fabricar diamantes falsos, de maneira que não se possa mais distingui-los dos verdadeiros, ambos provavelmente serão abandonados e voltarão a ser simples pedrinhas.

Isso me leva a falar daquelas artes que foram chamadas, por excelência, de belas-artes.

Não creio que o efeito necessário do estado social e das instituições democráticas seja diminuir o número de homens

que cultivam as belas-artes; mas essas causas influem poderosamente na maneira como elas são cultivadas. Se a maioria dos que já tinham adquirido o gosto pelas belas-artes empobrece e, por outro lado, muitos dos que ainda não são ricos começam a adquirir, por imitação, o gosto por elas, a quantidade de consumidores em geral aumenta, e os consumidores muito ricos e refinados tornam-se mais raros. Sucede então nas belas-artes algo análogo ao que já mostrei quando falei das artes úteis: os artistas multiplicam suas obras e diminuem o mérito de cada uma delas.

Não podendo mais ter em vista o grande, busca-se o elegante e o bonito; tende-se menos à realidade do que à aparência.

Nas aristocracias, foram feitos alguns grandes quadros; nos países democráticos, uma multidão de pequenas pinturas. Nas primeiras, elevam-se estátuas de bronze, nas segundas moldam-se estátuas de gesso.

Quando cheguei pela primeira vez a Nova York, por essa parte do oceano Atlântico a que chamam Costa Leste, fiquei surpreso ao perceber, ao longo do litoral, a alguma distância da cidade, certo número de palacetes de mármore branco, vários dos quais tinham uma arquitetura antiga; no dia seguinte, tendo ido observar mais de perto o que mais atraía meu olhar, descobri que suas paredes eram de tijolo caiado e suas colunas de madeira pintada. Assim também todos os monumentos que eu admirara na véspera.

O estado social e as instituições democráticas proporcionam, além disso, a todas as artes de imitação, certas tendências particulares que é fácil assinalar. Desviam-nas com frequência da pintura da alma para ligá-las tão-somente à pintura do corpo; e substituem a representação dos sentimentos e das idéias pela dos movimentos e das sensações; enfim, no lugar do ideal põem o real.

Duvido que Rafael tenha feito um estudo tão aprofundado dos menores artificios do corpo humano quanto os desenhistas de nossos dias. Não dava a mesma importância que estes à rigorosa exatidão nesse ponto, pois pretendia superar a natureza. Queria fazer do homem algo que fosse superior ao homem; empreendeu embelezar a própria beleza.

David e seus discípulos, ao contrário, eram tão bons anatomistas quanto bons pintores. Representavam maravilhosamente bem os modelos que tinham diante dos olhos, mas era raro que imaginassem o que quer que fosse além disso; seguiam exatamente a natureza, ao passo que Rafael procurava algo melhor que esta. Deixaram-nos uma exata pintura do homem, mas o primeiro nos fez entrever a Divindade em suas obras.

Pode-se aplicar à própria escolha do tema o que já disse da maneira de tratá-lo.

Os pintores da Renascença comumente procuravam acima deles, ou longe de seu tempo, grandes temas que dessem livre curso à sua imaginação. Nossos pintores empregam com freqüência seu talento para reproduzir exatamente os detalhes da vida privada que têm incessantemente diante dos olhos, e copiam em toda a parte pequenos objetos, que já têm demasiados originais na natureza.

CAPÍTULO XII

Por que os americanos erguem ao mesmo tempo monumentos tão pequenos e tão grandes

Acabo de dizer que, nas eras democráticas, os monumentos das artes tendiam a se tornar mais numerosos e menores. Apresso-me a indicar a exceção a essa regra.

Nos povos democráticos, os indivíduos são muito fracos, mas o Estado, que representa todos eles e a todos mantém em sua mão, é muito forte. Em nenhum outro lugar os cidadãos parecem menores do que numa nação democrática. Em nenhum outro lugar a própria nação parece maior e o espírito dela faz com maior facilidade um vasto quadro. Nas sociedades democráticas, a imaginação dos homens se reduz quando eles pensam em si mesmos; ela se estende indefinidamente quando pensam no Estado. Decorre daí que os mesmos homens que vivem pequenamente em casas apertadas com freqüência visam ao gigantesco quando se trata de monumentos públicos.

Os americanos estabeleceram, no lugar que desejavam fazer sua capital, o recinto de uma cidade imensa, que, ainda hoje, não é mais povoada do que Pontoise, mas que, segundo eles, deve conter um dia um milhão de habitantes; já arrancaram as árvores num raio de dez léguas, com medo de que viessem a incomodar os futuros cidadãos dessa metrópole imaginária. Ergueram, no centro da cidade, um palácio magnífico para servir de sede ao congresso e lhe deram o pomposo nome de Capitólio.

Todos os dias, os próprios Estados federados concebem e executam empreendimentos prodigiosos, que impressionaria o gênio das grandes nações da Europa.

Assim, a democracia não leva apenas os homens a realizar uma multidão de pequenas obras; leva-os também a erguer um pequeno número de enormes monumentos. Mas entre esses dois extremos não há nada. Alguns restos esparsos de vastíssimos edifícios não anunciam nada, portanto, sobre o estado social e as instituições dos povos que os erigiu.

Acrescento, muito embora isso saia do meu tema, que não fazem conhecer melhor sua grandeza, suas luzes e sua prosperidade real.

Todas as vezes que um poder qualquer for capaz de fazer todo um povo concorrer para uma só empresa, conseguirá com pouca ciência e muito tempo tirar do concurso de tão ingentes esforços algo imenso, sem que por isso se deva concluir que o povo é feliz, esclarecido ou mesmo forte. Os espanhóis encontraram a cidade do México repleta de templos magníficos e vastos palácios; o que não impediu Cortez de conquistar o império do México com seiscentos infantes e dezesseis cavalos.

Se os romanos houvessem conhecido melhor as leis da hidráulica, não teriam erguido todos aqueles aquedutos que rodeiam as ruínas de suas cidades, e teriam feito melhor emprego de seu poder e de sua riqueza. Se houvessem descoberto a máquina a vapor, talvez não houvessem estendido até as extremidades de seu império esses longos rochedos artificiais chamados vias romanas.

Essas coisas são magníficos testemunhos de sua ignorância, assim como de sua grandeza.

Um povo que não deixasse outros vestígios de sua passagem, além de alguns canos de chumbo enterrados no chão e alguns trilhos de ferro em sua superfície, poderia ter sido mais senhor da natureza do que os romanos.

CAPÍTULO XIII

A fisionomia literária das eras democráticas

Quando entramos na loja de um livreiro nos Estados Unidos e corremos os olhos pelos livros americanos que abastecem as estantes, a quantidade de obras parece enorme, enquanto a de autores conhecidos parece, ao contrário, mínima.

Encontramos primeiramente uma multidão de tratados elementares destinados a dar a primeira noção dos conhecimentos humanos. A maior parte dessas obras foi composta na Europa. Os americanos as reimprimem, adaptando-as a seu uso. Vem em seguida uma quantidade quase inumerável de livros de religião, Bíblias, sermões, anedotas pias, contravérsias, relatórios de instituições de caridade. Aparece enfim o longo rol dos panfletos políticos: na América, os partidos não fazem livros para se combater, mas brochuras que circulam com uma rapidez incrível, vivem um dia e morrem.

No meio de todas essas obscuras produções do espírito humano aparecem as obras mais notáveis de apenas um pequeno número de autores conhecidos dos europeus, ou que deviam sê-lo.

Conquanto a América seja talvez, nos dias de hoje, o país civilizado em que as pessoas menos se ocupam de literatura, lá encontramos uma grande quantidade de indivíduos que se interessam pelas coisas do espírito e que delas fazem, senão o estudo da vida inteira, pelo menos o encanto de seus momentos de lazer. Mas é a Inglaterra que fornece a eles a maioria dos livros que reclamam. Quase todas as grandes obras inglesas são reproduzidas nos Estados Unidos. O gênio literário da Grã-Bretanha ainda projeta seus raios até o fundo

das florestas do novo mundo. Não há cabana de pioneiro em que não se encontrem alguns volumes avulsos de Shakespeare. Lembro-me de ter lido pela primeira vez o drama feudal de Henrique V numa *log-house*.

Os americanos não só vão se nutrir cada dia nos tesouros da literatura inglesa, como também podemos dizer com veracidade que eles encontram a literatura da Inglaterra em seu próprio solo. Entre o pequeno número de homens que se ocupam, nos Estados Unidos, de compor obras de literatura, a maioria são ingleses quanto ao fundo e, sobretudo, quanto à forma. Eles transportam assim para o meio da democracia as idéias e os usos literários correntes na nação aristocrática que tomaram por modelo. Pintam com cores emprestadas dos costumes estrangeiros; quase nunca representam em sua realidade o país que os viu nascer, raramente são populares nele.

Os cidadãos dos Estados Unidos parecem, eles próprios, tão convencidos de que não é para eles que se publicam livros que, antes de se fixarem no mérito de um de seus escritores, comumente esperam que este tenha sido apreciado na Inglaterra. Assim, em matéria de quadros, deixam de bom grado ao autor do original o direito de julgar a cópia.

Portanto, os habitantes dos Estados Unidos ainda não possuem, propriamente falando, uma literatura. Os únicos autores que reconheço como americanos são jornalistas. Não são grandes escritores, mas falam a língua do país e se fazem entender por ele. Não vejo nos outros mais que estrangeiros. Eles são para os americanos o que foram nossos imitadores dos gregos e dos romanos na época do renascimento das letras: um objeto de curiosidade, e não de simpatia geral. Eles distraem o espírito e não agem sobre os costumes.

Já disse que esse estado de coisas estava longe de decorrer somente da democracia e que era necessário buscar suas causas em várias circunstâncias particulares e independentes dela.

Se os americanos, ao mesmo tempo que conservavam seu estado social e suas leis, tivessem outra origem e se vissem transportados para outro país, não duvido que tivessem uma literatura. Tal como são, tenho certeza de que acabarão

por ter uma, mas ela terá um caráter diferente do que se manifesta nos escritos americanos de nossos dias e que lhe será próprio. Não é impossível esboçar esse caráter antecipadamente.

Suponhamos um povo aristocrático em que sejam cultivadas as letras. Nele, os trabalhos da inteligência, assim como os negócios do governo, são regidos por uma classe soberana. A literatura, como a existência política, está quase inteiramente concentrada nessa classe ou nas que dela são mais próximas. Isso me basta para ter a chave de todo o resto.

Quando um pequeno número de homens, sempre os mesmos, se ocupa ao mesmo tempo dos mesmos objetos, eles se entendem facilmente e estabelecem em comum certas regras principais que devem dirigir cada um deles. Se o objeto que atrai a atenção desses homens for a literatura, os trabalhos do espírito logo serão submetidos por eles a algumas leis precisas, das quais não será mais permitido afastar-se.

Se esses homens ocupam no país uma posição hereditária, serão naturalmente inclinados não apenas a adotar para si certo número de regras fixas, mas também a seguir as que seus avós tinham se imposto; sua legislação será a uma só vez rigorosa e tradicional.

Como não estão necessariamente preocupados com as coisas materiais, e nunca estiveram, nem tampouco seus pais, eles puderam se interessar, durante várias gerações, pelos trabalhos do espírito. Compreenderam a arte literária e acabam por apreciá-la por ela mesma e por experimentar um douto prazer ao ver que o povo a ela se conforma.

Não é tudo ainda: os homens de que falo começaram sua vida e a terminam no bem-estar ou na riqueza; conceberam portanto, naturalmente, o gosto pelos deleites requintados e o amor pelos prazeres finos e delicados.

Muito mais, certa languidez de espírito e de coração, que muitas vezes contraem no meio desse longo e aprazível uso de tantos bens, leva-os a afastar de seus prazeres mesmos o que poderia haver neles de demasiado inesperado e demasiado vivo. Eles preferem ser distraídos a ser vivamente comovidos; querem que os interessem, mas não que os arrebatem.

Imaginem agora um grande número de trabalhos literários executados pelos homens que acabo de pintar, ou para eles, e imaginarão sem dificuldade uma literatura em que tudo será regular e coordenado de antemão. A menor obra será cuidada em seus mais ínfimos detalhes; a arte e o trabalho se manifestarão em todas as coisas; cada gênero terá suas regras particulares, de que não será permitido afastar-se e que o isolarão de todos os outros.

O estilo parecerá quase tão importante quanto a idéia, a forma quase tão importante quanto o fundo; o tom será polido, moderado, contido. O espírito terá sempre um ar nobre, raramente uma atitude viva, e os escritores se aplicarão mais a aperfeiçoar do que a produzir.

Acontecerá vez por outra aos membros da classe letrada, que vivem apenas entre si e escrevem unicamente para si, perderem de vista o resto do mundo, o que os lançará no rebuscado e no falso; eles se imporão pequenas regras literárias para uso próprio, que os afastarão insensivelmente do bom senso e os conduzirão por fim fora da natureza.

À força de querer falar uma linguagem diferente da vulgar, chegarão a uma espécie de jargão aristocrático, que não é menos afastado da boa linguagem do que a gíria do povo.

Estes são os óbices naturais da literatura nas aristocracias.

Toda aristocracia que se coloque inteiramente à parte do povo se torna impotente. Isso é verdade tanto nas letras como na política¹.

Viremos agora o quadro e consideremos seu verso.

Transportemo-nos ao seio de uma democracia que suas antigas tradições e suas luzes presentes tomam sensível aos deleites do espírito. Nela, as posições sociais são mescladas e confundidas; os conhecimentos, como o poder, são divididos ao infinito e, se ousar dizer, espalhados por toda a parte.

Eis uma multidão confusa cujas necessidades estão por satisfazer. Esses novos amantes dos prazeres do espírito não receberam todos a mesma educação, não possuem as mesmas luzes, não se assemelham a seus pais e, a cada instante, diferenciam-se de si mesmos, porque mudam sem cessar de lugar, de sentimentos e de fortuna. Portanto, o espírito de cada um deles não está ligado ao de todos os demais por tradi-

ções e hábitos comuns, e nunca tiveram nem o poder, nem a vontade, nem o tempo de se entender entre si.

No entanto, é no meio dessa multidão incoerente e agitada que nascem os autores, e é ela que distribui a esses os lucros e a glória.

Não tenho dificuldade para compreender que, sendo assim as coisas, devo esperar não encontrar na literatura de tal povo mais que um pequeno número dessas convenções rigorosas que os leitores e escritores das eras aristocráticas reconhecem. Se acontecesse que os homens de uma época se pusessem de acordo sobre algumas delas, isso não provaria nada para a época seguinte; porque, nas nações democráticas, cada nova geração é um novo povo. Nessas nações, as letras dificilmente seriam submetidas a regras estritas, e é praticamente impossível que o sejam um dia a regras permanentes.

Nas democracias, nem todos os homens que se ocupam de literatura receberam uma educação literária — longe disso —, e entre os que têm algum verniz de belas-letas, a maior parte segue carreira política ou abraça uma profissão de que só por momentos pode se afastar, para apreciar furtivamente os prazeres do espírito. Portanto, não fazem desses prazeres o encanto principal de sua existência, mas os consideram como um recreio passageiro e necessário no meio dos sérios trabalhos da vida. Tais homens nunca seriam capazes de adquirir um conhecimento bastante aprofundado da arte literária para sentir suas delicadezas: as pequenas nuances lhes escapam. Dispondo apenas de um tempo bem curto para dedicar às letras, querem aproveitá-lo integralmente. Gostam dos livros obtidos sem dificuldade, que se lêem depressa, que não exigem eruditas pesquisas para serem compreendidos. Pedem belezas fáceis, que se entregam por si mesmas e que se podem deleitar de imediato; necessitam sobretudo do inesperado e do novo. Habitados a uma existência prática, acomodada, monótona, necessitam de emoções vivas e rápidas, de clarões súbitos, de verdades ou erros brilhantes que os arranquem no ato de si mesmos e os introduzam de repente e, como que por violência, no meio do tema.

Que mais preciso dizer? E quem não compreende, sem que eu precise exprimi-lo, o que vai se seguir?

Tomada em seu conjunto, a literatura das eras democrá-

ticas não seria capaz de apresentar, como nos tempos de aristocracia, a imagem da ordem, da regularidade, da ciência e da arte. Nela, a forma será, de ordinário, negligenciada, às vezes menosprezada; o estilo, freqüentemente, se mostrará esquisito, incorreto, sobrecarregado e mole, e quase sempre destemido e veemente. Os autores visarão à rapidez de execução mais que à perfeição dos detalhes. Os pequenos escritos serão mais freqüentes do que os livros volumosos, o espírito mais que a erudição, a imaginação mais que a profundidade; reinará uma força inculta e quase selvagem em seu pensamento, e muitas vezes uma variedade muito grande e uma fecundidade singular em seus produtos. Procurará muito mais surpreender do que agradar, e se esforçará mais por arrebatá-las as paixões do que em cativar o gosto.

Encontraremos sem dúvida, de longe em longe, escritores que vão querer seguir outro caminho e, se tiverem um mérito superior, conseguirão, a despeito de seus defeitos e de suas qualidades, ser lidos; mas serão raras essas exceções, e os mesmos que, no conjunto de suas obras, saírem assim do comum, a este voltarão por alguns detalhes.

Acabo de pintar dois estados extremos; mas as nações não passam de repente do primeiro ao segundo; só conseguem fazê-lo gradativamente e através de nuanças infinitas. Na passagem que leva um povo letrado de um estado ao outro, quase sempre sobrevém um momento em que, encontrando-se o gênio literário das nações democráticas com o das aristocracias, ambos parecem querer reinar de comum acordo sobre o espírito humano.

São épocas passageiras, mas muito brilhantes: tem-se então a fecundidade sem exuberância e o movimento sem confusão. Assim foi a literatura francesa do século XVIII.

Iria mais longe que meu pensamento se dissesse que a literatura de uma nação é sempre subordinada a seu estado social e à sua constituição política. Sei que, independentemente dessas causas, há várias outras que proporcionam certas características às obras literárias; mas essas me parecem as principais.

As relações que existem entre o estado social e político de um povo e o gênio de seus escritores sempre são muito numerosas; quem conhece um nunca ignora completamente o outro.

CAPÍTULO XIV

Da indústria literária

A democracia não faz apenas o gosto pelas letras penetrar nas classes industriais, ela também introduz o espírito industrial no seio da literatura.

Nas aristocracias, os leitores são difíceis e pouco numerosos; nas democracias, é menos difícil agradá-los, e seu número é prodigioso. Resulta daí que, nos povos aristocráticos, só se deve esperar ter êxito mediante ingentes esforços, e que esses esforços, que podem proporcionar muita glória, nunca seriam capazes de proporcionar muito dinheiro; ao passo que, nas nações democráticas, um escritor pode se gabar de obter a pouco custo um renome medíocre e uma grande fortuna. Não é necessário para tanto que o admirem, basta que o leiam.

A multidão sempre crescente de leitores e a necessidade contínua que têm do novo garantem a difusão de um livro que eles nem estimam.

Nos tempos de democracia, o público muitas vezes age com os autores como os reis costumam fazê-lo com seus cortesãos: enriquece-os e despreza-os. Que mais necessitam as almas venais que nascem nas cortes ou que são dignas de nelas viver?

As literaturas democráticas formigam sempre desses autores que não percebem nas letras nada mais que uma indústria e, para alguns grandes escritores que nelas se assinalam, contam-se aos milhares os vendedores de idéias.

CAPÍTULO XV

Por que o estudo da literatura grega e latina é particularmente útil nas sociedades democráticas

O que era chamado de povo nas repúblicas mais democráticas da Antiguidade não se parecia muito com o que nós designamos por povo. Em Atenas, todos os cidadãos participavam dos negócios públicos, mas não havia mais que vinte mil cidadãos em mais de trezentos e cinquenta mil habitantes: todos os outros eram escravos e cumpriam a maior parte das funções que hoje pertencem ao povo e até à classe média.

Atenas, com seu sufrágio universal, não passava pois, afinal de contas, de uma república aristocrática, em que todos os nobres tinham igual direito ao governo.

Deve-se considerar a luta dos patrícios e dos plebeus de Roma à mesma luz e não ver nela mais que uma querela intestina entre os benjamins e primogênitos da mesma família. De fato, todos pertenciam à aristocracia, e dela tinham o espírito.

Além disso, cumpre observar que, em toda a Antiguidade, os livros eram raros e caros, que se tinha grande dificuldade para reproduzi-los e fazê-los circular. Essas circunstâncias, concentrando num pequeno número de homens o gosto pelas letras e seu uso, constituíam como que uma pequena aristocracia literária da elite de uma grande aristocracia política. Por isso, nada anuncia que, entre os gregos e os romanos, as letras tenham sido tratadas alguma vez como uma indústria.

Esses povos, que não formavam apenas aristocracias, mas que também eram nações muito civilizadas e livres, tiveram pois de dar a suas produções literárias os vícios particulares

e as qualidades especiais que caracterizam a literatura das eras aristocráticas.

De fato, basta correr os olhos pelos escritos que nos deixou a Antiguidade para descobrir que, se os escritores por vezes careceram então de variedade e de fecundidade nos temas, de ousadia, movimento e generalização no pensamento, sempre mostraram uma arte e um cuidado admiráveis nos detalhes; nada em suas obras parece feito às pressas nem ao acaso; tudo é escrito para conhecedores, e a busca da beleza ideal se revela o tempo todo. Não há literatura que ponha mais em relevo que a dos antigos as qualidades que faltam naturalmente aos escritores das democracias. Não há portanto literatura que mais convenha estudar nas eras democráticas. Esse estudo é, dentre todos, o mais apto a combater os defeitos literários inerentes a tais eras; quanto às suas qualidades naturais, elas nascerão sozinhas, sem que seja necessário aprender a adquiri-las.

Aqui é preciso entendermo-nos bem.

Um estudo pode ser útil à literatura de um povo e não ser apropriado a suas necessidades sociais e políticas.

Se se obstinassem a ensinar apenas as belas-letas numa sociedade em que cada um seria habitualmente levado a fazer violentos esforços para aumentar sua fortuna ou para mantê-la, teriam cidadãos muito cultos e muito perigosos; porque, como o estado social e político lhes daria, todos os dias, necessidades que a educação nunca lhes ensinaria a satisfazer, perturbariam o Estado em nome dos gregos e dos romanos, em vez de fecundá-lo com sua indústria.

É evidente que, nas sociedades democráticas, o interesse dos indivíduos, tanto quanto a segurança do Estado, exige que a educação da maioria seja científica, comercial e industrial, muito mais que literária.

O grego e o latim não devem ser ensinados em todas as escolas; mas é importante que aqueles cuja natureza ou fortuna destina a cultivar as letras ou predispõe a apreciá-las encontrem escolas em que possam se apossar perfeitamente da literatura antiga e fazer-se impregnar inteiramente por seu espírito. Algumas universidades excelentes valeriam mais, para atingir essa meta, do que uma multidão de maus colé-

gios, em que estudos supérfluos mal feitos impedem fazer bem estudos necessários.

Todos os que têm a ambição de se destacar nas letras, nas nações democráticas, muitas vezes devem alimentar-se com as obras da Antiguidade. É uma higiene salutar.

Não que eu considere as produções literárias dos antigos irretocáveis. Penso apenas que possuem qualidades especiais que podem servir maravilhosamente para contrabalançar nossos defeitos particulares. Elas nos arrimam do lado em que adernamos.

CAPÍTULO XVI

Como a democracia americana modificou a língua inglesa

Se o que eu disse anteriormente a propósito das letras em geral foi bem compreendido pelo leitor, este conceberá sem dificuldade que espécie de influência o estado social e as instituições democráticas podem exercer sobre a própria língua, que é o primeiro instrumento do pensamento.

Para dizer a verdade, os autores americanos vivem mais na Inglaterra do que em seu país, pois estudam sem cessar os escritores ingleses e os tomam todos os dias por modelo. Não é assim no caso da própria população: esta é submetida mais imediatamente às causas particulares capazes de agir sobre os Estados Unidos. Não é, pois, na linguagem escrita, mas sim na linguagem falada que se deve prestar atenção, se se quiser perceber as modificações que o idioma de um povo aristocrático pode sofrer ao se tornar a língua de uma democracia.

Ingleses instruídos, e apreciadores mais competentes dessas nuances delicadas do que eu mesmo posso ser, garantiram-me com freqüência que as classes esclarecidas dos Estados Unidos se diferenciavam notavelmente, quanto à linguagem, das classes esclarecidas da Grã-Bretanha.

Não se queixavam apenas de que os americanos tinham posto em uso muitas palavras novas – a diferença ou a distância dos países teria bastado para explicá-lo –, mas de que essas novas palavras eram particularmente tomadas seja do jargão dos partidos, seja das artes mecânicas, seja da língua dos negócios. Acrescentavam que as antigas palavras inglesas eram muitas vezes empregadas pelos americanos numa nova acepção. Diziam enfim que os habitantes dos Estados

Unidos misturavam com freqüência os estilos de maneira singular e às vezes punham juntas palavras que, na linguagem da mãe-pátria, tinham o costume de se evitar.

Essas observações, que me foram feitas várias vezes por pessoas que me pareceram dignas de crédito, levaram-me a refletir sobre esse tema, e minhas reflexões me conduziram, pela teoria, ao mesmo ponto a que tinham chegado pela prática.

Nas aristocracias, a língua deve naturalmente participar do repouso em que todas as coisas se mantêm. Fazem-se poucas palavras novas, porque se fazem poucas coisas novas; e, mesmo se coisas novas fossem feitas, procurar-se-ia pintá-las com palavras conhecidas, de que a tradição fixou o sentido.

Se sucede que, nelas, o espírito humano se agite enfim por si próprio, ou que a luz, penetrando de fora, o desperte, as novas expressões que se criam têm um caráter culto, intelectual e filosófico que indica que não devem seu nascimento a uma democracia. Quando a queda de Constantinopla fez as ciências e as letras refluírem para o Ocidente, a língua francesa se viu de repente invadida por uma profusão de palavras novas, que tinham sua raiz no grego e no latim. Viu-se surgir então na França um neologismo erudito, que era usado apenas pelas classes esclarecidas e cujos efeitos nunca se fizeram sentir no povo, ou que só chegaram a ele muito tempo depois.

Todas as nações da Europa ofereceram sucessivamente o mesmo espetáculo. Somente Milton introduziu na língua inglesa mais de seiscentas palavras, quase todas tiradas do latim, do grego ou do hebraico.

O movimento perpétuo que reina no seio de uma democracia tende, ao contrário, a renovar sem cessar a fisionomia da língua, bem como a dos negócios. No meio dessa agitação geral e desse concurso de todos os espíritos, forma-se grande número de idéias novas; idéias antigas se perdem ou reaparecem; ou então se subdividem em pequenas e infinitas nuances.

Encontramos aí, portanto, com freqüência, palavras que devem sair de uso e outras que é necessário introduzir.

As nações democráticas apreciam o movimento por si mesmo, aliás. Isso se vê tanto na língua como na política.

Quando não têm a necessidade de mudar as palavras, sentem às vezes o desejo de fazê-lo.

O gênio dos povos democráticos não se manifesta apenas no grande número de novas palavras que põem em circulação, mas também na natureza das idéias que essas palavras novas representam.

Nesses povos, é a maioria que faz a lei em matéria de língua, assim como em todo o resto. Seu espírito se revela nesse como em outros aspectos. Ora, a maioria está mais ocupada nos negócios do que nos estudos, mais nos interesses políticos e comerciais do que nas especulações filosóficas ou nas belas-letas. A maioria das palavras criadas ou admitidas por ela trarão a marca desses hábitos; servirão principalmente para exprimir as necessidades da indústria, as paixões dos partidos ou os detalhes da administração pública. É desse lado que a língua vai se estender sem cessar, enquanto, ao contrário, abandonará pouco a pouco o terreno da metafísica e da teologia.

Quanto à fonte onde as nações democráticas vão buscar suas palavras novas e à maneira que adotam para fabricá-las, é fácil dizê-la.

Os homens que vivem nos países democráticos não sabem a língua que se falava em Roma e em Atenas, e não têm a preocupação de remontar à Antiguidade para encontrar aí a expressão que lhes falta. Se às vezes recorrem às etimologias cultas, comumente é a vaidade que os faz buscá-las no acervo das línguas mortas, não é a erudição que as oferece naturalmente a seu espírito. Às vezes os mais ignorantes dentre eles é que mais as empregam. O desejo tipicamente democrático de sair da sua esfera leva-os com freqüência a querer realçar uma profissão grosseira com um nome grego ou latino. Quanto mais baixo e mais distante da ciência o ofício, mais seu nome é pomposo e erudito. Assim é que nossos dançarinos sobre corda transformaram-se em acrobatas e funâmbulos.

Na falta de línguas mortas, os povos democráticos tomam naturalmente palavras emprestadas das línguas vivas; porque se comunicam sem cessar entre si, e os homens dos diferentes países se imitam espontaneamente, porque se parecem cada dia mais.

Mas é principalmente em sua própria língua que os povos democráticos buscam os meios de inovar. Retornam de quando em quando, em seu vocabulário, expressões esquecidas que repõem em circulação, ou retiram de uma classe particular de cidadãos um termo que lhe é próprio, para fazê-lo entrar com um sentido figurado na linguagem habitual. Uma multidão de expressões que, inicialmente, tinham pertencido apenas à língua especial de um partido ou de uma profissão, vêem-se assim arrastadas ao uso geral.

O expediente mais corriqueiro que os povos democráticos empregam para inovar em matéria de linguagem consiste em dar a uma expressão já em uso um sentido inusitado. Esse método é simplíssimo, pronto e cômodo. Não é necessário ciência para servir-se adequadamente dele, e a própria ignorância facilita seu emprego. Mas ela faz a língua correr grandes riscos. Os povos democráticos, duplicando assim o sentido de uma palavra, às vezes tornam duvidoso o que abandonam e o que lhe dão.

Um autor começa desviando um pouco uma expressão conhecida de seu sentido primitivo e, depois de a ter assim modificado, adapta-a como pode a seu tema. Vem outro, que puxa a significação para outro lado; um terceiro arrasta-a consigo num novo caminho; e, como não há árbitro comum, não há tribunal permanente capaz de fixar definitivamente o sentido da palavra, esta permanece numa situação ambulante. Isso faz que os escritores quase nunca pareçam prender-se a um só pensamento, mas sempre mirar no meio de um grupo de idéias, deixando ao leitor o cuidado de julgar a que foi atingida.

Isso é uma conseqüência incômoda da democracia. Eu preferiria que eriçassem a língua com palavras chinesas, tártaras ou huronianas, a tornar incerto o sentido das palavras francesas. A harmonia e a homogeneidade não passam de belezas secundárias da linguagem. Há muita convenção nesses tipos de coisas, e a rigor podemos dispensá-las. Mas não há boa língua sem termos claros.

A igualdade traz necessariamente outras mudanças à linguagem.

Nos tempos aristocráticos, em que cada nação tende a se manter afastada de todas as outras e gosta de ter uma fisio-

nomia própria, sucede com freqüência que vários povos de origem comum se tornem sobremaneira estranhos uns aos outros, de tal sorte que, sem cessar de poderem se entender, não falam mais todos da mesma maneira.

Nesses mesmos tempos, cada nação é dividida num certo número de classes que se vêem pouco e não se misturam; cada uma dessas classes adquire e conserva invariavelmente hábitos intelectuais próprios apenas dela, e adota preferencialmente certas palavras e certos termos que passam em seguida de geração em geração, como herança. Encontramos então no mesmo idioma uma língua de pobres e uma língua de ricos, uma língua de vilões e uma língua de nobres, uma língua culta e uma língua vulgar. Quanto mais profundas as divisões e mais intransponíveis as barreiras, mais deve ser assim. Eu apostaria de bom grado que, entre as castas da Índia, a linguagem varia prodigiosamente e que há quase tanta diferença entre a língua de um pária e a de um brâmane quanta entre seus trajes.

Quando, ao contrário, os homens, não sendo mais mantidos em seu lugar, se vêem e se comunicam sem cessar, quando as castas são destruídas e as classes se renovam e se confundem, todas as palavras da língua se misturam. As que não podem convir à maioria perecem; o resto forma uma massa comum, em que cada um se serve mais ou menos ao acaso. Quase todos os diferentes dialetos que dividiam os idiomas da Europa tendem visivelmente a se eclipsar; não há patoá no novo mundo, e eles desaparecem cada dia no velho.

Essa revolução no estado social influi tanto sobre o estilo quanto sobre a língua.

Todo o mundo não só utiliza as mesmas palavras, como também as pessoas se acostumam a empregar indiferentemente cada uma delas. As regras que o estilo havia criado são quase destruídas. Já não se encontram expressões que, por sua natureza, parecem vulgares, e outras que parecem distintas. Como indivíduos oriundos de diversos níveis sociais levaram consigo, à posição que chegaram, as expressões e os termos que costumavam usar, a origem das palavras, como a dos homens, se perdeu, e criou-se uma confusão na linguagem, como na sociedade.

Sei que na classificação das palavras há regras que não pertencem a uma forma ou outra de sociedade, mas que derivam da própria natureza das coisas. Há expressões e construções que são vulgares porque os sentimentos que devem exprimir são realmente baixos, outras que são elevadas porque os objetos que querem pintar são naturalmente altos.

Os níveis sociais, mesmo misturando-se, nunca farão desaparecer essas diferenças. Mas a igualdade não pode deixar de destruir o que é puramente convencional e arbitrário nas formas do pensamento. Nem mesmo sei se a classificação necessária, que indiquei mais acima, não será sempre menos respeitada num povo democrático do que em outro; porque, num povo assim, não há homens cuja educação, cujas luzes e cujo lazer disponham de maneira permanente a estudar as leis naturais da linguagem e as façam ser respeitadas, observando-as eles próprios.

Não quero deixar esse tema sem pintar as línguas democráticas por um derradeiro traço que talvez as caracterizará mais que todos os outros.

Mostrei anteriormente que os povos democráticos tinham o gosto e, não raro, a paixão pelas idéias gerais; isso decorre de qualidades e defeitos que lhes são próprios. Esse amor às idéias gerais se manifesta, nas línguas democráticas, pelo uso contínuo dos termos genéricos e das palavras abstratas, e pela maneira como são empregados. É esse o grande mérito e a grande fraqueza dessas línguas.

Os povos democráticos amam apaixonadamente os termos genéricos e as palavras abstratas, porque essas expressões ampliam o pensamento e, permitindo encerrar num pequeno espaço muitos objetos, ajudam o trabalho da inteligência.

Um escritor democrático dirá naturalmente, de maneira abstrata, *as capacidades*, para significar os homens capazes, e sem entrar no detalhe das coisas a que essa capacidade se aplica. Falará das *atualidades* para pintar com uma só pincelada as coisas que se passam neste momento diante dos seus olhos e compreenderá sob a palavra *eventualidades* tudo o que pode acontecer no universo a partir do momento em que fala.

Os escritores democráticos fazem sem cessar palavras abstratas dessa espécie ou tomam num sentido cada vez mais abstrato as palavras abstratas da língua.

Mais ainda, para tornar o discurso mais rápido, personificam o objeto dessas palavras abstratas e o fazem agir como um indivíduo real. Dirão que *a força das coisas exige que as capacidades governem*.

Gostaria de explicar meu pensamento por meu próprio exemplo.

Empreguei com freqüência a palavra igualdade num sentido absoluto; ademais, personifiquei a igualdade em vários pontos, e foi assim que me aconteceu dizer que a igualdade fazia certas coisas ou se abstinha de fazer certas outras. Pode-se afirmar que os homens do século de Luís XIV não teriam falado dessa maneira; nunca teria vindo ao espírito de nenhum deles usar a palavra igualdade sem aplicá-la a uma coisa particular e teriam preferido renunciar a empregar tal palavra a fazer da igualdade uma pessoa viva.

Essas palavras abstratas que enchem as línguas democráticas e que são usadas a torto e a direito, sem ligá-las a nenhum fato particular, ampliam e velam o pensamento; elas tornam a expressão mais rápida e a idéia menos nítida. Mas, em matéria de linguagem, os povos democráticos preferem a obscuridade ao trabalho.

Aliás, não sei se o vago não possui certo encanto secreto para os que falam e escrevem, nesses povos.

Os homens que entre eles vivem, por serem com freqüência entregues aos esforços individuais de sua inteligência, são quase sempre trabalhados pela dúvida. Ademais, como sua situação muda sem cessar, nunca são mantidos aferados a nenhuma de suas opiniões pela imobilidade de sua fortuna.

Os homens que vivem nos países democráticos têm, pois, com freqüência, pensamentos vacilantes; necessitam de expressões muito amplas para contê-los. Como nunca sabem se a idéia que exprimem hoje convirá à nova situação que terão amanhã, nutrem naturalmente o gosto pelos termos abstratos. Uma palavra abstrata é como que uma caixa com fundo falso: podem-se enfiar nela as idéias que se quiser e retirá-las sem que ninguém perceba.

Em todos os povos, os termos genéricos e abstratos constituem o acervo da linguagem. Não pretendo, pois, que

essas palavras só sejam encontradas nas línguas democráticas; digo apenas que a tendência dos homens, nos tempos de igualdade, é aumentar particularmente a quantidade de palavras dessa espécie, tomá-las sempre de forma isolada em sua acepção mais abstrata e utilizá-las a cada instante, mesmo quando a necessidade do discurso não o requer.

CAPÍTULO XVII

De algumas fontes de poesia nas nações democráticas

Foram dadas várias interpretações, bastante diferentes, da palavra poesia. Seria cansar os leitores procurar com eles qual desses diferentes sentidos convém escolher; prefiro dizer logo o que escolhi.

A poesia, a meu ver, é a busca e a pintura do ideal.

Quem, subtraindo uma parte do que existe, acrescentando alguns traços imaginários ao quadro, combinando certas circunstâncias reais, mas cujo concurso não exista, completa e amplia a natureza, este é poeta. Assim, a poesia não terá por objetivo representar o verdadeiro, mas orná-lo e oferecer ao espírito uma imagem superior.

Os versos me parecerão como o belo ideal da linguagem e, nesse sentido, serão eminentemente poéticos; mas, por si sós, não constituirão a poesia.

Quero investigar se, entre as ações, os sentimentos e as idéias dos povos democráticos não há que se prestem à imaginação do ideal e que, por esse motivo, devamos considerar como fontes naturais de poesia.

Cumprе reconhecer antes de mais nada que o gosto pelo ideal e pelo prazer que temos ao ver a pintura nunca são tão vivos e tão difundidos num povo democrático quanto no seio de uma aristocracia.

Nas nações aristocráticas, o corpo às vezes age como que por si mesmo, ao passo que a alma está mergulhada num repouso que lhe pesa. Nessas nações, o próprio povo muitas vezes denota gostos poéticos e seu espírito às vezes se alça além e acima do que o rodeia.

Mas, nas democracias, o amor pelo gozo material, a idéia do melhor, a concorrência, o encanto próximo do sucesso, são como agulhões que precipitam o passo de cada homem na trajetória que abraçou e o impedem de se afastar dela um só momento. O principal esforço da alma vai nesse sentido. A imaginação não se apagou, mas se consagra quase exclusivamente a conceber o útil e a representar o real.

A igualdade não apenas desvia os homens da pintura do ideal; ela diminui o número dos objetos a pintar.

A aristocracia, mantendo a sociedade imóvel, favorece a firmeza e a dureza das religiões positivas, assim como a estabilidade das instituições políticas.

Não apenas ela mantém o espírito humano na fé, mas o dispõe a adotar antes esta fé que aquela. Um povo aristocrático sempre será propenso a colocar potências intermediárias entre Deus e o homem.

Podemos dizer que, nisso, a aristocracia se mostra muito favorável à poesia. Quando o universo está povoado de seres sobrenaturais que não são apreendidos pelos sentidos, mas que o espírito descobre, a imaginação sente-se à vontade, e os poetas, encontrando mil temas diferentes para pintar, encontram um sem-número de espectadores prontos para se interessar por seus quadros.

Nas eras democráticas, ocorre às vezes, ao contrário, que as crenças se vão, inconstantes como as leis. A dúvida traz então a imaginação dos poetas de volta à terra e encerra-os no mundo visível e real.

Ainda que não abale as religiões, a igualdade as simplifica; ela desvia a atenção dos agentes secundários e volta-a principalmente para o senhor soberano.

A aristocracia leva naturalmente o espírito humano à contemplação do passado, e nele o fixa. A democracia, ao contrário, dá aos homens uma espécie de repugnância instintiva pelo que é antigo. Nisso, a aristocracia é muito mais favorável à poesia, porque de ordinário as coisas crescem e se velam à medida que se distanciam; e, sob esse duplo aspecto, elas se prestam melhor à pintura do ideal.

Depois de haver tirado da poesia o passado, a igualdade subtrai-lhe em parte o presente.

Nos povos aristocráticos, existe certo número de indivíduos privilegiados, cuja existência está, por assim dizer, fora e acima da condição humana: o poder, a riqueza, a glória, o espírito, a delicadeza e a distinção em todas as coisas parecem pertencer exclusivamente a eles. A multidão nunca os vê muito de perto, ou não os segue nos detalhes; pouco se tem a fazer para tornar poética a descrição desses homens.

Por outro lado, existem nesses mesmos povos classes ignorantes, humildes e submissas; e estas proporcionam matéria à poesia, pelo próprio excesso de sua rudeza e de sua miséria, como as outras por seu refinamento e sua grandeza. Ademais, por serem as diferentes classes de que se compõe um povo aristocrático muito separadas umas das outras e se conhecerem mal entre si, a imaginação sempre pode, ao representá-las, acrescentar algo ao real, ou tirar-lhe.

Nas sociedades democráticas, em que os homens são todos pequenos e semelhantes, cada um, ao se mirar, enxerga no mesmo instante todos os outros. Portanto os poetas que vivem nas eras democráticas jamais seriam capazes de tomar um homem em particular para tema de seu quadro, porque um objeto de grandeza medíocre, que percebemos distintamente de todos os lados, jamais se prestará ao ideal.

Assim, pois, a igualdade, ao se estabelecer na terra, esgota a maior parte das antigas fontes da poesia.

Procuremos mostrar como ela descobre novas fontes.

Quando a dúvida despovoou o céu e os progressos da igualdade reduziram cada homem a proporções mais bem conhecidas e menores, os poetas, não imaginando ainda o que podiam pôr no lugar desses grandes objetos que fugiam com a aristocracia, voltaram os olhos para a natureza inanimada. Perdendo de vista heróis e deuses, empreenderam primeiro pintar rios e montanhas.

Isso deu origem, no século passado, à poesia denominada, por excelência, descritiva.

Alguns pensaram que essa pintura, embelezada com as coisas materiais e inanimadas que cobrem a terra, era a poesia própria dos tempos democráticos; mas creio se tratar de um equívoco. Creio que ela não representa mais que uma época de passagem.

Estou convencido de que, com o correr do tempo, a democracia desvie a imaginação de tudo o que é exterior ao homem, para só fixá-la no homem.

Os povos democráticos podem muito bem se distrair um instante considerando a natureza; mas só se animam realmente à vista de si próprios. É somente aí que se encontram, nesses povos, as fontes naturais da poesia, e é permitido crer que todos os poetas que não quererão beber nelas perderão todo o império sobre a alma dos que pretendem encantar e que terminarão por não ter mais que frios testemunhos dos seus arroubos.

Mostrei como a idéia do progresso e da perfectibilidade indefinida da espécie humana era própria das idades democráticas.

Os povos democráticos não se preocupam muito com o que foi, antes sonham com o que será e, desse ponto de vista, sua imaginação não tem limites: a partir dela, ela se estende e se amplia desmedidamente.

Isso proporciona uma vasta perspectiva aos poetas e lhes permite recuar seu quadro até bem distante de seus olhos. A democracia, que fecha o passado à poesia, abre-lhe o futuro.

Sendo todos os cidadãos que compõem uma sociedade democrática mais ou menos iguais e semelhantes, a poesia não poderia prender-se a nenhum deles; mas a própria nação se oferece ao seu pincel. A similitude de todos os indivíduos, que torna cada um deles separadamente impróprio a se tornar objeto da poesia, permite que os poetas coloquem todos eles numa mesma imagem e considerem enfim o próprio povo. As nações democráticas percebem mais claramente do que todas as demais sua própria figura, e essa grande figura se presta maravilhosamente à pintura do ideal.

Convirei facilmente que os americanos não têm poetas; admitirei também que não têm idéias poéticas.

Na Europa preocupam-se muito com os desertos da América, mas os americanos nem pensam neles. As maravilhas da natureza inanimada encontram-nos insensíveis, e eles, por assim dizer, só percebem as admiráveis florestas que os rodeiam no momento em que elas caem sob suas machadadas. O olhar deles é saturado por outro espetáculo. O povo

americano se vê caminhando através desses ermos, secando os pântanos, corrigindo os rios, povoando os descampados e domando a natureza. Essa imagem magnífica de si mesmos não se oferece apenas de longe em longe à imaginação dos americanos; podemos dizer que ela segue cada um deles nas menores de suas ações, assim como nas principais, e permanece sempre suspensa diante da sua inteligência.

Impossível conceber algo tão pequeno, tão apagado, tão repleto de miseráveis interesses, tão antipoético, numa palavra, do que a vida de um homem nos Estados Unidos; mas, entre os pensamentos que a dirigem, há sempre um que é cheio de poesia, e este é como o nervo oculto que dá vigor a todo o resto.

Nas eras aristocráticas, cada povo, como cada indivíduo, tende a se manter imóvel e separado de todos os outros.

Nas eras democráticas, a extrema mobilidade dos homens e seus impacientes desejos faz que eles mudem o tempo todo de lugar e que os habitantes dos diferentes países se misturem, se vejam, se ouçam e se imitem. Não são, pois, os membros de uma mesma nação que se tornam semelhantes; as próprias nações se assimilam, e todas juntas, aos olhos do espectador, não formam mais que uma vasta democracia, em que cada cidadão é um povo. Isso coloca pela primeira vez em evidência a figura do gênero humano.

Tudo o que se refere à existência do gênero humano tomado por inteiro, a suas vicissitudes, a seu futuro, se torna uma mina fecundíssima para a poesia.

Os poetas que viveram nas eras aristocráticas fizeram admiráveis pinturas, tomando por tema certos incidentes da vida de um povo ou de um homem; mas nenhum deles jamais ousou encerrar em seu quadro o destino da espécie humana, ao passo que os poetas que escrevem nas eras democráticas podem ousá-lo.

Ao mesmo tempo que cada um, erguendo os olhos acima de seu país, começa enfim a perceber a humanidade mesma, Deus se manifesta cada vez mais ao espírito humano em sua plena e inteira majestade.

Se, nas eras democráticas, a fé nas religiões positivas muitas vezes é vacilante e as crenças em forças intermediá-

rias, qualquer que seja o nome que lhes seja dado, se obscurecem, por outro lado, os homens se dispõem a conceber uma idéia muito mais vasta da própria Divindade, e sua intervenção nos negócios humanos se lhes apresenta sob uma nova e mais forte luz.

Percebendo o gênero humano como um só todo, concebem facilmente que um mesmo desígnio preside a seus destinos e, nas ações de cada indivíduo, são levados a reconhecer as marcas desse plano geral e constante, segundo o qual Deus conduz a espécie.

Isso ainda pode ser considerado como uma fonte abundante de poesia, que se abre nesses tempos.

Os poetas democráticos sempre parecerão pequenos e frios, se tentarem dar a deuses, a demônios ou a anjos, formas corporais, e procurarem fazê-los descer do céu para disputar a terra.

Mas, se quiserem vincular aos desígnios gerais de Deus sobre o universo os grandes acontecimentos que expõem e, sem mostrar a mão do soberano mestre, revelar o pensamento dele, serão admirados e compreendidos, porque a imaginação de seus contemporâneos segue espontaneamente esse caminho.

Pode-se igualmente prever que os poetas que vivem nas eras democráticas pintarão antes paixões e idéias do que pessoas e atos.

A linguagem, os costumes e as ações cotidianas dos homens nas democracias se recusam à imaginação do ideal. Essas coisas não são poéticas por si mesmas e, por sinal, deixariam de sê-lo, pelo fato de serem demasiado bem conhecidas de todos aqueles a quem alguém empreendesse delas falar. Isso força os poetas a penetrar sem cessar sob a superfície exterior que os sentidos lhes descobrem, a fim de entrever a própria alma. Ora, não há nada que se preste mais à pintura do ideal do que o homem assim considerado nas profundezas de sua natureza imaterial.

Não preciso percorrer o céu e a terra para descobrir um objeto maravilhoso cheio de contrastes, de grandezas e de pequenezas infinitas, de obscuridades profundas e de singulares clarezas, capaz ao mesmo tempo de suscitar a piedade,

a admiração, o desprezo, o terror. Basta-me considerar a mim mesmo: o homem sai do nada, atravessa o tempo e vai desaparecer para sempre no seio de Deus. Só o vemos errar um momento no limite entre dois abismos, em que se perde.

Se o homem se ignorasse completamente, não seria poético; porque não se pode pintar aquilo de que não se tem idéia. Se ele se visse claramente, sua imaginação permaneceria ociosa e nada teria a acrescentar ao quadro. Mas o homem é bastante descoberto para que perceba algo de si mesmo, e bastante velado para que o resto se meta em trevas impenetráveis, nas quais mergulha sem cessar, e sempre em vão, a fim de acabar de se apreender.

Não se deve portanto esperar que, nos povos democráticos, a poesia viva de lendas, nutra-se de tradições e de antigas lembranças, procure repovoar o universo de seres sobrenaturais, em que os leitores e os poetas mesmos não acreditam mais, nem que personifique friamente virtudes e vícios que se podem ver sob sua forma própria. Todos esses recursos lhe faltam; resta-lhe o homem porém, e basta para ela. O destino humano, o homem, tomado à parte de seu tempo e de seu país e posto em face da natureza e de Deus, com suas paixões, suas dúvidas, suas prosperidades inauditas e suas misérias incompreensíveis, se tornará para esses povos o objeto principal e quase único da poesia; e já podemos dar isso por certo, se considerarmos o que escreveram os maiores poetas surgidos desde que o mundo acabou de enveredar pela democracia.

Os escritores que, em nossos dias, reproduziram de forma tão admirável os traços de *Childe Harold*, de *René* e de *Jocelyn**, não pretenderam contar as ações de um homem: quiseram iluminar e ampliar certos aspectos ainda obscuros do coração humano.

São esses os poemas da democracia.

A igualdade não destrói, pois, todos os objetos da poesia; ela os torna menos numerosos e mais vastos.

* Obras, respectivamente, de Byron, Chateaubriand e Lamartine, o qual, aliás, retomou o poema de Byron dando seqüência às *Peregrinações de Childe Harold*, em que o poeta inglês as encerrara. (N. do T.)

CAPÍTULO XVIII

Por que os escritores e os oradores americanos costumam ser empolados

Notei com freqüência que os americanos, que tratam em geral dos negócios numa linguagem clara e seca, privada de todo e qualquer ornamento e cuja extrema simplicidade chega muitas vezes a ser vulgar, caem facilmente na empolgação quando querem abordar o estilo poético. Mostram-se, então, pomposos de uma ponta a outra do discurso e, vendo-os prodigalizar assim imagens a torto e a direito, parece até que simplesmente nada disseram.

Os ingleses caem muito mais raramente em semelhante defeito.

A causa disso pode ser indicada sem maiores problemas.

Nas sociedades democráticas, cada cidadão está habituado a contemplar um pequeníssimo objeto, que é ele próprio. Se ergue os olhos pouco mais acima, só percebe então a imagem imensa da sociedade, ou a figura ainda maior do gênero humano. Ele só tem ou idéias muito particulares e muito claras, ou noções muito gerais e muito vagas; o espaço intermediário é vazio.

Quando tirado de si mesmo, sempre espera que lhe seja oferecido algum objeto prodigioso para contemplar, e é somente a esse preço que aceita largar por um momento os pequenos e complicados cuidados que agitam e encantam sua vida.

Isso me parece explicar muito bem por que os homens das democracias, que, em geral, têm negócios tão miúdos, pedem a seus poetas concepções tão vastas e pinturas tão desmedidas.

Por sua vez, os escritores não deixam de obedecer a esses instintos, que compartilham: enchem sua imaginação sem cessar e, estendendo-a exageradamente, fazem-lhe alcançar o gigantesco, pelo qual ela muitas vezes abandona o grande.

Dessa maneira, esperam atrair de imediato os olhares da multidão e fixá-los facilmente em torno de si, o que conseguem com muita freqüência; porque a multidão, que não busca na poesia senão vastíssimos objetos, não tem tempo de medir exatamente as proporções de todos os objetos que lhe apresentam, nem gosto seguro o bastante para perceber facilmente em que são desproporcionais. O autor e o público se corrompem simultaneamente, um pelo outro.

Vimos, aliás, que, nos povos democráticos, as fontes da poesia eram belas, mas pouco abundantes. Sempre acabam sendo esgotadas. Não encontrando mais matéria para o ideal no real e no verdadeiro, os poetas saem inteiramente destes e criam monstros.

Não tenho receio de que a poesia dos povos democráticos se mostre tímida nem que se mantenha apegada demais à terra. Minha apreensão é, antes, que ela se perca a cada instante nas nuvens e acabe pintando regiões inteiramente imaginárias. Temo que as obras dos poetas democráticos ofereçam com freqüência imagens imensas e incoerentes, pinturas sobrecarregadas, compostos bizarros, e que os seres fantásticos saídos de seu espírito às vezes não façam sentir falta do mundo real.

CAPÍTULO XIX

Algumas observações sobre o teatro dos povos democráticos

Quando a revolução que transformou o estado social e político de um povo aristocrático começa a despontar na literatura, é em geral no teatro que ela se apresenta primeiro e nele que sempre permanece visível.

O espectador de uma obra dramática é, de certa forma, pego desprevenido pela impressão que lhe é sugerida. Não tem tempo de interrogar sua memória, nem de consultar os mais cultos; não pensa em combater os novos instintos literários que começam a se manifestar nele, e cede a esses instintos antes de conhecê-los.

Os autores não tardam a descobrir para que lado se inclina assim secretamente o gosto do público. Apontam para esse lado suas obras; e as peças de teatro, depois de terem servido para fazer perceber a revolução literária que se prepara, logo acabam de consumá-la. Se você quiser julgar de antemão a literatura de um povo que envereda pela democracia, estude seu teatro.

Aliás, as peças de teatro constituem, nas próprias nações aristocráticas, a porção mais democrática da literatura. Não há prazer literário mais ao alcance da multidão do que os experimentados à vista do palco. Não são necessários nem preparo nem estudo para senti-los. Eles pegam você no meio de suas preocupações e de sua ignorância. Quando o amor ainda meio grosseiro pelos prazeres do espírito começa a penetrar numa classe de cidadãos, ele a leva quase de imediato ao teatro. Os teatros das nações aristocráticas sempre estiveram cheios de espectadores que não pertenciam à aristocra-

cia. Foi somente no teatro que as classes superiores se misturaram com as classes médias e inferiores e aceitaram, senão ouvir a opinião destas últimas, pelo menos suportar que estas a dessem. Foi no teatro que os eruditos e os letrados sempre tiveram maior dificuldade de fazer seu gosto prevalecer sobre o do povo e de resistir a ser arrastados, eles mesmos, pelo gosto deste. Freqüentemente a platéia impôs sua lei aos camarotes.

Se é difícil para uma aristocracia não deixar o teatro ser invadido pelo povo, compreende-se que o povo deve reinar soberano quando, tendo os princípios democráticos penetrado nas leis e nos costumes, os níveis sociais se confundem, as inteligências, como as fortunas, se aproximam e a classe superior perde, com suas riquezas hereditárias, seu poder, suas tradições e seus lazeres.

Os gostos e os instintos naturais dos povos democráticos, em matéria de literatura, se manifestarão, pois, primeiramente no teatro, e é de prever que nele se introduzirão com violência. Nos escritos, as leis literárias da aristocracia se modificarão pouco a pouco, de maneira gradual e, por assim dizer, legal. No teatro, serão derrubadas por sublevações.

O teatro põe em relevo a maioria das qualidades e quase todos os vícios inerentes às literaturas democráticas.

Os povos democráticos têm muito pouca estima pela erudição e não se interessam pelo que sucedia em Roma e em Atenas; querem que falem deles mesmos, e é o quadro do presente que exigem.

Por isso, quando os heróis e os costumes da Antiguidade são reproduzidos com freqüência no palco e quando se toma o cuidado de permanecer fiel às tradições antigas, é o bastante para daí concluir que as classes democráticas ainda não dominam no teatro.

Racine se desculpa humildemente, no prefácio de *Bri-tannicus*, de ter posto Junie entre as vestais, onde, de acordo com Aulo Gélío, diz ele, "não recebiam ninguém com menos de seis anos, nem com mais de dez". É de crer que nem teria pensado em se acusar ou em se defender de tal crime, se houvesse escrito em nossos dias.

Tal fato me esclarece não apenas sobre o estado da literatura nos tempos em que ele se dá, mas também sobre o

estado da própria sociedade. Um teatro democrático não prova que a nação está na democracia, porque, como acabamos de ver, nas próprias aristocracias pode ocorrer que os gostos democráticos influam sobre o teatro; mas, quando o espírito da aristocracia reina sozinho, isso demonstra irresistivelmente que a sociedade inteira é aristocrática e podemos concluir audaciosamente que essa mesma classe erudita e letrada que dirige os autores comanda os cidadãos e conduz os negócios.

É bem raro que os gostos refinados e os pendores altivos da aristocracia, quando ela rege o teatro, não a levam a, por assim dizer, fazer uma escolha na natureza humana. Certas condições sociais interessam-lhe em especial, e ela se compraz em encontrar a pintura destas no palco; certas virtudes, e até certos vícios, lhe parecem mais dignos de ser aí reproduzidos; ela aceita o quadro daquelas e destes, enquanto afasta dos olhos todos os outros. No teatro, como em outros domínios, ela só quer encontrar grão-senhores e apenas com reis se comove. O mesmo vale para os estilos. Uma aristocracia gosta de impor aos autores democráticos certas maneiras de dizer, e quer que tudo seja dito nesse tom.

O teatro, assim, com freqüência, pinta tão-somente um dos aspectos do homem, ou mesmo, às vezes, representa o que não se encontra na natureza humana: ele se ergue acima dela e dela se aparta.

Nas sociedades democráticas, os espectadores não têm preferências como essa, e raramente manifestam semelhantes antipatias; eles gostam de encontrar no palco a mescla confusa de condições, de sentimentos e de idéias que se apresentam a seus olhos; o teatro se torna mais contundente, mais vulgar e mais verdadeiro.

Veza por outra, porém, os que escrevem para o teatro, nas democracias, também se apartam da natureza humana, mas por um caminho diferente de seus antecessores. À força de quererem reproduzir minuciosamente as pequenas singularidades do momento presente e a fisionomia particular de certos homens, esquecem de esboçar os traços gerais da espécie.

Quando as classes democráticas reinam no teatro, elas introduzem tanta liberdade na maneira de tratar o tema quanto na escolha mesma desse tema.

Como o amor ao teatro é, de todos os gostos literários, o mais natural nos povos democráticos, a quantidade de autores e de espectadores cresce sem cessar nesses povos, assim como a de espetáculos. Tal multidão, composta de elementos tão diversos e espalhados em tantos lugares diferentes, não saberia reconhecer as mesmas regras e submeter-se às mesmas leis. Não há acordo possível entre juizes muito numerosos que, não sabendo onde se encontrar, dão à parte cada qual sua sentença. Se o efeito da democracia é, em geral, tornar duvidosas as regras e as convenções literárias, no teatro ela as abole inteiramente, substituindo-as unicamente pelo capricho de cada autor e de cada público.

É também no teatro que se mostra sobretudo o que já comentei em outra passagem, de uma maneira geral, acerca do estilo e da arte nas literaturas democráticas. Quando se lêem as críticas que as obras dramáticas da época de Luís XIV suscitavam, fica-se surpreso ao ver a grande estima do público pela verossimilhança e a importância que ele dava a que um homem, sempre permanecendo de acordo consigo mesmo, não fizesse nada que não pudesse ser facilmente explicado e compreendido. É igualmente surpreendente que apreço se tinha então pelas formas da linguagem e quantas pequenas querelas de palavras moviam-se contra os autores dramáticos.

Parece que os homens do tempo de Luís XIV emprestavam um valor exagerado a esses detalhes, que se percebem no gabinete de trabalho, mas que escapam no palco. Porque, afinal de contas, o objetivo principal de uma peça de teatro é ser representada, e seu primeiro mérito é comover. Isso decorria de que os espectadores dessa época eram ao mesmo tempo leitores. Ao sair da representação, esperavam em casa o escritor, a fim de acabar de julgá-lo.

Nas democracias, ainda assistem às peças de teatro, mas não as lêem. A maioria dos que assistem aos jogos da cena não procuram no palco os prazeres do espírito, mas sim as emoções vivas do coração. Não esperam encontrar uma obra de literatura, mas sim um espetáculo e, contanto que o autor fale de maneira passavelmente correta a língua do país para se fazer entender e que seus personagens suscitem a curiosidade e despertem a simpatia, ficam contentes; sem pedir mais

nada à ficção, entram imediatamente de volta no mundo real. O estilo se faz menos necessário, portanto; porque, no palco, a observação dessas regras escapa mais.

Quanto às verossimilhanças, é impossível ser o tempo todo novo, inesperado, rápido, e permanecer fiel a elas. Portanto, são negligenciadas, e o público perdoa isso. Podemos dar por certo que não se incomodará com os caminhos pelos quais você o conduziu, se enfim o levar diante de um objeto que o toca. Ele nunca vai repreendê-lo por tê-lo emocionado a despeito das regras.

Os americanos trazem à luz do dia os diferentes instintos que acabo de pintar, quando vão ao teatro. Mas cumpre reconhecer que, por enquanto, só um pequeno número deles vai ao teatro. Muito embora os espectadores e os espetáculos tenham aumentado prodigiosamente nos últimos quarenta anos nos Estados Unidos, a população ainda só se entrega a esse gênero de divertimento com extremo comedimento.

Isso se deve a causas particulares que o leitor já conhece e que basta recordar-lhe em duas palavras.

Os puritanos, que fundaram as repúblicas americanas, não eram apenas inimigos dos prazeres; além disso, professavam um terror todo especial pelo teatro. Consideravam-no um divertimento abominável e, enquanto o espírito deles reinou incontestemente, as representações dramáticas foram absolutamente desconhecidas entre eles. Essas opiniões dos primeiros pais da colônia deixaram marcas profundas no espírito de seus descendentes.

A extrema regularidade de hábitos e a grande rigidez de costumes que se vêem nos Estados Unidos foram, de resto, até aqui, pouco favoráveis ao desenvolvimento da arte teatral.

Não há grandes temas de drama num país que não foi testemunha de grandes catástrofes políticas e em que o amor sempre leva por um caminho direto e fácil ao casamento. Gente que dedica todos os dias da semana a fazer fortuna e o domingo a orar a Deus não se presta nada à musa cômica.

Um só fato basta para mostrar que o teatro é pouco popular nos Estados Unidos.

Os americanos, cujas leis autorizam a liberdade e até mesmo a licença da palavra em todas as coisas, submeteram

entretanto os autores dramáticos a uma espécie de censura. As representações teatrais só podem ocorrer quando os administradores do município permitem. Isso mostra muito bem que os povos são como os indivíduos: entregam-se sem reserva a suas paixões principais e, em seguida, evitam o máximo não ceder muito à atração de gostos que não são os deles.

Não há porção da literatura que se ligue por laços mais estreitos e mais numerosos ao estado atual da sociedade do que o teatro.

O teatro de uma época nunca poderá convir à época seguinte se, entre as duas, uma revolução importante tiver mudado os costumes e as leis.

Ainda se estudam os grandes escritores de outro século. Mas não se assiste mais às peças escritas para outro público. Os autores dramáticos do tempo passado só vivem nos livros.

O gosto tradicional de alguns homens, a vaidade, a moda, o gênio de um ator podem suportar qualquer tempo ou reerguer um teatro aristocrático no seio de uma democracia; mas esse gosto logo cai por si mesmo. Não o derrubam, abandonam-no.

CAPÍTULO XX

De algumas tendências particulares aos historiadores nas eras democráticas

Os historiadores que escrevem nas eras aristocráticas costumam fazer todos os acontecimentos dependerem da vontade particular e do humor de certos homens, e relacionam com toda naturalidade aos menores acidentes as revoluções mais importantes. Ressaltam com sagacidade as menores causas e, muitas vezes, não percebem as maiores.

Os historiadores que vivem nas eras democráticas mostram tendências totalmente contrárias.

A maioria deles não atribui ao indivíduo quase nenhuma influência sobre o destino da espécie, nem aos cidadãos sobre a sorte do povo. Em compensação, atribuem grandes causas gerais a todos os pequenos fatos particulares. Essas tendências opostas se explicam.

Quando os historiadores das eras aristocráticas correm os olhos pelo teatro do mundo, percebem inicialmente um número mínimo de atores principais que conduzem toda a peça. Esses grandes personagens, que se mantêm na ribalta, detêm a vista deles e a fixam, e, enquanto eles se aplicam em desvendar os motivos secretos que fazem tais personagens agir e falar, esquecem o resto.

A importância das coisas que vêem alguns homens fazer lhes proporciona uma idéia exagerada da influência que um homem pode exercer e os dispõe naturalmente a crer que é sempre necessário remontar à ação particular de um indivíduo para explicar os movimentos da multidão.

Quando, ao contrário, todos os cidadãos são independentes uns dos outros e cada um deles é fraco, não se des-

cobre nenhum que exerça um poder muito grande, nem sobretudo duradouro, sobre a massa. À primeira vista, os indivíduos parecem absolutamente impotentes sobre ela, e dir-se-ia que a sociedade caminha sozinha pelo livre e espontâneo concurso de todos os homens que a compõem.

Isso leva naturalmente o espírito humano a indagar a razão geral que pôde impressionar assim tantas inteligências e voltá-las simultaneamente para a mesma direção.

Estou convicto de que, nas próprias nações democráticas, o gênio, os vícios ou as virtudes de certos indivíduos retardam ou precipitam o curso natural do destino do povo; mas esse tipo de causas fortuitas e secundárias são infinitamente mais variadas, mais ocultas, mais complicadas, menos poderosas e, por conseguinte, mais difíceis de destrinchar e de seguir em épocas de igualdade do que nas eras de aristocracia, em que se trata apenas de analisar, em meio aos fatos gerais, a ação particular de um só homem ou de alguns.

O historiador logo se cansa de tal trabalho, seu espírito se perde no meio desse labirinto e, não conseguindo perceber claramente e esclarecer suficientemente as influências individuais, nega-as. Prefere nos falar da índole das raças, da constituição física do país ou do espírito da civilização. Isso abrevia seu trabalho e, a menor custo, satisfaz melhor o leitor.

La Fayette disse em algum passo das suas *Memórias* que o sistema exagerado das causas gerais proporcionava maravilhosas consolações aos homens públicos mais medíocres. Acrescento que tal sistema proporciona admiráveis consolos aos historiadores medíocres. Sempre lhes fornece algumas elevadas razões que os livram prontamente de embaraços no ponto mais difícil de seu livro e propiciam a fraqueza ou a preguiça do espírito deles, mostrando-se ao mesmo tempo dignas de sua profundidade.

Quanto a mim, penso que não há época em que não se deva atribuir uma parte dos acontecimentos deste mundo a fatos gerais e outra parte a influências particulares. Essas duas causas sempre se encontram, apenas sua relação se diferencia. Os fatos gerais explicam mais coisas nas eras democráticas do que nas eras aristocráticas; as influências particulares, menos. Nos tempos de aristocracia, é o contrário: as influên-

cias particulares são mais fortes, e as causas gerais são mais fracas, a não ser que se considere como causa geral o próprio fato da desigualdade das condições, que permite a alguns indivíduos contrariar as tendências naturais de todos os outros.

Os historiadores que procuram pintar o que sucede nas sociedades democráticas têm razão, portanto, de atribuir um peso considerável às causas gerais e de se aplicar em primeiro lugar a descobri-las; mas erram ao negar inteiramente a ação particular dos indivíduos, por ser difícil encontrá-la e acompanhá-la.

Não apenas os historiadores que vivem nas eras democráticas são levados a atribuir a cada fato uma causa, como também são levados a ligar os fatos entre si e extrair daí um sistema.

Nas eras de aristocracia, estando a atenção dos historiadores voltada a todo instante para os indivíduos, o encadeamento dos acontecimentos lhes escapa, ou antes, eles não crêem em tal encadeamento. A trama da história parece-lhes, a cada instante, rasgada pela passagem de um homem.

Nas eras democráticas, ao contrário, o historiador, vendo muito mais os atores e muito menos os atos, pode estabelecer facilmente uma filiação e uma ordem metódica entre estes.

A literatura antiga, que nos deixou tão lindas histórias, não oferece um só grande sistema histórico, ao passo que nas mais miseráveis literaturas modernas eles formigam. Parece que os historiadores antigos não faziam uso suficiente dessas teorias gerais, de que os nossos estão sempre prontos para abusar.

Os que escrevem nas eras democráticas têm outra tendência mais perigosa.

Quando os vestígios da ação dos indivíduos sobre as nações se perdem, sucede com freqüência que se veja o mundo se mover sem que se descubra o motor. Como fica difícil perceber e analisar as razões que, agindo separadamente sobre a vontade de cada cidadão, acabam produzindo o movimento do povo, tem-se a tentação de crer que esse movimento não é voluntário e que as sociedades obedecem sem saber a uma força superior que as domina.

Ainda que se deva descobrir na terra o fato geral que dirige a vontade particular de todos os indivíduos, isso não salva a liberdade humana. Uma causa vasta o bastante para se aplicar ao mesmo tempo a milhões de homens e forte o bastante para incliná-los, todos juntos, no mesmo sentido, parece facilmente irresistível; depois de ter visto que eles cediam a ela, fica-se bem próximo de crer que não lhe podiam opor resistência.

Os historiadores que vivem nos tempos democráticos não recusam, pois, apenas a alguns cidadãos o poder de agir sobre o destino do povo, mas também retiram dos próprios povos a faculdade de modificar sua sorte e os submetem, seja a uma providência inflexível, seja a uma espécie de fatalidade cega. Segundo eles, cada nação é irreversivelmente presa, por sua posição, sua origem, seus antecedentes, sua índole, a certo destino, que todos os seus esforços não seriam capazes de alterar. Eles tornam as gerações solidárias umas das outras e, remontando assim, de era em era e de acontecimentos necessários em acontecimentos necessários, até a origem do mundo, criam uma corrente estreita e imensa que envolve todo o gênero humano e o prende.

Não lhes basta mostrar como os fatos se produziram; comprazem-se também em apontar que não podiam acontecer de outro modo. Consideram uma nação que chegou a certo ponto de sua história e afirmam que ela foi obrigada a seguir o caminho que a conduziu até ali. Isso é mais fácil do que ensinar como ela teria podido fazer para seguir um caminho melhor.

Parece, quando se lêem os historiadores das eras aristocráticas, em particular os da Antiguidade, que, para se tornar senhor da sua sorte e para governar seus semelhantes, o homem só precisa saber domar a si mesmo. Percorrendo as histórias escritas de nosso tempo, dir-se-ia que o homem nada pode, nem sobre si, nem em torno de si. Os historiadores da Antiguidade ensinavam a comandar, os de nossos dias só aprendem a obedecer. Em seus escritos, o autor freqüentemente parece grande, mas a humanidade é sempre pequena.

Se essa doutrina da fatalidade, que tantos atrativos tem para os que escrevem a história nos tempos democráticos,

passando dos escritores a seus leitores, penetrasse assim na massa inteira dos cidadãos e se apossasse do espírito público, é de prever que não tardaria a paralisar o movimento das novas sociedades e reduziria os cristãos a turcos.

Direi, ademais, que tal doutrina é particularmente perigosa na época em que estamos; nossos contemporâneos são demasiado propensos a duvidar do livre-arbítrio, porque cada um deles sente-se limitado de todos os lados por sua fraqueza, mas ainda concedem de bom grado força e independência aos homens reunidos em corpo social. Cumpre evitar obscurecer essa idéia, porque se trata de reerguer as almas e não de acabar de abatê-las.

CAPÍTULO XXI

Da eloqüência parlamentar nos Estados Unidos

Nos povos aristocráticos, todos os homens estão ligados e dependem uns dos outros; existe entre todos um vínculo hierárquico com ajuda do qual se pode manter cada um em seu lugar e o corpo inteiro na obediência. Algo análogo se encontra sempre no seio das assembléias políticas desses povos. Os partidos se alinham naturalmente sob o comando de alguns chefes, aos quais obedecem por uma espécie de instinto que não passa do resultado de hábitos contraídos em outro domínio. Eles transportam para a pequena sociedade os costumes da maior.

Nos países democráticos, é freqüente que um grande número de cidadãos se dirija para um mesmo ponto; mas cada qual se encaminha para ele, ou se gaba de encaminhar-se, por conta própria. Habitado a regrar seus movimentos por seus impulsos pessoais, é difícil para o cidadão receber de fora sua regra. Esse gosto e esse uso da independência o seguem nos conselhos nacionais. Se aceita neles se associar a outros em busca da mesma meta, pelo menos quer permanecer senhor de cooperar para o sucesso comum à sua maneira.

Dáí por que, nos países democráticos, os partidos relutam tanto a ser dirigidos e só se mostram subordinados quando o perigo é grande. Ainda assim, a autoridade dos chefes, que nessas circunstâncias pode chegar ao ponto de fazer agir e falar, não se estende quase nunca ao poder de calar.

Nos povos aristocráticos, os membros das assembléias políticas são ao mesmo tempo membros da aristocracia. Cada um deles possui por si mesmo um nível elevado e estável, e

a posição que ocupa na assembléia muitas vezes é menos importante a seus olhos do que aquela que preenche no país. Isso o consola por não desempenhar um papel na discussão dos negócios públicos que aí se desenrola, e o dispõe a não disputar com demasiado ardor um papel medíocre.

Na América, é comum o deputado só ter algum destaque por sua disposição na assembléia. Ele é, pois, incessantemente atormentado pela necessidade de adquirir importância nela, e sente um desejo petulante de aí expor a todo instante suas idéias.

Não é apenas impelido a tanto por sua vaidade, mas pela de seus eleitores e pela necessidade contínua de agradar.

Nos povos aristocráticos, o membro da legislatura raramente se encontra em estreita dependência dos eleitores; muitas vezes é, para eles, um representante de certo modo necessário; algumas vezes mantém esses em estreita dependência sua e, se eles lhe recusam seu sufrágio, faz-se facilmente nomear para outro cargo; ou, renunciando à carreira pública, encerra-se num ócio que ainda possui esplendor.

Num país democrático, como os Estados Unidos, o deputado quase nunca tem uma influência duradoura sobre o espírito de seus eleitores. Por menor que seja um corpo eleitoral, a instabilidade democrática faz que ele mude sem cessar de fisionomia. É necessário, portanto, cativá-lo todos os dias. O deputado nunca está seguro quanto a seus eleitores; e, se estes o abandonam, fica sem recursos, porque não possui naturalmente uma posição elevada o bastante para ser facilmente percebido pelos que não estão próximos; e, na independência completa em que vivem os cidadãos, não pode esperar que seus amigos, ou o governo, o imponham facilmente a um corpo eleitoral que não o conheça. Portanto, é no cantão que ele representa que são depositados todos os germes da sua fortuna; é desse cantinho da terra que ele precisa sair para se elevar ao comando do povo e para influir sobre os destinos do mundo.

Assim, é natural que, nos países democráticos, os membros das assembléias políticas pensem mais em seus eleitores do que em seu partido, ao passo que, nas aristocracias, eles se preocupam mais com seu partido do que com seus eleitores.

Ora, nem sempre o que é preciso dizer para agradar aos eleitores é o que conviria fazer para bem servir a opinião política que eles professam.

O interesse geral de um partido muitas vezes é que o deputado que lhe é afiliado nunca fale dos grandes temas de que não entende direito; que fale pouco dos pequenos temas, que embaraçam o andamento dos grandes e que, enfim, na maioria dos casos, se cale totalmente. Guardar silêncio é o mais útil serviço que um medíocre argumentador pode prestar à coisa pública.

Mas não é assim que pensam os eleitores.

A população de um cantão encarrega um cidadão de participar do governo do Estado, porque se fez uma idéia elevada do seu mérito. Como os homens parecem maiores à proporção que se encontram rodeados de objetos menores, é de crer que a opinião que se terá do mandatário será tanto mais elevada quanto mais forem raros os talentos entre os que ele representa. Portanto, será freqüente acontecer que os eleitores depositarão uma esperança tanto maior em seu deputado quanto menos tiverem de esperar dele; e, por mais incapaz que ele possa ser, não deixarão de exigir dele esforços notáveis, em correspondência com a posição que lhe atribuíram.

Independentemente do legislador do Estado, os eleitores ainda vêem em seu representante o protetor natural do cantão na legislatura; não estão longe nem mesmo de vê-lo como o procurador de cada um que o elegeu, e se gabam com o fato de que ele não empregará menos ardor para defender seus interesses particulares do que os do país.

Assim, os eleitores dão por garantido, antecipadamente, que o deputado que escolherem será um orador; que falará com freqüência se puder e que, caso precise restringir-se, pelo menos se esforçará para enfeixar em seus raros discursos o exame de todos os grandes assuntos do Estado, unido à exposição de todas as pequenas queixas que eles próprios têm a formular; de tal modo que, não podendo mostrar-se com freqüência, faça ver em cada ocasião o que sabe fazer e que, em vez de alongar-se incessantemente, se condense de vez em quando num pequeno volume, fornecendo assim uma espé-

cie de resumo brilhante e completo de seus constituintes e dele próprio. A esse preço, prometem seus próximos sufrágios.

Isso leva ao desespero mediocridades honestas que, conhecendo-se, não se teriam manifestado por si mesmas. O deputado, assim excitado, toma a palavra para grande aflição dos amigos e, lançando-se imprudentemente no meio dos mais célebres oradores, embrulha o debate e cansa a assembléia.

Por conseguinte, todas as leis que tendem a tornar o eleito mais dependente do eleitor não modificam apenas a conduta dos legisladores, como já notei em outra parte, mas também sua linguagem. Elas influem ao mesmo tempo sobre os negócios e sobre a maneira de falar deles.

Não há, por assim dizer, membro do congresso que aceite voltar para seu reduto sem se fazer preceder pelo menos por um discurso, nem que admita ser interrompido antes de ter podido encerrar nos limites da sua peroração tudo o que se pode dizer de útil aos 24 Estados que compõem a União, em especial ao distrito que representa. Portanto faz desfilar sucessivamente diante do espírito de seus ouvintes grandes verdades gerais que muitas vezes ele próprio nem percebe e que só indica confusamente, e pequenas particularidades sobremaneira tênues, que não lhe é muito fácil descobrir e expor. Por isso, é freqüente que, no seio desse grande corpo, a discussão se torne vaga e embaraçada, e pareça muito mais se arrastar do que caminhar para a meta proposta.

Algo análogo sempre se fará ver, penso eu, nas assembléias públicas das democracias.

Felizes circunstâncias e boas leis poderiam conseguir atrair para a legislatura de um povo democrático homens muito mais notáveis do que os que são enviados pelos americanos ao congresso; mas os homens medíocres que aí se encontram nunca serão impedidos de se expor complacientemente e de todos os ângulos ao público.

O mal não me parece inteiramente remediável, porque sua causa não é apenas o regulamento da assembléia, mas sua constituição e a própria constituição do país.

Os próprios habitantes dos Estados Unidos parecem considerar as coisas desse ponto de vista e atestam seu longo uso da vida parlamentar não se abstenendo de maus discursos, mas submetendo-se com coragem a ouvi-los. Resignam-se a eles como ao mal que a experiência lhes fez saber inevitável.

Mostramos o aspecto menor das discussões políticas nas democracias; exponhamos agora o aspecto maior.

O que aconteceu nos últimos 150 anos no parlamento da Inglaterra nunca teve grande eco fora dele; as idéias e os sentimentos expressos pelos oradores sempre encontraram pouca simpatia nos próprios povos que se achavam situados mais perto do grande teatro da liberdade britânica, ao passo que, desde os primeiros debates que ocorreram nas pequenas assembléias coloniais da América na época da revolução, a Europa se comoveu.

Isso não se deveu apenas a circunstâncias particulares e fortuitas, mas a causas gerais e duradouras.

Não vejo nada mais admirável nem mais poderoso do que um grande orador discutindo temas elevados numa assembléia democrática. Como nenhuma classe nunca tem aí representantes encarregados de defender seus interesses, é sempre à nação inteira, e em nome da nação inteira, que se fala. Isso amplia o pensamento e realça a linguagem.

Como os precedentes têm pouca influência em tal assembléia; como não há mais privilégios vinculados a determinados bens, nem direitos inerentes a certos corpos ou a certos homens, o espírito é obrigado a se elevar até as verdades gerais buscadas na natureza humana para tratar do assunto particular em pauta. Resulta daí, nas discussões políticas de um povo democrático, por menor que seja, um caráter de generalidade que as torna com freqüência comoventes para o gênero humano. Todos os homens se interessam por elas, porque se trata do homem, que em toda a parte é o mesmo.

Nos maiores dentre os povos aristocráticos, ao contrário, as questões mais gerais são quase sempre tratadas por algumas razões particulares tiradas dos usos de uma época ou dos direitos de uma classe; o que só tem interesse para a classe em apreço, ou, no máximo, para o povo no seio do qual essa classe se encontra.

É por esse motivo, tanto quanto pela grandeza da nação francesa e pelas disposições favoráveis dos povos que a escutam, que cumpre atribuir o grande efeito que nossas discussões políticas às vezes produzem no mundo.

Nossos oradores falam com freqüência a todos os homens quando se dirigem tão-somente a seus concidadãos.

SEGUNDA PARTE

*A influência da democracia
sobre os sentimentos dos americanos*

CAPÍTULO I

Por que os povos democráticos mostram um amor mais ardente e mais duradouro pela igualdade do que pela liberdade

A primeira e mais viva das paixões que a igualdade das condições faz nascer, não preciso dizer, é o amor por essa igualdade mesma. Não é, pois, surpreendente que fale dela antes de todas as outras.

Todos notaram que, em nosso tempo, especialmente na França, essa paixão pela igualdade adquiria cada dia um lugar mais importante no coração humano. Foi dito cem vezes que nossos contemporâneos tinham um amor muito mais ardente e muito mais tenaz pela igualdade do que pela liberdade; mas acho que ainda não se remontou suficientemente às causas desse fato. Vou tentar fazê-lo.

Podemos imaginar um ponto extremo em que a liberdade e a igualdade se toquem e se confundam.

Suponhamos que todos os cidadãos contribuam para o governo e que cada um tenha igual direito de contribuir.

Como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos.

É essa a forma mais completa que a igualdade pode adquirir na terra; mas há mil outras, que, sem serem tão perfeitas, não são menos caras a esses povos.

A igualdade pode se estabelecer na sociedade civil e não pode reinar no mundo político. Pode-se ter o direito de se consagrar aos mesmos prazeres, de ingressar nas mesmas profis-

sões, de se encontrar nos mesmos lugares; numa palavra, de viver da mesma maneira e de buscar a riqueza pelos mesmos meios, sem tomar todos a mesma parte no governo.

Uma espécie de igualdade pode até se estabelecer no mundo político, ainda que dele esteja ausente a liberdade. Cada qual seria igual a seus semelhantes, menos um, que seria, sem distinção, o senhor de todos e que também extrairia, de entre todos, os agentes de seu poder.

Seria fácil formular várias outras hipóteses, segundo as quais uma igualdade demasiado grande poderia facilmente se combinar com instituições mais ou menos livres, ou até com instituições que não o seriam de forma alguma.

Se bem que os homens não possam se tornar absolutamente iguais sem ser inteiramente livres e que, por conseguinte, a igualdade, em seu grau mais extremo, se confunda com a liberdade, é razoável distinguir uma da outra.

O gosto que os homens têm pela liberdade e o que sentem pela igualdade são, com efeito, duas coisas distintas, e não temo acrescentar que, nos povos democráticos, são duas coisas desiguais.

Se se prestar atenção, ver-se-á que existe em cada era um fato singular e dominante, a que os demais se prendem; esse fato quase sempre dá origem a um pensamento-pai ou a uma paixão principal que acaba atraindo para si e arrastando em seu curso todos os sentimentos e todas as idéias. É como o grande rio para o qual cada um dos riachos vizinhos parecem correr.

A liberdade manifestou-se aos homens em diferentes tempos e formas; ela não se prendeu exclusivamente a um estado social e podemos encontrá-la fora das democracias. Portanto, ela não poderia constituir o caráter distintivo dos tempos democráticos.

O fato particular e dominante que singulariza esses tempos é a igualdade das condições; a paixão principal que agita os homens nesses tempos é o amor a essa igualdade.

Não perguntem que encanto singular encontram os homens das eras democráticas em viver iguais, nem os motivos particulares que podem ter para se apegar tão obstinadamente à igualdade, mais do que aos outros bens que a sociedade

lhes oferece. A igualdade constitui o caráter distintivo da época em que vivemos; apenas isso basta para explicar que a preferem a todo o resto.

Mas, independentemente dessa razão, há várias outras que em todos os tempos levarão naturalmente os homens a preferir a igualdade à liberdade.

Se um povo pudesse um dia destruir ou apenas diminuir por si mesmo em seu seio a igualdade reinante, só chegaria a tanto por longos e penosos esforços. Seria necessário que modificasse seu estado social, abolisse suas leis, renovasse suas idéias, mudasse seus hábitos, alterasse seus costumes. Mas, para perder a liberdade política, basta não retê-la, que ela escapa.

Portanto, os homens não se apegam à igualdade apenas por ela lhes ser cara; apegam-se também porque crêem que deve durar sempre.

Que a liberdade política possa, em seus excessos, comprometer a tranqüilidade, o patrimônio e a vida dos particulares, não há homem tão bitolado e inconseqüente a ponto de não o descobrir. Mas apenas as pessoas atentas e clarividentes são capazes de perceber os perigos com que a igualdade nos ameaça, e comumente evitam assinalá-los. Eles sabem que as misérias que temem são remotas e se iludem pensando que só atingirão as gerações vindouras, com as quais a presente geração não se preocupa muito. Os males que a liberdade traz são às vezes imediatos; são visíveis para todos, e todos, mais ou menos, os sentem. Os males que a extrema igualdade pode produzir só se manifestam pouco a pouco; eles se insinuam gradativamente no corpo social; só são vistos de longe em longe e, quando se tornam mais violentos, o hábito já fez que não sejam mais sentidos.

Os bens que a liberdade proporciona só se revelam a longo prazo, e é sempre fácil desconhecer a causa que os faz nascer.

As vantagens da igualdade se fazem sentir desde já, e cada dia nós as vemos manar da sua fonte.

A liberdade política proporciona, de tempo em tempo, a certo número de cidadãos, prazeres sublimes.

A igualdade proporciona cada dia uma multidão de pequenos prazeres a cada homem. Os encantos da igualda-

de são sentidos a todo instante, e estão ao alcance de todos; os mais nobres corações não são insensíveis a eles, e as almas mais vulgares deles fazem sua delícia. A paixão que a igualdade faz nascer deve, pois, ser ao mesmo tempo enérgica e geral.

Os homens não poderiam desfrutar a liberdade política sem comprá-la por alguns sacrifícios e nunca conseguem se apossar dela sem enormes esforços. Mas os prazeres que a igualdade proporciona se oferecem por si mesmos. Cada um dos pequenos incidentes da vida privada parece fazê-los nascer e, para apreciá-los, basta viver.

Os povos democráticos amam a igualdade em todos os tempos, mas há certas épocas em que levam ao delírio a paixão que por ela sentem. Isso acontece no momento em que a antiga hierarquia social, por muito tempo ameaçada, acaba de se destruir, após uma derradeira luta intestina, e em que as barreiras que separavam os cidadãos são enfim derrubadas. Os homens se precipitam então sobre a igualdade como sobre uma conquista, e se prendem a ela como a um bem precioso que querem lhes roubar. A paixão pela igualdade penetra de toda a parte no coração humano, estende-se nele, enche-o por inteiro. Não digam aos homens que, entregando-se de tão cega maneira a uma paixão exclusiva, comprometem seus mais caros interesses: eles estão surdos. Não lhes mostrem a liberdade que escapa de suas mãos, quando olham para outra coisa: eles estão cegos ou, antes, não percebem em todo o universo mais que um só bem digno de cobiça.

O que precede se aplica a todas as nações democráticas. O que segue só diz respeito a nós mesmos.

Na maioria das nações modernas, em particular em todos os povos do continente da Europa, o gosto e a idéia da liberdade só começaram a nascer e a se desenvolver no momento em que as condições começavam a se igualar e como consequência dessa igualdade mesma. Os reis absolutos é que mais trabalharam para nivelar seus súditos. Nesses povos, a igualdade precede a liberdade; a igualdade era, pois, um fato antigo, quando a liberdade ainda era coisa nova; uma já havia criado opiniões, usos, leis que lhe eram próprios, quando a

outra se produzia sozinha e, pela primeira vez, à luz do dia. Assim, a segunda ainda estava apenas nas idéias e nos gostos, ao passo que a primeira já havia penetrado nos hábitos, tinha se apossado dos costumes e dado um toque particular às menores ações da vida. Como se espantar com que os homens de nossos dias prefiram uma à outra?

Creio que os povos democráticos têm um gosto natural pela liberdade; entregues a si mesmos, eles a procuram, amam-na e condoem-se quando os afastam dela. Mas têm pela igualdade uma paixão ardente, insaciável, eterna, invencível; querem a igualdade na liberdade e, se não a podem obter, querem-na também na escravidão. Suportarão a pobreza, a submissão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia.

Isso é verdade em todos os tempos, sobretudo no nosso. Todos os homens e todos os poderes que quiserem lutar contra essa força irresistível serão derrubados e destruídos por ela. Em nossos dias, a liberdade não pode se estabelecer sem seu apoio, e o próprio despotismo não poderia reinar sem ela.

CAPÍTULO II

Do individualismo nos países democráticos

Mostrei como, nas eras de igualdade, cada homem buscava em si mesmo suas crenças; quero mostrar agora como, nessas mesmas eras, dirige todos os seus sentimentos para si próprio.

O *individualismo* é uma expressão recente que uma nova idéia fez surgir. Nossos pais só conhecem o egoísmo.

O egoísmo é um amor apaixonado e exagerado, que leva o homem a referir tudo a si mesmo e a se preferir a tudo o mais.

O individualismo é um sentimento refletido e tranqüilo, que dispõe cada cidadão a se isolar da massa de seus semelhantes e a se retirar isoladamente com sua família e seus amigos; de tal modo que, depois de ter criado assim uma pequena sociedade para seu uso, abandona de bom grado a grande sociedade a si mesma.

O egoísmo nasce de um instinto cego; o individualismo procede muito mais de um juízo errôneo do que de um sentimento depravado. Nasce tanto dos defeitos do espírito quanto dos vícios do coração.

O egoísmo resseca o germe de todas as virtudes, o individualismo só esgota, a princípio, a fonte das virtudes públicas; mas, com o tempo, ataca e destrói todas as outras e termina se absorvendo no egoísmo.

O egoísmo é um vício tão antigo quanto o mundo. Não pertence mais a uma forma de sociedade do que a outra.

O individualismo é de origem democrática, e ameaça desenvolver-se à medida que as condições se igualam.

Nos povos aristocráticos, as famílias permanecem durante séculos no mesmo estado, e muitas vezes no mesmo lugar. Isso torna, por assim dizer, todas as gerações contemporâneas. A pessoa conhece quase todos os seus avós e os respeita; crê já perceber seus bisnetos e os ama. Obriga-se de bom grado com uns e outros, e com freqüência sacrifica suas fruções pessoais a esses seres que não existem mais ou ainda não existem.

Além disso, as instituições aristocráticas têm por efeito ligar estreitamente cada homem a vários de seus concidadãos.

Sendo as classes muito distintas e imóveis no seio de um povo aristocrático, cada uma delas se torna, para aquele que dela faz parte, uma espécie de pequena pátria, mais visível e mais cara do que a grande.

Como, nas sociedades aristocráticas, todos os cidadãos são postos em posições fixas, uns acima dos outros, resulta ainda que cada um deles sempre percebe acima de si um homem cuja proteção lhe é necessária, e descobre abaixo um outro cujo concurso pode reclamar.

Os homens que vivem nas eras aristocráticas são, pois, quase sempre, ligados de uma maneira íntima a algo que está posto fora deles e não é raro sentirem-se dispostos a se esquecerem de si mesmos. É verdade que, nesses mesmos séculos, a noção geral do *semelhante* é obscura e que ninguém pensa se dedicar à causa da humanidade; mas é comum as pessoas se sacrificarem a certos homens.

Nas eras democráticas, ao contrário, em que os deveres de cada indivíduo para com a espécie são muito mais claros, a dedicação para com um homem se torna cada vez mais rara: o vínculo das afeições humanas se estende e se relaxa.

Nos povos democráticos, novas famílias saem sem cessar do nada, outras nele caem sem cessar, e todas as que permanecem mudam de fisionomia; a trama dos tempos se esgarça a cada instante, e o vestígio das gerações se apaga. As pessoas esquecem facilmente os que precederam, e não têm a menor idéia dos que sucederão. Apenas os mais próximos interessam.

Como cada classe se aproxima das outras e se mistura com elas, seus membros se tornam indiferentes e como que

estranhos uns aos outros. A aristocracia fizera de todos os cidadãos uma longa cadeia que ia do campônio ao rei; a democracia rompe a cadeia e põe cada elo à parte.

À medida que as condições se igualam, encontramos um número maior de indivíduos que, apesar de já não serem ricos nem poderosos o bastante para exercer uma grande influência sobre a sorte de seus semelhantes, adquiriram ou conservaram luzes e bens suficientes para poderem se manter por si sós. Não devem nada a ninguém, não esperam, por assim dizer, nada de ninguém; acostumam-se a se considerar sempre isoladamente, imaginam de bom grado que seu destino inteiro está em suas mãos.

Assim, não apenas a democracia faz cada homem esquecer de seus ancestrais, mas lhe oculta seus descendentes e o separa de seus contemporâneos; ela o volta sem cessar para si mesmo e ameaça encerrá-lo, enfim, por inteiro, na solidão de seu próprio coração.

CAPÍTULO III

Como o individualismo é maior após uma revolução democrática do que em outra época

É principalmente no momento em que uma sociedade democrática acaba de se formar sobre os escombros de uma aristocracia que esse isolamento dos homens uns dos outros, e o egoísmo que é sua consequência, mais dão na vista.

Essas sociedades não encerram apenas um grande número de cidadãos independentes, mas são cotidianamente enchidas de homens que, chegando ontem à independência, estão embriagados com o novo poder. Eles concebem uma presunçosa confiança em suas forças e, não imaginando que possam, dali em diante, necessitar de requerer o socorro de seus semelhantes, não opõem dificuldade a mostrar que só pensam em si.

Uma aristocracia só sucumbe, comumente, após uma luta prolongada, durante a qual se acendem entre as diferentes classes ódios implacáveis. Essas paixões sobrevivem à vitória, e é possível seguir suas pegadas no meio da confusão democrática que sucede a ela.

Aqueles, dentre os cidadãos, que eram os primeiros na hierarquia destruída não conseguem esquecer de imediato sua antiga grandeza; por muito tempo se consideram estranhos no seio da nova sociedade. Vêm, em todos os iguais que essa sociedade lhes dá, opressores cujo destino não é capaz de provocar a simpatia; perderam de vista seus antigos pares e não se sentem mais ligados por um interesse comum à sorte deles; cada qual, retirando-se à parte, se crê, portanto, reduzido a só cuidar de si mesmo. Já os que outrora estavam situados na base da escala social e que uma revolução súbita apro-

ximou do nível comum, gozam com uma espécie de inquietude secreta a independência recentemente adquirida; se encontram a seu lado alguns de seus antigos superiores, lançam sobre eles olhares de triunfo e de temor, e se afastam.

Portanto é, comumente, na origem das sociedades democráticas que os cidadãos se mostram mais dispostos a se isolar.

A democracia leva os homens a não se aproximar de seus semelhantes; mas as revoluções democráticas dispõem-nos a fugir uns dos outros e perpetuam no seio da igualdade os ódios que a desigualdade fez nascer.

A grande vantagem dos americanos é terem chegado à democracia sem terem precisado passar por revoluções democráticas e terem nascido iguais, em vez de terem se tornado.

CAPÍTULO IV

Como os americanos combatem o individualismo por meio de instituições livres

O despotismo, que, por natureza, é temeroso, vê no isolamento dos homens a mais segura garantia de sua duração e, comumente, faz tudo para isolá-los. Não há vício no coração humano que lhe agrade tanto quanto o egoísmo: um déspota perdoa facilmente aos governados não amá-lo, contanto que não se amem entre si. Não lhes pede para ajudá-lo a conduzir o Estado; basta que não pretendam dirigi-lo. Chama de espíritos turbulentos e inquietos os que pretendem juntar esforços para criar a prosperidade comum e, alterando o sentido natural das palavras, chama de bons cidadãos os que se encerram estreitamente em si mesmos.

Assim, os vícios que o despotismo faz nascer são precisamente os que a igualdade favorece. Essas duas coisas se completam e se ajudam uma à outra de maneira funesta.

A igualdade coloca os homens um ao lado do outro, sem vínculo comum a retê-los. O despotismo ergue barreiras entre eles e os separa. A primeira os dispõe a não pensar em seus semelhantes; o segundo faz da indiferença, para eles, uma espécie de virtude pública.

O despotismo, que é perigoso em todos os tempos, é pois particularmente temível nas eras democráticas.

É fácil ver que, nessas mesmas eras, os homens têm uma necessidade particular da liberdade.

Quando os cidadãos são forçados a se ocupar dos negócios públicos, são necessariamente tirados do meio de seus interesses individuais e arrancados, de tempo em tempo, à visão de si mesmos.

A partir do momento em que os negócios comuns são tratados em comum, cada homem percebe que não é tão independente de seus semelhantes quanto imaginava anteriormente e que, para obter o apoio deles, muitas vezes é necessário lhes prestar seu concurso.

Quando o público governa, não há homem que não sinta o preço da benevolência pública e que não procure cativá-la atraindo a estima e a afeição daqueles em meio dos quais tem de viver.

Várias das paixões que gelam os corações e os dividem são obrigadas então a se retirar para o fundo da alma e aí se esconder. O orgulho se dissimula; o desprezo não ousa manifestar-se. O egoísmo tem medo de si mesmo.

Sob um governo livre, como é eletiva a maioria das funções públicas, os homens que a elevação da alma ou a inquietação dos desejos fazem a vida privada lhes parecer demasiado estreita, sentem cada dia que não podem prescindir da população que os rodeia.

Ocorre então que pensem em seus semelhantes por ambição e, muitas vezes, achem ser de certa forma conforme a seus interesses esquecer a si mesmos. Sei que podem me contrapor aqui todas as intrigas que uma eleição faz nascer, os meios vergonhosos de que os candidatos freqüentemente se valem e as calúnias que seus inimigos difundem. São ocasiões que suscitam ódios e que se apresentam tanto mais vezes quanto mais freqüentes se tornam as eleições.

Esses males são grandes, sem dúvida, mas são passageiros, ao passo que os bens que nascem com eles permanecem.

A vontade de ser eleito pode levar momentaneamente certos homens a se guerrear; mas esse mesmo desejo leva, com o tempo, todos os homens a se prestar um apoio mútuo; e, se acontece que uma eleição divida acidentalmente dois amigos, o sistema eleitoral aproxima de maneira permanente uma multidão de cidadãos que sempre teriam permanecido estranhos uns aos outros. A liberdade cria ódios particulares, mas o despotismo faz nascer a indiferença geral.

Os americanos combateram pela liberdade o individualismo que a igualdade fazia nascer, e venceram.

Os legisladores da América não acreditaram que, para curar uma doença tão natural do corpo social nos tempos

democráticos, e tão funesta, bastava conceder à nação inteira uma representação de si mesma; pensaram que, além disso, convinha dar uma vida política a cada porção do território, a fim de multiplicar ao infinito, para os cidadãos, as ocasiões de agir juntos e de lhes fazer sentir todos os dias que dependem uns dos outros.

Foi conduzir-se com sabedoria.

Os negócios gerais de um país só ocupam os cidadãos principais. Estes só se reúnem de longe em longe, nos mesmos lugares; e, como é freqüente depois disso eles se perderem de vista, não se estabelece entre eles vínculos duradouros. Mas, quando se trata de fazer os negócios particulares de um cantão serem resolvidos pelos homens que nele vivem, os mesmos indivíduos estão sempre em contato e, de certa forma, são forçados a se conhecer e a se habituar uns com os outros.

É difícil tirar um homem de si mesmo para interessá-lo pelo destino de todo o Estado, porque ele compreende mal a influência que o destino do Estado pode ter sobre sua sorte. Mas se é necessário fazer uma estrada passar nos limites de suas terras, ele perceberá à primeira vista que há uma relação entre esse pequeno negócio público e seus maiores negócios privados e descobrirá, sem que ninguém lhe mostre, o estreito vínculo que une, nesse ponto, o interesse particular ao interesse geral.

Portanto, é encarregando os cidadãos da administração dos pequenos negócios, muito mais do que lhes entregando o governo dos grandes, que se pode levá-los a se interessarem pelo bem público e a enxergarem a necessidade que têm sem cessar uns dos outros para produzi-lo.

Por uma ação espetacular, pode-se granjear de repente a simpatia de um povo; mas, para conquistar o amor e o respeito da população, é necessária uma longa sucessão de pequenos serviços prestados, de bons ofícios obscuros, um hábito constante de benevolência e uma reputação bem estabelecida de desprendimento.

As liberdades locais, que fazem um grande número de cidadãos prezarem a simpatia de seus vizinhos e próximos, levam pois, sem cessar, os homens uns aos outros, a despeito

dos instintos que os separam e os forçam a se ajudar mutuamente.

Nos Estados Unidos, os mais opulentos cidadãos tomam todo o cuidado para não se isolar do povo; ao contrário, aproximam-se dele sem cessar, ouvem-no com gosto e lhe falam todos os dias. Sabem que os ricos das democracias sempre necessitam dos pobres e que, nos tempos democráticos, conquista-se o pobre mais pelas maneiras do que pelos benefícios. A própria grandeza dos benefícios, que põe em evidência a diferença das condições, causa uma irritação secreta nos que são seus beneficiários; mas a simplicidade das maneiras tem encantos quase irresistíveis: sua familiaridade seduz e mesmo sua grosseria nem sempre desagrada.

Não é de saída que essa verdade penetra no espírito dos ricos. Em geral eles resistem a ela enquanto dura a revolução democrática, e inclusive não a admitem logo depois que essa revolução é consumada. Admitem de bom grado fazer o bem ao povo, mas querem continuar a mantê-lo cuidadosamente a distância. Crêem que isso basta; enganam-se. Eles se arruinariam assim, sem aquecer o coração da população que os rodeia. Não é o sacrifício do dinheiro deles que ela pede, mas o de seu orgulho.

Dir-se-ia que, nos Estados Unidos, não há imaginação que não se empenhe em inventar meios de aumentar a riqueza e satisfazer as necessidades do público. Os habitantes mais esclarecidos de cada cantão servem-se sem cessar de suas luzes para descobrir novos segredos capazes de aumentar a prosperidade comum; e, quando encontram alguns, apressam-se a revelá-los à multidão.

Quem examina de perto os vícios e as fraquezas denotados com freqüência na América pelos que governam fica espantado com a crescente prosperidade do povo, mas se engana. Não é o magistrado eleito que faz prosperar a democracia americana: ela prospera porque o magistrado é eletivo.

Seria injusto crer que o patriotismo dos americanos e o zelo que cada um deles denota pelo bem-estar de seus concidadãos nada tenham de real. Muito embora o interesse privado dirija, nos Estados Unidos como em outras partes, a maior parte das ações humanas, não regula todas elas.

Devo dizer que vi com freqüência americanos fazerem grandes e verdadeiros sacrifícios à coisa pública, e notei centenas de vezes que, se necessário, eles quase nunca deixavam de se prestar um fiel apoio mútuo.

As instituições livres que os habitantes dos Estados Unidos possuem e os direitos políticos de que fazem tanto uso recordam sem cessar, e de mil maneiras, a cada cidadão, que ele vive em sociedade. Trazem a todo instante seu espírito à idéia de que o dever, tanto quanto o interesse dos homens, é tornarem-se úteis a seus semelhantes; e como não vê nenhum motivo particular para odiá-los, já que nunca é nem seu escravo nem seu amo, seu coração se inclina facilmente para a benevolência. Os homens se ocupam do interesse geral primeiro por necessidade, depois por opção; o que era cálculo se torna instinto e, à força de trabalhar pelo bem de seus concidadãos, acabam adquirindo o hábito e o gosto de servi-los.

Muita gente na França considera a igualdade das condições um primeiro mal, e a liberdade política, um segundo. Quando são obrigados a suportar uma, esforçam-se ao menos para escapar da outra. E eu digo que, para combater os males que a igualdade pode produzir, há um só remédio eficaz: a liberdade política.

CAPÍTULO V

Do uso que os americanos fazem da associação na vida civil

Não quero falar dessas associações políticas com ajuda das quais os homens procuram defender-se contra a ação despótica de uma maioria ou contra as usurpações do poder real. Já tratei desse tema em outra oportunidade. Está claro que, se cada cidadão, à medida que se torne individualmente mais fraco e, por conseguinte, mais incapaz de preservar isoladamente sua liberdade, não aprendesse a arte de se unir a seus semelhantes para defendê-la, a tirania cresceria necessariamente com a igualdade. Trata-se aqui apenas das associações que se formam na vida civil e cuja finalidade nada tem de política.

As associações políticas existentes nos Estados Unidos constituem tão-somente um detalhe no meio do imenso quadro que o conjunto das associações aí apresenta.

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. Enfim, sempre que se trata de pôr em evidência uma verdade ou desenvolver um sentimento com o apoio de um grande exemplo, eles se associam. Onde quer que, à frente de um novo empreendimento, você vê na França o governo e, na Inglaterra, um grão-senhor, po-

de estar certo de que, nos Estados Unidos, perceberá uma associação.

Encontrei na América certas espécies de associações de que, confesso, nem tinha idéia, e admirei com freqüência a arte infinita com a qual os habitantes dos Estados Unidos conseguiram fixar um objetivo comum para os esforços de um grande número de homens e fazê-los caminhar livremente.

Percorri, após isso, a Inglaterra, de que os americanos tomaram algumas das suas leis e muitos dos seus usos, e pareceu-me que, lá, se estava longe de fazer um uso tão constante e tão hábil da associação.

É freqüente os ingleses executarem isoladamente coisas gigantescas, ao passo que não há pequeno empreendimento para o qual os americanos não se unam. É evidente que os primeiros consideram a associação um poderoso meio de ação; mas os outros parecem ver nela o único meio de agir de que dispõem.

Assim, o país mais democrático da terra é aquele, dentre todos, em que os homens mais aperfeiçoaram em nossos dias a arte de perseguir em comum o objeto de seus desejos comuns e aplicaram ao maior número de objetos essa nova ciência. Resultará isso de um acidente, ou será que existe de fato uma relação necessária entre as associações e a igualdade?

As sociedades aristocráticas sempre encerram em seu seio, no meio de uma multidão de indivíduos que nada podem por si mesmos, um pequeno número de cidadãos poderosíssimos e riquíssimos; cada um deles pode executar sozinho grandes empreendimentos.

Nas sociedades aristocráticas, os homens não precisam se unir para agir, porque são mantidos fortemente juntos.

Cada cidadão, rico e poderoso, nelas constitui como que a cabeça de uma associação permanente e forçada, que é composta de todos os que ele mantém em sua dependência e que faz concorrer para a execução de seus projetos.

Nos povos democráticos, ao contrário, todos os cidadãos são independentes e fracos; não podem quase nada por si mesmos e cada um deles não poderia obrigar seus semelhantes a lhe prestar seu concurso. Assim, caem todos na impotência se não aprendem a se ajudar livremente.

Se os homens que vivem nos países democráticos não tivessem nem o direito nem o gosto de se unir em seus objetivos políticos, sua independência correria grandes riscos, mas poderiam conservar por muito tempo suas riquezas e suas luzes; ao passo que, se não adquirissem o costume de se associar na vida ordinária, a própria civilização estaria em perigo. Um povo em que os particulares perdessem o poder de fazer isoladamente grandes coisas sem adquirir a faculdade de produzi-las em comum não tardaria a cair de volta na barbárie.

Infelizmente, o mesmo estado social que torna as associações tão necessárias aos povos democráticos as torna mais difíceis para eles do que para todos os outros.

Quando vários membros de uma aristocracia querem se associar, conseguem fazê-lo facilmente. Como cada um deles traz uma grande força à sociedade, o número dos societários pode ser pequeníssimo e, quando os societários são em pequeno número, é fácil para eles conhecerem-se, compreenderem-se e estabelecerem regras fixas.

A mesma facilidade não é encontrada nas nações democráticas, em que é sempre necessário que os associados sejam numerosíssimos para que a associação tenha alguma força.

Sei que há muitos de meus contemporâneos que não se deixam embaraçar com isso. Eles pretendem que, à medida que os cidadãos se tornam mais fracos e mais incapazes, é preciso tornar o governo mais hábil e mais ativo, para que a sociedade possa executar o que os indivíduos não podem mais fazer. Crêem ter respondido a tudo, ao dizer isso. Mas acho que se enganam.

Um governo poderia fazer as vezes de algumas das maiores associações americanas e, no âmbito da União, vários Estados federados já o tentaram. Mas que poder político poderia bastar à multidão incontável de pequenas iniciativas que os cidadãos americanos levam a cabo todos os dias graças à associação?

É fácil prever que está se aproximando o tempo em que o homem será cada vez menos capaz de produzir por si mesmo as coisas mais comuns e mais necessárias à sua vida. A tarefa do poder social aumentará, pois, sem cessar, e seus

próprios esforços a tornarão cada dia mais vasta. Quanto mais ele substituir as associações, mais os particulares, perdendo a idéia de se associar, precisarão de que venha em seu socorro: são causas e efeitos que se engendram sem parar. A administração pública terminará dirigindo todas as indústrias a que não basta o empenho de um cidadão isolado? E se acabar sucedendo que, em consequência de uma extrema divisão da propriedade fundiária, a terra se encontre partilhada ao infinito, de modo que não possa mais ser cultivada senão por associações de lavradores, deverá o chefe do governo deixar o timão do Estado para vir manejar o arado?

A moral e a inteligência de um povo democrático não correriam menores perigos do que seu negócio e sua indústria, se o governo tomasse em toda a parte o lugar das associações.

Os sentimentos e as idéias só se renovam, o coração só aumenta e o espírito humano só se desenvolve mediante a ação recíproca dos homens uns sobre os outros.

Mostrei que essa ação é quase nula nos países democráticos. É necessário portanto criá-las artificialmente aí. E isso somente as associações podem fazer.

Quando os membros de uma aristocracia adotam uma idéia nova ou concebem um sentimento novo, eles os situam, de certa forma, a seu lado no grande teatro em que eles mesmos atuam e, expondo-os assim aos olhos da multidão, introduzem-nos facilmente no espírito ou no coração de todos os que os rodeiam.

Nos países democráticos, apenas o poder social tem naturalmente condições para agir assim, mas é fácil ver que sua ação é sempre insuficiente e não raro perigosa.

Um governo não seria capaz nem de manter sozinho e renovar a circulação dos sentimentos e das idéias num grande povo, nem de conduzir todos os empreendimentos industriais. Assim que ele tentar sair da esfera política para se lançar nessa nova via, exercerá, mesmo sem querer, uma tirania insuportável; porque um governo só sabe ditar regras precisas; ele impõe os sentimentos e as idéias que favorece, e é sempre difícil discernir seus conselhos de suas ordens.

Será bem pior ainda se ele se imaginar realmente interessado em que nada se mexa. Então, manter-se-á imóvel e deixar-se-á entorpecer por um sono voluntário.

É necessário portanto que ele não aja sozinho.

São as associações que, nos povos democráticos, devem fazer as vezes dos particulares poderosos que a igualdade de condições faz desaparecer.

Assim que certo número de habitantes dos Estados Unidos concebem um sentimento ou uma idéia que querem produzir no mundo, eles se procuram e, quando se encontram, se unem. A partir de então, não são mais homens isolados, mas uma força que se vê de longe e cujas ações servem de exemplo – que fala e que a gente escuta.

A primeira vez que ouvi dizer nos Estados Unidos que cem mil homens tinham se comprometido publicamente a não fazer uso de bebidas fortes, a coisa me pareceu mais inconseqüente do que séria, e não percebi direito por que esses cidadãos tão temperantes não se contentavam com beber água no seio de sua família.

Acabei compreendendo que esses cem mil americanos, assustados com o aumento da embriaguez à sua volta, tinham desejado patrocinar a sobriedade. Tinham agido precisamente como um grão-senhor que se vestisse muito singelamente a fim de inspirar aos simples cidadãos o desprezo ao luxo. É de crer que, tivessem esses cem mil homens vivido na França, cada um deles teria se dirigido individualmente ao governo para pedir que este fiscalizasse os cabarés em toda a superfície do reino.

A meu ver, não há nada que mereça atrair mais nossa atenção do que as associações intelectuais e morais da América. As associações políticas e industriais dos americanos são facilmente perceptíveis para nós; mas as outras nos escapam e, se as descobrimos, as compreendemos mal, porque quase nunca vimos nada análogo. Devemos reconhecer, no entanto, que elas são tão necessárias quanto as primeiras para o povo americano, e talvez mais.

Nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência-mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso desta.

Dentre as leis que regem as sociedades humanas, há uma que parece mais precisa e mais clara do que todas as outras. Para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, é necessário que entre eles a arte de se associar se desenvolva e se aperfeiçoe na mesma proporção que a igualdade de condições cresce.

CAPÍTULO VI

Da relação entre as associações e os jornais

Quando os homens não estão mais ligados entre si de maneira sólida e permanente, não é possível conseguir que um grande número deles aja em comum, a não ser que se persuada cada um daqueles cujo concurso é necessário de que seu interesse particular o obriga a juntar voluntariamente seus esforços aos de todos os outros.

Isso só pode ser feito, habitual e comodamente, com o auxílio de um jornal; somente um jornal é capaz de depositar no mesmo momento em mil espíritos o mesmo pensamento.

Um jornal é um conselheiro que você não precisa procurar, que se apresenta por si mesmo e que lhe fala todos os dias e brevemente do assunto comum, sem o atrapalhar em seus negócios privados.

Os jornais se tornam, pois, mais necessários à medida que os homens são mais iguais e o individualismo mais ameaçador. Seria reduzir sua importância crer que só servem para garantir a liberdade; eles mantêm a civilização.

Não negarei que, nos povos democráticos, os jornais muitas vezes levam os cidadãos a tomar em comum iniciativas insensatas; mas, se não houvesse jornais, quase não haveria ação comum. O mal que eles produzem é, portanto, bem menor do que o mal que curam.

Um jornal não tem por efeito apenas sugerir a um grande número de homens um mesmo projeto; ele lhes fornece os meios de executar em comum os projetos que teriam concebido por conta própria.

Os principais cidadãos que habitam num país aristocrático percebem-se de longe; e, se quiserem somar suas forças, caminham um em direção aos outros, arrastando uma multidão atrás de si.

Já nos países democráticos é comum acontecer que um grande número de homens que têm o desejo ou a necessidade de se associar não o possam fazer, porque, sendo todos pequenos e perdidos na multidão, não se vêem e não sabem onde se encontrar. Surge um jornal que expõe aos olhares o sentimento ou a idéia que se havia apresentado simultânea, mas separadamente, a cada um deles. Todos logo se dirigem para essa luz, e esses espíritos errantes, que se procuravam desde havia muito nas trevas, por fim se encontram e se unem.

O jornal os aproximou e continua a lhes ser necessário para mantê-los juntos.

Para que, num povo democrático, uma associação tenha alguma força, ela necessita ser numerosa. Portanto, os que a compõem estão disseminados num grande espaço e cada um de seus membros é retido no lugar em que vive pela mediocridade da sua fortuna e pela multidão de pequenos cuidados que ela requer. Precisam encontrar um meio de se falar todos os dias sem se ver e de caminhar a passos uniformes sem se juntar. Assim não há associação democrática que possa prescindir de um jornal.

Existe pois uma relação necessária entre as associações e os jornais: os jornais fazem as associações e as associações fazem os jornais; e, se foi verdade dizer que as associações devem se multiplicar à medida que as condições se igualam, não é menos certo que a quantidade de jornais aumenta à medida que as associações se multiplicam.

Por isso, a América é o país do mundo em que existem, ao mesmo tempo, mais associações e mais jornais.

Essa relação entre o número de jornais e o de associações leva-nos a descobrir outra, entre o estado da imprensa periódica e a forma da administração do país, e nos ensina que o número de jornais deve diminuir ou crescer num povo democrático à proporção que a centralização administrativa for maior ou menor. Porque, nos povos democráticos, não se confia o exercício dos poderes locais aos principais cidadãos,

como nas aristocracias. É necessário abolir esses poderes ou entregar seu uso a um enorme número de homens. Estes constituem uma verdadeira associação estabelecida de maneira permanente pela lei para a administração de uma porção do território e precisam que um jornal venha encontrá-los todos os dias no meio de seus pequenos negócios e lhes informe sobre o estado atual dos negócios públicos. Quanto mais numerosos os poderes locais, maior o número dos que a lei chama para exercê-los, e quanto mais essa necessidade se faz sentir a cada instante, mais os jornais proliferam.

É o extraordinário fracionamento do poder administrativo, muito mais que a grande liberdade política e a independência absoluta da imprensa, que multiplica de forma tão singular o número de jornais na América. Se todos os habitantes da União fossem eleitores, sob o império de um sistema que limitasse seu direito eleitoral à escolha dos legisladores do Estado, necessitariam apenas de um pequeno número de jornais, porque teriam apenas algumas ocasiões importantes, mas raras, de agir em conjunto; mas, dentro da grande associação nacional, a lei estabeleceu em cada província, em cada cidade e, por assim dizer, em cada lugarejo, pequenas associações tendo por objetivo a administração local. O legislador forçou dessa maneira cada americano a cooperar cotidianamente com alguns de seus concidadãos numa obra comum, e cada um deles necessita de um jornal que lhe informe sobre o que fazem os outros.

Creio que um povo democrático¹ que não tivesse representação nacional, mas um grande número de pequenos poderes locais, acabaria possuindo mais jornais do que outro, em que uma administração centralizada existisse ao lado de uma legislatura eletiva. O que melhor me explica o prodigioso desenvolvimento que a imprensa cotidiana adquiriu nos Estados Unidos é que vejo nos americanos a maior liberdade nacional combinar-se com liberdades locais de toda espécie.

Costuma-se acreditar, na França e na Inglaterra, que basta abolir os impostos que gravam a imprensa para aumentar indefinidamente os jornais. É exagerar muito os efeitos de semelhante reforma. Os jornais não se multiplicam apenas por causa do menor preço, mas pela necessidade mais ou

menos repetida que um grande número de homens tem de se comunicar e agir em comum.

Atribuiria igualmente a força crescente dos jornais a motivos mais gerais do que os ordinariamente empregados para explicá-la.

Um jornal só pode subsistir se reproduzir uma doutrina ou um sentimento comum a um grande número de homens. Um jornal sempre representa, portanto, uma associação a que seus leitores habituais são afiliados.

Essa associação pode ser mais ou menos definida, mais ou menos estreita, mais ou menos numerosa; mas existe pelo menos em germe nos espíritos, pelo simples fato de que o jornal não morre.

Isso nos conduz a uma derradeira reflexão, que concluirá este capítulo.

Quanto mais iguais se tornam as condições, menos os homens são individualmente fortes, mais se deixam levar pela corrente da multidão e mais dificuldade têm de manter-se sozinhos numa opinião que esta abandona.

O jornal representa a associação; pode-se dizer que ele fala a cada um de seus leitores em nome de todos os outros e os conduz com tanto maior facilidade quanto mais são fracos individualmente.

Portanto, o império dos jornais tende a crescer à medida que os homens se igualam.

CAPÍTULO VII

Relações entre associações civis e associações políticas

Só há na terra uma nação em que se emprega todo dia a liberdade ilimitada de se associar com finalidade política. Essa mesma nação é a única no mundo cujos cidadãos imaginaram fazer um uso contínuo do direito de associação na vida civil e conseguiram obter para si, dessa maneira, todos os bens que a civilização pode oferecer.

Em todos os povos em que a associação política é vedada, a associação civil é rara.

Não é muito provável que tal fato seja resultado de um acidente; devemos concluir, ao contrário, que existe uma relação natural e talvez necessária entre esses dois gêneros de associações.

O acaso faz que alguns homens tenham um interesse comum em certo assunto: um empreendimento comercial a dirigir, uma operação industrial a levar a cabo. Eles se encontram e se unem, familiarizando-se desse modo, pouco a pouco, com a associação.

Quanto mais aumenta o número desses pequenos negócios comuns, mais os homens adquirem, até sem perceber, a faculdade de realizar grandes negócios em comum.

As associações civis facilitam pois as associações políticas; mas, por um lado, a associação política desenvolve e aperfeiçoa singularmente a associação civil.

Na vida civil, cada homem pode, a rigor, imaginar que é capaz de se bastar. Em política, nunca poderia imaginá-lo. Quando um povo tem uma vida pública, a idéia da associação e a vontade de se associar se apresentam, pois, todos os dias

ao espírito de todos os cidadãos. Qualquer que seja a repugnância natural que os homens tenham pela ação em comum, estarão sempre prontos para empreendê-la no interesse de um partido.

Assim, a política generaliza o gosto e o hábito da associação; ela cria o desejo de se unir e ensina a arte de fazê-lo a uma multidão de homens que, do contrário, teriam sempre vivido sozinhos.

A política não apenas faz nascer muitas associações, como cria associações, vastíssimas.

Na vida civil, é raro que um mesmo interesse atraia naturalmente para uma ação comum um grande número de homens. Só com muita arte consegue-se criar um interesse assim.

Na política, a ocasião para tal se oferece a todo instante por si mesma. Ora, apenas nas grandes associações é que o valor geral da associação se manifesta. Cidadãos individualmente fracos não têm uma idéia clara da força que podem adquirir unindo-se; é necessário que ela lhes seja mostrada para que entendam. Daí resulta que muitas vezes é mais fácil reunir num objetivo comum uma multidão do que alguns homens; mil cidadãos não percebem o interesse que têm de se unir, dez mil sim. Em política, os homens se unem para grandes empreendimentos, e o partido que formam a partir da associação nos assuntos importantes lhes ensina, de maneira prática, o interesse que têm de se ajudar mutuamente nos negócios menores.

Uma associação política tira ao mesmo tempo uma multidão de indivíduos para fora de si mesmos; por mais separados que sejam naturalmente, pela idéia, pelo espírito, pela fortuna, ela os aproxima e os põe em contato. Eles se encontram uma vez e aprendem a se encontrar sempre.

Só é possível ingressar na maioria das associações civis expondo uma porção de seu patrimônio. Assim sucede em todas as companhias industriais e comerciais. Quando os homens ainda são pouco versados na arte de se associar e ignoram suas regras principais, eles temem, ao se associar pela primeira vez dessa maneira, pagar caro a experiência. Preferem, portanto, privar-se de um meio poderoso de sucesso, a correr os riscos que o acompanham. Mas hesitam menos em

participar das associações políticas, que lhes parecem sem perigo, porque nelas não arriscam seu dinheiro. Ora, eles não poderiam participar por muito tempo de tais associações sem descobrir como se mantém a ordem entre um grande número de homens e por que procedimento se consegue fazê-las caminhar, de maneira uniforme e metódica, para o mesmo objetivo. Nelas, aprendem a submeter sua vontade à de todos os outros e a subordinar seus esforços particulares à ação comum, coisas que não é menos necessário saber nas associações civis do que nas associações políticas.

Portanto, as associações políticas podem ser consideradas como grandes escolas gratuitas, em que todos os cidadãos vão aprender a teoria geral das associações.

Ainda que a associação política não servisse diretamente ao progresso da associação civil, seria prejudicá-la destruir a primeira.

Quando os cidadãos só podem se associar em certos casos, eles consideram a associação um procedimento raro e singular, e nem pensam em se associar.

Quando os deixam associar-se livremente em todas as coisas, acabam vendo, na associação, o meio universal e, por assim dizer, único, que os homens podem utilizar para atingir os diversos fins que se propõem. Cada nova necessidade desperta imediatamente a idéia de se associar. A arte da associação se torna, então, como disse acima, a ciência-mãe: todos a estudam e aplicam.

Quando certas associações são proibidas e outras permitidas, é difícil distinguir de antemão as primeiras das segundas. Na dúvida, as pessoas se abstêm de todas e se estabelece uma espécie de opinião pública que tende a fazer uma associação qualquer ser considerada um empreendimento ousado e quase ilícito¹.

Portanto, é uma quimera crer que o espírito de associação, comprimido num ponto, não deixará de se desenvolver com o mesmo vigor em todos os outros e que bastará permitir aos homens executar em comum certos projetos, para que se apressem a tentá-lo. Quando os cidadãos tiverem a faculdade e o hábito de se associar para todas as coisas, eles se associarão com idêntica naturalidade para as pequenas e

para as grandes. Mas se só puderem se associar para as pequenas, não encontrarão nem a vontade nem a capacidade de fazê-lo. Em vão você lhes dará plena liberdade de se ocupar em comum de seu assunto: só com descaso lançarão mão dos direitos que lhes são concedidos; e depois que se desdobrar para afastá-los das associações proibidas, você ficará surpreso por não poder persuadi-los a formar as associações permitidas.

Não digo que não possa haver associações civis num país em que a associação política é vedada; porque os homens não seriam capazes de viver em sociedade sem se consagrar a algum empreendimento comum. Mas sustento que, num país assim, as associações civis serão sempre em pequeno número, fracamente concebidas, inabilmente conduzidas, e nunca abraçarão vastos projetos ou fracassarão querendo executá-los.

Isso me leva naturalmente a pensar que a liberdade de associação em matéria política não é tão perigosa para a tranqüilidade pública quanto se supõe e que poderia suceder que, depois de ter abalado o Estado por algum tempo, ela o fortaleça.

Nos países democráticos, as associações políticas constituem por assim dizer os únicos particulares poderosos que aspiram a ordenar o Estado. Por isso os governos de nossos dias consideram esse gênero de associações com o mesmo olhar que os reis da Idade Média viam os grandes vassallos da Coroa: sentem uma espécie de horror instintivo por elas e combatem-nas em todo encontro.

Têm, ao contrário, uma benevolência natural para com as associações civis, porque descobriram facilmente que estas, em vez de dirigir o espírito dos cidadãos para os negócios públicos, servem para desviá-lo destes e, empenhando-os cada vez mais em projetos que não podem se consumir na ausência de paz pública, os desviam das revoluções. Mas não atinam que as associações políticas multiplicam e facilitam prodigiosamente as associações civis e que, evitando um mal perigoso, privam-se de um remédio eficaz. Quando você vê os americanos se associarem livremente, todos os dias, com o fim de fazer prevalecer uma opinião política, de elevar um

homem público ao governo ou de tirar o poder de outro, você tem dificuldade de compreender que homens tão independentes não caíam a cada instante na licenciosidade.

Se, por outro lado, você considerar o número infinito de iniciativas industriais que são realizadas em comum nos Estados Unidos e perceber de todos os lados os americanos trabalhando sem descanso para a execução de algum projeto importante e difícil, que a menor revolução poderia perturbar, então você conceberá facilmente por que essa gente tão ocupada não se sente tentada a conturbar o Estado nem a destruir um repouso público que lhes é proveitoso.

Será que basta perceber essas coisas separadamente? Não será necessário descobrir o nó oculto que as amarra? É no seio das associações políticas que os americanos de todos os Estados, de todos os espíritos e de todas as idades adquirem, cada dia, o gosto geral da associação e se familiarizam com seu emprego. Na associação eles se vêem em grande número, se falam, se entendem e se animam em comum para todo tipo de empreendimentos. Transportam em seguida para a vida civil as noções que adquiriram assim e as fazem servir a mil usos.

Portanto é desfrutando de uma liberdade perigosa que os americanos aprendem a arte de tornar os perigos da liberdade menores.

Se escolhermos um certo momento da existência de uma nação, é fácil provar que as associações políticas conturbam o Estado e paralisam a indústria; mas, se considerarmos a vida inteira de um povo, talvez seja fácil demonstrar que a liberdade de associação em matéria política é favorável ao bem-estar e até à tranqüilidade dos cidadãos.

Disse na primeira parte desta obra: "A liberdade *ilimitada* de associação em matéria política não pode ser confundida com a liberdade de escrever: uma é ao mesmo tempo menos necessária e mais perigosa que a outra. Uma nação pode limitá-la sem deixar de ser senhora de si mesma; ela deve às vezes fazê-lo para continuar a sê-lo." E mais adiante acrescentava: "Não se pode dissimular que a liberdade ilimitada de associação em matéria política é, de todas as liberdades, a última que um povo possa suportar. Se ela não o faz cair na anarquia, faz-lhe por assim dizer experimentar a cada instante."

Assim, não creio que uma nação tenha sempre a liberdade de conceder aos cidadãos o direito absoluto de se associar em matéria política e, inclusive, duvido que, em qualquer país e em qualquer época, tenha sido sábio não fixar limites para a liberdade de associação.

Um povo não saberia, diz-se, manter a paz em seu seio, inspirar o respeito às leis, nem estabelecer um governo duradouro, se não contiver o direito de associação dentro de limites estreitos. Tais bens são preciosos, sem dúvida, e entendo que, para adquiri-los ou conservá-los, uma nação admita impor-se momentaneamente grandes incômodos; mas é bom que ela saiba com precisão o que esses bens lhe custam.

Que, para salvar a vida de um homem, cortem-lhe um braço, compreendo; mas não quero que me garantam que ele vai se mostrar tão hábil quanto se não fosse maneta.

CAPÍTULO VIII

Como os americanos combatem o individualismo pela doutrina do interesse bem compreendido

Quando o mundo era conduzido por um pequeno número de indivíduos poderosos e ricos, estes gostavam de formar uma idéia sublime dos deveres do homem; compraziam-se com professar que é glorioso esquecer-se e que convém fazer o bem sem interesse, como Deus mesmo. Era a doutrina oficial desse tempo em matéria de moral.

Duvido que os homens fossem mais virtuosos nas eras aristocráticas do que nas outras, mas é certo que nelas se falava sem cessar das belezas da virtude; mas estudavam em segredo de que modo ela era útil. Entretanto, à medida que a imaginação voa mais alto e que cada um se concentra em si mesmo, os moralistas se assustam com essa idéia de sacrifício e não ousam mais oferecê-lo ao espírito humano; reduzem-se pois a investigar se a vantagem individual dos cidadãos não seria trabalhar para a felicidade de todos e, quando descobrem um desses pontos em que o interesse particular coincide com o interesse geral, e se confunde com ele, apressam-se a pô-lo em evidência; pouco a pouco as observações semelhantes se multiplicam. O que não passava de um reparo isolado se torna uma doutrina geral, e supõe-se perceber enfim que o homem, ao servir a seus semelhantes, serve a si mesmo e que seu interesse particular está em fazer o bem.

Já mostrei, em várias partes desta obra, como os habitantes dos Estados Unidos sabiam quase sempre combinar seu bem-estar próprio com o de seus concidadãos. O que quero destacar aqui é a teoria geral, com ajuda da qual alcançam esse resultado.

Nos Estados Unidos, quase não se diz que a virtude é bela. Sustenta-se que é útil, e prova-se isso todos os dias. Os moralistas americanos não pretendem que seja necessário sacrificar-se a seus semelhantes, porque é grandioso fazê-lo; mas dizem ousadamente que tais sacrifícios são tão necessários a quem os impõe a si quanto a quem deles se aproveita.

Perceberam que, em seu país e em seu tempo, o homem era voltado para si mesmo por uma força irresistível e, perdendo a esperança de detê-lo, passaram a pensar apenas em conduzi-lo.

Não negam pois que cada homem possa seguir seu interesse, mas desdobram-se para provar que o interesse de cada um é ser honesto.

Não quero entrar aqui no detalhe de suas razões, o que me afastaria do meu tema: basta-me dizer que elas convenceram seus concidadãos.

Faz muito tempo que Montaigne disse: "Se, por sua retidão, eu não seguisse o caminho reto, segui-lo-ia por ter descoberto, por experiência, que no final das contas é comumente o mais feliz e o mais útil."

A doutrina do interesse bem compreendido não é nova, portanto; mas, entre os americanos de nossos dias, ela foi universalmente admitida, tornou-se popular: encontramos-na no fundo de todas as ações; ela transparece em todos os discursos; encontramos-na tanto na boca do pobre como na boca do rico.

Na Europa, a doutrina do interesse é muito mais rudimentar do que na América, mas ao mesmo tempo é menos difundida e, sobretudo, menos evidente, e simula-se ainda, todos os dias, grandes devoções que já não se têm.

Os americanos, ao contrário, gostam de explicar, com ajuda do interesse bem compreendido, quase todos os atos de sua vida; eles mostram complacientemente como o amor esclarecido por si mesmos os leva sem cessar a se ajudar uns aos outros e os dispõe a sacrificar com muito gosto, pelo bem do Estado, uma parte de seu tempo e de suas riquezas. Penso que, nisso, é freqüente eles não serem justos consigo mesmos, pois às vezes vêem-se nos Estados Unidos, como em outros países, os cidadãos se entregarem aos elãs desinteressados e

irrefletidos que são naturais ao homem; mas os americanos não confessam que cedem a movimentos dessa espécie; preferem honrar sua filosofia a honrar a si mesmos.

Eu poderia deter-me aqui e não procurar julgar o que acabo de descrever. A extrema dificuldade do tema seria minha desculpa. Mas não quero tirar proveito desse argumento e, a deixar meus leitores na expectativa, prefiro que eles, enxergando claramente meu objetivo, se recusem a me seguir.

O interesse bem compreendido é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Não procura alcançar grandes objetivos, mas atinge sem grandes esforços aos que visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, todos a captam facilmente e a retêm sem problemas. Acomodando-se maravilhosamente às fraquezas dos homens, obtém com facilidade um grande império, e não lhe é difícil conservá-lo, porque ela volta o interesse pessoal contra ele mesmo e vale-se, para dirigir as paixões, do agulhão que as estimula.

A doutrina do interesse bem compreendido não produz grandes devoções, mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios; ela sozinha não seria capaz de fazer virtuoso um homem, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, previdentes, senhores de si; e, se não leva diretamente à virtude pela vontade, aproxima insensivelmente dela pelos hábitos.

Se a doutrina do interesse bem compreendido viesse dominar inteiramente o mundo moral, as virtudes extraordinárias seriam sem dúvida mais raras. Mas penso também que, então, as grosseiras depravações seriam menos comuns. A doutrina do interesse bem compreendido talvez impeça alguns homens de subir muito acima do nível ordinário da humanidade; mas um grande número de outros que caíam abaixo a encontram e agarram-se a ela. Considere alguns indivíduos: ela os rebaixa; focalize a espécie: ela a eleva.

Não temo dizer que a doutrina do interesse bem compreendido me parece, de todas as teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos. Portanto, é principalmente para ela que o espírito dos moralistas de nossos dias deve se voltar. Ainda que a julgassem imperfeita, deveriam adotá-la como necessária.

Não creio, tudo bem pesado, que haja mais egoísmo entre nós do que na América; a única diferença é que lá ele é esclarecido e aqui não. Cada americano sabe sacrificar uma parte de seus interesses particulares para salvar o resto. Queremos nos apoderar de tudo e, com frequência, tudo nos escapa.

Não vejo em torno de mim senão pessoas que parecem querer ensinar cada dia a seus contemporâneos, por sua palavra e por seu exemplo, que o útil nunca é desonesto. Não descobrirei então, enfim, quem procure lhes fazer compreender como o honesto pode ser útil?

Não há poder na terra capaz de impedir que a igualdade crescente das condições leve o espírito humano à busca do útil e disponha cada cidadão a se fechar em si mesmo.

Deve-se contar, portanto, com que o interesse individual se torne, mais que nunca, o principal, se não único, móvel das ações dos homens; mas resta saber como cada homem entenderá seu interesse individual.

Se os cidadãos, tornando-se iguais, permanecessem ignorantes e grosseiros, é difícil prever até que estúpido excesso seu egoísmo poderá levar e não se poderia dizer de antemão em que vergonhosas misérias eles mesmos mergulhariam, com medo de sacrificar algo de seu bem-estar à prosperidade de seus semelhantes.

Não creio que a doutrina do interesse, tal como é pregada na América, seja evidente em todas as suas partes; mas ela encerra um grande número de verdades tão evidentes que basta esclarecer os homens para que eles as enxerguem. Cumpre pois esclarecê-los a qualquer preço, porque a época das devoções cegas e das virtudes instintivas já vai longe de nós, e vejo chegar o tempo em que a liberdade, a paz pública e a ordem social mesma não poderão prescindir das luzes.

CAPÍTULO IX

Como os americanos aplicam a doutrina do interesse bem compreendido em matéria de religião

Se a doutrina do interesse bem compreendido tivesse em vista tão-somente este mundo, estaria longe de bastar; porque há um grande número de sacrifícios que só podem encontrar sua recompensa no outro; e qualquer que seja o esforço de espírito que se faça para experimentar a utilidade da virtude, sempre será difícil fazer viver bem um homem que não quer morrer.

Portanto, é necessário saber se a doutrina do interesse bem compreendido pode conciliar-se com as crenças religiosas.

Os filósofos que ensinam essa doutrina dizem aos homens que, para serem felizes na vida, devem vigiar as paixões e reprimir com cuidado os excessos destas; que só seria possível adquirir uma felicidade duradoura recusando-se mil prazeres passageiros e que, enfim, é preciso triunfar sem cessar sobre si mesmo para melhor se servir.

Os fundadores de quase todas as religiões sustentaram mais ou menos a mesma coisa. Sem indicar aos homens o caminho, não fizeram mais que recuar a meta; em vez de situar neste mundo o preço dos sacrifícios que impõem, puseram-no no outro.

Todavia, recuso-me a crer que todos os que praticam a virtude por espírito de religião ajam tão-só tendo em vista uma recompensa.

Encontrei cristãos zelosos que esqueciam sem cessar de si mesmos a fim de trabalhar com mais ardor pela felicidade de todos, e ouvi-os pretender que só agiam assim para me-

recer os bens do outro mundo; mas não posso me impedir de pensar que enganam a si próprios. Respeito-os demais para acreditar neles.

O cristianismo nos diz, é verdade, que devemos preferir os outros a nós mesmos, para merecer o céu; mas o cristianismo também nos diz que devemos fazer o bem a nossos semelhantes por amor a Deus. É uma expressão magnífica; o homem penetra por meio de sua inteligência no pensamento divino; ele vê que a finalidade de Deus é a ordem, associa-se livremente a esse grande desígnio e, sacrificando seus interesses particulares a essa ordem admirável de todas as coisas, não espera outras recompensas além do prazer de contemplá-la.

Não creio pois que o único móvel dos homens religiosos seja o interesse; mas penso que o interesse é o principal meio de que as religiões se valem para conduzir os homens, e não tenho dúvida de que seja por esse lado que elas conquistam a multidão e se tornam populares.

Portanto, não vejo muito bem por que a doutrina do interesse bem compreendido afastaria os homens das crenças religiosas; parece-me, ao contrário, entrever como ela os aproxima destas.

Suponhamos que, para alcançar a felicidade neste mundo, um homem resista em todas as circunstâncias ao instinto e pese friamente todos os atos da sua vida; que em vez de ceder cegamente ao arroubo de seus primeiros desejos, tenha aprendido a arte de combatê-los e se acostumado a sacrificar sem esforço o prazer do momento ao interesse permanente de toda a sua vida.

Se tal homem tem fé na religião que professa, não lhe custará muito submeter-se aos incômodos que ela impõe. A razão mesma o aconselha a fazer assim, e o costume preparou-o de antemão para suportá-lo.

Pois que, se ele teve dúvidas quanto ao objeto de suas esperanças, não se deixará deter facilmente e julgará sensato arriscar alguns dos bens deste mundo para conservar seus direitos sobre a imensa herança que lhe prometem no outro.

“Quem se engana por crer a religião cristã verdadeira”, disse Pascal, “não tem grande coisa a perder; mas que desgraça se enganar por crê-la falsa!”

Os americanos não afetam uma indiferença grosseira pela outra vida; não manifestam um orgulho pueril em desprezar perigos de que esperam escapar.

Praticam pois sua religião sem vergonha e sem fraqueza; mas vê-se comumente, bem no meio de seu zelo, não sei quê de tão tranqüilo, de tão metódico e de tão calculado, que parece ser muito mais a razão do que o coração que os leva ao pé dos altares.

Não apenas os americanos seguem sua religião por interesse, mas muitas vezes colocam neste mundo o interesse que se pode ter em segui-la. Na Idade Média, os padres só falavam da outra vida; não se preocupavam com provar que um cristão sincero possa ser um homem feliz aqui na terra.

Mas os pregadores americanos voltam sem cessar à terra e é somente com grande dificuldade que conseguem desprender dela seu olhar. Para melhor atingir os ouvintes, mostram todos os dias como as crenças religiosas favorecem a liberdade e a ordem pública, e costuma ser difícil saber, ouvindo-os, se o objeto principal da sua religião é proporcionar a eterna felicidade no outro mundo ou o bem-estar neste.

CAPÍTULO X

Do gosto pelo bem-estar material na América

Na América, a paixão pelo bem-estar material nem sempre é exclusiva, mas é geral; se nem todos a experimentam da mesma maneira, todos a sentem. A preocupação com satisfazer as menores necessidades do corpo e de prover às pequenas comodidades da vida toma conta universalmente dos espíritos.

Algo semelhante se manifesta cada vez mais na Europa.

Dentre as causas que produzem esses efeitos análogos nos dois mundos, há várias que se aproximam do meu tema e que devo indicar.

Quando as riquezas são fixadas hereditariamente nas mesmas famílias, vê-se um grande número de homens que desfrutam do bem-estar material, sem ter o gosto exclusivo pelo bem-estar.

O que prende mais vivamente o coração humano não é a posse sossegada de um objeto precioso, mas o desejo imperfeitamente satisfeito de possuí-lo e o medo incessante de perdê-lo.

Nas sociedades aristocráticas, os ricos, não tendo conhecido um estado diferente do deles, não temem mudar de condição. E não conseguem imaginar outra. O bem-estar material não é, pois, para eles, o objetivo da vida; é uma maneira de viver. Eles o consideram, de certa forma, como a existência mesma e desfrutam-no sem pensar.

Sendo assim satisfeito sem dificuldade e sem temor o gosto natural e instintivo que todos os homens têm pelo bem-estar, sua alma se volta para outra direção e se prende

a algum empreendimento mais difícil e maior, que a alma e a arrasta.

Assim, no próprio seio das fruições materiais, os membros de uma aristocracia revelam muitas vezes um desprezo orgulhoso por essas mesmas fruições e encontram forças singulares quando finalmente têm de privar-se delas. Todas as revoluções que perturbaram ou destruíram as aristocracias mostraram com que facilidade pessoas acostumadas com o supérfluo podiam prescindir do necessário, ao passo que homens que chegaram laboriosamente à comodidade mal podem viver depois de a ter perdido.

Se dos níveis superiores passo às classes baixas, verei efeitos análogos produzidos por causas diferentes.

Nas nações em que a aristocracia domina a sociedade e a mantém imóvel, o povo acaba se acostumando à pobreza, como os ricos à sua opulência. Uns não se preocupam com o bem-estar material, porque o possuem sem dificuldade; os outros nem pensam no assunto, porque perderam a esperança de adquiri-lo e não o conhecem bastante para desejá-lo.

Nessas espécies de sociedade, a imaginação do pobre é projetada no outro mundo; as misérias da vida real a limitam; mas ela lhes escapa e vai procurar seus deleites fora dela.

Quando, ao contrário, os níveis sociais são confundidos e os privilégios destruídos, quando os patrimônios se dividem e a luz e a liberdade se difundem, a vontade de adquirir o bem-estar se apresenta à imaginação do pobre e o medo de perdê-lo ao espírito do rico. Um sem-número de fortunas mediocres se estabelece. Os que as possuem têm fruições materiais suficientes para conceber o gosto por tais fruições, e insuficientes para se contentar com elas. Conquistam-nas sempre à custa de muito esforço e só se desfazem delas temerosos.

Prendem-se pois, sem cessar, a perseguir ou a preservar essas fruições tão preciosas, tão incompletas e tão fugidias.

Busco uma paixão que seja natural a homens que a obscuridade da origem ou a mediocridade da fortuna excitam e limitam, e não encontro uma mais apropriada do que o gosto pelo bem-estar. A paixão pelo bem-estar material é essencialmente uma paixão de classe média; ela cresce e se amplia com essa classe; torna-se preponderante com ela. É a

partir dessa classe que alcança os níveis superiores da sociedade e desce até o seio do povo.

Não encontrei na América nenhum cidadão tão pobre que não lançasse um olhar de esperança e de cobiça nas fruições dos ricos, e cuja imaginação não se apossasse de antemão dos bens que a sorte se obstinava a lhe recusar.

Por outro lado, nunca percebi entre os ricos dos Estados Unidos esse soberbo desdém pelo bem-estar material que se revela às vezes até mesmo no seio das aristocracias mais opulentas e mais dissolutas.

A maior parte daqueles ricos foi pobre; eles sentiram o aguilhão da necessidade; por muito tempo combateram uma fortuna adversa e, agora que a vitória foi alcançada, sobrevivem a eles as paixões que acompanharam sua luta; eles ficam como que embriagados no meio dessas pequenas fruições que perseguiram por quarenta anos.

Não é só nos Estados Unidos, mas também em outros lugares, que encontramos um número de ricos bastante grande que, tendo seus bens por herança, possuem sem esforços uma opulência que não adquiriram. Mas mesmo esses não se mostram menos apegados às fruições da vida material. O amor ao bem-estar tornou-se o gosto nacional e dominante; a grande corrente das paixões humanas vai nessa direção e a tudo arrasta em seu curso.

CAPÍTULO XI

Dos efeitos particulares que o amor às fruições materiais produz nas eras democráticas

Poder-se-ia crer, com base no que precede, que o amor às fruições materiais deva levar sem cessar os americanos no sentido da desordem dos costumes, perturbar as famílias e comprometer enfim a sorte da própria sociedade.

Mas não é assim. A paixão pelas fruições materiais produz, no seio das democracias, efeitos diferentes dos que acarreta nos povos aristocráticos.

Sucedem por vezes que a lassidão dos negócios, o excesso de riquezas, a ruína das crenças, a decadência do Estado, desviem o coração de uma aristocracia pouco a pouco apenas para as fruições materiais. Outras vezes, o poder de um príncipe ou a fraqueza do povo, sem tirar dos nobres sua fortuna, forçam-nos a se afastar do poder e, fechando-lhes o caminho para os grandes empreendimentos, abandonam-nos à inquietude de seus desejos; eles recaem então pesadamente sobre si mesmos e buscam nas fruições do corpo o esquecimento de sua grandeza passada.

Quando os membros de um corpo aristocrático se voltam assim exclusivamente para o amor pelas fruições materiais, costumam concentrar apenas nesse sentido toda a energia que o longo hábito do poder lhes deu.

A tais homens, a busca do bem-estar não basta; necessitam de uma depravação suntuosa e de uma corrupção espetacular. Prestam um culto magnífico à matéria e parecem querer cada qual superar o outro na arte de se embrutecer.

Quanto mais uma aristocracia for forte, gloriosa e livre, mais se mostrará, então, depravada e, qualquer que tenha

sido o esplendor de suas virtudes, ousou predizer que sempre será superado pelo estrépito de seus vícios.

O gosto pelas fruições materiais não leva os povos democráticos a tais excessos. O amor pelo bem-estar se revela, neles, de uma paixão tenaz, exclusiva, universal, mas contida. Não se trata de construir vastos palácios, vencer ou enganar a natureza, esgotar o universo, para melhor saciar as paixões de um homem; trata-se de acrescentar algumas medidas a seus campos, de plantar um pomar, ampliar uma moradia, tornar a cada instante a vida mais fácil e mais cômoda, prevenir o mal-estar e satisfazer as menores necessidades sem esforço e quase sem custos. Esses objetos são pequenos, mas a alma se apega a eles: ela os considera todos os dias e bem de perto; acabam por lhe ocultar o resto do mundo e vêm às vezes se colocar entre ela e Deus.

Isso, dirão, só poderia se aplicar àqueles cidadãos cuja fortuna é medíocre; os ricos mostrarão gostos análogos aos que exibiam nas eras de aristocracia. Contesto essa idéia.

Em termos de fruições materiais, os cidadãos mais opulentos de uma democracia não mostrarão gostos muito diferentes dos do povo, seja porque, tendo saído do seio do povo, eles os compartilham realmente, seja porque crêem dever submeter-se a eles. Nas sociedades democráticas, a sensualidade do público adquiriu certo ar moderado e tranqüilo, ao qual todas as almas são obrigadas a se conformar. Nelas, é tão difícil escapar da regra comum por seus vícios quanto por suas virtudes.

Os ricos que vivem nas nações democráticas visam portanto à satisfação de suas menores necessidades muito mais do que a suas fruições extraordinárias; eles contentam uma multidão de pequenos desejos e não se entregam a nenhuma grande paixão desordenada. Caem assim mais na languidez do que na depravação.

Esse gosto particular que os homens dos tempos democráticos têm pelas fruições materiais não é naturalmente oposto à ordem; ao contrário, ele necessita com freqüência da ordem para se satisfazer. Não é tampouco inimigo da regularidade dos costumes, porque os bons costumes são úteis à tranqüilidade pública e favorecem a indústria. Muitas vezes

até chega a se combinar com uma espécie de moralidade religiosa; quer-se ser o melhor possível neste mundo, sem renunciar às chances do outro.

Dentre os bens materiais, há alguns cuja posse é criminosa; as pessoas tomam o cuidado de se abster deles. Há outros cujo uso a religião e a moral permitem; a esses as pessoas entregam sem reserva seu coração, sua imaginação, sua vida, e perdem de vista, esforçando-se para apreendê-los, aqueles bens mais preciosos que fazem a glória e a grandeza da espécie humana.

O que critico na igualdade não é arrastar os homens à busca das fruições proibidas, mas absorvê-los inteiramente na procura das fruições permitidas.

Assim, poderia se estabelecer no mundo uma espécie de materialismo honesto que não corromperia as almas, mas que as debilitaria e acabaria por esvaziá-las de toda a sua energia.

CAPÍTULO XII

Por que certos americanos denotam um espiritualismo tão exaltado

Muito embora o desejo de adquirir bens deste mundo seja a paixão dominante dos americanos, há momentos de trégua em que sua alma parece romper de repente os vínculos materiais que a retêm e escapar impetuosamente para o céu.

Encontram-se às vezes em todos os Estados da União, mas principalmente nas regiões semipovoadas do Oeste, pregadores que levam de lugar em lugar a palavra divina.

Famílias inteiras, velhos, mulheres e crianças atravessam lugares difíceis e varam florestas desertas, vindo de muito longe ouvi-los; e, quando os encontram, esquecem por vários dias e várias noites, enquanto os escutam, seus negócios e até mesmo as mais urgentes necessidades do corpo.

Deparamos aqui e ali, no seio da sociedade americana, com almas tomadas por um espiritualismo exaltado e quase feroz, tal como não encontramos na Europa. Surgem, de tempo em tempo, seitas bizarras que se esforçam por abrir caminhos extraordinários para a felicidade eterna. As loucuras religiosas são comuníssimas nela.

Isso não nos deve surpreender.

Não foi o homem que deu a si mesmo o gosto pelo infinito e o amor pelo que é imortal. Esses instintos sublimes não nascem de um capricho da vontade do homem, mas têm seu fundamento imóvel em sua natureza, existem a despeito de seus esforços. Ele pode coibi-los e deformá-los, mas não destruí-los.

A alma tem necessidades que precisam ser satisfeitas; e, por mais cuidados que se tenha para distraí-la de si própria,

ela logo se aborrece, se inquieta e se agita no meio das fruições dos sentidos.

Se o espírito da grande maioria do gênero humano se concentrasse um dia unicamente na busca dos bens materiais, seria de esperar que se produziria uma reação prodigiosa na alma de alguns homens. Estes se lançariam perdidamente no mundo dos espíritos, com medo de permanecerem presos nas peias demasiado estreitas que o corpo quer lhes impor.

Ninguém deveria se surpreender se, no seio de uma sociedade que só pensasse na terra, encontrasse um pequeno número de indivíduos que quisessem olhar apenas para o céu. Eu ficaria espantado se, num povo preocupado unicamente com seu bem-estar, o misticismo não progredisse.

Dizem que as perseguições dos imperadores e os suplícios do circo é que povoaram os desertos da Tebaida; mas eu creio que foram, antes, as delícias de Roma e a filosofia epicurista da Grécia.

Se o estado social, as circunstâncias e as leis não encerrassem tão estreitamente o espírito americano na busca do bem-estar, seria de crer que, quando ele viesse se ocupar de coisas imateriais, mostraria mais reserva e mais experiência, e se moderaria sem dificuldade. Mas ele se sente aprisionado em limites de que parece não quererem deixá-lo sair. Assim que ultrapassa esses limites, não sabe onde se fixar e corre com freqüência, sem parar, além dos confins do senso comum.

CAPÍTULO XIII

Por que os americanos se mostram tão inquietos no meio do seu bem-estar

Encontramos às vezes, em certos cantões retirados do Velho Mundo, pequenas populações que foram como que esquecidas no meio do tumulto universal e que permaneceram imóveis quando tudo se mexia à sua volta. A maior parte desses povos é muito ignorante e miserável; eles não se metem nos assuntos de governo e, muitas vezes, os governos os oprimem. No entanto, costumam exhibir um semblante sereno e não raro revelam um humor jovial.

Vi na América os homens mais livres e mais esclarecidos, postos na mais feliz condição que há no mundo; pareceu-me que uma espécie de nuvem toldava habitualmente seus traços; pareceram-me graves e quase tristes, até em seus prazeres.

A razão principal disso é que os primeiros não pensam nos males que suportam, ao passo que os outros sonham sem cessar com os bens que não possuem.

É uma coisa estranha ver com que espécie de ardor febril os americanos perseguem o bem-estar e como se mostram atormentados sem cessar por um vago medo de não ter escolhido o caminho mais curto que pode levar a ele.

O habitante dos Estados Unidos apega-se aos bens deste mundo como se tivesse certeza de não morrer, e põe tanta precipitação em se apossar dos que passam ao seu alcance que até parece temer a cada instante que vai deixar de viver antes de ter desfrutado deles. Apossa-se de todos, mas sem os segurar firmemente, e logo os deixa escapar de suas mãos para correr atrás de novas fruições.

Nos Estados Unidos, um homem constrói com cuidado uma morada para a velhice e vende-a enquanto assentam a cumeeira; planta um pomar e arrenda-o quando ia provar seus frutos; arroteia um campo e deixa a outros a tarefa de colher as safras. Abraça uma profissão e a abandona. Fixa-se num lugar de onde parte pouco depois, para levar alhures seus desejos cambiantes. Se seus assuntos privados lhe dão algum momento livre, logo mergulha no turbilhão da política. E quando, ao fim de um ano repleto de trabalho, ainda lhe restam alguns instantes de lazer, passeia aqui e ali nos vastos limites dos Estados Unidos sua curiosidade inquieta. Fará também cem léguas em alguns dias para melhor se distrair de sua felicidade.

A morte por fim sobrevêm e o detém antes que ele tenha se cansado dessa busca inútil de uma felicidade completa que sempre lhe foge.

De início, você fica pasmo contemplando essa agitação singular que fazem tantos homens parecerem felizes no seio mesmo de sua abundância. Mas esse espetáculo é tão velho quanto o mundo; o que é novo é ver todo um povo representá-lo.

O gosto pelas fruições materiais deve ser considerado a fonte primeira dessa inquietude secreta que se revela nas ações dos americanos e dessa inconstância de que fornecem cotidianamente o exemplo.

Quem concentrou seu coração na única busca dos bens deste mundo está sempre apressado, porque dispõe apenas de um tempo limitado para encontrá-las, apropriar-se e desfrutar delas. A lembrança da brevidade da vida estimula-o sem cessar. Independentemente dos bens que possui, imagina a cada instante mil outros de que a morte o impedirá de fruir, se não se apressar. Esse pensamento enche-o de inquietação, medos e arrependimentos, e mantém sua alma numa espécie de trepidação incessante que o leva a mudar a todo instante de projetos e lugares.

Se ao gosto do bem-estar material vier se somar um estado social em que nem a lei nem o costume retêm mais ninguém em seu lugar, tal fato constituirá mais uma grande fonte de excitação para essa inquietude de espírito: ver-se-á,

então, os homens mudarem continuamente seu trajeto, com medo de perder o caminho mais curto para conduzi-los à felicidade.

Aliás, é fácil conceber que, se desejam vivamente, os homens que buscam com paixão as fruições materiais devem se enfastiar facilmente; sendo o objetivo final fruir, é necessário que o meio de consegui-lo seja pronto e fácil, sem o que a dificuldade de adquirir a fruição seria maior que esta. A maioria das almas é, aí, ao mesmo tempo ardente e frouxa, violenta e esmorecida; e muitas vezes a morte é menos temida do que a continuidade dos esforços na mesma direção.

A igualdade leva por um caminho mais direto ainda a vários dos efeitos que acabo de descrever.

Quando todas as prerrogativas de nascimento e de fortuna são destruídas, quando todas as profissões são abertas a todos e quando se pode chegar ao topo de cada uma delas, uma trajetória imensa e fácil parece abrir-se diante da ambição dos homens, e estes imaginam de bom grado serem chamados a um grande destino. Mas é uma visão errônea que a experiência corrige todos os dias. Essa mesma igualdade que permite que cada cidadão nutra vastas esperanças torna todos os cidadãos individualmente fracos. Ela limita de todos os lados suas forças, ao mesmo tempo que permite que seus desejos se expandam.

Não apenas são impotentes por si mesmos, mas encontram a cada passo imensos obstáculos que não haviam percebido antes.

Eles destruíram os privilégios embaraçosos de alguns de seus semelhantes; encontram a concorrência de todos. O limite mudou muito mais de forma do que de lugar. Quando os homens são mais ou menos semelhantes e seguem um mesmo caminho, é bem difícil que nenhum deles caminhe mais depressa e vare a multidão uniforme que o rodeia e o espreme.

Essa oposição constante que reina entre os instintos que a igualdade faz surgir e os meios que ela fornece para satisfê-los atormenta e cansa as almas.

Podem-se imaginar homens que chegaram a certo grau de liberdade que os satisfaça inteiramente. Eles desfrutam

então de sua independência sem inquietude e sem ardor. Mas os homens nunca fundarão uma igualdade que lhes baste.

Por mais esforços que um povo faça, ele nunca conseguirá tornar as condições perfeitamente iguais em seu seio; e se ele tivesse a infelicidade de chegar a esse nivelamento absoluto e completo, ainda restaria a desigualdade das inteligências, que, vindo diretamente de Deus, sempre escapará às leis.

Por mais democrático que seja o estado social e a constituição política de um povo, podemos pois dar por certo que cada um de seus cidadãos sempre perceberá perto de si vários pontos que o dominam, e pode-se prever que ele voltará obstinadamente seu olhar só para esse lado. Quando a desigualdade é a lei comum de uma sociedade, as mais fortes desigualdades não impressionam os olhos; quando tudo está mais ou menos no mesmo nível, as menores desigualdades os ferem. É por isso que o desejo de igualdade se torna cada vez mais insaciável à medida que a igualdade é maior.

Nos povos democráticos, os homens obterão facilmente certa igualdade; mas não poderiam alcançar a que desejam. Esta recua cada dia diante deles, mas sem nunca se furtar a seus olhares e, retirando-se, atrai-os em seu encaicho. Eles crêem sem cessar que vão pegá-la, e ela escapa sem cessar de seus braços. Eles a vêem bastante de perto para conhecer seus encantos, não se aproximam o bastante para desfrutar dela e morrem antes de terem saboreado plenamente suas doçuras.

É a essas causas que convém atribuir tanto a melancolia singular que os habitantes dos países democráticos manifestam com frequência no seio de sua abundância como aqueles desgostos da vida que às vezes se apossam deles no meio de uma existência confortável e tranqüila.

Queixam-se, na França, de que o número de suicídios aumenta; na América o suicídio é raro, mas garantem que lá a demência é mais comum do que no resto do mundo.

São sintomas diferentes do mesmo mal.

Os americanos não se matam, por mais agitados que sejam, porque a religião os proíbe de fazê-lo e porque, entre

eles, o materialismo praticamente não existe, apesar de a paixão pelo bem-estar material ser geral.

A vontade deles resiste, mas muitas vezes sua razão fraqueja.

Nos tempos democráticos, as fruições são mais vivas do que nas eras de aristocracia e, sobretudo, o número dos que fruem é infinitamente maior. Por outro lado, cumpre reconhecer que, neles, as esperanças e os desejos se frustram com maior frequência, as almas são mais comovidas e mais inquietas; as preocupações, mais agudas.

CAPÍTULO XIV

Como, nos americanos, o gosto pelas fruições materiais se une ao amor à liberdade e à preocupação com os negócios públicos

Quando um Estado democrático se torna uma monarquia absoluta, a atividade que antes era voltada para os negócios públicos e para os negócios privados concentra-se nestes últimos, do que resulta, por certo tempo, uma grande prosperidade material; mas o movimento logo se reduz e o desenvolvimento da produção pára.

Não sei se se pode citar um só povo manufatureiro e comerciante, dos tírios aos florentinos e aos ingleses, que não tenha sido um povo livre. Portanto, há um vínculo estreito e uma relação necessária entre estas duas coisas: liberdade e indústria.

Isso é válido em geral para todas as nações, especialmente porém para as nações democráticas.

Apontei mais acima como os homens que vivem nas eras de igualdade tinham uma necessidade contínua da associação para alcançar quase todos os bens que cobiçam; por outro lado, mostrei como a grande liberdade política aperfeiçoava e vulgarizava no seio deles a arte de se associar. A liberdade, nesses séculos, é portanto particularmente útil à produção das riquezas. Pode-se ver, ao contrário, que o despotismo é um seu particular inimigo.

A índole do poder absoluto, nas eras democráticas, não é nem cruel nem selvagem, mas minuciosa e casuística. Um despotismo dessa espécie, ainda que não espezinhe a humanidade, opõe-se diretamente ao gênio do comércio e aos instintos da indústria.

Assim, os homens dos tempos democráticos necessitam ser livres, a fim de alcançar mais facilmente as fruições materiais pelas quais suspiram sem cessar.

Às vezes, porém, o gosto excessivo que manifestam por essas mesmas fruições entrega-os ao primeiro amo que se apresenta. A paixão pelo bem-estar se volta então contra si mesma e afasta sem perceber o objeto de sua cobiça.

De fato, há uma passagem perigosíssima na vida dos povos democráticos.

Quando o gosto pelas fruições materiais se desenvolve num desses povos mais rapidamente do que as luzes e os hábitos da liberdade, chega um momento em que os homens ficam arrebatados e como que fora de si, ao verem esses novos bens de que estão prestes a se apoderar. Preocupados unicamente com fazer fortuna, não percebem mais o vínculo estreito que une a fortuna particular de cada um deles à prosperidade de todos. Não é necessário arrancar de tais cidadãos os direitos que possuem; eles próprios os deixam escapar naturalmente. O exercício de seus deveres políticos lhes parece um contratempo incômodo que os distrai de sua indústria. Se se trata de escolher seus representantes, de dar mão forte à autoridade, de cuidar em comum da coisa comum, falta-lhes tempo: não seriam capazes de dissipar esse tempo tão precioso em trabalhos inúteis; são brincadeiras de gente ociosa que não convêm a homens graves e ocupados nos interesses sérios da vida. Essa gente crê seguir a doutrina do interesse, mas só têm dela uma idéia grosseira e, para zelar melhor pelo que chamam seus negócios, negligenciam o principal, que é permanecer donos de si mesmos.

Como os cidadãos que trabalham não querem pensar na coisa pública e como a classe que poderia se encarregar dessa tarefa para preencher seus vagues não mais existe, o lugar do governo fica como que vazio.

Se, nesse momento crítico, um ambicioso hábil toma o poder, descobre que está aberto o caminho para todas as usurpações.

Basta que cuide por algum tempo de que todos os interesses materiais prosperem, que o considerarão facilmente em regra com todo o resto. Basta sobretudo que assegure a

ordem. Os homens que têm paixão pelas fruições materiais descobrem de ordinário como as agitações da liberdade perturbam o bem-estar, antes de perceber como a liberdade serve para que o alcancem; e, ao menor rumor das paixões públicas que penetram no meio dos pequenos prazeres de sua vida privada, despertam e se inquietam; por muito tempo o medo da anarquia os mantêm sem cessar de sobreaviso e sempre prontos a se lançar fora da liberdade à primeira desordem.

Admitirei sem dificuldade que a paz pública é um grande bem; mas não quero esquecer que é através da boa ordem que todos os povos chegaram à tirania. Não decorre daí necessariamente que os povos devam desprezar a paz pública, mas esta não lhes deve bastar. Uma nação que não requer de seu governo mais que a manutenção da ordem já é escrava no fundo do coração; é escrava do seu bem-estar, e o homem que a deve agrilhoar pode aparecer.

O despotismo das facções não é menos temível do que o de um homem.

Quando a massa dos cidadãos só quer se ocupar de negócios privados, os menores partidos não devem perder a esperança de se tornar senhores dos negócios públicos.

Não é raro ver então na vasta cena do mundo, assim como nos teatros, uma multidão representada por alguns homens. Estes falam sozinhos em nome de uma multidão ausente ou desatenta; só eles agem no meio da imobilidade universal; eles dispõem, segundo seu capricho, de todas as coisas, mudam as leis e tiranizam a seu bel-prazer os costumes. E é espantoso ver o pequeno número de fracas e indignas mãos em que pode cair um grande povo.

Até aqui, os americanos evitaram com sucesso todos os escolhos que acabo de indicar, no que merecem de fato nossa admiração.

Talvez não haja país na terra em que encontremos menos ociosos do que na América e em que todos os que trabalham sejam mais inflamados pela busca do bem-estar. Mas, se a paixão dos americanos pelas fruições materiais é violenta, pelo menos não é cega, e a razão, impotente para moderá-la, a dirige.

Um americano se ocupa de seus interesses privados como se estivesse sozinho no mundo e, no instante seguinte, dedica-se à coisa pública como se os houvesse esquecido. Parece ora animado pela cupidez mais egoísta, ora pelo mais vivo patriotismo. O coração humano não saberia se dividir dessa maneira. Os habitantes dos Estados Unidos atestam alternadamente uma paixão tão forte e tão semelhante por seu bem-estar e por sua liberdade, que é de crer que essas paixões se unem e se confundem em algum ponto da sua alma. Os americanos vêem, de fato, em sua liberdade, o melhor instrumento e a maior garantia de seu bem-estar. Eles gostam dessas duas coisas uma pela outra. Não pensam, portanto, que não sejam da sua conta os negócios públicos; ao contrário, crêem que seu principal negócio é garantir por si mesmos um governo que lhes permita adquirir os bens que desejam e que não os proíba de saborear em paz os que adquiriram.

CAPÍTULO XV

Como as crenças religiosas desviam de quando em quando a alma dos americanos para as fruições imateriais

Nos Estados Unidos, quando chega o sétimo dia de cada semana, a vida comercial e industrial da nação parece suspensa; todos os barulhos cessam. Um repouso profundo, ou antes, uma espécie de recolhimento solene sucede a ela; a alma retoma posse enfim de si mesma e se contempla.

Durante esse dia, os lugares consagrados ao comércio ficam desertos; cada cidadão, cercado dos filhos, vai a um templo; aí dirigem-lhe estranhos discursos, que parecem pouco adequados a seus ouvidos. Dizem-lhe dos incontáveis males causados pelo orgulho e pela cobiça. Falam-lhe da necessidade de regrar seus desejos, das delicadas fruições proporcionadas unicamente pela virtude e da verdadeira felicidade que a acompanha.

Voltando à sua casa, não o vemos correr para os registros de seu negócio. Abre o livro das Sagradas Escrituras; encontra nele pinturas sublimes ou tocantes da grandeza e da bondade do Criador, da magnificência infinita das obras de Deus, do elevado destino reservado aos homens, de seus deveres e de seus direitos à imortalidade.

Assim, de quando em quando, o americano se furta de certa forma a si mesmo e, arrancando-se por um momento às pequenas paixões que agitam sua vida e aos interesses passageiros que a preenchem, penetra de repente num mundo ideal em que tudo é grande, puro, eterno.

Investiguei em outro ponto desta obra as causas a que se devia atribuir a manutenção das instituições políticas dos americanos, e a religião pareceu-me uma das principais. Hoje, que

me ocupo dos indivíduos, encontro-a de novo e percebo que não é menos útil a cada cidadão do que a todo o Estado.

Os americanos mostram, por sua prática, que sentem toda a necessidade de moralizar a democracia pela religião. O que pensam a esse respeito sobre si mesmos é uma verdade de que toda nação democrática deve ser penetrada.

Não duvido de que a constituição social e política de um povo o disponha a certas crenças e a certos gostos, nos quais vem em seguida a cair sem dificuldade; ao passo que essas mesmas causas o afastam de certas opiniões e de certos pontos, sem que ele próprio trabalhe para tanto e, por assim dizer, sem que nem sequer perceba.

Toda a arte do legislador consiste em bem discernir de antemão essas inclinações naturais das sociedades humanas, a fim de saber onde é necessário ajudar o esforço dos cidadãos e onde seria necessário, ao contrário, reduzi-lo. Porque essas obrigações diferem de acordo com o tempo. A única coisa imóvel é o objetivo para o qual deve sempre tender o gênero humano; os meios de alcançá-lo variam sem cessar.

Houvesse eu nascido numa época aristocrática, numa nação em que a riqueza hereditária de uns e a pobreza irremediável de outros desviassem igualmente os homens da idéia do melhor e mantivessem as almas como que entorpecidas na contemplação de outro mundo, teria apreciado que me houvesse sido possível estimular em tal povo o sentimento das necessidades, teria sonhado descobrir os meios mais rápidos e mais cômodos de satisfazer aos novos desejos que eu teria feito surgir e, dirigindo para os estudos físicos os maiores esforços do espírito humano, teria procurado estimulá-lo à busca do bem-estar.

Se sucedesse que alguns homens se inflamassem inconscientemente na busca da riqueza e denotassem um amor excessivo pelas fruições materiais, não me alarmaria; essas características particulares logo desapareceriam na fisionomia comum.

Os legisladores das democracias têm outros cuidados.

Dê aos povos democráticos luzes e liberdade, e deixe-os agir. Conseguirão sem dificuldade retirar deste mundo todos os bens que ele pode oferecer; aperfeiçoarão cada uma

das artes úteis e tomarão todos os dias a vida cômoda, mais agradável, mais doce; seu estado social os impulsiona naturalmente nesse sentido. Não temo que se detenham.

Mas, quando o homem se compraz nessa busca honesta e legítima do bem-estar, é de temer que acabe perdendo o uso de suas mais sublimes faculdades e que, desejando melhorar tudo à sua volta, não acabe se degradando. É aí que reside o perigo, e não em outro ponto qualquer.

É necessário portanto que os legisladores das democracias e todos os homens honestos e esclarecidos que nelas vivem se apliquem sem descanso a levantar as almas e mantê-las dirigidas para o céu. É necessário que todos os que se interessam pelo futuro das sociedades democráticas se unam e que todos, de comum acordo, façam esforços contínuos para difundir no seio dessas sociedades o gosto pelo infinito, o sentimento do grande e o amor pelos prazeres imateriais.

Se você encontrar entre as opiniões de um povo democrático algumas dessas teorias malfazejas que tendem a fazer crer que tudo perece com o corpo, considere os homens que as professam como inimigos naturais desse povo.

Há muitas coisas que me ferem nos materialistas. Suas doutrinas parecem-me perniciosas e seu orgulho me revolta. Se seu sistema pudesse ter alguma utilidade para o homem, parece que seria dando-lhe uma modesta idéia de si mesmo. Mas não mostram que seja assim; e, quando crêem ter estabelecido suficientemente que não passam de brutos, mostram-se tão vaidosos quanto se tivessem demonstrado serem deuses.

O materialismo é, em todas as nações, uma doença perigosa do espírito humano; mas é preciso temê-la particularmente num povo democrático, porque se combina maravilhosamente com o vício de coração mais familiar a esses povos.

A democracia favorece o gosto pelas fruições materiais. Esse gosto, se se tornar excessivo, logo dispõe os homens a crer que tudo é matéria; e o materialismo, por sua vez, acaba de arrastá-los com um ardor insensato para essas mesmas fruições. Este é o círculo fatal a que as nações democráticas são impelidas. É bom que elas vejam o perigo e se retenham.

A maioria das religiões não passa de meios gerais, simples e práticos de ensinar aos homens a imortalidade da alma. Esta é a maior vantagem que um povo democrático pode tirar das crenças, e o que as torna mais necessárias a esse povo do que a todos os outros.

Assim, quando uma religião qualquer lança raízes profundas no seio de uma democracia, tratem de não abalá-la; ao contrário, conservem-na com cuidado como a mais preciosa herança dos séculos aristocráticos; não tentem arrancar dos homens suas antigas opiniões religiosas e substituí-las por novas, pois correrão o risco de que, na passagem de uma fé a outra, achando-se a alma um instante vazia de crenças, o amor pelas fruições materiais venha a se difundir nela e enchê-la inteiramente.

Com certeza, a metempsicose não é mais razoável do que o materialismo; no entanto, se fosse absolutamente necessário que uma democracia fizesse uma opção entre ambos, eu não hesitaria e julgaria que seus cidadãos correm menos o risco de se embrutecer pensando que sua alma vai passar para o corpo de um porco do que crendo que ela não é nada.

A crença num princípio imaterial e imortal, unido por um tempo à matéria, é tão necessária à grandeza do homem, que produz belos efeitos mesmo quando os homens não lhe agregam a opinião das recompensas e dos castigos e quando se limitam a crer que, depois da morte, o princípio divino encerrado no homem se absorve em Deus ou vai animar outra criatura.

Estes que assim crêem consideram o corpo a porção secundária e inferior de nossa natureza; e desprezam-no ao mesmo passo que sofrem sua influência; têm uma estima natural e uma admiração secreta pela parte imaterial do homem, muito embora se recusem às vezes a submeter-se a seu império. Isso basta para dar certa aparência elevada a suas idéias e a seus gostos, e para fazê-los tender sem interesse e como que de per si a sentimentos puros e grandes pensamentos.

Não é verdade que Sócrates e sua escola tivessem opiniões bem definidas sobre o que devia acontecer com o homem na outra vida; mas a única crença que tinham por certa, a de que a alma nada tem em comum com o corpo e

que sobrevive a ele, bastou para dar à filosofia platônica esse tipo de elã sublime que a distingue.

Quando se lê Platão, percebe-se que, nos tempos anteriores a ele e em seu tempo mesmo, havia muitos escritores que preconizavam o materialismo. Esses escritores não chegaram até nós, ou só chegaram de forma muito incompleta. Assim foi em quase todos os tempos: a maioria das grandes reputações literárias juntou-se ao espiritualismo. O instinto e o gosto do gênero humano sustentam essa doutrina, salvam-na com frequência a despeito dos próprios homens e fazem subsistir o nome dos que a ela se prendem. Não se deve crer, portanto, que numa época e num estado político quaisquer, a paixão pelas fruições materiais e as opiniões que a elas se prendem poderão bastar a todo um povo. O coração do homem é mais vasto do que se supõe; ele pode conter ao mesmo tempo o gosto pelos bens da terra e o amor aos bens do céu; às vezes parece entregar-se perdidamente a um dos dois, mas nunca fica muito tempo sem pensar no outro.

Se é fácil ver que é particularmente nos tempos de democracia que cumpre fazer reinar as opiniões espiritualistas, não é cômodo dizer como os que governam os povos democráticos devem agir para que elas reinem.

Não creio nem na prosperidade, nem na duração das filosofias oficiais; quanto às religiões de Estado, sempre pensei que, se às vezes podiam servir momentaneamente aos interesses do poder político, mais cedo ou mais tarde sempre se tornavam fatais à Igreja.

Não sou tampouco dos que acham que, para elevar a religião diante dos olhos dos povos, e valorizar o espiritualismo que ela professa, seja bom conceder indiretamente a seus ministros uma influência política que a lei lhes recusa.

Sinto-me tão imbuído dos perigos quase inevitáveis que correm as crenças quando seus intérpretes se metem nos negócios públicos e estou tão convencido de que é necessário manter a qualquer preço o cristianismo no seio das novas democracias que preferiria acorrentar os padres na sacristia a deixá-los sair de lá.

Que meios restam então à autoridade para conduzir os homens às opiniões espiritualistas ou mantê-los na religião que as sugere?

O que vou dizer vai me prejudicar muito aos olhos dos políticos. Creio que o único meio eficaz que os governos podem empregar para valorizar o dogma da imortalidade da alma é agir todos os dias como se eles próprios acreditassem nele; e creio que é só se conformando escrupulosamente à moral religiosa nos grandes negócios, que podem se gabar de ensinar aos cidadãos a conhecê-la, amá-la e respeitá-la nos pequenos.

CAPÍTULO XVI

Como o amor excessivo ao bem-estar pode prejudicar o bem-estar

Há mais vínculos do que se pensa entre o aperfeiçoamento da alma e a melhoria dos bens do corpo; o homem pode deixar essas duas coisas distintas e considerar alternadamente cada uma delas; mas não poderia separá-las inteiramente sem as perder enfim de vista uma da outra.

Os animais têm os mesmos sentidos que nós e mais ou menos as mesmas cobiças: não há paixões materiais que não sejam comuns a nós e eles e cujo germe não se encontre tanto num cachorro como em nós próprios.

Donde vem, então, que os animais só sabem satisfazer às suas primeiras e mais grosseiras necessidades, ao passo que nós variamos ao infinito nossas fruições e as aumentamos sem cessar?

O que nos torna superiores aos animais, desse ponto de vista, é que empregamos nossa alma para encontrar os bens materiais em direção aos quais unicamente o instinto os conduz. No homem, o anjo ensina ao bruto a arte de se satisfazer. É por ser capaz de se elevar acima dos bens do corpo e desprezar até a própria vida, coisa de que os animais nem sequer têm idéia, que o homem sabe multiplicar esses mesmos bens a um grau que os animais tampouco seriam capazes de conceber.

Tudo o que eleva, aumenta, amplia a alma, torna-a mais capaz de ter êxito naquelas empresas em que não se trata dela.

Ao contrário, tudo o que a desvigorou ou a diminuiu, a enfraquece para todas as coisas, tanto as principais como as menores, e ameaça torná-la quase tão impotente para umas

como para as outras. Assim, é preciso que a alma permaneça grande e forte, nem que só para poder, de vez em quando, pôr sua força e sua grandeza a serviço do corpo.

Se os homens conseguissem se contentar com os bens materiais, seria de crer que perderiam pouco a pouco a arte de produzi-los e acabariam por desfrutá-los sem discernimento e sem progresso, como brutos.

CAPÍTULO XVII

Como, nos tempos de igualdade e de dúvida, é importante distanciar o objetivo das ações humanas

Nas eras de fé, fixa-se a meta final da vida após a vida.

Portanto, os homens desses tempos se acostumam, naturalmente e, por assim dizer, quase sem querer, a considerar durante uma longa seqüência de anos um objetivo imóvel para o qual caminham sem cessar e aprendem, por progressos insensíveis, a reprimir mil pequenos desejos passageiros, para melhor conseguirem satisfazer esse grande e permanente desejo que os atormenta. Quando os mesmos homens querem se ocupar das coisas da terra, esses hábitos voltam a se manifestar. Eles estabelecem com naturalidade para as ações neste mundo um objetivo geral e certo, para o qual se dirigem todos os seus esforços. Não os vemos se entregar cada dia a novas tentativas, mas eles têm desígnios definidos que não se cansam de perseguir.

Isso explica por que os povos religiosos consumaram tantas vezes coisas tão duradouras. Era que, ocupando-se do outro mundo, tinham encontrado o grande segredo para ter êxito neste.

As religiões proporcionam o hábito geral de se comportar tendo em vista o futuro. Nisso, elas não são menos úteis à felicidade desta vida do que à felicidade da outra. É um de seus maiores aspectos políticos.

No entanto, à medida que as luzes da fé escurecem, a visão dos homens se estreita e dir-se-ia que cada dia o objeto das ações humanas lhes parece mais próximo.

Quando se acostumam a não se preocupar mais com o que deve suceder depois de sua vida, vemo-los cair facilmente

nessa indiferença completa e brutal com respeito ao futuro, que é plenamente conforme a certos instintos da espécie humana. Assim que perdem o costume de pôr suas maiores esperanças no longo prazo, são naturalmente levados a querer realizar sem demora seus menores desejos e parece que, a partir do momento em que perdem a esperança de viver uma eternidade, ficam dispostos a agir como se não fossem existir mais que um dia.

Nas eras de incredulidade, é sempre de temer, portanto, que os homens se entreguem sem cessar ao acaso cotidiano de seus desejos e que, renunciando inteiramente a obter o que não se pode adquirir sem longos esforços, não fundam nada de grande, tranqüilo e duradouro.

Se acontece que, num povo assim disposto, o estado social se torne democrático, o perigo que assinalo aumenta.

Quando cada um procura sem cessar mudar de lugar, quando uma imensa concorrência é aberta a todos, quando as riquezas se acumulam e se dissipam em poucos instantes no meio do tumulto da democracia, a idéia de uma fortuna súbita e fácil, de grandes bens comodamente adquiridos e perdidos, a imagem do acaso, sob todas as suas formas, se apresenta ao espírito humano. A instabilidade do estado social vem favorecer a instabilidade natural dos desejos. No meio dessas flutuações perpétuas da sorte, o presente cresce; ele oculta o futuro, que se apaga, e os homens só querem pensar no dia seguinte.

Nesse país em que, por um concurso infeliz, a irreligião e a democracia se encontram, os filósofos e os governantes devem procurar sem cessar afastar dos olhos dos homens o objeto das ações humanas. É a grande tarefa deles.

É preciso que, encerrando-se no espírito do seu tempo e do seu país, o moralista aprenda a se defender. É preciso que ele se esforce, todos os dias, para mostrar a seus contemporâneos como, no meio mesmo do movimento perpétuo que os rodeia, é mais fácil do que supõem conceber e executar longas empresas. É preciso lhes mostrar que, muito embora a humanidade tenha mudado de fisionomia, os métodos com ajuda dos quais os homens podem buscar a prosperidade deste mundo continuam os mesmos e que, nos povos

democráticos, como nos outros, é somente resistindo a mil pequenas paixões particulares de todos os dias que se pode conseguir satisfazer a atormentadora paixão geral pela felicidade.

A tarefa dos governantes está igualmente definida.

Em todos os tempos, é necessário que os que dirigem as nações se conduzam tendo em vista o futuro. Mas isso é mais necessário ainda nas eras democráticas e incrédulas do que em todas as outras. Agindo assim, os chefes das democracias fazem não apenas prosperar os negócios públicos, mas também ensinam aos particulares, por seu exemplo, a arte de conduzir os negócios privados.

É necessário sobretudo que eles se esforcem para banir, tanto quanto possível, o acaso do mundo político.

A elevação súbita e imerecida de um cortesão só produz uma impressão passageira num país aristocrático, porque o conjunto das instituições e das crenças força habitualmente os homens a seguir lentamente as vias de que não podem sair.

Não há nada mais pernicioso, porém, do que tais exemplos oferecidos aos olhares de um povo democrático. Eles acabam de precipitar seu coração num turbilhão a que tudo o arrasta. É, pois, principalmente nos tempos de ceticismo e de igualdade que se deve evitar com cuidado que a simpatia do povo, ou a do príncipe, com que o acaso favorece ou de que priva alguém, faça as vezes da ciência e dos serviços. É desejável que cada progresso pareça fruto de um esforço, de tal modo que não haja grandezas demasiado fáceis e que a ambição seja forçada a fixar por muito tempo seu olhar no objetivo, antes de atingi-lo.

É preciso que os governos se apliquem a restituir aos homens esse gosto pelo futuro, que não lhes é mais inspirado pela religião e pelo estado social, e que, sem o dizer, ensinem cada dia, na prática, aos cidadãos que a riqueza, o renome, o poder são prêmios do trabalho; que os grandes sucessos se encontram no fim dos longos desejos e que só se obtém de duradouro o que se adquire com dificuldade.

Quando os homens se acostumam a prever de antemão o que deve lhes suceder neste mundo e a se alimentar com

esperanças, fica-lhes difícil deter sempre seu espírito nos limites precisos da vida, e estão a ponto de ultrapassá-los para lançar seu olhar além.

Por isso, não tenho dúvida de que habituar os cidadãos a pensar no futuro neste mundo aproxima-os pouco a pouco, e sem que eles saibam, das crenças religiosas.

Assim, o meio que permite que os homens prescindam, até certo ponto, de religião talvez seja, afinal, o único que nos resta para trazer por um longo rodeio o gênero humano de volta à fé.

CAPÍTULO XVIII

Por que, entre os americanos, todas as profissões honestas são tidas como honradas

Nos povos democráticos, em que não há riquezas hereditárias, cada um trabalha para viver, ou trabalhou, ou nasceu de gente que trabalhou. A idéia do trabalho, como condição necessária, natural e honesta da humanidade, se oferece pois, de toda a parte, ao espírito humano.

Não apenas o trabalho não é malvisto por esses povos, como é venerado; o preconceito não é contra ele, é favorável a ele. Nos Estados Unidos, um homem rico crê dever à opinião pública dedicar seus momentos livres a alguma operação de indústria, de comércio ou a alguns deveres públicos. Ele se estimaria mal-afamado se só dedicasse sua vida a viver. É para escapar dessa obrigação do trabalho que tantos ricos americanos vêm para a Europa; aqui eles encontram escombros de sociedades aristocráticas dentre as quais o ócio ainda é venerado.

A igualdade não reabilita apenas a idéia do trabalho, mas realça a idéia do trabalho que proporciona lucro.

Nas aristocracias, não é precisamente o trabalho que é desprezado, é o trabalho tendo em vista um lucro. O trabalho é glorioso quando é empreendido por ambição ou por virtude. Sob a aristocracia, no entanto, acontece sem cessar que aquele que trabalha de forma desinteressada não é insensível à sedução do ganho; mas esses dois desejos só se encontram no mais profundo recôndito de sua alma. Ele trata de furtar a todos os olhares o ponto em que se unem. Esconde-o naturalmente de si mesmo. Nos países aristocráticos, não há funcionário público que não pretenda servir o Estado

sem interesse. Seu salário é um detalhe em que às vezes pensam pouco e em que sempre afetam não pensar.

Assim, a idéia do ganho permanece distinta da idéia do trabalho. Por mais que estejam associadas de fato, o passado as separa.

Nas sociedades democráticas, essas duas idéias sempre estão, ao contrário, visivelmente unidas. Como o desejo de bem-estar é universal, como as fortunas são medíocres e passageiras, como cada um tem necessidade de aumentar seus recursos ou de preparar novos recursos para seus filhos, todos vêem muito claramente que é o ganho que, senão em tudo pelo menos em parte, os leva ao trabalho. Os mesmos que agem principalmente tendo em vista a glória se deixam necessariamente imbuir do pensamento de que não agem apenas com esse fim, e descobrem, não obstante o que tenham, que o desejo de viver se mescla, neles, ao desejo de ilustrar sua vida.

A partir do momento em que, de um lado, o trabalho parece a todos os cidadãos uma necessidade honrada da condição humana e em que, de outro, o trabalho é sempre visivelmente feito, em todo ou em parte, pela consideração do salário, o imenso espaço que separava as diferentes profissões nas sociedades aristocráticas desaparece. Se não são totalmente idênticas, pelo menos têm uma característica semelhante.

Não há profissão em que não se trabalhe pelo dinheiro. O salário, que é comum a todas, dá a todas um ar familiar.

Isso serve para explicar as opiniões que os americanos têm das diversas profissões.

Os servidores americanos não se crêem degradados por trabalharem; porque em torno deles todo o mundo trabalha. Eles não se sentem rebaixados pela idéia de receber um salário, porque o presidente dos Estados Unidos também trabalha por um salário. É pago para comandar, assim como, eles, para servir.

Nos Estados Unidos, as profissões são mais ou menos difíceis, mais ou menos lucrativas, mas nunca são nem elevadas nem baixas. Toda profissão honesta é honrada.

CAPÍTULO XIX

O que faz quase todos os americanos se inclinarem para as profissões industriais

Não sei se, de todas as artes úteis, a agricultura não é a que mais lentamente se aperfeiçoa nas nações democráticas. Muitas vezes, dir-se-ia até que é estacionária, porque várias outras parecem correr.

Ao contrário, quase todos os gostos e hábitos que nascem da igualdade levam naturalmente os homens ao comércio e à indústria.

Imaginemos um homem ativo, esclarecido, livre, bem de vida, cheio de desejos. Ele é pobre demais para poder viver no ócio; é rico o bastante para sentir-se acima do medo imediato da necessidade e sonha melhorar sua sorte. Esse homem nutriu o gosto pelas fruições materiais; mil outros se entregam a esse gosto diante de seus olhos; ele próprio começou a se entregar e arde de vontade de aumentar os meios de satisfazê-lo ainda mais. No entanto, a vida passa, o tempo urge. Que vai fazer?

O cultivo da terra promete resultados quase certos a seus esforços, mas lentos. Com ele, só se enriquece pouco a pouco e com dificuldade. A agricultura só convém a ricos que já possuem um considerável supérfluo, ou a pobres que não anseiam nada mais que viver. Sua opção está feita: ele vende suas terras, deixa sua casa e vai se consagrar a alguma profissão aventureira, mas lucrativa.

Ora, as sociedades democráticas abundam em gente dessa espécie; e, à medida que a igualdade das condições se torna maior, tal multidão aumenta.

Portanto, a democracia não multiplica apenas o número de trabalhadores; ela leva os homens mais a um trabalho do que a outro: e, ao passo que os desinteressa da agricultura, dirige-os para o comércio e para a indústria¹.

Esse espírito se manifesta inclusive nos cidadãos mais ricos.

Nos povos democráticos, um homem, por mais opulento que o suponhamos, está quase sempre descontente com sua fortuna, porque se acha menos rico do que seu pai e teme que seus filhos o sejam menos que ele. A maioria dos ricos das democracias sonham, pois, sem cessar, com os meios de adquirir riquezas e voltam naturalmente seus olhos para o comércio e a indústria, que lhes parecem os meios mais prontos e mais poderosos para alcançá-las. Compartilham nesse ponto dos instintos do pobre, sem ter suas necessidades, ou antes, são movidos pela mais imperiosa de todas as necessidades: a de não decair.

Nas aristocracias, os ricos são, ao mesmo tempo, os governantes. A atenção que dão sem cessar aos grandes negócios públicos os desvia dos pequenos cuidados que o comércio e a indústria requerem. Se a vontade de algum deles se dirige, apesar disso, por acaso, para o negócio, a vontade do corpo aristocrático logo vem obstruir-lhe o caminho; porque não adianta se sublevar contra o império do número, que nunca se escapa do seu jugo e, no próprio seio dos corpos aristocráticos que se recusam da forma mais obstinada a reconhecer os direitos da maioria nacional, constitui-se uma maioria particular que governa¹(A)*.

Nos povos democráticos, onde o dinheiro não leva ao poder quem o possui, mas com freqüência o afasta deste, os ricos não sabem o que fazer de seus momentos livres. A inquietude e a grandeza de seus desejos, a extensão de seus recursos, o gosto pelo extraordinário, que experimentam quase todos os que se elevam, como quer que seja, acima da multidão, impele-os a agir. Somente a via do comércio está aberta para eles. Nas democracias, não há nada maior nem mais brilhante do que o comércio; é ele que atrai os

* As letras remetem às *NOTAS DO AUTOR*, no fim deste volume. (N. do E.)

olhares do público e enche a imaginação da multidão; é para ele que todas as paixões enérgicas se dirigem. Nada poderia impedir os ricos de se dedicarem a ele, nem seus preconceitos, nem os de nenhum outro. Os ricos das democracias nunca constituem um corpo provido de costumes e de órgãos de controle próprios; as idéias particulares de sua classe não os detêm, e as idéias gerais de seu país os impulsionam. Aliás, como as grandes fortunas que vemos no seio de um povo democrático quase sempre tiveram uma origem comercial, é necessário que várias gerações se sucedam antes que seus possuidores tenham perdido inteiramente o hábito do negócio.

Assim, comprimidos no estreito espaço que a política lhes deixa, os ricos das democracias se lançam no comércio, vindos de todos os horizontes; aí podem se expandir e fazer uso de suas vantagens naturais; e, de certa forma, é pela própria audácia e pela grandeza de seus empreendimentos industriais que devemos julgar o pouco-caso que teriam feito da indústria se tivessem nascido no seio de uma aristocracia.

Análoga observação é mais aplicável a todos os homens das democracias, sejam eles pobres ou ricos.

Os que vivem no meio da instabilidade democrática têm sem cessar diante dos olhos a imagem do acaso, e terminam por apreciar todas as empresas em que o acaso desempenha um papel.

São, portanto, todos inclinados ao comércio, não apenas por causa do ganho que este lhes promete, mas também pelo amor às emoções que ele lhes proporciona.

Os Estados Unidos da América só saíram faz meio século da dependência colonial em que a Inglaterra os mantinha; a quantidade de grandes fortunas é muito pequena lá, e os capitais ainda são raros. No entanto, não há povo na terra que tenha feito progressos tão rápidos quanto os americanos no comércio e na indústria. Eles constituem hoje a segunda nação marítima do mundo; e, muito embora suas manufaturas tenham de lutar contra obstáculos naturais quase intransponíveis, não deixam de apresentar cada dia que passa novos desenvolvimentos.

Nos Estados Unidos, os maiores empreendimentos industriais são levados a cabo sem dificuldade, porque a popula-

ção inteira se envolve e porque o mais pobre, como o mais opulento cidadão, somam de bom grado seus esforços com esse fim. Por isso espanta-nos ver cada dia os imensos trabalhos executados sem dificuldade por uma nação que não compreende, por assim dizer, gente rica. Os americanos chegaram apenas ontem ao solo que habitam e já subverteram toda a ordem da natureza em seu proveito. Uniram o Hudson ao Mississippi e fizeram o Atlântico comunicar-se com o golfo do México, através de mais de quinhentas léguas de continente que separam esses dois mares. As mais longas estradas de ferro feitas até nossos dias estão na América.

Porém, o que mais me impressiona nos Estados Unidos não é a extraordinária grandeza de alguns empreendimentos industriais, mas sim a multidão incontável das pequenas empresas.

Quase todos os agricultores dos Estados Unidos acrescentaram algum comércio à agricultura; a maioria deles fez da agricultura um comércio.

É raro que um cultivador americano fique para sempre no chão que ocupa. Nas novas províncias do Oeste principalmente, arroteia-se um campo para revendê-lo, não para colher sua messe; abre-se uma fazenda na previsão de que, vindo o estado do país a mudar em breve por causa do aumento dos habitantes, poder-se-á obter um bom preço por ela.

Todos os anos, um enxame de habitantes do Norte desce para o Sul e vem estabelecer-se nas terras onde cresce o algodão e a cana-de-açúcar. Esses homens cultivam a terra com a finalidade de produzir em poucos anos o suficiente para enriquecê-los, e já entrevêm o momento em que poderão voltar para sua pátria desfrutar o bem-estar adquirido. Os americanos transportam, então, para a agricultura o espírito do negócio, e suas paixões industriais evidenciam-se aí como em outros domínios.

Os americanos fazem enormes progressos na indústria porque se ocupam todos da indústria; e por essa mesma causa são sujeitos a crises industriais inesperadas e formidáveis.

Como todos fazem comércio, o comércio em seu país é submetido a influências tão numerosas e tão complicadas

que é impossível prever antecipadamente os empecilhos que podem surgir. Como cada um se ocupa mais ou menos de indústria, ao menor choque sentido pelos negócios todas as fortunas particulares tropeçam ao mesmo tempo, e o Estado vacila.

Creio que o retorno das crises industriais é uma doença endêmica nas nações democráticas de nossos dias. Podemos torná-la menos perigosa, mas não curá-la, porque não depende de um acidente, mas do próprio temperamento desses povos.

CAPÍTULO XX

Como a aristocracia poderia originar-se da indústria

Mostrei como a democracia favorecia o desenvolvimento da indústria e multiplicava desmedidamente o número de industriais; vamos ver agora por que caminho contorto a indústria poderia, por sua vez, trazer os homens de volta à aristocracia.

Já se reconheceu que, quando um operário não se ocupa todos os dias do mesmo detalhe, chega-se mais facilmente, mais rapidamente e com maior economia à produção geral da obra.

Já se reconheceu igualmente que, quanto mais uma indústria é empreendida em larga escala, com grandes capitais e um grande crédito, mais seus produtos são baratos.

Essas verdades eram entrevistas desde há muito, mas foram demonstradas em nossos dias. Já são aplicadas a várias indústrias importantes e, em seguida destas, as menores passam a praticá-las.

Não vejo nada no mundo político que deva preocupar mais o legislador do que esses dois novos axiomas da ciência industrial.

Quando um artesão se dedica sem cessar e unicamente à fabricação de um só objeto, acaba realizando esse trabalho com uma destreza singular. Mas perde, ao mesmo tempo, a faculdade geral de aplicar seu espírito à direção do trabalho. Torna-se cada dia mais hábil e menos industrioso, e podemos dizer que, nele, o homem se degrada à medida que o operário se aperfeiçoa.

Que devemos esperar de um homem que passou vinte anos da sua vida fazendo cabeças de alfinetes? A que pode se aplicar, agora, essa poderosa inteligência humana que existe nele e que tantas vezes revolveu o mundo, a não ser para procurar o melhor meio de fazer cabeças de alfinete?

Quando um operário consumou dessa maneira uma porção considerável de sua existência, seu pensamento deteve-se para sempre perto do objeto cotidiano de seus labores; seu corpo contraiu certos hábitos fixos de que não lhe é mais permitido desfazer-se. Numa palavra, ele não pertence mais a si mesmo, mas sim à profissão que escolheu. Foi em vão que as leis e os costumes quebraram em torno desse homem todas as barreiras e lhe abriram de todos os lados mil caminhos diferentes para a fortuna; uma teoria industrial mais poderosa do que os costumes e as leis prendeu-o a um ofício, e não raro a um lugar que não pode mais deixar. Ela lhe atribuiu na sociedade certa posição de que não pode mais sair. No meio do movimento universal, tornou-o imóvel.

À medida que o princípio da divisão do trabalho recebe uma aplicação mais completa, o operário se torna mais fraco, mais bitolado e mais dependente. A arte faz progressos, o artesanato retrocede. Por outro lado, à medida que fica mais manifesto que os produtos de uma indústria são tão mais perfeitos e tão mais baratos quanto mais vasta a manufatura e maior o capital, homens muito ricos e muito esclarecidos se apresentam para explorar indústrias que, até então, tinham sido entregues a artesãos ignorantes ou inábeis. A grandeza dos esforços necessários e a imensidão dos resultados os atraem.

Assim, portanto, ao mesmo tempo que rebaixa sem cessar a classe dos operários, a ciência industrial eleva a dos patrões.

Enquanto o operário concentra sua inteligência cada vez mais no estudo de um só detalhe, o patrão passeia seus olhos por um conjunto cada dia mais vasto e seu espírito se expande na mesma proporção que o do outro se estreita. Em breve, o segundo não precisará mais que da força física sem a inteligência; o primeiro necessita da ciência, e quase do gênio, para ser bem-sucedido. Um se parece cada vez mais com o administrador de um vasto império, o outro com um bruto.

Aqui, portanto, patrão e o operário não têm nada de semelhante, e se diferenciam cada dia mais. Só se ligam um ao outro como os dois elos extremos de uma longa cadeia. Cada um ocupa um lugar que é feito para si e do qual não sai. Um se encontra numa dependência contínua, estreita e necessária em relação ao outro, e parece nascido para obedecer, como o outro para comandar.

Que é isso, senão uma aristocracia?

Como as condições se igualam cada vez mais no corpo da nação, a necessidade de objetos manufaturados se generaliza e cresce, e o baixo preço que põe esses objetos ao alcance das fortunas medíocres se torna maior elemento de sucesso.

Ocorre pois, cada dia, que homens mais opulentos e mais esclarecidos consagram à indústria suas riquezas e suas ciências e buscam, abrindo grandes fábricas e dividindo estritamente o trabalho, satisfazer os novos desejos que se manifestam por toda a parte.

Assim, à medida que a massa da nação passa para a democracia, a classe particular que se ocupa da indústria se torna mais aristocrática. Os homens se mostram cada vez mais semelhantes numa e cada vez mais diferentes na outra, e a desigualdade aumenta na pequena sociedade na mesma proporção em que decresce na grande.

Assim, quando remontamos à origem, parece-nos ver uma aristocracia sair por um esforço natural do próprio seio da democracia.

Mas essa aristocracia não se parece em nada com as que a precederam.

Note-se antes de mais nada que, só se aplicando à indústria e a algumas das profissões industriais, ela é uma exceção, um monstro, no conjunto do estado social.

As pequenas sociedades aristocráticas que certas indústrias formam no meio da imensa democracia de nossos dias encerram, assim como as grandes sociedades aristocráticas dos tempos antigos, alguns homens muito opulentos e uma multidão miserabilíssima.

Esses pobres têm poucos meios para sair de sua condição e tornar-se ricos, mas os ricos se tornam sem cessar pobres

ou abandonam o negócio, depois de ter realizado seus lucros. Assim os elementos que formam a classe dos pobres são mais ou menos fixos; mas os elementos que compõem a classe dos ricos não o são. Para dizer a verdade, muito embora existam ricos, a classe dos ricos não existe; porque esses ricos não têm nem espírito, nem objetivos, nem tradições, nem esperanças comuns. Há membros portanto, mas não há corpo.

Não apenas os ricos não estão solidamente unidos entre si, mas podemos dizer que não existe um vínculo verdadeiro entre o pobre e o rico.

Eles não estão perpetuamente fixados um perto do outro; a cada instante o interesse os aproxima e os separa. O operário depende em geral dos patrões, mas não de determinado patrão. Esses dois homens se vêem na fábrica e não se conhecem fora dela e, ao passo que se tocam num ponto, permanecem muito afastados em todos os outros. O fabricante não pede ao operário mais que seu trabalho, e o operário dele não espera mais que o salário. Um não se compromete a proteger, nem o outro a defender, e os dois não são ligados de forma permanente nem pelo hábito, nem pelo dever.

A aristocracia que o negócio faz nascer quase nunca se fixa no meio da população industrial que dirige; sua finalidade não é governá-la, mas servir-se dela.

Uma aristocracia assim constituída não poderia ter grande influência sobre aqueles que ela emprega; e, se chega um momento a dominá-los, logo lhe escapam. Ela não sabe querer e não pode agir.

A aristocracia territorial dos séculos passados estava obrigada, pela lei, ou se acreditava obrigada pelos costumes, a socorrer seus servidores e aliviar suas misérias. Mas a aristocracia manufatureira de nossos dias, depois de ter empobrecido e embrutecido os homens de que se serve, entregá-los em tempos de crise à caridade pública para alimentá-los. Isso resulta naturalmente do que precede. Entre o operário e o patrão, as relações são freqüentes, mas não há verdadeira associação.

Penso que, tudo somado, a aristocracia manufatureira que vemos se elevar diante de nossos olhos é uma das mais

duras que já apareceu na terra; mas ela é, ao mesmo tempo, uma das mais restritas e menos perigosas.

Todavia, é para esse lado que os amigos da democracia devem dirigir sem cessar e com inquietude seus olhares; porque, se algum dia a desigualdade permanente das condições e a aristocracia vierem a penetrar novamente no mundo, podemos predizer que é por essa porta que entrarão.

TERCEIRA PARTE

*A influência da democracia
sobre os costumes propriamente ditos*

CAPÍTULO I

Como os costumes se abrandam à medida que as condições se igualam

Percebemos, desde há vários séculos, que as condições se igualam e descobrimos ao mesmo tempo que os homens se abrandam. Essas duas coisas são apenas contemporâneas ou existe entre elas algum vínculo secreto, de tal modo que uma não possa progredir sem fazer a outra andar?

Há várias causas que podem concorrer para tornar os costumes de um povo menos rudes; mas, dentre todas elas, a mais poderosa me parece a igualdade de condições. A igualdade de condições e o abrandamento dos costumes não são, pois, a meu ver, apenas acontecimentos contemporâneos, são também fatos correlativos.

Quando os fabulistas querem nos interessar pelas ações dos animais, dão a estes idéias e paixões humanas. Assim fazem os poetas quando falam dos gênios e dos anjos. Não há misérias tão profundas nem felicidades tão puras que possam deter nosso espírito e se apossar de nosso coração, se não nos representam a nós mesmos sob outros traços.

Isso se aplica perfeitamente ao tema de que nos ocupamos presentemente.

Quando todos os homens estão alinhados de uma maneira irrevogável, de acordo com sua profissão, seus bens e seu nascimento no seio de uma classe aristocrática, os membros de cada classe, considerando-se todos filhos da mesma família, sentem uns pelos outros uma simpatia contínua e ativa que nunca pode ser encontrada no mesmo grau entre os cidadãos de uma democracia.

Mas o mesmo não se dá com as diferentes classes com relação umas às outras.

Num povo aristocrático, cada casta tem suas opiniões, seus sentimentos, seus direitos, seus costumes, sua existência à parte. Assim, os homens que a compõem não se parecem com todos os outros; não têm a mesma maneira de pensar nem de sentir, e mal crêem fazer parte da mesma humanidade.

Portanto, não poderiam entender direito o que os outros sentem, nem julgar estes por si mesmos.

No entanto, vemo-los às vezes prestarem-se com ardor um auxílio mútuo; mas isso não é contrário ao que precede.

Essas mesmas instituições aristocráticas, que tinham tornado os seres de uma mesma espécie tão diferentes, tinham, contudo, unido uns aos outros por um vínculo político estreitíssimo.

Muito embora o servo não se interessasse naturalmente pela sorte dos nobres, cria-se, ainda assim, obrigado a se dedicar àquele, dentre esses, que era seu chefe; e, muito embora o nobre se acreditasse de natureza diferente da dos servos, ainda assim cria que seu dever e sua honra obrigavam-no a defender, arriscando a própria vida, os que viviam em seus domínios.

É evidente que essas obrigações mútuas não nasciam do direito natural, mas sim do direito político, e que a sociedade obtinha mais que a humanidade apenas teria podido obter. Não era ao homem que aquela gente se acreditava obrigada a prestar apoio, mas ao vassalo ou ao senhor. As instituições feudais tornavam a gente sensível aos males de certos homens, mas não às misérias da espécie humana. Elas davam aos costumes mais generosidade do que brandura e, se bem que sugerissem grandes devoções, não faziam nascer verdadeiras simpatias; porque só há simpatias reais entre gente semelhante; e nas eras aristocráticas só se vêem semelhantes entre os membros da mesma casta.

Quando os cronistas da Idade Média, que, por nascimento ou hábitos, pertenciam todos à aristocracia, relatam o fim trágico de um nobre, são dores infinitas; ao passo que contam de um só fôlego e sem pestanejar o massacre e as torturas da gente do povo.

Não é que esses escritores sentissem um ódio habitual ou um desprezo sistemático pelo povo. A guerra entre as diversas classes do Estado ainda não era declarada. Eles obedeciam muito mais a um instinto do que a uma paixão; como não tivessem uma idéia nítida dos sofrimentos do pobre, não se interessavam muito por sua sorte.

Assim era no caso dos homens do povo, desde que o vínculo feudal se rompia. Esses mesmos séculos, que viram tantas devoções heróicas de parte dos vassallos por seus senhores, foram testemunha de crueldades inauditas exercidas de tempo em tempo pelas classes baixas sobre as classes altas.

Não se deve crer que essa insensibilidade mútua decorresse apenas do início de ordem e de luz; porque encontramos vestígios seus nos séculos seguintes, que, tendo se tornado regradados e esclarecidos, ainda continuaram aristocráticos.

No ano de 1675, as classes baixa da Bretanha se insurgiram contra uma nova taxa. Esses movimentos tumultuosos foram reprimidos com uma atrocidade sem igual. Eis como Madame de Sévigné, testemunha desses horrores, conta os fatos à sua filha:

Château des Rochers, 30 de outubro de 1675.

“Meu Deus, filha, como sua carta de Aix é agradável! Pelo menos releia suas missivas antes de enviá-las. Deixe-se surpreender por sua graça e console-se, com esse prazer, do mal que você tem para escrever tanto. Com que então você beijou toda a Provença? Não traria satisfação beijar toda a Bretanha, a não ser para quem goste de sentir o vinho. Quer saber das novidades de Rennes? Estabeleceram uma taxa de cem mil escudos e, se não pagarem essa soma em vinte e quatro horas, ela será dobrada e cobrada pelos soldados. Expulsaram e baniram toda uma grande rua, e proibiram que seus moradores fossem recolhidos, sob pena da vida; de modo que víamos todos esses miseráveis, mulheres paridas, velhos, crianças, errando em prantos ao sair dessa cidade, sem saber aonde ir, sem ter comida, nem onde dormir. Anteontem, espancaram o homem que havia iniciado essa pilhagem do papel timbrado; ele foi esquartejado e seus quatro quartos expostos nos quatro cantos da cidade. Pegaram sessenta burgueses e amanhã começam a enforcar. Esta província é um belo exemplo para as outras, so-

bretudo do respeito aos governadores e governadoras, e de não jogar pedras no jardim deles!

Madame de Tarente estava ontem em seu bosque, num dia encantado. Nada de quarto nem de colação. Ela entra pelo portão e volta do mesmo modo..."

Noutra carta, acrescenta:

"Você me fala de maneira muito agradável de nossas misérias; não somos mais tão surrados assim; um cada oito dias, para manter a justiça. É verdade que o enforcamento me parece, agora, um refrigério. Tenho uma idéia totalmente diferente da justiça, desde que estou nesta região. Os galerianos de vocês me parecem uma sociedade de gente de bem que se retirou do mundo para levar uma vida tranqüila."

Seria um erro crer que Madame de Sévigné, que traçava essas linhas, fosse uma criatura egoísta e bárbara; ela amava apaixonadamente seus filhos e se mostrava muito sensível às penas de seus amigos; e podemos perceber inclusive, lendo-a, que tratava com bondade e indulgência seus vassalos e serviçais. Mas Madame de Sévigné não concebia claramente o que era sofrer quando não se era fidalgo.

Em nossos dias, o homem mais duro, escrevendo à pessoa mais insensível, não ousaria entregar-se de sangue-frio ao gracejo cruel que acabo de reproduzir e, ainda que seus modos particulares lhe permitissem fazê-lo, os modos gerais da nação lhe vedariam.

De onde vem isso? Temos mais sensibilidade do que nossos pais? Não sei; mas com certeza nossa sensibilidade abarca mais objetos.

Quando os níveis são quase iguais num povo, tendo todos os homens mais ou menos a mesma maneira de pensar e de sentir, cada um deles pode julgar num momento as sensações de todos os outros: lança um rápido olhar sobre si mesmo, e isso lhe basta. Portanto, não há miséria que não conceba sem dificuldade e cuja extensão um instinto secreto não lhe revele. Pouco importa se são estranhos ou inimigos: a imaginação logo o coloca no lugar deles. Ela mescla algo pessoal à sua piedade e o faz sofrer quando dilaceram o corpo de seu semelhante.

Nas eras democráticas, os homens raramente se dedicam uns aos outros; mas denotam uma compaixão geral para com todos os membros da espécie humana. Não os vemos infligir males inúteis e, quando, sem se prejudicarem muito, podem aliviar as dores alheias, fazem-no com prazer; não são desinteressados, mas são brandos.

Conquanto tenham, por assim dizer, reduzido o egoísmo a teoria social e filosófica, os americanos são muito acessíveis à piedade.

Não há país em que a justiça criminal seja administrada com maior benignidade do que nos Estados Unidos. Enquanto os ingleses parecem querer conservar preciosamente em sua legislação penal os vestígios sangrentos da Idade Média, os americanos quase fizeram desaparecer a pena de morte de seus códigos.

A América do Norte, creio eu, é o único canto da terra em que, nos últimos cinquenta anos, não se tirou a vida de nenhum cidadão por delitos políticos.

O que termina de provar que essa singular brandura dos americanos provém principalmente de seu estado social é a maneira como tratam seus escravos.

Talvez não exista, pensando bem, colônia européia no novo mundo em que a condição física dos negros seja menos dura do que nos Estados Unidos. Contudo os escravos ainda passam aí por pavorosas misérias e são incessantemente expostos a punições crudelíssimas.

É fácil descobrir que a sorte desses infelizes inspira pouca piedade em seus amos e que estes vêem na escravidão não apenas um fato de que tiram proveito, mas também um mal que não os atinge. Assim, o mesmo homem que é cheio de humanidade para com seus semelhantes, quando estes são ao mesmo tempo seus iguais, se torna insensível a suas dores assim que a igualdade cessa. É, portanto, a essa igualdade que se deve atribuir sua brandura, mais que à civilização e às luzes.

O que acabo de dizer dos indivíduos se aplica até certo ponto aos povos.

Quando cada nação tem suas opiniões, suas crenças, suas leis, seus usos à parte, ela se considera como que constituindo

sozinha a humanidade inteira, e só se sente atingida por suas próprias dores. Se a guerra viesse a deflagrar entre dois povos dispostos dessa maneira, não poderia deixar de travar-se barbaramente.

Na época das maiores luzes, os romanos degolavam os generais inimigos, depois de os ter arrastado em triunfo atrás de um carro, e jogavam os prisioneiros às feras para divertir o povo. Cícero, que dá tão grandes gemidos ante a idéia de um cidadão crucificado, não vê nada demais nesses atrozes abusos da vitória. É evidente que, a seus olhos, um estrangeiro não é da mesma espécie humana que um romano.

Mas à medida que os povos se tornam mais semelhantes uns aos outros, eles se mostram reciprocamente mais compassivos para com suas misérias, e o direito do povo se abranda.

CAPÍTULO II

Como a democracia torna as relações habituais dos americanos mais simples e mais cômodas

A democracia não prende fortemente os homens uns aos outros, mas torna suas relações habituais mais cômodas.

Dois ingleses se encontram por acaso nos antípodas; estão rodeados de estranhos de que mal conhecem a língua e os costumes.

Esses dois homens se consideram em princípio com grande curiosidade e com uma espécie de inquietação secreta; depois se esquivam ou, se se abordam, tomam o cuidado de se falar apenas com um ar constrangido e distraído e de dizer coisas sem importância.

No entanto, não existe entre eles nenhuma inimizade; eles nunca se viram e se consideram reciprocamente honestíssimos. Por que então tomam tamanho cuidado de se evitar?

É preciso voltar à Inglaterra para compreender.

Quando é apenas o nascimento, independentemente da riqueza, que classifica os homens, cada um sabe precisamente o ponto que ocupa na escala social; não procura subir e não teme descer. Numa sociedade assim organizada, os homens das diferentes castas se comunicam muito pouco uns com os outros; mas, quando o acaso os põe em contato, eles se absorvem facilmente, sem esperar, nem temer, se confundir. Suas relações não se baseiam na igualdade; mas não são forçadas.

Quando à aristocracia de nascimento sucede a aristocracia de dinheiro, não é mais assim.

Os privilégios de alguns ainda são enormes, mas a possibilidade de adquiri-los está aberta a todos; donde resulta

que os que os possuem acham-se constantemente tomados pelo medo de perdê-los ou vê-los repartidos; e os que ainda não os têm querem a qualquer preço possuí-los, ou, se não o conseguem, parecer possuí-los – o que não é impossível. Como o valor social dos homens não está mais fixado de uma maneira ostensiva e permanente pelo sangue e como ele varia ao infinito segundo a riqueza, os níveis continuam existindo, mas não se percebe mais claramente e à primeira vista os que os ocupam.

Logo se estabelece uma guerra surda entre todos os cidadãos; uns se esforçam, por mil artifícios, para penetrar real ou aparentemente entre os que estão acima; outros combatem sem cessar para rechaçar esses usurpadores dos seus direitos, ou, antes, o mesmo homem faz essas duas coisas e, enquanto procura se introduzir na esfera superior, luta incansavelmente contra o esforço que vem de baixo.

Tal é em nossos dias o estado da Inglaterra, e creio que é principalmente a esse estado que se deve relacionar o que precede.

Como o orgulho aristocrático ainda é enorme entre os ingleses e como os limites da aristocracia se tornaram duvidosos, cada um teme a cada instante se enganar em seu trato. Não podendo julgar à primeira vista qual a situação social das pessoas que encontra, evita prudentemente entrar em contato com elas. Teme que, prestando serviços sem importância, estabeleça sem querer uma amizade inadequada; teme os bons ofícios e esquiva-se do reconhecimento indiscreto de um desconhecido com tanto cuidado quanto ódio dele.

Há muita gente que explica, por causas puramente físicas, essa insociabilidade singular e esse humor reservado e taciturno dos ingleses. Admito que o sangue tenha de fato algo a ver com isso; mas creio que o estado social tem muito mais. O exemplo dos americanos vem prová-lo.

Na América, onde os privilégios de nascimento nunca existiram e onde a riqueza não dá nenhum direito particular a quem a possui, desconhecidos se reúnem de bom grado nos mesmos lugares e não vêem nem vantagem nem perigo em comunicar livremente seus pensamentos. Se se encontram por acaso, não se procuram nem se evitam; sua abordagem é,

pois, natural, franca e aberta; vê-se que não esperam e não temem quase nada uns dos outros e que não se esforçam nem para mostrar nem para ocultar a posição que ocupam. Se sua atitude é muitas vezes fria e séria, nunca é porém altaneira nem forçada e, quando não se dirigem a palavra, é que não estão com vontade de falar, não porque pensam ter interesse em calar-se.

Num país estrangeiro, dois americanos são imediatamente amigos pelo simples fato de serem americanos. Não há preconceito que os repila, e a comunidade de pátria os atrai. A dois ingleses não basta o mesmo sangue: é preciso que o mesmo nível os aproxime.

Os americanos notam tão bem quanto nós esse humor insociável dos ingleses entre si, mas ainda assim se espantam que nós também o notemos. No entanto, os americanos estão ligados à Inglaterra por sua origem, pela religião, pela língua e, em parte, pelos costumes; só diferem dela pelo estado social. Podemos dizer portanto que a reserva dos ingleses decorre muito mais da constituição do país do que da dos cidadãos.

CAPÍTULO III

Por que os americanos têm pouca suscetibilidade em seu país e se mostram tão suscetíveis no nosso

Os americanos têm um temperamento vingativo, como quase todos os povos sérios e ponderados. Quase nunca esquecem uma ofensa; mas não é fácil ofendê-los e seu ressentimento demora quase tanto para se acender como para se apagar.

Nas sociedades aristocráticas, onde um pequeno número de indivíduos dirige todas as coisas, as relações externas dos homens entre si são submetidas a convenções mais ou menos fixas. Cada qual crê saber, então, de maneira precisa, por que sinal convém testemunhar seu respeito ou demonstrar sua benevolência, e a etiqueta é uma ciência cuja ignorância não se admite.

Esses usos da primeira classe servem em seguida de modelo a todas as demais e, além disso, cada uma destas compõe um código à parte, a que todos os seus membros devem conformar-se.

As regras da polidez constituem, assim, uma legislação complicada, que é difícil possuir completamente mas de que não é permitido afastar-se sem riscos; de tal modo que, todos os dias, os homens são incessantemente expostos a fazer ou a receber involuntariamente cruéis feridas.

Contudo, à medida que os níveis se esfumam, que homens diferentes pela educação e pelo nascimento se misturam e se confundem nos mesmos lugares, é quase impossível entender-se sobre as regras do *savoir-vivre*. Como a lei é incerta, obedecer a ela não é um crime aos próprios olhos dos que a conhecem; as pessoas se prendem, portanto, mais

ao fundo do que à forma das ações e são ao mesmo tempo menos polidas e menos querelantes.

Há uma multidão de pequenas deferências a que um americano não dá atenção; julga que não lhe são devidas ou supõe que o outro ignora que lhe sejam. Não percebe, portanto, que lhe faltam com elas, ou perdoa a quem falta; suas maneiras tornam-se, com isso, menos cortesias e seus modos mais simples e mais másculos.

Essa indulgência recíproca que os americanos denotam e essa viril confiança que atestam resultam também de uma causa mais geral e mais profunda.

Já a indiquei no capítulo anterior.

Nos Estados Unidos, os níveis sociais diferem muito pouco na sociedade civil e não diferem em absoluto no mundo político; por conseguinte, um americano não se crê obrigado a ter cuidados particulares com nenhum de seus semelhantes e, também, nem sequer imagina exigi-los para si. Como não vê que seu interesse é buscar com ardor a companhia de alguns de seus concidadãos, tem dificuldade para imaginar que possam repelir a sua; como não despreza ninguém por causa da condição que tenha, não imagina que alguém o possa desprezar pela mesma causa e, até perceber claramente a injúria, não crê que queiram ultrajá-lo.

O estado social dispõe naturalmente os americanos a não se ofender à toa com as pequenas coisas. Por outro lado, a liberdade democrática de que desfrutam acaba introduzindo essa mansuetude nos costumes nacionais.

As instituições políticas dos Estados Unidos colocam sem cessar em contato cidadãos de todas as classes e forçam-nos a realizar em comum grandes empreendimentos. Gente assim ocupada não tem tempo para pensar nos detalhes da etiqueta e, aliás, têm demasiado interesse em viver em harmonia para se deter neles. Habitua-se pois, facilmente, a considerar nas pessoas com que encontram muito mais os sentimentos e as idéias do que os modos, e não se deixam levar por ninharias.

Notei várias vezes que, nos Estados Unidos, não é fácil fazer um homem entender que sua presença é importuna. Para consegui-lo, nem sempre os rodeios bastam.

Contradigo um americano em tudo, a fim de fazê-lo sentir que sua conversa me cansa, e a cada instante vejo-o

fazer novos esforços para me convencer; observo um silêncio obstinado, e ele imagina que estou refletindo profundamente sobre as verdades que me apresenta; quando, por fim, fujo de repente de sua perseguição, ele supõe que um assunto urgente me chama a outro lugar. Esse homem não compreenderá que me aborrece, se eu não lhe disser, e só poderei escapar dele tomando-me seu inimigo mortal.

O que surpreende à primeira vista é que esse mesmo homem, transportado para a Europa, torna-se de repente, lá, de um trato meticuloso e difícil, a tal ponto que muitas vezes tenho tanta dificuldade para não o ofender do que tinha para o desagradar. Esses dois efeitos tão diferentes são produtos da mesma causa.

As instituições democráticas proporcionam, em geral, aos homens uma vasta idéia de sua pátria e de si mesmos.

O americano sai de seu país com o coração repleto de orgulho. Chega à Europa e logo percebe que lá não se preocupam tanto quanto imaginava com os Estados Unidos e com o grande povo que os habita. Isso começa por impressioná-lo.

Ouviu dizer que as condições não são iguais em nosso hemisfério. De fato, percebe que, entre as nações da Europa, a demarcação dos níveis sociais não se apagou inteiramente; que a riqueza e o nascimento conservam privilégios incertos que lhe é tão difícil desdenhar quanto definir. Esse espetáculo o surpreende e o inquieta, por ser inteiramente novo para ele; nada do que viu em seu país o ajuda a compreendê-lo. Portanto, ele ignora profundamente que lugar lhe convém ocupar nessa hierarquia parcialmente destruída, entre essas classes que são bastante distintas para se odiar e se menosprezar, e bastante próximas para que ele esteja sempre a ponto de confundi-las. Teme colocar-se alto demais e, sobretudo, ser posto baixo demais, e esse duplo perigo mantém seu espírito constantemente incomodado e embarça sem cessar tanto suas ações como seus discursos.

A tradição lhe ensinou que, na Europa, o cerimonial variava infinitamente, de acordo com as condições; essa lembrança de outro tempo acaba de perturbá-lo, e ele teme tanto mais não obter as deferências que lhe são devidas por não saber precisamente em que consistem. Portanto, caminha sempre como um homem cercado de armadilhas; o contato so-

cial não é, para ele, uma distração, mas um sério trabalho. Pesa as menores iniciativas, interroga os olhares e analisa cuidadosamente todos os discursos alheios, temendo que não encerrem alguma alusão oculta que o fira. Não sei se existiu algum dia fidalgo provinciano mais meticuloso que ele quanto ao *savoir-vivre*; ele se esforça para respeitar as menores leis da etiqueta e não admite que omitam nenhuma no trato com ele; é ao mesmo tempo cheio de escrúpulos e de exigências; gostaria de fazer o bastante, mas teme fazer demais e, como não conhece bem os limites de um e de outra, mantém-se numa reserva embaraçada e altaneira.

Não é tudo: eis outro meandro do coração humano.

Um americano fala todos os dias da admirável igualdade reinante nos Estados Unidos; orgulha-se disso, em alto e bom som, no que concerne a seu país, mas fica secretamente aflito no que concerne a ele próprio e aspira a mostrar que é uma exceção à ordem geral que preconiza.

Não há americano que não queira estar um pouco ligado por nascimento aos primeiros fundadores das colônias; e, quanto aos filhos de grandes famílias da Inglaterra, a América pareceu-me coberta deles.

Quando um americano opulento chega à Europa, seu primeiro cuidado é rodear-se de todas as riquezas do luxo; e tem tanto medo que o tomem por um simples cidadão de uma democracia que se desdobra de mil maneiras a fim de apresentar cada dia uma nova imagem da sua riqueza. Comumente, instala-se no bairro mais vistoso da cidade; tem numerosos serviçais, que o estão sempre rodeando.

Ouvi um americano queixar-se de que, nos principais salões de Paris, só encontrava uma sociedade mesclada. O gosto que neles reinava não lhe parecia puro o bastante e ele dava a entender habilmente que, na sua opinião, faltava distinção nos modos. Não se acostumava a ver o espírito se esconder assim sob formas vulgares.

Tais contrastes não devem surpreender.

Se o vestígio das antigas distinções aristocráticas não estivesse tão completamente apagado nos Estados Unidos, os americanos se mostrariam menos simples e menos tolerantes em seu país, menos exigentes e menos embaraçados no nosso.

CAPÍTULO IV

Conseqüências dos três capítulos precedentes

Quando os homens sentem uma piedade natural dos males uns dos outros, quando relações espontâneas e frequentes os aproximam cada dia sem que nenhuma suscetibilidade os divida, é fácil compreender que, se preciso, eles se prestarão ajuda mútua. Quando um americano reclama o concurso de seus semelhantes, é raríssimo que estes se recusem a prestá-lo, e observei muitas vezes que o concediam espontaneamente com grande zelo.

Se algum acidente imprevisto ocorre na via pública, correm de toda a parte para acudir a vítima; se alguma grande desgraça inopinada atinge uma família, as bolsas de mil desconhecidos se abrem sem problema; doações módicas, mas numerosíssimas, vêm socorrer sua miséria.

É corrente, nas nações mais civilizadas do globo, um desgraçado se encontrar tão isolado no meio da multidão quanto o selvagem na floresta; isso quase não se vê nos Estados Unidos. Os americanos, que são sempre frios em suas maneiras, muitas vezes até grosseiros, não se mostram quase nunca insensíveis e, se não se apressam a oferecer serviços, nunca se recusam a prestá-los.

Tudo isso não é contrário ao que disse a propósito do individualismo. Acho até que essas coisas, longe de se repe- lirem, se harmonizam.

A igualdade de condições, ao mesmo tempo que faz os homens sentirem sua independência, mostra-lhes sua fraqueza; são livres, mas expostos a mil acidentes, e a experiência não tarda a lhes ensinar que, embora não tenham necessida-

de costumeira do socorro alheio, quase sempre surge um momento em que não seriam capazes de prescindir dele.

Vemos todos os dias na Europa que os homens de mesma profissão se ajudam uns aos outros naturalmente; todos eles estão expostos aos mesmos males; isso basta para que procurem apoiar-se mutuamente, por mais duros e egoístas que sejam sob outros aspectos. Portanto, quando um deles está em perigo e quando, por um pequeno sacrifício passageiro ou por um impulso súbito, os outros podem safá-lo deste, não deixam de tentar. Não é que se interessem profundamente pela sorte deste; tanto que se, por acaso, os esforços que fazem para socorrê-lo se mostram inúteis, logo o esquecem e voltam para si mesmos; mas criou-se entre eles uma espécie de acordo tácito e quase involuntário, segundo o qual cada um deve aos outros um apoio momentâneo que, por sua vez, poderá vir a exigir para si.

Estenda a um povo o que digo de apenas uma classe e compreenderá meu pensamento.

De fato, existe entre todos os cidadãos de uma democracia uma convenção análoga àquela de que estou falando; todos se sentem sujeitos à mesma fraqueza e aos mesmos perigos, e o interesse, assim como a simpatia de todos faz que seja uma lei para eles se prestarem, se necessário, uma assistência mútua.

Quanto mais semelhantes se tornam as condições, mais os homens deixam ver essa disposição recíproca de se obrigarem.

Nas democracias, onde não se concedem grandes benefícios, prestam-se sem cessar bons ofícios. É raro um homem se mostrar dedicado, mas todos são prestativos.

CAPÍTULO V

Como a democracia modifica as relações entre servidor e amo

Um americano que viajara por um bom tempo pela Europa dizia-me certo dia:

“Os ingleses tratam seus servidores com uma arrogância e maneiras absolutas que nos surpreendem; mas, por outro lado, os franceses às vezes empregam com eles uma familiaridade ou se mostram de uma polidez que não seríamos capazes de conceber. Dir-se-ia que temem mandar. A atitude do superior e do inferior é mal observada.”

Esse reparo é justo, e eu próprio o fiz muitas vezes.

Sempre considerei a Inglaterra o país do mundo em que, em nosso tempo, o vínculo da criadagem é mais firme, e a França o canto da terra em que é mais frouxo. Em parte alguma o amo me pareceu mais alto ou mais baixo do que nesses dois países.

É entre esses extremos que os americanos se situam.

Eis o fato superficial e aparente. É necessário remontar bem antes para descobrir suas causas.

Ainda não se viu uma sociedade em que as condições fossem tão iguais, que não se encontrassem nela nem ricos nem pobres; e, por conseguinte, nem amos nem servidores.

A democracia não impede que essas duas classes de homens existam; mas muda seu espírito e modifica suas relações.

Nos povos aristocráticos, os servidores formam uma classe particular que não varia mais que a dos amos. Uma ordem fixa não tarda a nascer; tanto na primeira como na segunda, logo se vê surgir uma hierarquia, numerosas classificações,

níveis acentuados, e as gerações se sucedem sem que as posições mudem. São duas sociedades superpostas, sempre distintas, mas regidas por princípios análogos.

Essa constituição aristocrática influi tanto sobre as idéias e os costumes dos servidores quanto dos amos e, conquanto os efeitos sejam diferentes, é fácil reconhecer a mesma causa.

Ambos formam pequenas nações no meio da grande e acaba nascendo, entre eles, certas noções permanentes em matéria de justo e injusto. Os diferentes atos da vida humana são encarados de um ângulo que não muda. Tanto na sociedade dos servidores como na dos amos, os homens exercem uma grande influência uns sobre os outros. Reconhecem regras fixas e, na falta de lei, encontram uma opinião pública que os dirige; reinam aí hábitos regrados, uma polícia.

Esses homens, cujo destino é obedecer, sem dúvida não entendem a glória, a virtude, a honestidade, a honra, da mesma maneira que os amos. Mas criaram uma glória, virtudes e uma honestidade de servidores, e concebem, se assim posso me exprimir, uma espécie de honra servil¹.

Por uma classe ser baixa, não se deve crer que todos os que dela fazem parte tenham o coração baixo. Seria um grande erro. Por mais inferior que ela seja, aquele que nela é proeminente e que não pensa em dela sair, encontra-se numa posição aristocrática que lhe sugere sentimentos elevados, um orgulho altivo e um respeito por si mesmo que o tornam próprio para as grandes virtudes e para as ações pouco comuns.

Nos povos aristocráticos, não era raro encontrar, a serviço dos grandes, almas nobres e vigorosas que levavam a servidão sem a sentir e que se submetiam às vontades de seu amo sem ter medo de sua cólera.

Mas quase nunca era assim nos níveis inferiores da classe doméstica. Concebe-se que quem ocupa a última ponta de uma hierarquia de serviçais é bem baixo.

Os franceses tinham criado uma palavra especial para este último servidor da aristocracia: chamavam-no *laquais*, lacaio.

A palavra lacaio servia de termo extremo, quando todos os outros faltavam, para representar a baixeza humana; sob a antiga monarquia, quando se queria pintar num momento um ser vil e degradado, diziam que tinha *alma de lacaio*. Só isso bastava. O sentido era completo e compreendido.

A desigualdade permanente das condições não proporciona aos servidores somente certas virtudes e certos vícios particulares; ela também os coloca numa posição particular diante dos amos.

Nos povos aristocráticos, o pobre é familiarizado, desde a infância, com a idéia de ser mandado. Para onde quer que dirija seus olhares, vê imediatamente a imagem da hierarquia e o aspecto da obediência.

Portanto, nos países em que reina a desigualdade permanente de condições, o amo obtém facilmente de seus servidores uma obediência pronta, completa, respeitosa e fácil, porque estes reverenciam nele não apenas o amo, mas a classe dos amos. O amo pesa sobre a vontade deles com todo o peso da aristocracia.

Ele comanda os atos deles; dirige também, até certo ponto, seus pensamentos. O amo, nas aristocracias, exerce com frequência, mesmo sem saber, um prodigioso império sobre as opiniões, hábitos, costumes dos que obedecem a ele, e sua influência se estende muito mais longe ainda do que sua autoridade.

Nas sociedades aristocráticas, não só há famílias hereditárias de criados, como também famílias hereditárias de amos, mas as mesmas famílias de criados se fixam, por várias gerações, ao lado das mesmas famílias de amos (são como linhas paralelas que não se confundem nem se separam), o que modifica prodigiosamente as relações mútuas dessas duas ordens de pessoas.

Assim, muito embora, sob a aristocracia, o amo e o servidor não tenham entre si nenhuma semelhança natural; muito embora a fortuna, a educação, as opiniões, os direitos os coloquem, ao contrário, a uma imensa distância na escala dos seres, o tempo acaba unindo-os. Liga-os uma longa comunidade de lembranças e, por mais diferentes que sejam, eles se assimilam; ao passo que, nas democracias, onde naturalmente são quase semelhantes, sempre permanecem estranhos um ao outro.

Nos povos aristocráticos, o amo acaba, portanto, encarando seus servidores como uma parte inferior e secundária de si mesmo, e muitas vezes se interessa pela sorte deles, num derradeiro esforço de egoísmo.

Por sua vez, os servidores não estão longe de se considerar do mesmo ponto de vista e se identificam às vezes à pessoa do amo, de tal modo que acabam se tornando um acessório deste, aos olhos deles próprios, como aos do amo.

Nas aristocracias, o servidor ocupa uma posição subordinada, da qual não pode sair; perto dele se encontra outro homem, que ocupa um nível superior que não pode perder. De um lado, a obscuridade, a pobreza, a obediência perpétuas; de outro, a glória, a riqueza, o mando perpétuos. Essas condições são sempre diversas e sempre próximas, e o vínculo que as une é tão duradouro quanto elas mesmas.

Nessa extremidade, o servidor acaba se desinteressando de si mesmo; aparta-se de si; deserta-se de certa forma, ou antes, transporta-se por inteiro em seu amo; é aí que cria uma personalidade imaginária para si. Atavia-se complacientemente com as riquezas daqueles que mandam nele; glorifica-se com a glória deles, realça-se com a nobreza deles e alimenta-se sem cessar com uma grandeza tomada de empréstimo, dando a ela muitas vezes mais valor do que davam aqueles a quem pertence plena e verdadeiramente.

Há algo de, ao mesmo tempo, comovente e ridículo em tão estranha confusão de duas existências.

Essas paixões de amos transportadas para almas de criados adquirem as dimensões naturais da posição que ocupam: elas se estreitam e se rebaixam. O que era orgulho no primeiro se torna vaidade pueril e pretensão miserável nos outros. Os servidores de um grande se mostram, de ordinário, extremamente exigentes quanto a todas as deferências que a este grão-senhor são devidas, e são mais intransigentes quanto aos menores privilégios deste do que este mesmo.

Às vezes encontramos entre nós um desses velhos servidores da aristocracia; ele sobrevive à sua estirpe e não tardará a desaparecer com ela.

Nos Estados Unidos, não vi ninguém parecido. Não apenas os americanos não conhecem o homem de que tratamos, como tem-se a maior dificuldade para fazer-lhes entender sua existência. Têm tanta dificuldade para concebê-la quanto nós mesmos para imaginar o que era um escravo entre os romanos, ou um servo na Idade Média. De fato, todos esses

homens são, embora em graus diferentes, produtos de uma mesma causa. Eles recuam juntos para longe de nossos olhares e fogem cada dia na obscuridade do passado com o estado social que os fez nascer.

A igualdade das condições faz, do servidor e do amo, seres novos, e estabelece entre eles novas relações.

Quando as condições são quase iguais, os homens mudam sem cessar de posição; há também uma classe de criados e uma classe de amos; mas não são sempre os mesmos indivíduos, nem sobretudo as mesmas famílias que as compõem; e não há mais perpetuidade, nem no mando, nem na obediência.

Como não constituem um povo à parte, os servidores não têm usos, preconceitos nem costumes próprios; não se notam entre eles nem um certo traço de espírito, nem uma maneira particular de sentir; eles não conhecem nem vícios nem virtudes de ofício, mas compartilham das luzes, das idéias, dos sentimentos, das virtudes e dos vícios de seus contemporâneos; e são honestos ou velhacos da mesma maneira que seus amos.

As condições não são menos iguais entre os servidores do que entre os amos.

Como não existem, na classe dos servidores, níveis nítidos nem hierarquia permanente, não devemos esperar encontrar nela a baixeza e a grandeza que se revelam nas aristocracias de criados tanto quanto em todas as outras.

Nunca vi nos Estados Unidos nada que pudesse me recordar a idéia do servidor de elite, cuja lembrança guardamos na Europa; mas não encontrei tampouco a idéia de lacaio. Perderam-se os vestígios de um como de outro.

Nas democracias, os servidores não são apenas iguais entre si; podemos dizer que são, de certa forma, iguais a seus amos.

Isso necessita ser explicado para eu me fazer entender direito.

A cada instante, o servidor pode se tornar amo e aspira a vir a sê-lo; portanto, o servidor não é um homem diferente do amo.

Por que o primeiro tem o direito de mandar e o que força o segundo a obedecer? O acordo momentâneo e livre de suas duas vontades. Naturalmente eles não são inferiores um ao outro, só se tornam assim momentaneamente por efeito do contrato. Nos limites desse contrato, um é o servidor e o outro, o amo; fora deles, são dois cidadãos, dois homens.

Peço que o leitor leve em consideração que esta não é tão-somente a noção que os servidores têm de sua condição. Os amos consideram a criadagem do mesmo ponto de vista, e os limites precisos do mando e da obediência acham-se tão bem estabelecidos no espírito de um quanto no do outro.

Quando a maioria dos cidadãos alcançou desde há muito uma condição mais ou menos semelhante e quando a igualdade é um fato antigo e admitido, o senso público, que as exceções nunca influenciam, atribui, de maneira geral, ao valor do homem, certos limites acima ou abaixo dos quais é difícil um homem permanecer por muito tempo.

Em vão a riqueza e a pobreza, o mando e a obediência põem acidentalmente grandes distâncias entre dois homens: a opinião pública, que se funda na ordem ordinária das coisas, os aproxima de novo do nível comum e cria entre eles uma espécie de igualdade imaginária, a despeito da desigualdade real de suas condições.

Essa opinião onipotente acaba penetrando na própria alma daqueles cujo interesse poderia armar contra ela; ela modifica o juízo deles ao mesmo tempo que subjuga sua vontade.

No fundo da alma, o amo e o servidor não percebem mais entre si dessemelhança profunda e não esperam nem temem encontrar alguma um dia. Não têm, pois, nem desprezo nem cólera, e não se acham nem humildes nem altivos ao se encararem.

O amo julga que está no contrato a única origem de seu poder, e o servidor descobre nele a única causa de sua obediência. Não discutem sobre a posição recíproca que ocupam: cada qual enxerga claramente a sua e nela se mantém.

Em nossos exércitos, o soldado é recrutado praticamente nas mesmas classes que os oficiais e pode alcançar as mesmas posições; fora da tropa, considera-se perfeitamente igual a

seus chefes, e de fato é; mas, fardado, não opõe nenhuma dificuldade a obedecer, e sua obediência, por ser voluntária e definida, não é menos pronta, nítida e fácil.

Isso dá uma idéia do que ocorre nas sociedades democráticas entre o servidor e o amo.

Seria insensato crer que pudesse nascer entre esses dois homens uma dessas afeições ardentes e profundas que às vezes se acendem no seio da criadagem aristocrática, nem que devêssemos ver surgir exemplos notáveis de devoção.

Nas aristocracias, o servidor e o amo só se entrevêm de longe em longe, e muitas vezes só se falam por intermediários. No entanto, de ordinário são firmemente ligados um ao outro.

Nos povos democráticos, o servidor e o amo são bem próximos; seus corpos se tocam sem cessar, suas almas não se misturam; têm ocupações comuns, quase nunca têm interesses comuns.

Nesses povos, o servidor sempre se considera um passante na morada de seus amos. Não conheceu os antepassados destes e não verá seus descendentes; dos amos, não tem a esperar nada duradouro. Por que confundiria sua existência com a deles e de onde lhe viria aquele singular abandono de si? A posição recíproca mudou; as relações devem mudar.

Gostaria de poder me apoiar, em tudo o que precede, no exemplo dos americanos; mas não poderia fazê-lo sem distinguir com cuidado as pessoas e os lugares.

No Sul da União, existe a escravidão. Tudo o que acabo de dizer não pode, portanto, se aplicar aí.

No Norte, a maior parte dos servidores são libertos ou filhos de libertos. Esses homens ocupam na estima pública uma posição contestada: a lei os aproxima do nível de seu amo; os costumes os afastam dele obstinadamente. Eles próprios não discernem claramente seu lugar e se mostram quase sempre insolentes ou subservientes.

Mas, nessas mesmas províncias do Norte, em particular na Nova Inglaterra, encontramos um número suficientemente grande de brancos que aceitam, mediante salário, submeter-se passageiramente às vontades de seus semelhantes. Ouvi dizer que esses servidores costumam executar os deveres de

seu ofício com exatidão e inteligência e que, sem se acharem em absoluto inferiores aos que neles mandam, se submetem sem dificuldade a obedecer.

Pareceu-me ver que estes levavam para a servidão alguns dos hábitos viris que a independência e a igualdade fazem surgir. Tendo escolhido uma condição dura, não procuram escapar dela indiretamente e respeitam o bastante a si mesmos para não recusar a seus amos uma obediência que prometem livremente.

Por sua vez, os amos não exigem de seus servidores mais que a fiel e rigorosa execução do contrato; não lhes pedem reverências; não reclamam seu amor nem sua dedicação; basta que sejam pontuais e honestos.

Portanto, não seria correto dizer que, na democracia, as relações entre servidor e amo são desordenadas; elas são ordenadas de outra maneira; a regra é diferente, mas regra há.

Não me cabe investigar aqui se esse novo estado que acabo de descrever é inferior ao que precedeu, ou se apenas é outro. Basta-me que seja regrado e fixo; porque o que mais importa encontrar entre os homens não é certa ordem, é a ordem.

Que direi, porém, dessas tristes e turbulentas épocas durante as quais a igualdade se funda no meio do tumulto de uma revolução, ao passo que a democracia, depois de ter se estabelecido no estado social, ainda luta com dificuldade contra os preconceitos e os costumes?

A lei e a opinião em parte já proclamam que não existe inferioridade natural e permanente entre o servidor e o amo. Mas essa nova fé ainda não penetrou até o fundo do espírito deste, ou antes, seu coração a repele. No segredo de sua alma, o amo ainda estima que é de uma espécie particular e superior; mas não ousa dizê-lo, e se deixa atrair estremecendo para o nível. Seu mando torna-se ao mesmo tempo tímido e duro; não tem mais pelos servidores os sentimentos protetores e benevolentes que um longo poder incontestado sempre faz surgir, e espanta-se com que, tendo ele próprio mudado, seu servidor mude; quer que, não fazendo, por assim dizer, mais que passar através da domesticidade, contraia nela hábitos regulares e permanentes; que se mostre satisfeito e orgulho-

so com uma posição servil, de que mais cedo ou mais tarde deve sair; que se devote a um homem que não pode protegê-lo nem perdê-lo e que se ligue, enfim, por um laço eterno, a seres que são semelhantes a ele e que não duram mais que ele.

Nos povos aristocráticos, é comum que o estado de domesticidade não rebaixe a alma dos que a ele se submetem, porque eles não conhecem nem imaginam outro estado e porque a prodigiosa desigualdade que se revela entre eles e o amo lhes parece um efeito necessário e inevitável de alguma lei oculta da Providência.

Sob a democracia, o estado de domesticidade nada tem de degradante, por ser livremente escolhido, passageiramente adotado, porque a opinião pública não o anatemiza e porque não cria nenhuma desigualdade permanente entre o servidor e o amo.

Mas, durante a passagem de uma condição social à outra, sobrevém quase sempre um momento em que o espírito dos homens vacila entre a noção aristocrática da sujeição e a noção democrática da obediência.

A obediência perde então sua moralidade aos olhos daquele a quem obedece; ele não a considera mais uma obrigação de certa forma divina e não a vê ainda sob seu aspecto puramente humano; ela não é, a seu ver, nem santa nem justa, e ele se submete a ela como sendo um fato degradante e útil.

Nesse momento, a imagem confusa e incompleta da igualdade se apresenta ao espírito dos servidores; eles não discernem a princípio se é no estado mesmo de domesticidade ou fora dele que essa igualdade a que têm direito se encontra, e se revoltam no fundo do coração contra uma inferioridade a que eles próprios se submeteram e de que usufruem. Aceitam servir e têm vergonha de obedecer; apreciam as vantagens da servidão, mas não o amo, ou, melhor dizendo, não estão certos de que não é a eles que caiba ser amos e estão dispostos a considerar quem neles manda como o injusto usurpador de seu direito.

É então que vemos na morada de cada cidadão algo análogo ao triste espetáculo que a sociedade política apresenta.

Trava-se aí, sem cessar, uma guerra surda e intestina entre poderes sempre desconfiados e rivais: o amo se mostra malevolente e doce, o servidor malevolente e indócil; um quer se esquivar sem cessar, por restrições desonestas, da obrigação de proteger e retribuir, o outro da de obedecer. Entre eles, pairam as rédeas da administração doméstica, que cada um se esforça para agarrar. As linhas que separam a autoridade da tirania, a liberdade da licença, o direito do fato, parecem a seus olhos encavaladas e confundidas, e ninguém sabe precisamente o que é, o que pode, o que deve.

Tal situação não é democrática, mas revolucionária.

CAPÍTULO VI

Como as instituições e os costumes democráticos tendem a elevar o preço e a reduzir a duração dos arrendamentos

O que eu disse dos servidores e dos amos se aplica, até certo ponto, aos proprietários e arrendatários. O tema merece, porém, ser considerado à parte.

Na América não há, por assim dizer, arrendatários; todo homem é possuidor do campo que cultiva.

Cumpra reconhecer que as leis democráticas tendem poderosamente a aumentar o número desses proprietários e a diminuir o dos arrendatários. Todavia, o que acontece nos Estados Unidos deve ser atribuído muito menos às instituições do país do que ao próprio país. Na América, a terra custa pouco e todos se tornam facilmente proprietários. Ela dá pouco e seus produtos só dificilmente poderiam ser divididos entre um proprietário e um arrendatário.

A América é, portanto, única nisso como em outras coisas; e seria um erro tomá-la como exemplo.

Creio que tanto nos países democráticos como nas aristocracias encontraremos proprietários e arrendatários; mas os proprietários e os arrendatários não são ligados da mesma maneira naqueles e nessas.

Nas aristocracias, os arrendamentos não são pagos apenas em dinheiro, mas em respeito, em afeto e em serviços. Nos países democráticos, só são pagos em dinheiro. Quando os patrimônios se dividem e mudam de mão e quando a relação permanente que existia entre as famílias e a terra desaparece, somente o acaso põe em contato o proprietário e o arrendatário. Eles se encontram um instante para debater as condições do contrato e, em seguida, perdem-se de vista. São dois estra-

nhos que o interesse aproxima e que discutem rigorosamente entre si um negócio, cujo único objeto é o dinheiro.

À medida que os bens se dividem e que a riqueza se dispersa aqui e ali sobre toda a superfície do país, o Estado se enche de gente cuja opulência antiga está em declínio e de recém-enriquecidos, cujas necessidades aumentam mais depressa do que os recursos. Para todos eles, o menor lucro é apreciável e nenhum deles sente-se disposto a deixar escapar nenhuma das suas vantagens, nem a perder uma porção qualquer de sua renda.

Confundindo-se os níveis e tornando-se mais raras tanto as enormes como as pequeníssimas fortunas, existe a cada dia menos distância entre a condição social do proprietário e a do arrendatário; um não tem uma superioridade natural e incontestada sobre o outro. Ora, entre dois homens iguais e carentes de recursos, qual pode ser a matéria do contrato de arrendamento, senão o dinheiro?

Um homem que tem como propriedade todo um cantão e possui cem parcelas arrendadas compreende que se trata de ganhar ao mesmo tempo o coração de vários milhares de homens; isso lhe parece merecer seu interesse. Para alcançar tão grande objetivo, sacrifica-se de bom grado.

Quem possui cem arpentes não se dá a semelhantes trabalhos; pouco lhe importa granjear a benevolência particular de seu rendeiro.

Uma aristocracia não morre como um homem, num dia. Seu princípio se destrói lentamente no fundo das almas, antes de ser atacado nas leis. Portanto, muito tempo antes que estoure a guerra contra ela, vemos afrouxar-se pouco a pouco o vínculo que até então unira as classes altas às baixas. A indiferença e o desprezo se manifestam de um lado; do outro, a inveja e o ódio: as relações entre o pobre e o rico se tornam mais raras e menos suaves; o preço dos arrendamentos aumenta. Não é ainda o resultado da revolução democrática, mas seu anúncio inequívoco. Porque uma aristocracia que deixou escapar definitivamente de suas mãos o coração do povo é como uma árvore morta em suas raízes, que os ventos derrubam com tanto maior facilidade quanto mais alta ela for.

Nos últimos cinquenta anos, o preço dos arrendamentos aumentou prodigiosamente, não apenas na França, mas na

maior parte da Europa. Os progressos singulares feitos pela agricultura e pela indústria nesse mesmo período não bastam, a meu ver, para explicar tal fenômeno. É necessário recorrer a alguma outra causa mais poderosa e mais oculta. Creio que essa causa deve ser buscada nas instituições democráticas que vários povos europeus adotaram e nas paixões democráticas que agitam mais ou menos todos os outros.

Ouvi com freqüência grandes proprietários ingleses se felicitarem de que tiram em nossos dias muito mais dinheiro de suas terras do que seus pais.

Talvez tenham razão para se alegrar; mas, com toda certeza, não sabem de que se alegram. Crêem realizar um lucro líquido, mas não fazem mais que uma troca: é sua influência que cedem contra moeda soante; e o que eles ganham em dinheiro não tardarão a perder em poder.

Há ainda outro sinal pelo qual é fácil reconhecer que uma grande revolução democrática está se consumando ou se preparando.

Na Idade Média, quase todas as terras eram alugadas perpetuamente ou, pelo menos, a longuíssimo prazo. Quando se estuda a economia doméstica desse tempo, vê-se que os contratos de noventa e nove anos eram mais freqüentes do que os de doze em nossos dias.

Acreditava-se então na imortalidade das famílias; as condições pareciam fixadas para sempre, e a sociedade inteira parecia tão imóvel que não se imaginava que algo pudesse um dia se mexer em seu seio.

Nas eras de igualdade, o espírito humano adquire outro semblante. Imagina facilmente que nada permanece. A idéia de instabilidade o possui.

Nessa disposição, o proprietário e o próprio arrendatário sentem uma espécie de horror instintivo das obrigações a longo prazo; têm medo de se ver limitados um dia pela convenção de que hoje se aproveitam. Esperam vagamente alguma mudança súbita e imprevista em sua condição. Receiam a si mesmos; temem que, se seu gosto mudar, anseiem por largar o que era o objeto de sua cobiça, e têm razão de temê-lo, porque, nas eras democráticas, o que há de mais movediço, no meio de todas as coisas, é o coração do homem.

CAPÍTULO VII

A influência da democracia sobre os salários

A maioria das observações que fiz anteriormente, ao falar dos servidores e dos amos, pode se aplicar aos patrões e operários.

À medida que as regras da hierarquia social são menos observadas, enquanto os grandes se abaixam, os pequenos se elevam e a pobreza, bem como a riqueza, deixa de ser hereditária, vemos diminuir cada dia a distância de fato e de opinião que separava o operário do patrão.

O operário tem uma idéia mais elevada de seus direitos, de seu futuro, de si mesmo; uma nova ambição, novos desejos dele se apossam, novas necessidades o premem. A todo instante, lança olhares cheios de cobiça sobre os lucros daquele que o emprega; para tentar dividi-los, eleva o preço do seu trabalho e, de ordinário, acaba alcançando seu objetivo.

Nos países democráticos, como nos outros, a maioria das indústrias é levada adiante a pouco custo por homens que a riqueza e as luzes não colocam acima do nível comum daqueles que emprega. Esses empreendedores da indústria são numerosíssimos; seus interesses diferem; portanto, não poderiam entender-se facilmente entre si e combinar seus esforços.

Por outro lado, quase todos os operários têm alguns recursos garantidos que lhes permitem recusar seus serviços quando não querem lhes conceder o que consideram a justa retribuição do trabalho.

Assim, na luta contínua que essas duas classes travam pelos salários, as forças são divididas, os sucessos se alternam.

É de crer, inclusive, que a longo prazo o interesse dos operários deve prevalecer; porque os salários elevados que já obtiveram os tornam cada dia menos dependentes de seus patrões e, à medida que são mais independentes, podem obter mais facilmente a elevação dos salários.

Tomarei como exemplo a indústria que, em nosso tempo, ainda é mais seguida entre nós, assim como em quase todas as nações do mundo: o cultivo das terras.

Na França, a maioria dos que alugam seus serviços para cultivar o solo também possuem algumas parcelas que, a rigor, lhes permitem subsistir sem trabalhar para outrem. Quando estes vêm oferecer seus braços ao grande proprietário ou ao arrendatário vizinho e quando estes se recusam a lhes pagar certo salário, retiram-se para sua pequena propriedade e esperam que outra ocasião se apresente.

Creio que, considerando as coisas em seu conjunto, podemos dizer que a elevação lenta e progressiva dos salários é uma das leis gerais que regem as sociedades democráticas. À medida que as condições se tornam mais iguais, os salários aumentam e, à medida que os salários são mais elevados, as condições se tornam mais iguais.

No entanto, em nossos dias, encontramos uma grande e infeliz exceção.

Mostrei, num capítulo anterior, como a aristocracia, expulsa da sociedade política, retirou-se para certas partes do mundo industrial, onde estabeleceu seu império sob outra forma.

Isso influi poderosamente sobre a taxa dos salários.

Como já é necessário ser rico para empreender as grandes indústrias de que falo, o número dos que a empreendem é bem reduzido. Sendo pouco numerosos, podem facilmente se coligar e fixar para o trabalho o preço que lhes aprouver.

Já os operários são numerosíssimos e sua quantidade aumenta sem cessar; porque sobrevêm de quando em quando períodos de prosperidade extraordinária durante os quais os salários aumentam desmedidamente e atraem para as manufaturas as populações vizinhas. Ora, uma vez que os homens entram nessa carreira, vimos que não podem sair, porque não tardam a contrair hábitos de corpo e espírito que os

tornam impróprios para qualquer outro labor. Esses homens, em geral, têm poucas luzes, pouca indústria e poucos recursos; encontram-se portanto à mercê de seu patrão. Quando uma concorrência, ou outras circunstâncias fortuitas, reduzem os ganhos deste, ele pode restringir os salários daqueles quase a seu bel-prazer, e tirar facilmente destes o que a fortuna lhe toma.

Se se recusam a trabalhar de comum acordo, o patrão, que é um homem rico, pode esperar facilmente, sem se arruinar, que a necessidade os traga de volta; já eles têm de trabalhar todos os dias para não morrer, porque não têm outra propriedade além de seus braços. A opressão empobreceu-os desde há muito, e fica mais fácil oprimi-los à medida que se tornam mais pobres. É um círculo vicioso de que não poderiam sair.

Não é de espantar, pois, que os salários, depois de terem se elevado às vezes de repente, caiam de maneira permanente na indústria, ao passo que, nas outras profissões, o preço do trabalho, que em geral só cresce pouco a pouco, aumenta sem cessar.

Esse estado de dependência e de miséria em que se encontra em nosso tempo uma parte da população industrial é um fato excepcional e contrário a tudo o que a rodeia; mas, por essa mesma razão, não há fato mais grave, nem que mereça atrair mais a atenção particular do legislador; porque é difícil, quando a sociedade inteira se agita, manter imóvel uma classe e, quando a maioria abre sem cessar novos caminhos para a fortuna, fazer que alguns suportem em paz suas necessidades e seus desejos.

CAPÍTULO VIII

A influência da democracia sobre a família

Acabo de examinar como, nos povos democráticos, em particular entre os americanos, a igualdade das condições modifica as relações dos cidadãos entre si.

Quero ir mais longe e entrar no seio da família. Minha finalidade aqui não é buscar novas verdades, mas mostrar como fatos já conhecidos se prendem a meu sujeito.

Todo o mundo observou que, em nossos dias, estabeleceram-se novas relações entre os diferentes membros da família, que a distância que outrora separava o pai de seu filho diminuiu e que a autoridade paterna foi, se não destruída, pelo menos alterada.

Algo análogo, porém mais notável ainda, se revela nos Estados Unidos.

Na América, a família, tomando essa palavra em seu sentido romano e aristocrático, não existe. Só encontramos alguns vestígios seus durante os primeiros anos que seguem o nascimento dos filhos. O pai exerce então, sem oposição, a ditadura doméstica, que a debilidade dos filhos torna necessária e que o interesse deles, assim como sua superioridade incontestada, justifica.

Mas a partir do momento em que o jovem americano se aproxima da virilidade, os laços de obediência filial se distendem a cada dia. Donos de seus pensamentos, ele logo se torna dono de sua conduta. Na América, não há propriamente adolescência. Ao sair da primeira idade, o homem se mostra e começa a traçar seu próprio caminho.

Seria um equívoco crer que isso acontece em consequência de uma luta intestina, na qual o filho obtém, por uma espécie de violência moral, a liberdade que seu pai lhe recusa. Os mesmos hábitos, os mesmos princípios que levam um a assenhorear-se da independência, dispõem o outro a considerar seu uso como um direito incontestável.

Não se nota pois no primeiro nenhuma dessas paixões raivosas e desordenadas que agitam os homens ainda muito tempo depois de terem se subtraído de um poder estabelecido. O segundo não sente esses pesares cheios de amargor e de cólera, que costumam sobreviver ao poder perdido: o pai percebeu de longe os limites em que sua autoridade devia vir a expirar; e quando o tempo o aproxima desses limites, ele abdica sem problema. O filho previu a época precisa em que sua vontade se tornaria regra e se apossa da sua liberdade sem precipitação e sem esforços, como um bem que lhe era devido e que não lhe procuram tomar¹.

Não será talvez inútil mostrar como essas mudanças que ocorreram na família estão intimamente ligadas à revolução social e política que acaba de se consumir diante de nossos olhos.

Há certos grandes princípios sociais que um povo faz penetrar em tudo ou não deixa subsistir em parte alguma.

Nos países aristocrática e hierarquicamente organizados, o poder nunca se dirige diretamente ao conjunto dos governados. Estando os homens ligados uns aos outros, ele se limita a dirigir os primeiros: o resto segue. Isso se aplica à família, como a todas as associações que possuem um chefe. Nos povos aristocráticos, a sociedade só conhece, na verdade, o pai. Ela só se liga aos filhos pelas mãos do pai; ela o governa e ele os governa. Portanto, o pai não tem, nelas, apenas um direito natural: atribuem-lhe um direito político de comandar. Ele é o autor e o sustentáculo da família; é também seu magistrado.

Nas democracias, em que o braço do governo vai buscar cada homem em particular no meio da multidão para dobrá-lo isoladamente às leis comuns, não é preciso semelhante intermediário; aos olhos da lei, o pai não passa de um cidadão mais velho e mais rico que seus filhos.

Quando a maioria das condições é muito desigual e quando a desigualdade das condições é permanente, a idéia do superior cresce na imaginação dos homens; se a lei não lhe concede prerrogativas, o costume e a opinião pública concedem-lhe. Quando, ao contrário, os homens diferem pouco uns dos outros e não permanecem sempre dessemelhantes, a noção geral do superior se torna mais frágil e menos clara; em vão a vontade do legislador se esforça para pôr quem obedece muito abaixo de quem comanda, pois os costumes aproximam esses dois homens um do outro e os atraem cada dia para o mesmo nível.

Portanto, ainda que não veja na legislação de um povo aristocrático privilégios particulares concedidos ao chefe de família, não deixarei de estar certo de que seu poder nela é respeitado e mais extenso do que nos seio de uma democracia, porque eu sei que, quaisquer que sejam as leis, o superior sempre parecerá mais alto e o inferior mais baixo nas aristocracias do que entre os povos democráticos.

Quando os homens vivem na lembrança do que foi, em vez de na preocupação com o que é, e se inquietam mais com o que seus ancestrais pensaram do que procuram eles próprios pensar, o pai é o vínculo natural e necessário entre o passado e o presente, o elo a que essas duas correntes chegam e se unem. Nas aristocracias, o pai não é apenas, portanto, o chefe político da família; é o órgão da tradição, o intérprete do costume, o árbitro dos modos. Ouvem-no com deferência; não o abordam sem respeito e o amor que têm por ele é sempre temperado pelo temor.

Tornando-se o estado social democrático e adotando os homens como princípio geral que é bom e legítimo julgar todas as coisas por si mesmo tomando as antigas crenças como informação e não como regra, a força de opinião exercida pelo pai sobre os filhos se torna menor, assim como seu poder legal.

A divisão dos patrimônios trazida pela democracia contribui talvez mais que todo o resto para alterar as relações entre o pai e os filhos.

Quando o pai de família tem poucos bens, seu filho e ele vivem sem cessar no mesmo lugar e cuidam em comum dos

mesmos trabalhos. O hábito e a necessidade os aproximam e forçam a se comunicar a cada instante um com o outro; portanto, não pode deixar de se estabelecer entre eles uma espécie de intimidade familiar que torna a autoridade menos absoluta e que se ajusta mal às formas exteriores do respeito.

Ora, nos povos democráticos, a classe que possui essas pequenas fortunas é precisamente a que dá força às idéias e molda os costumes. Ela faz predominar em toda a sociedade suas opiniões, ao mesmo tempo que suas vontades, e os mesmos que são mais propensos a resistir a seus mandamentos acabam deixando-se levar pelos seus exemplos. Vi fogosos inimigos da democracia fazendo-se chamar de você pelos filhos.

Assim, ao mesmo tempo que o poder escapa da aristocracia, vê-se desaparecer o que havia de austero, convencional e legal no poder paterno, e uma espécie de igualdade se estabelece em torno do lar.

Não sei se, no fim das contas, a sociedade perde com essa mudança; mas sou levado a crer que o indivíduo ganha. Creio que à medida que os costumes e as leis são mais democráticos, as relações entre pai e filho se tornam mais íntimas e mais doces; a regra e a autoridade se encontram menos presentes; a confiança e a afeição costumam ser maiores e o vínculo natural parece se estreitar, ao passo que o vínculo social se distende.

Na família democrática, o pai não exerce outro poder além do que se concede com prazer à ternura e à experiência de um ancião. Suas ordens talvez não fossem atendidas; mas seus conselhos costumam ter grande influência. Se não é cercado de respeitos oficiais, pelo menos seus filhos o abordam com confiança. Não há fórmula reconhecida para lhe dirigir a palavra; mas falam sem cessar com ele e consultam-no espontaneamente todos os dias. O amo e o magistrado desapareceram; o pai permanece.

Para julgar a diferença entre os dois estados sociais sobre esse ponto, basta percorrer as correspondências domésticas que as aristocracias nos deixaram. Nelas, o estilo é sempre correto, cerimonioso, rígido e tão frio que o calor natural do coração mal pode se fazer sentir através das palavras.

Reina, ao contrário, em todas as palavras que um filho dirige ao pai nos povos democráticos algo livre, familiar e terno ao mesmo tempo, que faz descobrir à primeira vista que se estabeleceram novas relações no seio da família.

Uma revolução análoga modifica as relações mútuas dos filhos.

Na família aristocrática, tanto como na sociedade aristocrática, todos os lugares são assinalados. Não apenas o pai ocupa uma posição à parte e desfruta de imensos privilégios, mas os próprios filhos não são iguais entre si: a idade e o sexo fixam irreversivelmente a posição de cada um e asseguram a cada um certas prerrogativas. A democracia derruba ou abaixa a maior parte dessas barreiras.

Na família aristocrática, o filho mais velho, herdando a maior parte dos bens e quase todos os direitos, torna-se chefe e, até certo ponto, senhor dos irmãos. A ele a grandeza e o poder; a eles a mediocridade e a dependência. Todavia, seria um equívoco crer que, nos povos aristocráticos, os privilégios do filho mais velho só eram vantajosos para este e só provocassem à sua volta inveja e ódio.

O filho mais velho em geral se esforçava para proporcionar riqueza e poder a seus irmãos, porque o brilho geral da casa recaía sobre aquele que a representava; e os mais moços procuravam facilitar ao mais velho todos os seus empreendimentos, porque a grandeza e a força do chefe da família o punham cada vez mais em condições de elevar todos os membros desta.

Os diversos membros da família aristocrática são, pois, estreitamente ligados uns aos outros; seus interesses se entrelaçam, seus espíritos coincidem; mas é raro seus corações se entenderem.

A democracia também prende os irmãos uns aos outros; mas faz isso de outra maneira.

Sob as leis democráticas, os filhos são perfeitamente iguais, por conseguinte independentes; nada os aproxima necessariamente, mas nada os separa tampouco; e, como têm uma origem comum, como crescem sob o mesmo teto, como são objeto dos mesmos cuidados e como nenhuma prerrogativa particular os distingue ou separa, nasce facilmente

entre eles a doce e juvenil intimidade da primeira idade. Formado assim o vínculo no começo da vida, não se apresentam ocasiões para rompê-lo porque a fraternidade os aproxima cada dia sem os incomodar.

Portanto, não é pelos interesses, é pela comunidade das lembranças e pela livre simpatia das opiniões e dos gostos que a democracia prende os irmãos uns aos outros. Ela divide sua herança, mas permite que suas almas se confundam.

A doçura dos modos democráticos é tão grande que os próprios partidários da aristocracia deixam-se cativar por eles e que, depois de os ter apreciado por algum tempo, não se sentem mais tentados a voltar às formas respeitadas e frias da família aristocrática. Conservariam de bom grado os hábitos domésticos da democracia, se pudessem rejeitar seu estado social e suas leis. Mas essas coisas estão entrelaçadas e não seria possível desfrutar de umas sem ter de suportar as outras.

O que acabo de dizer do amor filial e da ternura fraterna deve ser entendido de todas as paixões que nascem espontaneamente na própria natureza.

Quando certa maneira de pensar ou de sentir é o produto de um estado particular da humanidade, se esse estado muda, não sobra nada. Assim, a lei pode prender firmemente dois cidadãos um ao outro; abolida a lei, eles se separam. Não havia nada mais estreito do que o nó que unia o vassalo ao senhor no mundo feudal. Agora, esses dois homens não se conhecem mais. O receio, o reconhecimento e o amor que outrora os ligavam desapareceram. Não encontramos mais vestígio deles.

Mas não ocorre assim com os sentimentos naturais à espécie humana. É raro que a lei, esforçando-se por submetê-los de certo modo, os debilite; que, querendo fortalecê-los, lhes tire algo e que não fiquem sempre mais fortes, se entregues a eles mesmos.

A democracia, que destrói ou obscurece quase todas as antigas convenções sociais e que impede que os homens se detenham facilmente em novas convenções, faz desaparecer inteiramente a maioria dos sentimentos que nascem dessas convenções. Mas ela apenas modifica os outros e muitas vezes lhes dá uma energia e uma doçura que não tinham.

Creio que não é impossível encerrar numa só frase todo o sentido deste capítulo e de vários outros que o precedem. A democracia distende os vínculos sociais, mas estreita os vínculos naturais. Ela aproxima os parentes ao mesmo tempo que separa os cidadãos.

CAPÍTULO IX

A educação das moças nos Estados Unidos

Nunca houve sociedades livres sem modos e, tal como disse na primeira parte desta obra, é a mulher que faz os modos. Tudo o que influi sobre a condição das mulheres, sobre seus hábitos e suas opiniões tem, portanto, grande interesse político, a meu ver.

Em quase todas as nações protestantes, as moças são infinitamente mais senhoras de suas ações do que nos povos católicos.

Essa independência é maior ainda nos países protestantes que, como a Inglaterra, conservaram ou adquiriram o direito de se governar. A liberdade penetra então na família pelos hábitos políticos e pelas crenças religiosas.

Nos Estados Unidos, as doutrinas do protestantismo vêm se combinar com uma constituição muito livre e um estado social muito democrático; e em parte alguma a moça é mais prontamente ou mais completamente entregue a si mesma.

Muito tempo antes de a jovem americana atingir a idade núbil, ela começa a ser pouco a pouco emancipada da tutela materna; ainda nem saiu inteiramente da infância e já pensa por si mesma, fala livremente e age sozinha; diante dela está exposto sem cessar o grande quadro do mundo; longe de procurarem ocultá-lo à sua vista, apresentam-no cada dia mais a seus olhos e ensinam-lhe a considerá-lo com um olhar firme e tranqüilo. Assim, os vícios e os perigos que a sociedade apresenta não tardam a lhe ser revelados; ela os vê claramente, julga-os sem ilusão e enfrenta-os sem receio; porque tem

plena confiança em suas forças, e sua confiança parece compartilhada por todos os que a rodeiam.

Portanto, você quase nunca encontrará na jovem americana esse candor virginal no meio dos desejos nascentes, nem tampouco aquelas graças singelas e ingênuas que costumam acompanhar, na européia, a passagem da infância à juventude. É raro que a americana, qualquer que seja sua idade, denote uma timidez e uma ignorância pueris. Como a jovem da Europa, ela quer agradar, mas sabe precisamente a que custo. Se ela não se entrega ao mal, pelo menos o conhece; tem antes modos puros do que espírito casto.

Fiquei freqüentemente surpreso e quase assustado ao ver a habilidade singular e a feliz audácia com que essas jovens da América sabiam conduzir seus pensamentos e suas palavras no meio dos escolhos de uma conversa jovial; um filósofo teria tropeçado várias vezes no estreito caminho que elas percorriam sem acidentes e sem dificuldade.

De fato, é fácil reconhecer que, no meio mesmo da independência de sua primeira juventude, a americana nunca cessa inteiramente de ser senhora de si; ela desfruta de todos os prazeres permitidos sem se entregar a nenhum deles, e sua razão não larga as rédeas, muito embora ela muitas vezes pareça deixá-las soltas.

Na França, onde ainda mesclamos de forma tão estranha, em nossas opiniões e em nossos gostos, sobejos de todas as idades, sucede-nos com freqüência dar às mulheres uma educação tímida, retirada e quase claustal, como na época da aristocracia, e abandonamo-las em seguida de repente, sem guia e sem socorro, no meio das desordens inseparáveis de uma sociedade democrática.

Os americanos são mais conformes a si mesmos.

Eles viram que, no seio de uma democracia, a independência individual não podia deixar de ser enorme, a juventude apressada, os gostos mal contidos, o costume mutável, a opinião pública freqüentemente incerta ou impotente, a autoridade paterna fraca e o poder marital contestado.

Nesse estado de coisas, julgaram que havia poucas oportunidades para poder reprimir na mulher as paixões mais tirânicas do coração humano e que era mais seguro ensinar-lhe

a arte de combatê-las ela mesma. Como não podiam impedir que sua virtude se visse com freqüência em perigo, quiseram que ela soubesse defendê-la e contaram mais com o livre esforço de sua vontade do que com barreiras abaladas ou destruídas. Em vez de mantê-la na desconfiança de si mesma, buscam pois sem cessar aumentar sua confiança em suas próprias forças. Não tendo nem a possibilidade nem o desejo de manter a jovem numa perpétua e completa ignorância, apressaram-se a lhe dar um conhecimento precoce de todas as coisas. Longe de lhe ocultar as corrupções do mundo, quiseram que ela as visse primeiro e tratasse ela própria de fugir delas, e preferiram garantir sua honestidade a respeitar demasiadamente sua inocência.

Muito embora os americanos sejam um povo muito religioso, não se valeram apenas da religião para defender a virtude da mulher: procuraram também armar a sua razão. Nisso, como em muitas outras circunstâncias, seguiram o mesmo método. Primeiro fizeram esforços incriveis para conseguir que a independência individual se resolvesse por si mesma e só quando alcançaram os limites extremos da força humana é que enfim chamaram a religião em seu socorro.

Sei que tal educação não é desprovida de perigos; não ignoro tampouco que ela tende a desenvolver o juízo em detrimento da imaginação e a fazer mulheres honestas e frias, em vez de esposas ternas e amáveis companheiras do homem. Se a sociedade fica mais tranqüila e mais bem regrada assim, a vida privada porém não raro possui menos encantos. Mas são males secundários, que um interesse maior deve levar a arrostar. Chegando ao ponto em que estamos, não nos é mais permitido optar: é necessária uma educação democrática para garantir a mulher contra os perigos de que as instituições e os costumes da democracia a rodeiam.

CAPÍTULO X

Como a jovem americana se encontra sob os traços da esposa

Na América, a independência da mulher vem se perder irremediavelmente no meio dos laços do casamento. Se a jovem é menos constrangida aí que nos outros lugares, a esposa se submete a obrigações mais estritas. Uma faz da casa paterna um lugar de liberdade e de prazer, a outra vive na residência do marido como num claustro.

Essas duas situações tão diferentes talvez não sejam tão contrárias quanto se supõe, e é natural que os americanos passem por uma para chegar à outra.

Os povos religiosos e as nações industriais têm uma idéia particularmente severa do casamento. Uns consideram a regularidade da vida de uma mulher a melhor garantia e o sinal mais certo da pureza de seus costumes. Outros vêem nisso caução segura da ordem e da prosperidade da casa.

Os americanos constituem ao mesmo tempo uma nação puritana e um povo comercial; suas crenças religiosas, assim como seus hábitos industriais, levam-nos pois a exigir da mulher uma abnegação e um sacrifício contínuo de seus prazeres em benefício de suas ocupações, que é raro exigir na Europa. Assim, reina nos Estados Unidos uma opinião pública inexorável que encerra com cuidado a mulher no pequeno círculo dos interesses e dos deveres domésticos e que lhe proíbe sair dele.

Ao entrar no mundo, a jovem americana encontra essas noções firmemente estabelecidas; vê as regras que delas decorrem; não tarda a se convencer de que não poderia furtar-se um só momento aos usos de seus contemporâneos sem pôr

imediatamente em perigo sua tranqüilidade, sua honra e até sua existência social, e encontra na firmeza da sua razão e nos hábitos viris que sua educação lhe deu a energia para se submeter a elas.

Podemos dizer que foi no uso da independência que ela criou a coragem para sacrificá-la sem luta e sem reclamar, quando chegou o momento de se impor tal sacrifício.

Aliás, a americana nunca cai nos laços do casamento como numa armadilha aprontada para sua simplicidade e sua ignorância. Ensinaram-lhe antecipadamente o que era esperado dela, e é por si mesma e livremente que ela se coloca sob o jugo. Ela suporta corajosamente sua nova condição, porque a escolheu.

Como na América a disciplina paterna é muito frouxa e como o laço conjugal é muito cerrado, é com circunspeção e temor que uma jovem o contrai. Lá não se vêem uniões precoces. Portanto, as americanas só se casam quando sua razão está exercitada e madura, ao passo que a maioria das mulheres dos outros países só começa a exercitar e a amadurecer sua razão no casamento.

De resto, estou longe de acreditar que essa grande mudança que se opera em todos os hábitos das mulheres nos Estados Unidos, assim que se casam, não deva ser atribuída à pressão da opinião pública. Muitas vezes elas mesmas se impõem tal mudança pelo único esforço da sua vontade.

Quando chega o tempo de escolher um esposo, essa fria e austera razão que a livre visão do mundo esclareceu e fortaleceu indica à americana que um espírito leve e independente nos laços do casamento é motivo de discórdia eterna, não de prazer, que as diversões da jovem não poderiam se tornar distrações da esposa e que, para a mulher, as fontes da felicidade estão na morada conjugal. Enxergando antecipadamente e com clareza o único caminho capaz de levar à felicidade doméstica, ela envereda por ele desde seus primeiros passos e o segue até o fim sem procurar voltar atrás.

Esse mesmo vigor de vontade que as jovens esposas da América revelam, dobrando-se de repente e sem se queixar aos austeros deveres de seu novo estado, volta a se encontrar, de resto, em todas as grandes provações da sua vida.

Não há país do mundo em que as fortunas particulares sejam mais instáveis do que nos Estados Unidos. Não é raro que, no curso da sua existência, o mesmo homem suba e desça todos os degraus que levam da opulência à pobreza.

As mulheres da América suportam essas revoluções com uma tranqüila e indomável energia. Dir-se-ia que seus desejos se contraem com sua fortuna tão facilmente quanto com ela se dilatam.

A maioria dos aventureiros que vai povoar todos os anos os ermos do Oeste pertence, conforme disse na minha primeira obra, à antiga raça anglo-americana do Norte. Vários desses homens que correm com tanta audácia rumo à riqueza já desfrutavam de uma situação confortável em seu país. Levam consigo suas companheiras e fazem-nas compartilhar com eles os perigos e as misérias incontáveis que sempre assinalam o começo de tais empresas. Encontrei várias vezes, até nos limites do deserto, jovens mulheres que, depois de terem sido criadas no meio de todas as delicadezas das grandes cidades da Nova Inglaterra, tinham passado, quase sem transição, da rica morada dos pais a uma cabana mal vedada no meio de uma floresta. A febre, a solidão, o tédio não tinham quebrantado sua coragem. Seus traços pareciam alterados e envelhecidos, mas seus olhares eram firmes. Elas pareciam ao mesmo tempo tristes e decididas (B).

Não tenho dúvidas de que essas jovens americanas acumularam, em sua educação primeira, essa força interior de que faziam uso então.

Portanto, é ainda a jovem que, nos Estados Unidos, se encontra sob os traços da esposa: o papel mudou, os hábitos são diferentes, o espírito é o mesmo.

CAPÍTULO XI

Como a igualdade das condições contribui para manter os bons costumes na América (C)

Há filósofos e historiadores que disseram, ou deram a entender, que as mulheres eram mais ou menos severas em seus costumes conforme vivessem mais ou menos longe do equador. É livrar-se da questão comodamente e, desse jeito, bastaria uma esfera e um compasso para resolver num instante um dos problemas mais difíceis que a humanidade apresenta.

Não me parece que essa doutrina materialista seja estabelecida pelos fatos.

As mesmas nações mostraram-se, em diferentes épocas de sua história, castas ou dissolutas. A regularidade ou a desordem de seus costumes decorria, pois, de causas mutáveis, e não apenas da natureza do país, que não mudava.

Não negarei que, em certos climas, as paixões que nascem da atração recíproca dos sexos não sejam particularmente ardentes; mas creio que esse ardor natural sempre pode ser excitado ou contido pelo estado social ou pelas instituições políticas.

Conquanto os viajantes que visitaram a América do Norte divirjam em muitos pontos, todos concordam em notar que os costumes são muito mais severos aí que em outros lugares.

É evidente que, nesse ponto, os americanos são muito superiores a seus pais, os ingleses. Uma visão superficial das duas nações basta para demonstrá-lo.

Na Inglaterra, como em todas as outras partes da Europa, a malignidade pública se exerce sem cessar sobre as fra-

quezas das mulheres. É comum ouvirmos filósofos e homens públicos se queixarem de que os costumes não são suficientemente regulares, e a literatura o faz supor todos os dias.

Na América, todos os livros, sem excetuar os romances, supõem mulheres castas e ninguém conta aventuras galantes neles.

Essa grande regularidade dos costumes americanos se deve, sem dúvida, em parte ao país, à raça, à religião. Mas todas essas causas, que são encontradas em outros lugares, ainda não bastam para explicá-la. Para tanto é necessário recorrer a alguma razão particular.

Essa razão parece-me ser a igualdade e as instituições que dela derivam.

A igualdade das condições não produz, de per si, a regularidade dos costumes; mas não se poderia duvidar que a facilite e aumente.

Nos povos aristocráticos, o nascimento e a fortuna muitas vezes fazem do homem e da mulher seres tão diferentes que nunca conseguiriam se unir um ao outro. As paixões os aproximam, mas o estado social e as idéias que ele sugere os impedem de se ligar de uma maneira permanente e ostensiva. Nasce necessariamente daí um grande número de uniões passageiras e clandestinas. A natureza, neles, se desforra em segredo dos constrangimentos que as leis lhe impõem.

Isso não se vê da mesma maneira quando a igualdade de condições faz cair todas as barreiras imaginárias ou reais que separavam o homem da mulher. Não há então jovem que não creia poder se tornar esposa do homem que a prefere, o que torná a desordem dos costumes antes do casamento difícilíssima. Porque, qualquer que seja a credulidade das paixões, não há como fazer uma mulher se persuadir de que você a ama quando você é perfeitamente livre de se casar com ela e não o faz.

A mesma causa age, embora de maneira mais indireta, no casamento.

Nada serve melhor para legitimar o amor ilegítimo aos olhos dos que o sentem ou da multidão que o contempla do que uniões forçadas ou feitas ao acaso¹.

Num país em que a mulher sempre exerce livremente sua escolha e em que a educação a deixou em condição de bem escolher, a opinião pública é inexorável com seus erros.

O rigorismo dos americanos nasce em parte disso. Eles consideram o casamento um contrato não raro oneroso, mas de que se é obrigado a executar todas as cláusulas, porque todas elas puderam ser conhecidas de antemão e porque se tem inteira liberdade de não se obrigar a nada.

O que torna a fidelidade mais obrigatória a torna mais fácil.

Nos países aristocráticos o casamento tem por finalidade muito mais unir bens do que pessoas; por isso às vezes o marido é escolhido ainda na escola e a esposa quando ainda está com sua ama. Não é surpreendente que o vínculo conjugal que mantém unidas as fortunas dos dois esposos deixe o coração deles errar a esmo. Isso decorre naturalmente do espírito do contrato.

Quando, ao contrário, cada homem escolhe sempre por si mesmo sua companheira, sem que nenhum fator externo o incomode, nem o dirija, em geral é a similitude de gostos e de idéias que aproxima o homem e a mulher; e essa mesma similitude os retém e os fixa um ao lado do outro.

Nossos pais tinham formado uma opinião singular em matéria de casamento.

Como perceberam que o pequeno número de casamentos de inclinação que se consumavam em sua época tinham, quase todos, um final funesto, concluíram decididamente que, em tal matéria, era perigosíssimo consultar o coração. O acaso lhes parecia mais clarividente do que a escolha.

Não era difícil de ver, porém, que os exemplos que tinham diante dos olhos não provavam nada.

Notarei primeiramente que, se os povos democráticos concedem às mulheres o direito de escolher livremente o marido, têm no entanto o cuidado de fornecer antes a seu espírito as luzes e à sua vontade a força que podem ser necessárias a tal escolha; ao passo que as jovens que, nos povos aristocráticos, escapam furtivamente da autoridade paterna para se lançar nos braços de um homem que não lhes deram nem o

tempo de conhecer, nem a capacidade de julgar, carecem de todas essas garantias. Não é de espantar que elas façam mau uso de seu livre-arbítrio da primeira vez que o usam; nem que caiam em erros tão cruéis quando, sem ter recebido a educação democrática, querem seguir, ao se casar, os costumes da democracia.

Há mais, contudo.

Quando um homem e uma mulher querem se aproximar através das desigualdades do estado social aristocrático, têm imensos obstáculos a superar. Depois de ter rompido ou afrouxado os vínculos da obediência filial, precisam escapar, mediante um derradeiro esforço, do império do costume e da tirania da opinião; e quando, enfim, chegam ao cabo dessa rude empreitada, encontram-se como que estranhos no meio de seus amigos naturais e de seus próximos: o preconceito que superaram os separa destes. Essa situação não tarda a abater a coragem deles e a amargar seu coração.

Portanto, se acontece que esposos unidos dessa maneira sejam primeiro infelizes, depois culpados, não se deve atribuí-lo ao fato de se terem livremente escolhido, mas antes ao de viverem numa sociedade que não admite tais escolhas.

Não se deve esquecer, aliás, de que o mesmo esforço que faz um homem sair violentamente de um erro comum quase sempre o arrasta fora da razão; que, para ousar declarar uma guerra, mesmo legítima, às idéias de seu tempo e de seu país, é necessário ter no espírito certa disposição violenta e aventureira, e que gente com tal caráter, não obstante a direção que tomem, raramente alcançam a felicidade e a virtude. E, para dizê-lo de passagem, é o que explica por que, nas revoluções mais necessárias e mais santas, há tão poucos revolucionários moderados e honestos.

Se, num século de aristocracia, um homem tiver por acaso a audácia de não consultar, para a união conjugal, outras conveniências além de sua opinião particular e seu gosto, e se a desordem dos costumes e a miséria não tardarem a se introduzir em seu lar, não deverá ser motivo de espanto. Mas, quando essa mesma maneira de agir está na ordem natural e ordinária das coisas; quando o estado social a facilita; quan-

do a força paterna a ela se presta e a opinião pública a preconiza, não se deve duvidar que a paz interior das famílias se torna maior e a fé conjugal mais bem observada.

Quase todos os homens das democracias percorrem uma carreira política ou exercem uma profissão; por outro lado, a mediocridade das fortunas obriga, nas democracias, a mulher a se encerrar todo dia no interior de sua casa a fim de presidir ela mesma, e bem de perto, aos detalhes da administração doméstica.

Todos esses trabalhos distintos e forçosos são como barreiras naturais que, separando os sexos, tornam as solicitações de um mais raras e menos vivas, e a resistência do outro mais fácil.

Não é que a igualdade das condições seja capaz de tornar o homem casto; mas ela proporciona à desordem de seus costumes um caráter menos perigoso. Como ninguém tem então tempo nem ocasião para atacar as virtudes que querem se defender, vêem-se ao mesmo tempo um grande número de cortesãs e uma multidão de mulheres honestas.

Tal estado de coisas produz misérias individuais deploráveis, mas não impede que o corpo social seja disposto e forte; não destrói os vínculos familiares e não debilita os costumes nacionais. O que põe em perigo a sociedade não é a grande corrupção de alguns, mas o relaxamento de todos. Aos olhos do legislador, a prostituição é muito menos temível do que a galanteria.

Essa vida tumultuosa e incessantemente atormentada que a igualdade proporciona aos homens não os desvia apenas do amor, tirando-lhes o tempo de se consagrar a ele; também os afasta dele por um caminho mais secreto, porém mais seguro.

Todos os homens que vivem nos tempos democráticos contraem mais ou menos os hábitos intelectuais das classes industriais e comerciantes; seu espírito adquire um contorno sério, calculista e positivo; desvia-se facilmente do ideal para se dirigir a alguma meta visível e próxima que se apresenta como o objeto natural e necessário dos desejos. A igualdade não destrói assim a imaginação, mas a limita e não lhe permite voar, a não ser rente ao chão.

Não há ninguém menos sonhador do que os cidadãos de uma democracia e não se vêem muitos que queiram se entregar a essas contemplações ociosas e solitárias que costumam preceder e que produzem as grandes agitações do coração.

É verdade, eles dão grande valor à busca dessa espécie de afeição profunda, regular e tranqüila que faz o encanto e a segurança da vida; mas não correm facilmente atrás das emoções violentas e caprichosas que a perturbam e abreviam.

Sei que tudo o que precede não é completamente aplicável senão à América e não pode, presentemente, se estender de maneira geral à Europa.

Neste meio século em que as leis e os hábitos empurram com uma energia sem igual vários povos europeus para a democracia, não se vê que, nessas nações, as relações entre o homem e a mulher se tomaram mais regulares e mais castas. O contrário até se deixa entrever em alguns lugares. Certas classes são mais bem regradadas; a moralidade geral parece mais frouxa. Não temerei observá-lo, porque não me sinto mais disposto a lisonjear meus contemporâneos do que a falar mal deles.

Esse espetáculo deve afligir, mas não surpreender.

A feliz influência que um estado social democrático pode exercer sobre a regularidade dos hábitos é um desses fatos que só se poderia descobrir a longo prazo. Se a igualdade das condições é favorável aos bons costumes, o trabalho social, que torna as condições iguais, lhes é por demais funesto.

Faz cinqüenta anos que a França se transforma, e nós raramente tivemos liberdade, mas sempre desordem. Em meio a essa confusão universal das idéias e a esse estremecimento geral das opiniões, entre essa mistura incoerente do justo e do injusto, do verdadeiro e do falso, do direito e do fato, a virtude pública tornou-se incerta e a moralidade privada, vacilante.

Mas todas as revoluções, quaisquer que fossem seu objeto e seus agentes, produziram inicialmente efeitos semelhantes. As mesmas que terminaram apertando o laço dos costumes começaram afrouxando-o.

As desordens de que tantas vezes somos testemunhas não me parecem, portanto, um fato duradouro. Indícios curiosos já prenunciam isso.

Não há nada mais miseravelmente corrompido do que uma aristocracia que conserva suas riquezas perdendo seu poder e que, reduzida a seus deleites vulgares, ainda possui imensos prazeres. As paixões enérgicas e os grandes pensamentos que a tinham animado outrora desaparecem então, e não encontramos nelas mais que uma multidão de pequenos vícios corrosivos que se prendem a ela, como vermes a um cadáver.

Ninguém contesta que a aristocracia francesa do último século foi muito dissoluta, quando velhos hábitos e velhas crenças ainda mantinham o respeito pelos costumes nas outras classes.

Tampouco será difícil concordar com que, em nosso tempo, certa severidade de princípios se manifesta entre os escombros dessa mesma aristocracia, ao passo que a desordem dos costumes parece estender-se nos níveis médios e inferiores da sociedade. De tal modo que as mesmas famílias que se mostravam, faz cinqüenta anos, mais relaxadas, hoje se mostram mais exemplares e que a democracia só parece ter moralizado as classes aristocráticas.

A revolução, dividindo a fortuna dos nobres, forçando-os a se ocupar assiduamente de seus negócios e de suas famílias, encerrando-os com seus filhos sob o mesmo teto, dando enfim uma feição mais razoável e mais grave aos seus pensamentos, lhes sugeriu, sem que eles próprios percebessem, o respeito às crenças religiosas, o amor à ordem, prazeres calmos, alegrias domésticas e bem-estar; ao passo que o resto da nação, que tinha naturalmente esses mesmos gostos, era arrastada para a desordem pelo próprio esforço que tinha de fazer para subverter as leis e os costumes políticos.

A antiga aristocracia francesa sofreu as conseqüências da Revolução e não sentiu as paixões revolucionárias, nem compartilhou da empolgação não raro anárquica que a produziu; é fácil conceber que ela sinta em seus costumes a influência salutar dessa revolução antes mesmos daqueles que a fizeram.

Por conseguinte, muito embora pareça surpreendente à primeira vista, pode-se dizer que, em nossos dias, as classes mais antidemocráticas da nação é que melhor fazem ver a espécie de moralidade que é razoável esperar da democracia.

Não posso me impedir de crer que, quando houvermos conquistado todos os efeitos da revolução democrática, depois de termos saído do tumulto que ela fez surgir, o que hoje só é verdade no caso de alguns, pouco a pouco se tornará verdade no de todos.

CAPÍTULO XII

Como os americanos compreendem a igualdade entre o homem e a mulher

Mostrei como a democracia destruía ou modificava as diversas desigualdades que a sociedade fez surgir. Mas será isso tudo? Ela não consegue, enfim, atuar sobre essa grande desigualdade entre o homem e a mulher que pareceu, até nossos dias, ter seus fundamentos eternos na natureza?

Creio que o movimento social que aproxima do mesmo nível o filho e o pai, o servidor e o amo e, em geral, o inferior e o superior, eleva a mulher e deve cada vez mais igualá-la ao homem.

Mas é aqui, mais que nunca, que sinto a necessidade de ser bem compreendido; porque não há tema em que a imaginação grosseira e desordenada de nosso século tenha se dado mais livre curso.

Há gente na Europa que, confundindo os atributos diferentes dos sexos, pretende fazer do homem e da mulher seres não apenas iguais, mas semelhantes. Essa gente dá a um e à outra as mesmas funções, impõem-lhes os mesmos deveres e concedem-lhes os mesmos direitos; misturam-nos em todas as coisas, trabalhos, prazeres, negócios. É fácil conceber que esse esforço para igualar assim um sexo ao outro degrada a ambos; e que dessa mescla grosseira das obras da natureza nunca saíria nada mais que homens fracos e mulheres desonestas.

Não foi assim que os americanos compreenderam a espécie de igualdade democrática que pode se estabelecer entre a mulher e o homem. Pensaram que, como a natureza tinha estabelecido tamanha variedade entre a constituição física e

moral do homem e da mulher, seu objetivo claramente indicado era dar a suas diferentes faculdades um emprego diferente; e julgaram que o progresso não consistia em pôr seres dessemelhantes para fazer mais ou menos as mesmas coisas, mas sim em conseguir que cada um deles realizasse o melhor possível sua tarefa. Os americanos aplicaram aos dois sexos o grande princípio de economia política que domina em nossos dias a indústria. Dividiram cuidadosamente as funções do homem e da mulher, para que o grande trabalho social fosse mais bem realizado.

A América é o país do mundo em que se tomou o cuidado mais contínuo de traçar para os dois sexos linhas de ação nitidamente separadas e onde se quis que os dois caminhassem em passo igual, mas por caminhos sempre diferentes. Você não vê uma americana dirigir os assuntos externos da família, conduzir um negócio, nem penetrar na esfera política; mas tampouco encontra mulheres obrigadas a se dedicar aos rudes trabalhos da lavoura, nem a nenhum dos penosos exercícios que exigem o desenvolvimento da força física. Não há famílias tão pobres a ponto de constituir exceção a essa regra.

Se a americana não pode escapar do tranqüilo círculo das ocupações domésticas, por outro lado nunca é obrigada a sair dele.

Vem daí que as americanas, que muitas vezes revelam uma razão máscula e uma energia de todo viril, conservam em geral uma aparência muito delicada e permanecem sempre mulheres nos modos, apesar de às vezes se mostrarem homens pelo espírito e pelo coração.

Nunca tampouco as americanas imaginaram que a consequência dos princípios democráticos fosse derrubar o poder marital e introduzir a confusão das autoridades na família. Pensaram que toda associação, para ser eficaz, tem de ter um chefe, e que o chefe natural da associação conjugal era o homem. Portanto, não recusam a este o direito de dirigir sua companheira; e crêem que, na pequena sociedade constituída pelo marido e pela mulher, assim como na grande sociedade política, o objeto da democracia é reger e legitimar os poderes necessários, não destruir todo poder.

Essa opinião não é particular a um sexo e combatida pelo outro.

Não notei que as americanas considerassem a autoridade conjugal uma usurpação bem-sucedida de seus direitos, nem que pensassem que submeter-se a ela seria rebaixar-se. Pareceu-me ver, ao contrário, que elas consideravam uma espécie de glória o abandono voluntário de sua vontade e de grandeza dobrar-se por si mesmas ao jugo, em vez de fugir dele. É esse, pelo menos, o sentimento que as mais virtuosas exprimem: as outras se calam, e não se ouve, nos Estados Unidos, uma esposa adúltera reclamar barulhentemente os direitos da mulher, pisoteando seus mais santos deveres.

Foi várias vezes observado que, na Europa, um certo desprezo se manifesta no meio mesmo das lisonjas que os homens prodigam às mulheres: embora o europeu muitas vezes se faça escravizar pela mulher, vemos que nunca a vê sinceramente como sua igual.

Nos Estados Unidos, não louvam as mulheres; mas mostram todos os dias que as estimam.

Os americanos denotam sem cessar uma plena confiança na razão de sua companheira e um respeito profundo por sua liberdade. Julgam que seu espírito é tão capaz quanto o do homem de descobrir a verdade nua e crua, e seu coração firme o bastante para segui-la; nunca procuraram colocar a virtude de um, mais que a da outra, ao abrigo dos preconceitos, da ignorância ou do medo.

Parece que na Europa, onde os homens se submetem tão facilmente ao império despótico das mulheres, a elas são recusados, porém, alguns dos maiores atributos da espécie humana e que são consideradas seres sedutores e incompletos; e, o que não deveria espantar ninguém, o caso é que as próprias mulheres acabam se vendo desse mesmo ponto de vista e não estão longe de considerar um privilégio a faculdade que lhes é deixada de se mostrarem fúteis, fracas e medrosas. As americanas não reclamam semelhantes direitos.

Dir-se-ia, por outro lado, que, em matéria de modos, nós concedemos ao homem uma espécie de imunidade singular, de tal sorte que há como que uma virtude para uso dele e outra para uso de sua companheira; e que, segundo a opinião

pública, o mesmo ato pode ser, alternadamente, um crime ou apenas uma falta.

Os americanos não conhecem essa iníqua divisão dos deveres e dos direitos. Entre eles, o sedutor é tão desonrado quanto sua vítima.

É verdade que os americanos raramente dão prova às mulheres daquelas considerações solícitas com que os europeus se comprazem de cercá-las; mas sempre mostram, por sua conduta, que as supõem virtuosas e delicadas e têm tamanho respeito pela liberdade moral delas que, na presença delas, todos tomam o maior cuidado com o que dizem, temendo que sejam forçadas a ouvir um linguajar que as fira. Na América, uma jovem pode empreender, sozinha e sem medo, uma longa viagem.

Os legisladores dos Estados Unidos, que atenuaram quase todas as disposições do Código Penal, punem com a morte o estupro; e não há crime que a opinião pública ataque com ardor mais inexorável. Isso se explica: como os americanos não concebem nada mais precioso que a honra da mulher e nada tão respeitável quanto sua independência, estimam que não há castigo severo o bastante para os que lhe tiram a honra contra a vontade dela.

Na França, onde o mesmo crime recebe penas muito mais leves, é difícil encontrar um júri que condene por ele. Seria desprezo pelo pudor ou desprezo pela mulher? Não posso me impedir de acreditar que se trate de ambas as coisas.

Assim, os americanos não crêem que o homem e a mulher tenham o dever ou o direito de fazer as mesmas coisas, mas mostram igual estima pelo papel de ambos e os consideram seres cujo valor é igual, embora seu destino difira. Não atribuem à coragem da mulher a mesma forma nem o mesmo emprego que à do homem; mas nunca duvidam da coragem dela; e, se estimam que o homem e sua companheira não devem empregar sempre sua inteligência e sua razão do mesmo modo, pelo menos julgam que a razão de uma é tão segura quanto a do outro, e sua inteligência tão clara.

Os americanos, que deixaram subsistir na sociedade a inferioridade da mulher, elevaram-na portanto com toda a sua força, no mundo intelectual e moral, ao nível do homem; e,

nisso, parecem-me ter admiravelmente compreendido a verdadeira noção do progresso democrático.

Quanto a mim, não hesitarei em dizer: se bem que nos Estados Unidos a mulher não saia do círculo doméstico e seja, sob certos aspectos, fortemente dependente, em nenhum lugar sua posição me pareceu mais elevada; e se, agora que me aproximo do fim deste livro, em que mostrei tantas coisas consideráveis feitas pelos americanos, me perguntassem a que acho que se deva principalmente atribuir a prosperidade singular e a força crescente desse povo, responderei que é à superioridade de suas mulheres.

CAPÍTULO XIII

Como a igualdade divide naturalmente os americanos numa multidão de pequenas sociedades particulares

O leitor tenderia a crer que a consequência última e o efeito necessário das instituições democráticas é confundir os cidadãos tanto na vida privada como na vida pública e forçar todos eles a levar uma existência comum.

É compreender de uma forma bem grosseira e bem tirânica a igualdade que a democracia faz nascer.

Não há estado social nem leis que possam tornar os homens tão semelhantes que a educação, a fortuna e os gostos não introduzam entre eles alguma diferença; e, se homens diferentes podem achar de seu interesse fazer em comum as mesmas coisas, devemos crer que encontrarão prazer nelas. Portanto, sempre escaparão, não importa o que se faça, da mão do legislador; e, esquivando-se por algum ponto do círculo em que procuram encerrá-los, estabelecerão, ao lado da grande sociedade política, pequenas sociedades privadas, cujo vínculo será a semelhança de condições, hábitos e costumes.

Nos Estados Unidos, os cidadãos não têm nenhuma preeminência uns sobre os outros; não devem uns aos outros nem obediência nem respeito; administram juntos a justiça e governam o Estado, e em geral se reúnem todos para tratar dos assuntos que influem sobre o destino comum; mas nunca ouvi dizer que alguém pretendesse levá-los a se divertir todos da mesma maneira, nem a se alegrar confusamente nos mesmos lugares.

Os americanos, que se misturam com tamanha facilidade no recinto das assembléias políticas e dos tribunais, se dividem, ao contrário, com o maior cuidado, em pequenas

associações bem distintas, para apreciar à parte os prazeres da vida privada. Cada um deles reconhece de bom grado todos os seus concidadãos como seus iguais, mas nunca acolhe mais que um pequeno número deles entre seus amigos e convidados.

Isso me parece muito natural. À medida que o círculo da sociedade pública se amplia, deve-se esperar que a esfera das relações privadas se estreite: em vez de imaginar que os cidadãos das novas sociedades vão acabar vivendo em comum, temo que acabem não formando mais que minúsculas igrejazinhas.

Nos povos aristocráticos, as diferentes classes são como vastos recintos, de onde não se pode sair e onde não se poderia entrar. As classes não se comunicam entre si; mas no interior de cada uma delas os homens convivem forçosamente todos os dias. Ainda que naturalmente não se agradem, a conveniência geral de uma mesma condição os aproxima.

Mas quando nem a lei nem o costume se encarregam de estabelecer relações freqüentes e habituais entre certos homens, a semelhança acidental das opiniões e dos pendores é decisiva, o que faz as sociedades particulares variarem ao infinito.

Nas democracias, onde os cidadãos não diferem muito uns dos outros e se acham naturalmente tão próximos que a cada instante podem vir a se confundir todos numa massa comum, cria-se um sem-número de classificações artificiais e arbitrárias com ajuda das quais cada um procura pôr-se à parte, com medo de ser arrastado contra a sua vontade na multidão.

Nunca poderia deixar de ser assim, porque as instituições humanas podem ser mudadas, o homem não: qualquer que seja o esforço geral de uma sociedade para tornar os cidadãos iguais e semelhantes, o orgulho particular dos indivíduos sempre procurará escapar do comum e pretenderá formar, em algum lugar, uma desigualdade de que tire proveito.

Nas aristocracias, os homens são separados uns dos outros por elevadas e imóveis barreiras; nas democracias, são divididos por uma multidão de pequenos fios quase invisíveis.

veis, que se quebram a cada instante e que são mudados sem cessar de lugar.

Assim, quaisquer que sejam os progressos da igualdade, sempre se formará nos povos democráticos um grande número de pequenas associações privadas no meio da grande sociedade política. Mas nenhuma delas se parecerá, pelos modos, com a classe superior que dirige as aristocracias.

CAPÍTULO XIV

Algumas reflexões sobre as maneiras americanas

Não há nada, à primeira vista, que pareça menos importante do que a forma exterior das ações humanas e não há nada a que os homens dão mais valor; eles se habituam a tudo, salvo a viver numa sociedade que não tenha maneiras. A influência que o estado social e político exerce sobre as maneiras merece, pois, ser seriamente examinada.

Em geral, as maneiras provêm do próprio fundo dos modos; além disso, elas resultam às vezes de uma convenção arbitrária entre certos homens. São ao mesmo tempo naturais e adquiridas.

Quando alguns homens percebem que são os primeiros sem contestação e sem dificuldade; quando têm todos os dias diante de si grandes objetos de que se ocupam, deixando a outros os detalhes e quando vivem no seio de uma riqueza que não adquiriram e que não temem perder, concebe-se que experimentem uma espécie de desdém soberbo pelos pequenos interesses e pelos cuidados materiais da vida e que tenham no pensamento uma grandeza natural que as palavras e as maneiras revelam.

Nos países democráticos, as maneiras costumam ter pouca dimensão, porque a vida privada é bastante reduzida. São muitas vezes vulgares, porque o pensamento tem poucas oportunidades de se elevar além da preocupação com os interesses domésticos.

A verdadeira dignidade das maneiras consiste em se mostrar sempre em seu devido lugar, nem mais alto, nem mais baixo; isso está ao alcance tanto do camponês como do prin-

cipe. Nas democracias, todos os lugares parecem duvidosos; daí, as maneiras, que nelas são com freqüência orgulhosas e raramente dignas. Ademais, nunca são nem muito regradas, nem muito cultas.

Os homens que vivem nas democracias são demasiado móveis para que certo número deles consiga estabelecer um código de *savoir-vivre* e possa cuidar que o sigam. Portanto, cada um age mais ou menos a seu modo e reina sempre certa incoerência nas maneiras, porque elas se conformam aos sentimentos e às idéias individuais de cada um, em vez de a um modelo ideal dado antecipadamente à imitação de todos.

Todavia, isso é muito mais sensível no momento em que a aristocracia acaba de cair do que quando foi destruída desde há muito.

As novas instituições políticas e os novos modos reúnem então nos mesmos lugares e muitas vezes forçam a viver em comum homens que a educação e os hábitos ainda tornam prodigiosamente dessemelhantes, o que revela a cada instante grande mixórdia. Todos ainda se lembram de que existiu um código preciso da polidez; mas não se sabe mais o que ele contém nem onde está. Os homens perderam a lei comum das maneiras e ainda não tomaram o partido de dispensá-la; mas cada um se esforça para formar, com os destroços dos antigos usos, certa regra arbitrária e mutável, de tal modo que as maneiras não têm nem a regularidade nem a grandeza que muitas vezes denotam nos povos aristocráticos, nem o ar simples e livre que algumas vezes revelam numa democracia – elas são ao mesmo tempo cerimoniosas e sem cerimônia.

Não é esse o estado normal.

Quando a igualdade é completa e antiga, todos os homens que tenham mais ou menos as mesmas idéias e que façam mais ou menos as mesmas coisas não necessitam de se entender nem de se copiar para agir e falar do mesmo modo; vemos todo o tempo uma multidão de pequenas dessemelhanças em suas maneiras, mas não percebemos grandes diferenças. Eles nunca se parecem perfeitamente, porque não têm o mesmo modelo; nunca são muito dessemelhantes, porque têm a mesma condição. À primeira vista dir-se-ia que as

maneiras de todos os americanos são exatamente iguais. Só as considerando bem de perto é que percebemos as particularidades pelas quais todos diferem.

Os ingleses se divertiram muito com as maneiras americanas; e o que há de particular é que a maioria dos que nos pintaram dela um quadro tão divertido pertenciam às classes médias da Inglaterra, às quais esse mesmo quadro poderia ser perfeitamente aplicado. De tal sorte que esses implacáveis detratores costumam apresentar o exemplo do que criticam nos Estados Unidos; não percebem que estão censurando a eles mesmos, para grande alegria da aristocracia de seu país.

Nada prejudica mais a democracia do que a forma exterior de seus costumes. Muitas pessoas, que não podem suportar suas maneiras, se acomodariam facilmente com seus vícios.

No entanto, eu não poderia admitir que não haja nada a elogiar nas maneiras dos povos democráticos.

Nas nações aristocráticas, todos os que se avizinham da primeira classe costumam se esforçar para se parecer com ela, o que produz imitações ridículas e sobremodo vulgares. Se os povos democráticos não possuem em casa o modelo das grandes maneiras, pelo menos escapam da obrigação de ver todos os dias péssimas cópias destas.

Nas democracias, as maneiras nunca são tão refinadas quanto nos povos aristocráticos; mas também nunca se mostram tão grosseiras. Não se ouvem nem os palavrões do populacho, nem as expressões nobres e seletas dos grão-senhores. É comum a trivialidade dos modos, mas não há brutalidade nem baixaza.

Disse que, nas democracias, não seria possível criar um código preciso de *savoir-vivre*. Isso tem seus inconvenientes e suas vantagens. Nas aristocracias, as regras do decoro impõem a cada um a mesma aparência; elas tornam semelhantes todos os membros da mesma classe, a despeito de suas inclinações particulares; elas enfeitam o natural e ocultam-no. Nos povos democráticos, as maneiras não são nem tão cultas nem tão regulares; mas costumam ser mais sinceras. Constituem como que um véu leve e mal tecido, através

do qual os verdadeiros sentimentos e as idéias individuais de cada homem se deixam facilmente ver. Portanto, a forma e o fundo das ações humanas aí se encontram com frequência numa relação íntima e, embora seja menos ornado, o grande quadro da humanidade é mais verdadeiro. E é assim que, em certo sentido, podemos dizer que o efeito da democracia não é precisamente dar aos homens certas maneiras, mas impedir que tenham maneiras.

Podemos às vezes encontrar numa democracia sentimentos, paixões, virtudes e vícios da aristocracia, mas não suas maneiras. Estas se perdem e desaparecem irreversivelmente, quando a revolução democrática é completa.

Parece não haver nada mais duradouro do que as maneiras de uma classe aristocrática; porque ela as conserva ainda algum tempo depois de ter perdido seus bens e seu poder; nem nada tão frágil, porque, mal desaparecem, não é mais possível encontrar vestígios seus, e é difícil dizer que existiram a partir do momento em que não mais existem. Uma mudança no estado social realiza esse prodígio; algumas gerações bastam para tanto.

As principais características da aristocracia permanecem gravadas na história, quando a aristocracia é destruída, mas as formas delicadas e leves de seus modos desaparecem da memória dos homens quase ao mesmo tempo que sua queda. Estes não seriam mais capazes de imaginá-las sem as terem diante dos olhos. Elas lhes escapam sem que eles percebam ou sintam. Porque, para experimentar essa espécie de prazer refinado que a distinção e o apuro das maneiras proporcionam, é necessário que o hábito e a educação tenham preparado o coração para isso, e é fácil perder, com o uso, o gosto por ele.

Assim, não apenas os povos democráticos não seriam capazes de ter as maneiras da aristocracia, como não as concebem nem as desejam; eles não as imaginam; é, para eles, como se nunca houvessem existido.

Não se deve dar grande importância a essa perda; mas é permitido lamentá-la.

Sei que mais de uma vez aconteceu que os mesmos homens tivessem costumes distintos e sentimentos vulgares: o

interior das cortes mostrou o suficiente que grandes aparências podiam ocultar freqüentemente corações baixíssimos. Mas, se as maneiras da aristocracia não faziam a virtude, às vezes ornavam a própria virtude. Não era um espetáculo ordinário, o de uma classe numerosa e poderosa, em que todos os atos exteriores da vida pareciam revelar a cada instante a elevação natural dos sentimentos e dos pensamentos, a delicadeza e a regularidade dos gostos, a urbanidade dos costumes.

As maneiras da aristocracia davam belas ilusões sobre a natureza humana; e, conquanto o quadro muitas vezes fosse mentiroso, dava um nobre prazer apreciá-lo.

CAPÍTULO XV

Da gravidade dos americanos e por que ela não os impede de fazer freqüentemente coisas impensadas

Os homens que vivem nos países democráticos não apreciam estas espécies de diversões ingênuas, turbulentas e grosseiras a que o povo se entrega nas aristocracias, achando-as pueris ou insípidas. Não denotam maior gosto pelas distrações intelectuais e refinadas das classes aristocráticas; precisam de algo produtivo e substancial em seus prazeres e querem misturar deleites à sua alegria.

Nas sociedades aristocráticas, o povo se abandona de bom grado aos impulsos de uma alegria tumultuosa e barulhenta, que o arranca de repente da contemplação de suas misérias; os habitantes das democracias não gostam de se sentir tirados assim violentamente para fora de si mesmos, e é sempre a contragosto que se perdem de vista. A esses transportes frívolos, preferem os passatempos graves e silenciosos que mais parecem negócios e que não os deixam esquecer inteiramente destes.

Há, também, o americano que, em vez de ir dançar alegremente na praça pública em seus momentos de lazer, como os do seu ofício continuam a fazer em grande parte da Europa, se retira sozinho para beber no recôndito da sua casa. Esse homem desfruta ao mesmo tempo de dois prazeres: pensa em seu negócio e se embriaga decentemente em família.

Eu achava que os ingleses constituíam a nação mais séria da terra, mas vi os americanos e mudei de opinião.

Não quero dizer que o temperamento não conte muito no caráter dos habitantes dos Estados Unidos. Penso, todavia, que as instituições políticas contribuem ainda mais para ele.

Creio que a gravidade dos americanos nasce em parte de seu orgulho. Nos países democráticos, até o pobre tem uma elevada idéia de seu valor pessoal. Ele se contempla complacentemente e acredita que os outros olham para ele. Nessa disposição, vigia com cuidado suas palavras e seus atos, e não se entrega, com medo de descobrir o que lhe falta. Imagina que, para parecer digno, precisa permanecer grave.

Mas percebo outra causa mais íntima e mais poderosa, que produz instintivamente nos americanos essa gravidade que me surpreende.

Sob o despotismo, os povos se entregam de quando em quando ao estrépito de uma louca alegria; mas em geral são melancólicos e concentrados, porque têm medo.

Nas monarquias absolutas, que o costume e os modos temperam, denotam com freqüência um humor igual e alegre, porque, tendo alguma liberdade e uma segurança suficiente, são afastados dos cuidados mais importantes da vida; mas todos os povos livres são graves, porque o espírito deles é habitualmente absorvido pela vista de algum projeto perigoso ou difícil.

É assim principalmente nos povos livres que se constituíram em democracia. Encontra-se então em todas as classes um número infinito de pessoas que se preocupam sem cesar com os negócios sérios do governo, e os que não pensam em dirigir a fortuna pública se entregam por inteiro ao cuidado de aumentar sua fortuna pessoal. Num povo assim, a gravidade já não é particular a certos homens, ela se torna um hábito nacional.

Fala-se das pequenas democracias da Antiguidade, cujos cidadãos iam à praça pública com coroas de rosas e passavam quase todo o seu tempo em danças e espetáculos. Acredito tanto nessas repúblicas quanto na de Platão; ou, se as coisas de fato nelas se passavam conforme se conta, não temo afirmar que essas pretensas democracias eram formadas por elementos bem diferentes das nossas e não tinham com elas nada em comum, salvo o nome.

Não se deve acreditar, de resto, que em meio a todos esses labores, as pessoas que vivem nas democracias se queixem: é o contrário que se observa. Não há homens tão agar-

rados à sua condição quanto esses. Achariam sua vida insípida se os livrassem dos cuidados que os atormentam, e se mostram mais apegados a suas preocupações do que os povos aristocráticos a seus prazeres.

Eu me pergunto por que os mesmos povos democráticos, que são tão graves, se conduzem às vezes de uma maneira tão impensada.

Os americanos, que quase sempre mantêm uma atitude ponderada e um ar frio, se deixam muitas vezes levar muito além dos limites da razão por uma paixão súbita ou uma opinião impensada, e acontece-lhes fazer sérias e singulares maluquices.

Esse contraste não deve surpreender.

Há uma espécie de ignorância que nasce da extrema publicidade. Nos Estados despóticos, os homens não sabem como agir, porque não lhe dizem nada; nas nações democráticas, agem freqüentemente a esmo, porque quiseram lhe dizer tudo. Os primeiros não sabem e os outros esquecem. Os traços principais de cada quadro desaparecem para eles entre a multidão dos detalhes.

As pessoas se surpreendem com as afirmações imprudentes que às vezes um homem público se permite nos Estados livres, sobretudo nos Estados democráticos, sem se comprometerem; ao passo que, nas monarquias absolutas, algumas palavras que escapem ao acaso bastam para desmascará-lo para sempre e perdê-lo irremediavelmente.

Isso se explica pelo que precede. Quando se fala no meio de uma grande multidão, muitas palavras não são ouvidas, ou logo se apagam da lembrança dos que as ouvem; mas, no silêncio de uma multidão muda e imóvel, os menores cochichos ferem os ouvidos.

Nas democracias, os homens nunca são fixos; mil aca-sos os fazem mudar incessantemente de lugar e reina quase sempre não sei que de imprevisto e, por assim dizer, de impreviado em sua vida. Por isso são com freqüência forçados a fazer o que aprenderam mal, a falar do que não entendem e a se dedicar a trabalhos para os quais um longo aprendizado não os preparou.

Nas aristocracias, cada um tem uma só meta, que perse- gue sem cessar; mas, nos povos democráticos, a existência do homem é mais complicada: é raro que o mesmo espírito não abrace, entre eles, vários objetos ao mesmo tempo e, muitas vezes, objetos bastante estranhos uns aos outros. Como ele não pode conhecer direito todos estes, satisfaz-se facil- mente com noções imperfeitas.

Quando o habitante das democracias não é premido por suas necessidades, o é pelo menos por seus desejos; porque, entre todòs os bens que o rodeiam, não vê nenhum que es- teja inteiramente fora do seu alcance. Portanto, ele faz todas as coisas às pressas, contenta-se com o mais ou menos e nun- ca se detém mais que um momento para considerar cada um de seus atos.

Sua curiosidade é a um só tempo insaciável e satisfeita sem muita exigência; porque ele prefere saber depressa muita coisa a saber bem.

Não dispõe de tempo e não tarda a perder o gosto de aprofundar.

Assim, pois, os povos democráticos são graves, porque seu estado social e político os leva sem cessar a tratar de coisas sérias; e agem inconsideradamente porque dedicam pouco tempo e pouca atenção a cada uma dessas coisas.

O hábito da desatenção deve ser considerado como o maior vício do espírito democrático.

CAPÍTULO XVI

Por que a vaidade nacional dos americanos é mais inquieta e mais querelenta que a dos ingleses

Todos os povos livres se mostram orgulhosos de si mesmos; mas o orgulho nacional não se manifesta em todos eles da mesma maneira (D).

Os americanos, em suas relações com os estrangeiros, parecem impacientes com a menor censura e insaciáveis de elogios. O mais ínfimo elogio lhes agrada, e o maior raramente basta para satisfazê-los; eles acossam você a todo instante para que os louve; e, se você resistir às suas instâncias, eles próprios se louvam. Dir-se-ia até que, duvidando do próprio mérito, querem a todo instante tê-lo pintado diante dos olhos. A vaidade deles não é apenas ávida, mas inquieta e invejosa. Ela não concede nada e pede sem cessar. Busca aplauso e querela ao mesmo tempo.

Digo a um americano que o país em que vive é belo; ele replica: "É verdade, não há igual no mundo!" Admiro a liberdade de que gozam seus habitantes e ele me responde: "É um dom precioso, a liberdade! Mas há poucos povos que dela são dignos de gozar." Noto a pureza de costumes que reina nos Estados Unidos: "Entendo", diz ele, "que um estrangeiro, que ficou impressionado com a corrupção que se vê em todas as outras nações, fique pasmo com esse espetáculo." Deixo-o enfim entregue à contemplação de si mesmo; mas ele volta até a mim e não me larga, enquanto não consegue me fazer repetir o que acabo de lhe dizer. Impossível imaginar patriotismo mais incômodo e mais tagarela. Ele cansa mesmo quem o honra.

Não se dá o mesmo com os ingleses. O inglês desfruta tranqüilamente das vantagens reais ou imaginárias que, a seu ver, seu país possui. Se não concede nada às outras nações, tampouco pede nada para a sua. A crítica dos estrangeiros não o abala e seus elogios não o lisonjeiam. Ele se mantém, diante do mundo inteiro, numa reserva cheia de desdém e de ignorância. Seu orgulho não necessita de alimento: vive de si mesmo.

É notável que dois povos saídos não faz muito de uma mesma cepa se mostrem tão opostos um ao outro na maneira de sentir e de falar.

Nos países aristocráticos, os grandes possuem imensos privilégios, sobre os quais seu orgulho repousa, sem procurar se alimentar das vantagens miúdas que a ele se referem. Tendo recebido esses privilégios por herança, eles os consideram, de certa forma, como uma parte de si mesmos ou, pelo menos, como um direito natural e inerente à sua pessoa. Têm pois um tranqüilo sentimento de superioridade; não pensam em gabar as prerrogativas que todos percebem e que ninguém lhes nega. Elas não os surpreendem tanto, para que se ponham a falar delas. Eles permanecem imóveis no meio da sua grandeza solitária, certos de que todo o mundo os vê sem que procurem se mostrar e que ninguém tentará fazê-los sair de sua posição.

Quando uma aristocracia conduz os negócios públicos, seu orgulho nacional assume naturalmente essa forma reservada, despreocupada e altiva, e todas as outras classes da nação a imitam.

Quando, ao contrário, as condições diferem pouco, as menores vantagens têm pouca importância. Como cada um vê em torno de si um milhão de pessoas com condições em tudo semelhantes ou análogas, o orgulho se torna exigente e ciumento; ele se prende a ninharias e as defende obstinadamente.

Nas democracias, como as condições são muito mutáveis, os homens quase sempre adquiriram recentemente as vantagens que possuem, o que os faz sentir um prazer infinito em expô-las aos olhos dos outros, a fim de mostrar a estes e atestar a si próprios que as gozam; e como a todo ins-

tante pode suceder que essas vantagens lhes escape, estão o tempo todo alarmados e se esforçam por mostrar que ainda as possuem. Os homens que vivem nas democracias gostam de seu país da mesma maneira que gostam de si mesmos e transportam os hábitos de sua vaidade privada para sua vaidade nacional.

A vaidade inquieta e insaciável dos povos democráticos prende-se tanto à igualdade e à fragilidade das condições que os membros da sua mais alta nobreza demonstram a mesma paixão nas pequenas porções da existência deles em que há algo instável e contestado.

Uma classe aristocrática sempre se diferencia profundamente das outras classes da nação pela extensão e a perpetuidade de suas prerrogativas; mas às vezes vários de seus membros só se diferenciam por pequenas vantagens fugidias que podem perder e adquirir todos os dias.

Vimos os membros de uma poderosa aristocracia, reunidos numa capital ou numa corte, disputar encarniadamente os privilégios frívolos que dependem do capricho da moda ou da vontade do amo. Denotavam então, precisamente, um em relação ao outro, os mesmos ciúmes pueris que animam os homens das democracias, o mesmo ardor para se apossar das menores vantagens que seus iguais lhes contestavam e a mesma necessidade de expor a todos os olhos aquelas de que desfrutavam.

Se os cortesãos um dia ousassem ter orgulho nacional, não duvido que mostrassem um em tudo igual ao dos povos democráticos.

CAPÍTULO XVII

Como o aspecto da sociedade, nos Estados Unidos, é ao mesmo tempo agitado e monótono

Parece que nada é mais propício a suscitar e a alimentar a curiosidade do que o aspecto dos Estados Unidos. As fortunas, as idéias, as leis aí variam sem cessar. Dir-se-ia que a imóvel natureza é, ela mesma, movediça, a tal ponto se transforma todos os dias sob a mão do homem.

No entanto, com o passar do tempo, a visão dessa sociedade tão agitada parece monótona e, depois de ter contemplado um bom momento esse quadro tão movediço, o espectador se entedia.

Nos povos aristocráticos, cada homem está mais ou menos fixo em sua esfera; mas os homens são prodigiosamente dessemelhantes; têm paixões, idéias, hábitos e gostos essencialmente diferentes. Nada entre eles se move, tudo se diferencia.

Nas democracias, ao contrário, todos os homens são semelhantes e fazem coisas mais ou menos idênticas. São sujeitos, é verdade, a grandes e contínuas vicissitudes; mas, como os mesmos sucessos e os mesmos reveses voltam continuamente, somente o nome dos atores é diferente, a peça é a mesma. O aspecto da sociedade americana é agitado, porque os homens e as coisas mudam constantemente; e é monótono, porque todas as mudanças são iguais.

Os homens que vivem nas eras democráticas têm muitas paixões; no entanto, a maior parte delas conduz ao amor às riquezas ou vem dele. Não vem do fato de que a alma delas é menor, mas de que a importância do dinheiro é, então, realmente maior.

Quando os concidadãos são todos independentes e indiferentes, é só pagando que se pode obter o concurso de cada um deles, o que multiplica ao infinito o uso da riqueza e aumenta seu valor.

Como o prestígio que se prendia às coisas antigas desapareceu, o nascimento, a posição, a profissão, já não distinguem os homens, ou mal os distinguem; não resta mais que o dinheiro a criar diferenças visíveis entre eles e capaz de colocar alguns numa posição fora do ordinário. A distinção que nasce da riqueza aumenta com o desaparecimento e a diminuição de todas as demais.

Nos povos aristocráticos, o dinheiro leva a somente alguns pontos da vasta circunferência dos desejos; nas democracias, parece levar a todos.

Portanto, comumente encontramos o amor às riquezas, como principal ou acessório, no fundo das ações dos americanos, o que dá a todas as paixões deles um ar de família e não tarda a tornar cansativo o panorama do país.

Esse retorno perpétuo da mesma paixão é monótono; os procedimentos particulares que ela emprega para se satisfazer também o são.

Numa democracia constituída e tranqüila, como a dos Estados Unidos, onde ninguém pode enriquecer nem por meio da guerra, nem dos empregos públicos, nem pelos confiscos políticos, o amor às riquezas dirige os homens principalmente para a indústria. Ora, a indústria, que costuma causar tantas desordens e tão grandes desastres, não poderia prosperar se não fosse com a ajuda de hábitos muito regulares e mediante uma longa sucessão de pequenos atos muito uniformes. Os hábitos são tanto mais regulares e os atos tanto mais uniformes quanto mais viva a paixão. Podemos dizer que é a própria violência de seus desejos que torna os americanos tão metódicos. Ela perturba a alma deles, mas arrumalhes a vida.

O que digo da América se aplica, de resto, a quase todos os homens de nossos dias. A variedade desaparece no seio da espécie humana; as mesmas maneiras de agir, de pensar e de sentir são encontradas em todos os cantos do mundo. Isso não decorre apenas do fato de que todos os povos con-

vivem mais e se copiam com maior fidelidade, mas de que em todos os países os homens, afastando-se cada vez mais das idéias e dos sentimentos particulares de uma casta, de uma profissão, de uma família, alcançam simultaneamente ao que mais próximo está da constituição do homem, que é o mesmo em toda a parte. Tornam-se semelhantes, assim, apesar de não se terem imitado. São como viajantes espalhados numa grande floresta, cujos caminhos levam todos para o mesmo ponto. Se todos percebem ao mesmo tempo o ponto central e dirigem para ele seus passos, se aproximam insensivelmente uns dos outros, sem se buscar, sem perceber e sem se conhecer, e ficarão enfim surpresos ao se verem reunidos no mesmo lugar. Todos os povos que tomam como objeto de seus estudos e de sua imitação, não determinado homem, mas o próprio homem, acabarão se encontrando nos mesmos costumes, como esses viajantes na clareira.

CAPÍTULO XVIII

Da honra nos Estados Unidos e nas sociedades democráticas¹

Parece que os homens se servem de dois métodos bem diferentes no juízo público das ações de seus semelhantes: ora as julgam de acordo com as simples noções de justo e de injusto, que são difundidas em toda a terra; ora as apreciam com a ajuda de noções muito particulares, que pertencem apenas a um país ou a uma época. Muitas vezes acontece serem essas duas regras diferentes; às vezes elas se combatem, mas nunca se confundem inteiramente, nem se destroem.

A honra, no tempo de seu maior poder, rege a vontade mais que a crença, e os homens, apesar de se submeterem sem hesitação e sem murmúrio a seus mandamentos, ainda sentem, por uma espécie de instante obscuro, mas poderoso, que existe uma lei mais geral, mais antiga e mais santa, à qual obedecem por vezes sem cessar de conhecê-la. Há ações que foram julgadas ao mesmo tempo honestas e desonrosas. A recusa de um duelo esteve muitas vezes nesse caso.

Creio que esses fenômenos podem ser explicados de outro modo que não o capricho de certos indivíduos e de certos povos, como se fez até aqui.

O gênero humano sente necessidades permanentes e gerais, que fazem nascer leis morais a cuja inobservância todos os homens vincularam naturalmente, em todos os lugares e em todos os tempos, a idéia da censura e da vergonha. Chamaram *fazer mal* furtar-se a elas, *fazer bem* a elas submeter-se.

Além disso, estabelecem-se no seio da vasta associação humana associações mais restritas, a que se dá o nome de

povos, e, no meio destes últimos, outras menores ainda, a que se dá o nome de classes ou castas.

Cada uma dessas associações forma como que uma espécie particular do gênero humano; e, muito embora não difira essencialmente da massa dos homens, ela se mantém um tanto à parte e sente necessidades que lhe são próprias. São essas necessidades especiais que modificam de certo modo e em certos países a maneira de encarar as ações humanas e a estima que convém ter por elas.

O interesse geral e permanente do gênero humano é que os homens não se matem uns aos outros; mas pode ser que o interesse particular e momentâneo de um povo ou de uma classe seja, em certos casos, desculpar e até honrar o homicídio.

A honra nada mais é que essa regra particular fundada num estado particular, com ajuda da qual um povo ou uma classe distribui a censura ou o elogio.

Não há nada mais improdutivo para o espírito humano do que uma idéia abstrata. Apresso-me pois a correr aos fatos. Um exemplo vai esclarecer meu pensamento.

Escolherei a espécie de honra mais extraordinária que já surgiu no mundo e que melhor conhecemos: a honra aristocrática nascida no seio da sociedade feudal. Explicá-la-ei com ajuda do que precede, e explicarei o que precede por ela.

Não tenho de procurar saber aqui quando e como a aristocracia da Idade Média nasceu, por que ela se separou de maneira tão profunda do resto da nação, o que fundou e consolidou seu poder. Encontro-a de pé e procuro compreender por que ela considerava a maior parte das ações humanas sob uma luz tão particular.

O que me impressiona antes de mais nada é que, no mundo feudal, as ações não eram sempre exaltadas ou criticadas em razão de seu valor intrínseco, mas às vezes eram apreciadas unicamente em relação àquele que era seu autor ou seu objeto – o que repugna à consciência geral do gênero humano. Portanto, certos atos indiferentes no caso de um plebeu eram desonrosos de parte de um nobre; outros mudavam de caráter segundo a pessoa que deles fosse objeto pertencesse à aristocracia ou vivesse fora dela.

Quando essas diferentes opiniões nasceram, a nobreza constituía um corpo à parte, no meio do povo, que ela dominava de alturas inacessíveis a que se tinha retirado. Para manter essa posição particular que lhe dava toda a sua força, não necessitava apenas de privilégios políticos: precisava dispor das virtudes e dos vícios.

Que determinada virtude ou determinado vício pertencesse à nobreza, muito mais que à plebe; que tal ação fosse indiferente quando tinha um plebeu por objeto, ou condenável quando se tratava de um nobre, isso é que era frequentemente arbitrário; mas que se atribuísse honra ou vergonha às ações de um homem conforme sua condição, isso é o que resultava da própria constituição de uma sociedade aristocrática. De fato, viu-se tal coisa em todos os países que tiveram uma aristocracia. Enquanto restar disso um só vestígio, essas singularidades estarão presentes: desencaminhar uma mulher negra mal compromete a reputação de um americano; desposá-la o desonra.

Em certos casos, a honra feudal prescrevia a vingança e anatematizava o perdão das injúrias; em outros, ordenava imperiosamente aos homens que se superassem, impunha o esquecimento de si. Não erigia em lei nem a humanidade nem a doçura; mas gabava a generosidade; apreciava a liberalidade mais que o bem-fazer, permitia que um se enriquecesse no jogo, na guerra, mas não no trabalho; preferia grandes crimes a pequenos ganhos. A cupidez o revoltava menos que a avareza, a violência não raro lhe agradava, ao passo que a astúcia e a traição lhe pareciam sempre desprezíveis.

Essas noções bizarras não nasceram do simples capricho dos que as tinham inventado.

Uma classe que chegou a se pôr à frente e acima de todas as outras, e que faz constantes esforços para se manter nessa posição suprema, deve honrar particularmente as virtudes que têm grandeza e brilho e que podem se combinar facilmente com o orgulho e o amor ao poder. Ela não teme perturbar a ordem natural da consciência, para colocar essas virtudes antes de todas as outras. Até podemos entender que eleve de bom grado certos vícios audaciosos e brilhantes acima das virtudes tranqüilas e modestas. É de certo modo forçada a isso por sua condição.

Antes de todas as virtudes e no lugar de um grande número delas, os nobres da Idade Média punham a coragem militar.

Era mais uma vez uma opinião singular que nascia forçosamente da singularidade do estado social.

A aristocracia feudal nasceu pela guerra e para a guerra; encontrou nas armas seu poder e pelas armas o mantinha; portanto nada lhe era mais necessário que a coragem militar, e era natural que ela a glorificasse acima de todo o resto. Tudo o que a manifestava exteriormente, ainda que em detrimento da razão e da humanidade, era, pois, aprovado e muitas vezes ordenado por ela. A fantasia dos homens só se encontrava no detalhe.

Que um homem considerasse uma injúria enorme receber uma bofetada na face e fosse obrigado a matar num combate singular aquele que o havia atingido assim levemente, é arbitrário; mas que um nobre não pudesse receber calmamente uma injúria e fosse desonrado se deixasse que batessem nele sem combater, decorria dos próprios princípios e das necessidades mesmas de uma aristocracia militar.

Era verdade, portanto, até certo ponto, dizer que a honra tinha ares caprichosos; mas os caprichos da honra sempre se encerravam em certos limites necessários. Essa regra particular, chamada honra por nossos pais, está tão longe de me parecer uma lei arbitrária, que eu me determinaria sem custo a vincular a um pequeno número de necessidades fixas e invariáveis das sociedades feudais suas prescrições mais incoerentes e mais bizarras.

Se eu examinasse a honra feudal no campo da política, não teria maior dificuldade para explicar suas regras nele.

O estado social e as instituições políticas da Idade Média eram tais que o poder nacional nunca governava diretamente os cidadãos. Tal poder, por assim dizer, não existia aos olhos deles; a gente só conhecia certo homem a quem tinha a obrigação de obedecer. Era por esse que, sem saber, um se ligava a todos os outros. Nas sociedades feudais, toda a ordem pública se baseava pois no sentimento da fidelidade à própria pessoa do senhor. Destruído isso, caía-se na anarquia.

A fidelidade ao chefe político era, aliás, um sentimento cujo preço todos os membros da aristocracia percebiam todos os dias, porque cada um deles era ao mesmo tempo senhor e vassalo e tinha de mandar tanto quanto obedecer.

Permanecer fiel a seu senhor, sacrificar-se por ele se preciso, compartilhar de sua sorte, boa ou má, ajudá-lo em suas empresas, quaisquer que fossem, tais eram as primeiras prescrições da honra feudal em matéria política. A traição do vassalo foi condenada pela opinião com um rigor extraordinário. Criou-se um nome particularmente infamante para ela: chamavam-na *felonia*.

Já de uma paixão que fez a vida das sociedades antigas poucos traços encontramos na Idade Média. Estou falando do patriotismo. O próprio nome patriotismo não é velho em nosso idioma².

As instituições feudais ocultavam a pátria aos olhos de todos; elas tornavam o amor a esta menos necessário. Faziam esquecer a nação apaixonando todos por um homem. Por isso é que a honra feudal nunca erigiu em lei taxativa permanecer fiel a seu país.

Não que o amor à pátria não existisse no coração de nossos pais; é que só constituía nele uma espécie de instinto fraco e obscuro, que se tornou mais claro e mais forte à medida que foram destruídas as classes e centralizado o poder.

Isso se vê bem nos juízos contrários que os povos da Europa têm dos diferentes fatos de sua história, conforme a geração que os julga. O que desonrava principalmente o condestável de Bourbon aos olhos de seus contemporâneos era o fato de dirigir as armas contra seu rei; o que o desonra mais a nossos olhos é o fato de que ele movia guerra contra seu país. Nós o anatematizamos tanto quanto nossos avós, mas por outras razões.

Escolhi, para esclarecer meu pensamento, a honra feudal, porque a honra feudal tem traços mais marcantes e melhores do que qualquer outro; teria podido tomar outro exemplo, e teria chegado ao mesmo fim por outro caminho.

Conquanto conheçamos os romanos menos bem do que nossos ancestrais, sabemos que existia neles, em matéria de glória e de desonra, opiniões particulares que não decorriam

apenas das noções gerais de bem e mal. Muitas ações humanas eram consideradas por eles sob um prisma diferente, conforme se tratasse de um cidadão ou de um estrangeiro, de um homem livre ou de um escravo; glorificavam-se certos vícios, certas virtudes tinham sido elevadas acima de todas as outras.

“Ora, nesse tempo”, diz Plutarco na vida de Coriolano, “a proeza era honrada e apreciada em Roma acima de todas as outras virtudes. Disso dá fé o fato de que a chamavam *virtus*; o mesmo nome da virtude, atribuindo-se o nome do gênero comum a uma espécie particular. Tanto que virtude em latim era como dizer valentia.” Quem não reconhece nisso a necessidade particular dessa associação singular que se formara para a conquista do mundo?

Cada nação se prestará a observações análogas; porque, assim como eu disse mais acima, todas as vezes que os homens se reúnem em sociedade particular, logo se estabelece entre eles uma honra, isto é, um conjunto de opiniões que lhes é próprio acerca do que se deve elogiar ou censurar; e essas regras particulares sempre têm sua fonte nos hábitos especiais e nos interesses especiais da associação.

Isso se aplica, em certa medida, tanto às sociedades democráticas como às outras. Vamos encontrar sua prova entre os americanos³.

Ainda encontramos esparsas, entre as opiniões dos americanos, algumas noções destacadas da antiga honra aristocrática da Europa. Essas opiniões tradicionais são pouquíssimas em número, têm poucas raízes e pouco poder. É uma religião de que se deixa subsistir alguns templos, mas na qual não se acredita mais.

No meio dessas noções meio apagadas de uma honra exótica, aparecem algumas novas opiniões que constituem o que, em nossos dias, poderia chamar-se a honra americana.

Mostrei como os americanos eram impelidos incessantemente para o comércio e a indústria. Sua origem, seu estado social, as instituições políticas, o próprio lugar em que habitam os arrasta irresistivelmente para esse lado. Formam, pois, no presente, uma associação quase exclusivamente industrial e comercial, situada no seio de um país novo e imenso que

tem por objetivo principal explorar. Tal é o traço característico que, em nossos dias, distingue mais particularmente o povo americano de todos os outros.

Todas as virtudes pacíficas que tendem a dar um aspecto regular ao corpo social e a favorecer o negócio devem, pois, ser especialmente honradas nesse povo, e não seria possível desprezá-las sem cair no desprezo público.

Todas as virtudes turbulentas que com freqüência causam sensação, porém com ainda maior freqüência perturbações na sociedade, ocupam ao contrário na opinião desse mesmo povo uma posição subalterna. É possível desprezá-las sem perder a estima de seus concidadãos, mas quem as adquire expõe-se talvez a perdê-la.

Os americanos estabelecem uma classificação não menos arbitrária dos vícios.

Há certas inclinações condenáveis aos olhos da razão geral e da consciência universal do gênero humano que se acham de acordo com as necessidades particulares e momentâneas da associação americana; e esta só as reprova com pouco vigor, às vezes até as elogia. Citarei em particular o amor às riquezas e as inclinações secundárias ligadas a ele. Para desbravar, fecundar, transformar esse vasto continente inabitado que é seu domínio, o americano necessita do apoio cotidiano de uma paixão enérgica; essa paixão não poderia ser outra que o amor às riquezas; portanto, a paixão pelas riquezas não é condenada na América e, contanto que não ultrapasse os limites que a ordem pública lhe atribui, é honrada. O americano chama de nobre e estimável ambição o que nossos pais da Idade Média chamavam de cupidez servil; assim como dá o nome de fúria cega e bárbara ao ardor conquistador e ao humor guerreiro que os lançavam cada dia em novos combates.

Nos Estados Unidos, as fortunas se destroem e crescem sem dificuldade. O país não tem limites e é cheio de recursos inesgotáveis. O povo tem todas as necessidades e todos os apetites de um ser que cresce e, não obstante os esforços que faça, está sempre rodeado de mais bens do que pode fazer seus. O que é de temer num povo assim não é a ruína de alguns indivíduos, logo reparada, mas a inatividade e a

languidez de todos. A audácia nos empreendimentos industriais é a primeira causa de seus progressos rápidos, de sua força, de sua grandeza. A indústria é, para ele, como que uma vasta loteria em que um pequeno número de homens perde cada dia, mas em que o Estado ganha sem cessar; um povo como esse deve, pois, ver com bons olhos e honrar a audácia em matéria de indústria. Ora, todo empreendimento audacioso compromete a fortuna do que a ele se dedica e a fortuna de todos os que confiam neste. Os americanos, que fazem da temeridade comercial uma espécie de virtude, em hipótese alguma condenariam os temerários.

É por isso que, nos Estados Unidos, as pessoas mostram uma indulgência tão singular para com o comerciante que vai à falência: a honra deste não sofre com tal acidente. Nisso, os americanos se diferenciam, não apenas dos povos europeus, mas de todas as nações comerciais de nossos dias; por isso não se parecem, por sua posição e suas necessidades, a nenhuma delas.

Na América, trata-se com uma severidade desconhecida no resto do mundo todos os vícios capazes de alterar a pureza dos costumes e destruir a união conjugal. Isso contrasta estranhamente, à primeira vista, com a tolerância mostrada em outros pontos. É surpreendente encontrar no mesmo povo uma moral tão relaxada e tão austera.

Essas coisas não são tão incoerentes quanto se poderia supor. A opinião pública, nos Estados Unidos, reprime sem muita energia o amor às riquezas, que serve à grandeza industrial e à prosperidade da nação; e condena em particular os maus costumes, que desviam o espírito humano da busca do bem-estar e perturbam a ordem interna da família, tão necessária para o sucesso dos negócios. Para serem estimados por seus semelhantes, os americanos são obrigados, pois, a se dobrar a hábitos regulares. É nesse sentido que podemos dizer que consideram uma honra ser castos.

A honra americana coincide com a antiga honra da Europa num ponto: põe a coragem à frente das virtudes e faz dela, para o homem, a maior das necessidades morais; no entanto, não encara a coragem do mesmo ponto de vista.

Nos Estados Unidos, o valor guerreiro é pouco apreciado, a coragem que melhor se conhece e que mais se estima

é a que leva a desafiar as fúrias do oceano para chegar mais rápido ao porto, suportar sem se queixar as misérias dos ermos e a solidão, a mais cruel de todas as misérias; a coragem que torna quase insensível a perda de uma fortuna penosamente adquirida e logo sugere novos esforços para construir outra. A coragem dessa espécie é necessária principalmente para a manutenção e a prosperidade da associação americana, sendo particularmente honrada e glorificada por esta. Ninguém poderia mostrar-se privado dela sem desonra.

Encontro uma última característica, que acabará de pôr em relevo a idéia deste capítulo.

Numa sociedade democrática, como a dos Estados Unidos, em que as fortunas são pequenas e mal garantidas, todo o mundo trabalha e o trabalho leva a tudo. Isso modificou o ponto de honra e dirigiu-o contra o ócio.

Encontrei algumas vezes na América pessoas ricas, jovens, inimigas por temperamento de qualquer esforço penoso e que eram forçadas a seguir uma profissão. A natureza e a fortuna delas lhes teria permitido permanecer ociosas; a opinião pública proibia-lhes imperiosamente isso, e era necessário obedecer a ela. Vi com freqüência, ao contrário, nas nações européias, onde a aristocracia ainda luta contra a torrente que a arrasta, vi, dizia eu, homens incessantemente aguilhoados por suas necessidades e seus desejos permanecerem no ócio para não perderem a estima de seus iguais e se submeterem mais facilmente ao tédio e à privação que ao trabalho.

Quem não percebe nessas duas obrigações tão contrárias duas regras diferentes, que no entanto emanam, ambas, da honra?

O que nossos pais chamavam por excelência de honra na verdade não passava de uma das suas formas. Eles deram um nome genérico ao que não passava de uma espécie. A honra se encontra, pois, nos séculos democráticos como nas eras de aristocracia. Mas não será difícil mostrar que nestes ela apresenta outra fisionomia.

Não apenas suas prescrições são diferentes, mas veremos que são menos numerosas e menos claras e que suas leis são seguidas mais frouxamente.

Uma casta está sempre numa situação muito mais particular do que um povo. Não há nada mais excepcional no

mundo do que uma pequena sociedade sempre composta das mesmas famílias, como a aristocracia da Idade Média, por exemplo, cujo objetivo seja concentrar e reter exclusiva e hereditariamente em seu seio a luz, a riqueza e o poder.

Ora, quanto mais excepcional a posição de uma sociedade, mais suas necessidades especiais são numerosas e mais as noções de sua honra, que correspondem a suas necessidades, aumentam.

As prescrições da honra serão sempre, portanto, menos numerosas num povo que não está dividido em castas do que em outro. Se vierem a se estabelecer nações em que seja difícil até encontrar classes, a honra se limitará nelas a um pequeno número de preceitos, e esses preceitos se afastarão cada vez menos das leis morais adotadas pela humanidade comum.

Assim, as prescrições da honra serão menos bizarras e menos numerosas numa nação democrática do que numa aristocracia.

Elas serão mais obscuras também; isso resulta necessariamente do que precede.

Como os traços característicos da honra são em menor número e menos singulares, muitas vezes deve ser difícil discerni-los.

Há outras razões ainda.

Nas nações aristocráticas da Idade Média, as gerações se sucediam em vão; cada família era como um homem imortal e perpetuamente imóvel; as idéias não variavam mais que as condições.

Por conseguinte, cada homem tinha sempre diante dos olhos os mesmos objetos, que enxergava sempre do mesmo ponto de vista; seu olho penetrava pouco a pouco nos menores detalhes e sua percepção não podia deixar, com o tempo, de se tornar clara e distinta. Assim, não apenas os homens dos tempos feudais tinham opiniões extraordinárias que constituíam sua honra, mas cada uma dessas opiniões se pintava em seu espírito numa forma nítida e precisa.

O mesmo nunca poderia acontecer num país como a América, em que todos os cidadãos se movimentam; em que a sociedade, modificando-se ela própria todos os dias, muda

suas opiniões com suas necessidades. Em tal país, entrevê-se a regra da honra, raramente se tem tempo para encará-la fixamente.

Ainda que a sociedade fosse imóvel, seria difícil manter fixo o sentido que se deve dar à palavra honra.

Na Idade Média, tendo cada classe sua honra, a mesma opinião nunca era admitida ao mesmo tempo por um grande número de homens, o que tornava possível lhe dar uma forma fixa e precisa; tanto mais que todos os que a admitiam, tendo uma posição perfeitamente idêntica e excepcional, encontravam uma disposição natural para se entender sobre as prescrições de uma lei que era feita apenas para eles.

A honra se tornava assim um código completo e detalhado em que tudo era previsto e ordenado antecipadamente e que apresentava uma regra fixa e sempre visível para as ações humanas. Numa nação democrática como o povo americano, em que os níveis são confundidos e em que a sociedade inteira não forma mais que uma massa única, em que todos os elementos são análogos sem ser inteiramente semelhantes, nunca se poderia chegar exatamente a um entendimento prévio sobre o que é permitido e vedado pela honra.

Existem, é claro, no seio desse povo, certas necessidades nacionais que fazem nascer opiniões comuns em matéria de honra; mas tais opiniões nunca se apresentam ao mesmo tempo, da mesma maneira e com uma força igual, ao espírito de todos os cidadãos; a lei da honra existe, mas muitas vezes carece de intérpretes.

Muito maior ainda é a confusão num país democrático como o nosso, em que as diferentes classes que compunham a antiga sociedade, misturando-se sem ter podido ainda se confundir, importam, cada dia, para o seio umas das outras, as noções diversas e não raro contrárias de sua honra; em que cada homem, seguindo seus caprichos, abandona uma parte das opiniões de seus pais e conserva a outra; de tal modo que, no meio de tantas medidas arbitrárias, nunca poderia se estabelecer uma regra comum. É quase impossível dizer então, antecipadamente, quais ações serão honradas ou condenadas. São tempos miseráveis, mas não duram muito.

Nas nações democráticas, a honra, sendo mal definida, é necessariamente menos poderosa; porque é difícil aplicar com certeza e firmeza uma lei que é imperfeitamente conhecida. A opinião pública, que é a intérprete natural e soberana da lei da honra, não vendo distintamente para que lado convém fazer a crítica ou o elogio pender, pronuncia sua sentença com hesitação. Às vezes sucede-lhe contradizer-se; com frequência ela se mantém imóvel e deixa fazer.

A relativa fraqueza da honra nas democracias decorre ainda de várias outras causas.

Nos países aristocráticos, a mesma honra nunca é admitida, senão por certo número de homens, não raro restrito e sempre separado do resto de seus semelhantes. Portanto a honra se mistura com facilidade e se confunde, no espírito deles, com a idéia de tudo o que os distingue. Ela lhes aparece como o traço distintivo da sua fisionomia; eles aplicam as diferentes regras dela com todo o ardor do interesse pessoal e põem, se assim posso me exprimir, paixão em obedecer a ela.

Essa verdade se manifesta muito claramente quando lemos nos textos sobre costumes da Idade Média o artigo relativo aos duelos judiciários. Vemos que os nobres eram obrigados, em suas querelas, a servir-se da lança e da espada, enquanto os plebeus usavam entre si o cacete, "dado que", acrescentam os costumes, "*os vilões não têm honra*". Isso não queria dizer, como se imaginaria em nossos dias, que esses homens eram desprezíveis; significava apenas que suas ações não eram julgadas pelas mesmas regras que as da aristocracia.

O que surpreende à primeira vista é que, quando reina a honra com esse pleno poder, suas prescrições são em geral muito estranhas, de tal sorte que você parece obedecer melhor a ela à medida que ela parece se afastar mais da razão; donde aconteceu por vezes chegar-se à conclusão de que a honra era forte, exatamente por causa da sua extravagância.

Essas duas coisas têm, de fato, a mesma origem; mas não decorrem uma da outra.

A honra é bizarra na medida em que representa necessidades mais particulares e sentidas por um menor número de homens; e é por representar necessidades dessa espécie que é poderosa. A honra não é poderosa por ser bizarra, portanto; ela é bizarra e poderosa pelo mesmo motivo.

Farei outra observação.

Nos povos aristocráticos, todos os níveis são diferentes, mas fixos; cada um ocupa em sua esfera um lugar de que não pode sair e onde vive no meio de outros homens fixados à sua volta da mesma maneira. Portanto, nessas nações, ninguém pode esperar ou temer não ser visto; não há homem situado tão baixo que não tenha seu teatro e que possa escapar, por sua obscuridade, à censura ou ao elogio.

Já nos Estados democráticos, ao contrário, onde todos os cidadãos são confundidos na mesma multidão em que se agitam sem cessar, a opinião pública não tem poder; seu objeto desaparece a cada instante e lhe escapa. A honra, nesses, será sempre menos imperiosa e menos premente; porque a honra só age tendo em vista o público, diferindo nisso da simples virtude, que vive de si mesma e se satisfaz com o próprio testemunho.

Se o leitor captou bem o que precede, deve ter compreendido que existe, entre a desigualdade das condições e o que chamamos honra, uma relação estreita e necessária que, se não me engano, ainda não tinha sido claramente indicada. Devo portanto fazer um derradeiro esforço para esclarecê-la.

Uma nação se coloca à parte no gênero humano. Independentemente de certas necessidades gerais inerentes à espécie humana, ela tem seus interesses e suas necessidades particulares. Logo se estabelecem em seu seio, em matéria de censura e elogio, certas opiniões que lhe são próprias e que seus cidadãos chamam de honra.

No seio dessa mesma nação, se estabelece uma casta que, separando-se por sua vez de todas as outras classes, contrai necessidades particulares e estas, por sua vez, fazem nascer opiniões especiais. A honra dessa casta, composto bizarro das noções particulares da nação e das noções ainda mais particulares da casta, se afastará, tanto quanto se possa imaginar, das opiniões simples e gerais dos homens. Atingimos o ponto extremo, tornemos a descer.

Os níveis se misturam, os privilégios são abolidos. Tendo os homens que compõem a nação voltado a ser semelhantes e iguais, seus interesses e suas necessidades se confundem e

vemos se esfumar sucessivamente todas as noções singulares que cada casta chamava de honra; a honra passa a decorrer tão-só das necessidades particulares da própria nação, representa sua individualidade entre os povos.

Enfim, se fosse permitido supor que todas as raças se confundissem e que todos os povos do mundo viessem a ter os mesmos interesses, as mesmas necessidades e não se distinguir mais uns dos outros por nenhum traço característico, deixar-se-ia inteiramente de atribuir um valor convencional às ações humanas; todos as considerariam do mesmo ângulo; as necessidades gerais da humanidade, que a consciência revela a cada homem, seriam a medida comum. Então, só se encontrariam neste mundo as noções simples e gerais do bem e do mal, a que se ligariam por um vínculo natural e necessário as idéias de elogio ou de censura.

Assim, para encerrar finalmente numa só fórmula todo o meu pensamento, as dessemelhanças e as desigualdades dos homens é que criaram a honra; esta se debilita à medida que essas diferenças se apagam, e desapareceria com elas.

CAPÍTULO XIX

Por que há nos Estados Unidos tantos ambiciosos e tão poucas grandes ambições

A primeira coisa que chama a atenção nos Estados Unidos é a multidão incalculável dos que procuram sair de sua condição original; e a segunda é o pequeno número de grandes ambições que se fazem notar no meio desse movimento universal da ambição. Não há americanos que não se mostrem devorados pelo desejo de se elevar; mas quase não se vêem que pareçam alimentar vastas esperanças, nem tender a muito alto. Todos querem adquirir sem cessar bens, reputação, poder; poucos pensam todas essas coisas em grande escala. E isso surpreende à primeira vista, porque não se percebe nada, nem nos costumes, nem nas leis da América, que devesse limitar os desejos e impedi-los de desenvolver-se em toda a parte.

Parece difícil atribuir à igualdade das condições esse singular estado de coisas; porque, no momento em que essa mesma igualdade se estabeleceu entre nós, fez imediatamente brotar ambições quase ilimitadas. Creio, porém, que é principalmente no estado social e nos costumes democráticos dos americanos que devemos procurar a causa do que precede.

Toda revolução aumenta a ambição dos homens. Isso é válido sobretudo para a revolução que derruba uma aristocracia.

Reduzindo-se de repente as antigas barreiras que separavam a multidão da fama e do poder, produz-se tal movimento de ascensão, impetuoso e universal, buscando essas grandezas por muito tempo cobiçadas, cujo desfrute enfim é permitido. Nessa primeira exaltação do triunfo, nada parece

impossível a ninguém. Não apenas os desejos não têm limites, mas o poder de satisfazê-los quase tampouco os tem. No meio dessa renovação súbita e geral dos costumes e das leis, nessa vasta confusão de todos os homens e de todas as regras, os cidadãos se elevam e caem com uma rapidez inaudita, e o poder passa tão depressa de mão em mão que ninguém deve perder a esperança de tomá-lo por sua vez.

Por sinal, é bom recordar que as pessoas que destroem uma aristocracia viveram sob as leis desta; viram seus esplendores e deixaram-se penetrar, sem saber, pelos sentimentos e pelas idéias que a aristocracia concebera. Portanto no momento em que uma aristocracia se dissolve, seu espírito ainda paira sobre a massa, e a gente conserva seus instintos muito tempo depois de a ter vencido.

As ambições se mostram, pois, sempre enormes, enquanto dura a revolução democrática; o mesmo acontecerá por algum tempo ainda, depois de ela ter acabado.

A lembrança dos acontecimentos extraordinários de que foram testemunhas não se apaga num só dia da memória dos homens. As paixões que a revolução sugerira não desaparecem com ela. O sentimento de instabilidade se perpetua no meio da ordem, a idéia da facilidade do sucesso sobrevive às estranhas vicissitudes que a tinham feito nascer. Os desejos permanecem vastíssimos, ao passo que os meios de satisfazê-los diminuem cada dia. O gosto pelas grandes fortunas subsiste, muito embora as grandes fortunas se tornem raras, e vemos inflamarem-se em toda a parte ambições desproporcionais e infelizes, que fazem arder em segredo e infrutuosamente o coração que as contém.

No entanto, pouco a pouco os derradeiros vestígios da luta se apagam; os restos da aristocracia acabam de desaparecer. Os grandes acontecimentos que acompanharam sua queda são esquecidos; o repouso sucede à guerra, o império da regra renasce no seio do novo mundo; os desejos se ajustam aos meios; as necessidades, as idéias e os sentimentos se encadeiam; os homens terminam de se nivelar: a sociedade democrática está enfim estabelecida.

Se considerarmos um povo democrático que atingiu esse estado permanente e normal, ele nos apresentará um espe-

táculo muito diferente daquele que acabamos de contemplar, e poderemos julgar sem dificuldade que, se a ambição se torna grande enquanto as condições se igualam, ela perde esse caráter quando estas são iguais.

Como as grandes fortunas são divididas e como a ciência é difundida, ninguém é absolutamente privado nem de luzes, nem de bens; tendo sido abolidos os privilégios e as incapacidades de classe, e tendo os homens quebrado para sempre os laços que os mantinham imóveis, a idéia de progresso se oferece ao espírito de cada um deles; a vontade de se elevar nasce ao mesmo tempo em todos os corações; cada homem quer sair do seu lugar. A ambição é o sentimento universal.

Mas, se a igualdade de condições proporciona a todos os cidadãos alguns recursos, ela impede que qualquer um deles tenha recursos muito extensos, o que encerra necessariamente os desejos em limites bastante estreitos. Nos povos democráticos, a ambição é ardente e contínua, portanto, mas habitualmente não poderia visar muito alto; e a vida aí transcorre comumente cobiçando com ardor pequenos objetos ao alcance da mão.

O que desvia sobretudo os homens das democracias da grande ambição não é a pequenez de sua fortuna, mas o violento esforço que fazem todos os dias para melhorá-la. Eles coagem sua alma a empregar todas as suas forças para fazer coisas medíocres, o que não pode deixar de limitar em pouco tempo sua visão e circunscrever seu poder. Poderiam ser muito mais pobres e ficar maiores.

O pequeno número de opulentos cidadãos que se encontram no seio de uma democracia não constitui exceção a essa regra. Um homem que se eleva gradualmente até a riqueza e o poder contrai, nesse longo trabalho, hábitos de prudência e de comedimento de que em seguida não pode se desembaraçar. Um homem não amplia sua alma como se fosse sua casa.

Uma observação análoga é aplicável aos filhos deste mesmo homem. Estes nasceram, é verdade, numa posição elevada, mas seus pais foram humildes; cresceram no meio de sentimentos e de idéias das quais, mais tarde, lhes é diffi-

cil subtrair-se; é de crer que herdarão ao mesmo tempo os instintos e os bens de seu pai.

Pode acontecer, ao contrário, que o mais pobre rebento de uma aristocracia poderosa dê mostras de uma ambição vasta, porque as opiniões tradicionais de sua estirpe e o espírito geral de sua casta ainda o sustentam por um tempo acima de sua fortuna.

O que também impede os homens dos tempos democráticos de se entregarem facilmente à ambição das grandes coisas é o tempo que prevêem deva transcorrer antes que sejam capazes de empreendê-las. "É uma grande vantagem a qualidade", disse Pascal, "que desde os dezoito ou vinte anos dá ao homem uma boa situação, como outro poderia alcançar aos cinqüenta; são trinta anos ganhos sem aflição." Esses trinta anos costumam faltar às ambições das democracias. A igualdade, que deixa a cada um a faculdade de chegar a tudo, impede que os homens cresçam depressa.

Numa sociedade democrática, como em outras, há tão-só certo número de grandes fortunas a fazer; e, como as carreiras que aí seguem estão abertas indistintamente para qualquer cidadão, é necessário que o progresso de todos se torne mais lento. Como os candidatos parecem mais ou menos iguais e como é difícil fazer uma escolha entre eles sem violar o princípio de igualdade, que é a lei suprema das sociedades democráticas, a primeira idéia que se apresenta é fazer todos eles caminharem ao mesmo passo e experimentar todos.

Assim, à medida que os homens se tornam mais semelhantes e que o princípio de igualdade penetra mais tranqüila e mais profundamente nas instituições e nos costumes, as regras da promoção se tornam mais inflexíveis, a promoção é mais lenta; a dificuldade de chegar depressa a certo grau de grandeza aumenta.

Por raiva do privilégio e pela dificuldade de escolher entre tantos, chega-se ao ponto de forçar todos os homens, qualquer que seja o seu tamanho, a passar através de uma mesma série de etapas e submetem-se todos indistintamente a uma multidão de pequenos exercícios preliminares, no meio dos quais a juventude deles se perde e a imaginação se apaga; de tal sorte que perdem a esperança de poder desfrutar

plenamente, um dia, dos bens que lhes são oferecidos; e quando finalmente chegam ao ponto de poder empreender coisas extraordinárias, perderam o gosto por elas.

Na China, onde a igualdade das condições é enorme e antiquíssima, um homem não passa de uma função pública a outra sem antes ter se submetido a um concurso. Esse teste é encontrado em cada passo da sua carreira, e a idéia dele impregnou-se tanto nos costumes que eu me lembro de ter lido um romance chinês em que o herói, depois de muitas vicissitudes, toca por fim o coração da amada passando num bom exame. Grandes ambições respiram mal em semelhante atmosfera.

O que digo da política se estende a todas as coisas; a igualdade produz em toda a parte os mesmos efeitos; onde a lei não se encarrega de regular e retardar o movimento dos homens, a concorrência basta.

Numa sociedade democrática bem assentada, as grandes e rápidas elevações são raras, portanto; elas constituem exceções à regra comum. É sua singularidade que faz esquecer seu pequeno número.

Os homens das democracias acabam entrevedo todas essas coisas; eles percebem com o passar do tempo que o legislador abre diante deles um campo sem limites, no qual todos podem facilmente dar alguns passos, mas que ninguém pode se gabar de percorrer depressa. Entre eles e o vasto objeto final de seus desejos vêm uma multidão de pequenas barreiras intermediárias, que têm de vencer com lentidão; a vista disso cansa antecipadamente sua ambição e a esmorece. Renunciam pois a essas remotas e duvidosas esperanças, para procurar perto de si prazeres menos elevados e mais fáceis. A lei não limita o horizonte deles, mas eles próprios o estreitam.

Eu disse que as grandes ambições eram mais raras nos tempos democráticos do que nas eras aristocráticas; acrescento que, quando, apesar desses obstáculos naturais, elas nascem, têm outra fisionomia.

Nas aristocracias, a carreira da ambição costuma ser extensa, mas seus limites são fixos. Nos países democráticos, ela se agita de ordinário num campo estreito; mas se dele sair,

dir-se-ia que não há nada mais que a limite. Como, neles, os homens são fracos, isolados e move-diços. Como os precedentes têm pouco império e as leis pouca duração, a resistência às novidades é mole e o corpo social nunca parece muito direito, nem muito firme em sua posição. De sorte que, quando os ambiciosos têm uma vez o poder em mãos, crêem tudo poder ousar; e, quando ele lhes escapa, logo pensam em subverter o Estado para retomá-lo.

Isso dá à grande ambição política um caráter violento e revolucionário, que é raro de ver, no mesmo grau, nas sociedades aristocráticas.

Uma multidão de pequenas ambições sensatas, do meio das quais alçam vôo alguns grandes desejos mal regrados — é esse, de ordinário, o quadro apresentado pelas nações democráticas. Uma ambição proporcionada, moderada e vasta, não será encontrada aí.

Mostrei em outro lugar por que força secreta a igualdade fazia predominar, no coração humano, a paixão pelos gozos materiais e o amor exclusivo ao presente; esses diferentes instintos se mesclam ao sentimento da ambição e o tingem, por assim dizer, com suas cores.

Penso que os ambiciosos das democracias se preocupam menos que todos os outros com os interesses e os juízos do futuro: apenas o momento atual os ocupa e os absorve. Eles concluem rapidamente muitas empresas, em vez de elevarem alguns monumentos duradouros; gostam muito mais do sucesso do que da glória. O que requerem dos homens é, sobretudo, obediência. O que querem antes de tudo é domínio. Seus costumes permaneceram quase sempre menos elevados do que sua condição; o que faz que eles transportem com freqüência para uma fortuna extraordinária gostos sobremaneira vulgares e que pareçam ter se elevado ao soberano poder apenas para propiciar-se com maior facilidade pequenos e grosseiros prazeres.

Creio que, em nossos dias, seja necessário depurar, regular e adequar o sentimento da ambição, mas que seria perigosíssimo querer empobrecê-lo e comprimi-lo excessivamente. É preciso procurar estabelecer-lhe de antemão limites extremos, que nunca poderão ser ultrapassados; mas deve-se

ter o cuidado de não obstruir em demasia seu desenvolvimento no interior dos limites permitidos.

Confesso que temo muito menos, para as sociedades democráticas, a audácia do que a mediocridade dos desejos; o que me parece mais temível é que, no meio das pequenas ocupações incessantes da vida privada, a ambição perca seu impulso e sua grandeza; que as paixões humanas não se aplaquem e se rebaixem ao mesmo tempo, de sorte que cada dia a atitude do corpo social se torne mais sossegada e menos elevada.

Penso pois que os chefes das novas sociedades se equivocariam se quisessem adormecer os cidadãos numa felicidade demasiado uniforme e demasiado pacífica, e que é bom dar a eles vez por outra difíceis e perigosas tarefas, a fim de elevar a ambição e abrir um teatro para esta.

Os moralistas se queixam o tempo todo de que o vício favorito de nossa época é o orgulho.

Isso é verdade em certo sentido: não há ninguém, de fato, que não se creia melhor que o vizinho e que consinta obedecer a seu superior; mas é errado em outro, porque esse mesmo homem, que não pode suportar nem a subordinação nem a igualdade, despreza todavia a si mesmo a tal ponto que se crê feito para desfrutar apenas os prazeres vulgares. Detém-se de bom grado em mediócrs desejos, sem ousar abordar os altos empreendimentos: mal os imagina.

Longe, pois, de acreditar que seja necessário recomendar a nossos contemporâneos a humildade, gostaria que se fizesse o esforço de dar a eles uma idéia mais vasta de si mesmos e de sua espécie. A humildade não lhes é sadia; o que mais lhes falta, na minha opinião, é orgulho. Eu cederia de bom grado muitas de nossas pequenas virtudes em troca desse vício.

CAPÍTULO XX

Da indústria das posições em certas nações democráticas

Nos Estados Unidos, quando um cidadão tem algumas luzes e alguns recursos, procura enriquecer-se no comércio e na indústria, ou então compra uma terra coberta de florestas e se faz pioneiro. Tudo o que ele pede ao Estado é não vir perturbá-lo em seus labores e garantir-lhe os frutos destes.

Na maioria dos povos europeus, quando um homem começa a sentir suas forças e a ampliar seus desejos, a primeira idéia que se apresenta a ele é conseguir um emprego público. Esses efeitos diferentes, oriundos de uma mesma causa, merecem que nos detenhamos um momento aqui para considerá-los.

Quando as funções públicas são em pequeno número, mal remuneradas, instáveis, e quando, por outro lado, as carreiras industriais são numerosas e produtivas, é para a indústria e não para a administração que se dirigem, vindos de toda a parte, os novos e impacientes desejos que a igualdade faz surgir cada dia.

Mas se, ao mesmo tempo que os níveis se igualam, as luzes permanecem incompletas ou os espíritos tímidos, ou que o comércio e a indústria, obstruídos em seu desenvolvimento, oferecem meios difíceis e lentos de fazer fortuna, os cidadãos, perdendo a esperança de melhorar por si mesmos sua sorte, correm tumultuosamente ao chefe do Estado e pedem sua ajuda. Pôr-se mais à vontade a expensas do tesouro público parece-lhes ser, se não o único caminho de que dispõem, pelo menos o caminho mais cômodo e mais aberto a todos para sair de uma condição que não lhes basta mais: a

busca das posições se torna a mais seguida de todas as indústrias.

Deve ser assim sobretudo nas grandes monarquias centralizadas, nas quais o número das funções remuneradas é imenso e a existência dos funcionários bastante segura, de tal sorte que ninguém perde a esperança de conseguir um emprego desses e tirar calmamente proveito dele, como se fosse um patrimônio.

Não direi que esse desejo universal e imoderado das funções públicas seja um grande mal social; que destrua, em cada cidadão, o espírito de independência e difunda em todo o corpo da nação um humor venal e servil; que sufoque as virtudes viris. Tampouco observarei que uma indústria dessa espécie não cria senão uma atividade improdutiva e agita o país sem o fecundar. Tudo isso é fácil de entender.

Mas quero notar que o governo que favorece semelhante tendência arrisca sua tranqüilidade e expõe sua vida mesma a um grande perigo.

Sei que, num tempo como o nosso, em que se vê apagam-se gradualmente o amor e o respeito que outrora eram atributos do poder, pode parecer necessário aos governantes prender mais firmemente, por seu interesse, cada homem e que lhes parece cômodo servir-se das próprias paixões desse homem para mantê-lo na ordem e no silêncio; mas não poderia ser assim por muito tempo, e o que pode parecer, por certo período, uma causa de força se torna com certeza, com o correr do tempo, um grande motivo de perturbação e de fraqueza.

Nos povos democráticos, como em todos os outros, o número dos empregos públicos acaba tendo seus limites; mas, nesses mesmos povos, o número dos ambiciosos não tem: cresce sem cessar, por um movimento gradual e irresistível, à medida que as condições se igualam; só não se limita quando faltam homens.

Portanto, quando a ambição não tem outra saída fora da administração, o governo acaba necessariamente encontrando uma oposição permanente, porque sua tarefa é satisfazer com meios limitados desejos que se multiplicam sem limites. É preciso convencer-se de que, de todos os povos do mun-

do, o mais difícil de conter e dirigir é o povo dos solicitadores. Quaisquer que sejam os esforços que seus chefes façam, nunca são capazes de satisfazê-los e subsiste sempre a apreensão de que essa gente acabe subvertendo a constituição do país e mudando a face do Estado, pela simples necessidade de criar novos cargos.

Os príncipes de nosso tempo, que se esforçam por atrair para si todos os novos desejos que a igualdade suscita, e contentá-los, acabarão pois, ou muito me engano, se arrependendo de terem se empenhado em tal empresa; descobrirão um dia que arriscaram seu poder ao torná-lo tão necessário e que teria sido mais honesto e mais seguro ensinar a cada um de seus súditos a arte de bastar a si mesmo.

CAPÍTULO XXI

Por que as grandes revoluções serão raras

Um povo que viveu séculos a fio sob o regime das castas e das classes só chega a um estado social democrático através de uma longa série de transformações mais ou menos penosas, com ajuda de violentos esforços e após numerosas vicissitudes durante as quais os bens, as opiniões e o poder mudam rapidamente de lugar.

Quando essa grande revolução se acaba, ainda vemos subsistir por algum tempo os hábitos revolucionários criados por elas, e profundas agitações lhe sucedem.

Como tudo isso ocorre no momento em que as condições se igualam, conclui-se que existe uma relação oculta e um vínculo secreto entre a própria igualdade e as revoluções, de tal sorte que uma não poderia existir sem as outras nascerem.

Sobre esse ponto, o raciocínio parece em conformidade com a experiência.

Num povo em que os níveis são mais ou menos iguais, nenhum vínculo aparente une os homens e os mantém fixos em seu lugar. Nenhum deles tem o direito permanente, nem o poder de mandar, nenhum tem por condição obedecer; mas cada um, vendo-se dotado de algumas luzes e de alguns recursos, pode escolher seu caminho e caminhar à parte de todos os seus semelhantes.

As mesmas causas que tornam os cidadãos independentes uns dos outros os levam cada dia para novos e inquietos desejos, e os estimulam sem cessar.

Parece natural, pois, crer que, numa sociedade democrática, as idéias, as coisas e os homens devam mudar eternamente de formas e de posição, e que os tempos democráticos serão tempos de transformações rápidas e incessantes.

É assim mesmo, de fato? A igualdade de condição leva os homens de maneira habitual e permanente para as revoluções? Ela contém algum princípio perturbador que impede a sociedade de se assentar e dispõe os cidadãos a renovar sem cessar suas leis, suas doutrinas e seus costumes? Não creio. O tema é importante. Peço ao leitor que aceite seguir-me.

Quase todas as revoluções que mudaram a face dos povos foram feitas para consagrar ou destruir a desigualdade. Afaste as causas secundárias que produziram as grandes agitações dos homens e chegará quase sempre à desigualdade. Ou foram os pobres que quiseram tomar os bens dos ricos, ou foram os ricos que tentaram agrilhoar os pobres. Portanto, se você fundar um estado de sociedade em que cada um tenha algo a guardar e pouco a tomar, terá feito muito pela paz do mundo.

Não ignoro que, num grande povo democrático, sempre há cidadãos paupérrimos e cidadãos riquíssimos; mas os pobres, em vez de constituírem a imensa maioria da nação, como se dá em nossos dias nas sociedades aristocráticas, são em pequeno número e a lei não os prendeu uns aos outros pelos laços de uma miséria irremediável e hereditária.

Os ricos, por sua vez, são esparsos e impotentes; não têm privilégios que atraiam os olhares; sua riqueza mesma, não estando mais incorporada à terra e representada por ela, é inapreensível e como que invisível. Do mesmo modo que não há mais estirpes de pobres, não há mais estirpes de ricos; estes saem cada dia do seio da multidão e retornam a ele sem cessar. Portanto, não formam uma classe à parte, que se possa facilmente definir e espoliar; e prendendo-se de resto por mil fios secretos à massa de seus concidadãos, o povo não poderia atingi-los sem atingir a si mesmo. Entre esses dois extremos de sociedades democráticas encontra-se uma multidão incalculável de homens quase iguais, que, sem ser precisamente nem ricos nem pobres, possuem bens suficientes para desejar a ordem e não têm bens em tal quantidade que provoque a cobiça.

Estes são naturalmente inimigos dos movimentos violentos; sua imobilidade mantém em repouso tudo o que se encontra acima e abaixo deles e garante a estabilidade do corpo social.

Não é que estes estejam satisfeitos com sua sorte presente, nem que sintam um horror natural por uma revolução de cujos despojos participariam sem suportar seus males; desejam, ao contrário, com um ardor sem igual, enriquecer, mas o embaraço está em saber de quem tomar. O mesmo estado social que lhes sugere desejos sem cessar encerra esses desejos em limites necessários. Ele proporciona aos homens maior liberdade de mudar e menos interesse na mudança.

Não apenas os homens das democracias não desejam naturalmente as revoluções, mas as temem.

Não há revolução que não ameace mais ou menos a propriedade adquirida. A maior parte dos que vivem nos países democráticos é de proprietários; não possuem apenas propriedades: vivem na condição em que os homens dão o maior valor à sua propriedade.

Se considerarmos atentamente cada uma das classes que compõem a sociedade, é fácil ver que não há classe em que as paixões que a propriedade suscita são mais ásperas e mais tenazes do que nas classes médias.

Muitas vezes os pobres não se preocupam com o que possuem, porque sofrem muito mais com o que lhes falta do que desfrutam do pouco que têm. Os ricos têm muitas outras paixões a satisfazer além das riquezas e, aliás, o longo e penoso uso de uma grande fortuna às vezes acaba tomando-os como que insensíveis aos atrativos desta.

Mas os homens que vivem numa comodidade igualmente distante da opulência e da miséria têm por seus bens enorme apreço. Como ainda estão bem próximos da pobreza, vêem de perto seus rigores e os temem; entre ela e eles, não há mais que um pequeno patrimônio em que logo fixam seus temores e suas esperanças. A cada instante, eles se interessam mais pelas preocupações constantes que tal patrimônio lhes dá, e a ele se prendem pelos esforços cotidianos que fazem para aumentá-lo. A idéia de ceder a menor parte dele lhes é insuportável, e consideram sua perda inteira como a maior

das desgraças. Ora, é o número desses pequenos proprietários ardentes e inquietos que a igualdade de condições aumenta sem cessar.

Assim, nas sociedades democráticas, a maioria dos cidadãos não vê claramente o que poderia ganhar com uma revolução e sente a cada instante, e de mil maneiras, o que poderia perder com ela.

Expliquei, em outro ponto desta obra, como a igualdade das condições impelia naturalmente os homens para as carreiras industriais e comerciais, e como aumentava e diversificava a propriedade fundiária; mostrei enfim como inspirava a cada homem um desejo ardente e constante de aumentar seu bem-estar. Não há nada mais contrário às paixões revolucionárias do que todas essas coisas.

Podê se dar que, por seu resultado final, uma revolução sirva à indústria e ao comércio; mas seu primeiro efeito será quase sempre arruinar os industriais e os comerciantes, porque ela não pode deixar de mudar, antes de tudo, o estado geral do consumo e subverter momentaneamente a proporção que existia entre a produção e as necessidades.

Aliás, não conheço nada mais oposto aos costumes revolucionários do que os costumes comerciais. O comércio é naturalmente inimigo de todas as paixões violentas. Ele gosta da moderação, compraz-se nos compromissos, foge com cuidado da cólera. É paciente, flexível, insinuante, e só recorre aos meios extremos quando a mais absoluta necessidade o obriga. O comércio torna os homens independentes uns dos outros; dá a eles outra idéia de seu valor individual; leva-os a querer fazer seus negócios e ensina-lhes a ser bem-sucedidos; dispõe portanto os homens à liberdade, mas afasta-os das revoluções.

Numa revolução, os possuidores de bens móveis têm mais a temer do que todos os outros; porque, de um lado, sua propriedade é, quase sempre, fácil de ser tomada e, de outro, pode a todo instante desaparecer completamente; o que os proprietários fundiários têm menos a temer, porque, perdendo a renda de suas terras, esperam pelo menos conservar, através das vicissitudes, a própria terra. Por isso, vê-se que uns ficam muito mais assustados do que os outros com o andamento dos movimentos revolucionários.

Portanto, os povos são menos disponíveis para as revoluções à medida que, entre eles, os bens móveis se multiplicam e se diversificam e que o número dos que os possuem se torna maior.

Aliás, qualquer que seja a profissão que os homens abraçam e o gênero de bens de que desfrutam, uma característica é comum a todos.

Ninguém está plenamente satisfeito com sua fortuna presente e todos se esforçam, cada dia, por mil meios diversos, para aumentá-la. Considere cada um deles numa época qualquer da vida e vai encontrá-lo preocupado com alguns novos planos, cujo objetivo é aumentar seu bem-estar; não lhe fale dos interesses e dos direitos do gênero humano; essa pequena empresa doméstica absorve por enquanto todos os seus pensamentos e o faz desejar adiar as agitações públicas para outro tempo.

Isso não os impede apenas de fazer revoluções, também os desvia de querê-las. As violentas paixões políticas têm pouca influência sobre homens que ligaram toda a sua alma à busca do bem-estar. O ardor que põem nos pequenos negócios os acalma quanto aos grandes.

Erguem-se, é verdade, de quando em quando, nas sociedades democráticas, cidadãos empreendedores e ambiciosos, cujos imensos desejos não podem se satisfazer seguindo o caminho comum. Estes gostam das revoluções e as chamam; mas têm grande dificuldade de as fazer nascer, se acontecimentos extraordinários não vierem em seu auxílio.

Não se luta vantajosamente contra o espírito de seu tempo e de seu país; e um homem, por mais poderoso que o suponhamos, dificilmente faz seus contemporâneos compartilharem dos sentimentos e das idéias que o conjunto dos desejos e dos sentimentos destes repele. Portanto não se deve crer que, quando a igualdade de condições, tendo se tornado um fato antigo e incontestado, imprimiu nos costumes seu caráter, os homens se deixem facilmente precipitar em aventuras seguindo um chefe imprudente ou um ousado inovador.

Não que resistam a ele de maneira aberta, com ajuda de sábias combinações ou até por uma intenção premeditada de resistir. Não o combatem com energia, às vezes até o aplau-

dem, mas não o seguem. Ao ardor dele opõem em segredo sua inércia; aos instintos revolucionários dele, seus interesses conservadores; seus gostos caseiros às paixões aventureiras dele; seu bom senso aos lampejos do gênio dele; à poesia dele, sua prosa. Ele os levanta um momento com mil esforços, mas logo eles lhe escapam e, como que arrastados por seu próprio peso, tornam a cair. Ele se esgota querendo animar essa multidão indiferente e distraída e vê-se enfim reduzido à impotência, não por ter sido vencido, mas por estar só.

Não pretendo que os homens que vivem nas sociedades democráticas sejam naturalmente imóveis; penso, ao contrário, que reina no seio de tal sociedade um movimento eterno e que ninguém nela conhece o repouso; mas creio que os homens nela se agitam dentro de certos limites que não ultrapassam. Variam, alteram ou renovam todos os dias as coisas secundárias; tomam o maior cuidado para não tocar nas principais. Apreciam a mudança, mas temem as revoluções.

Muito embora os americanos modifiquem ou abroguem sem cessar algumas das suas leis, estão longe de denotar paixões revolucionárias. É fácil descobrir, pela prontidão com a qual se detêm e se acalmam quando a agitação pública começa a se tornar ameaçadora e no momento mesmo em que as paixões parecem mais excitadas, que temem uma revolução como a maior das desgraças e que cada um deles está interiormente decidido a fazer grandes sacrifícios para evitá-la. Não há país no mundo em que o sentimento de propriedade se mostre mais ativo e mais inquieto do que nos Estados Unidos, nem onde a maioria ateste menos pendores pelas doutrinas que ameaçam alterar de uma maneira qualquer a constituição dos bens.

Notei muitas vezes que as teorias que são revolucionárias por natureza, na medida em que não podem se realizar sem uma mudança completa e às vezes súbita no estado da propriedade e das pessoas, são infinitamente menos apreciadas nos Estados Unidos do que nas grandes monarquias da Europa. Se alguns homens as professam, a massa as repele com uma espécie de horror instintivo.

Não temo dizer que a maioria das máximas que se tem o costume de chamar democráticas na França seriam proscri-

tas pela democracia dos Estados Unidos. É fácil compreendê-lo. Na América, o povo tem idéias e paixões democráticas; na Europa, ainda temos paixões e idéias revolucionárias.

Se a América passar um dia por grandes revoluções, elas serão provocadas pela presença dos negros no território dos Estados Unidos: isto é, não será a igualdade de condições, mas sua desigualdade que as fará nascer.

Quando as condições são iguais, cada um se isola em si mesmo e esquece o público. Se os legisladores dos povos democráticos não procurassem corrigir essa funesta tendência ou a favorecessem, com a idéia de que ela desvia os cidadãos das paixões políticas e os afasta assim das revoluções, é possível que eles próprios acabem produzindo o mal que querem evitar e que chegaria um momento em que as paixões desordenadas de alguns homens, ajudados pelo egoísmo ininteligente e pela pusilanimidade da maioria, acabassem forçando o corpo social a passar por estranhas vicissitudes.

Nas sociedades democráticas, apenas as pequenas minorias desejam as revoluções; mas as minorias às vezes podem fazê-las.

Não digo que as nações democráticas estejam ao abrigo das revoluções, digo apenas que o estado social dessas nações não as conduz a elas, ao contrário, delas as afasta. Os povos democráticos, entregues a si mesmos, não se lançam facilmente nas grandes aventuras; são arrastados para as revoluções sem saber, às vezes são forçados a passar por elas, mas não as fazem. E acrescento que, quando lhes é permitido adquirir luzes e experiência, não se deixam manipular.

Sei bem que, nessa matéria, as próprias instituições públicas podem muito: elas favorecem ou reprimem os instintos que nascem do estado social. Não sustento, pois, que, repito, um povo esteja ao abrigo das revoluções pelo simples fato de que, em seu seio, as condições sejam iguais; mas creio que, quaisquer que sejam as instituições de tal povo, as grandes revoluções serão aí infinitamente menos violentas e mais raras do que se supõe; e entrevejo facilmente o estado político que, vindo a se combinar com a igualdade, tornaria a sociedade mais estacionária do que jamais foi em nosso Ocidente.

O que acabo de dizer dos fatos se aplica em parte às idéias.

Duas coisas me surpreendem nos Estados Unidos: a grande mobilidade da maioria das ações humanas e a fixidez singular de certos princípios. Os homens se movem sem cessar, o espírito humano parece quase imóvel.

Quando uma opinião se estende sobre o solo e nele se arraiga, dir-se-ia que nenhum poder na terra é capaz de extirpá-la. Nos Estados Unidos, as doutrinas gerais em matéria de religião, de filosofia, de moral e até de política não variam; em todo caso só se modificam após um trabalho oculto e freqüentemente insensível; mesmo os mais grosseiros preconceitos só são apagados com uma lentidão inconcebível, no meio desses atritos mil vezes repetidos entre as coisas e os homens.

Ouçõ dizer que está na natureza e nos hábitos das democracias mudar a todo momento de sentimentos e de pensamento. Isso pode ser verdade nas pequenas nações democráticas, como as da Antiguidade, que eram reunidas por completo numa praça pública e agitada em seguida ao bel-prazer de um orador. Não vi nada parecido no seio do grande povo democrático que ocupa as margens opostas de nosso oceano. O que me impressionou nos Estados Unidos foi a dificuldade que se tem para fazer a maioria abandonar uma idéia que concebeu e afastar-se de um homem que ela mesma adotou. Nem os escritos, nem os discursos seriam capazes de **lográ-lo**; somente a **experiência** consegue e, às vezes, ela ainda tem de se repetir.

Isso surpreende à primeira vista; um exame mais atento explica-o.

Não creio que seja tão fácil quanto se imagina extirpar os preconceitos de um povo democrático; mudar suas crenças; substituir por novos princípios religiosos, filosóficos, políticos e morais os que se estabeleceram outrora; numa palavra, **fazer grandes e freqüentes revoluções nas inteligências**. Não que o espírito humano seja ocioso entre tais povos: ele se agita sem cessar, mas se aplica antes a variar ao infinito as conseqüências dos princípios conhecidos e a descobrir novas conseqüências, do que a buscar novos princípios. Ele

gira com agilidade em torno de si mesmo, em vez de se lançar adiante por meio de um esforço rápido e direto; ele estende pouco a pouco sua esfera por pequenos movimentos contínuos e precipitados; não a desloca de repente.

Homens iguais em direitos, em educação, em fortuna e, para dizer tudo com uma só palavra, de idêntica condição, têm necessariamente necessidades, hábitos e gostos pouco dessemelhantes. Como percebem os objetos sob o mesmo aspecto, seu espírito se inclina naturalmente para idéias análogas e conquanto cada um deles possa se afastar de seus contemporâneos e adquirir crenças próprias, todos acabam coincidindo, sem saber e sem querer, em certo número de opiniões comuns.

Quanto mais atentamente considero os efeitos da igualdade sobre a inteligência, mais me persuado de que a anarquia intelectual de que somos testemunhas não é, conforme muitos supõem, o estado natural dos povos democráticos. Creio, ao contrário, que devamos considerá-la um acidente particular da sua juventude e que ela só se revela nessa época de passagem em que os homens já romperam os antigos vínculos que os prendiam uns aos outros e ainda diferem prodigiosamente pela origem, pela educação e pelos costumes; de tal modo que, tendo conservado idéias, instintos e gostos muito diversos, nada mais os impede de produzi-los. As principais opiniões dos homens se tornam semelhantes à medida que as condições se vão assemelhando. Esse me parece ser o fato geral e permanente; o resto é fortuito e passageiro.

Creio que raramente acontecerá que, no seio de uma sociedade democrática, um homem conceba, de um só golpe, um sistema de idéias muito afastadas do sistema adotado por seus contemporâneos; e, se tal inovador se apresentasse, imagino que teria grande dificuldade para se fazer ouvir e mais ainda para se fazer crer.

Quando as condições são quase idênticas, um homem não se deixa persuadir facilmente por outro. Como todos se vêem com muita proximidade, como aprenderam juntos as mesmas coisas e levam a mesma vida, não são naturalmente dispostos a tomar um deles como guia e segui-lo cegamente: ninguém acredita na palavra de seu semelhante ou de seu igual.

Não é apenas a confiança nas luzes de certos indivíduos que se debilita nas nações democráticas, conforme já disse em outra oportunidade: a idéia geral da superioridade intelectual que um homem qualquer pode adquirir sobre todos os outros não demora a toldar-se.

À medida que os homens se assemelham mais, o dogma da igualdade das inteligências se insinua pouco a pouco em suas crenças e fica mais difícil para um inovador, qualquer que seja, adquirir e exercer um grande poder sobre o espírito de um povo. Em tais sociedades, as súbitas revoluções intelectuais são raras, portanto; porque, se correremos os olhos pela história do mundo, veremos que é muito menos a força de um raciocínio do que a autoridade de um nome que produz as grandes e rápidas mutações das opiniões humanas.

Notem aliás que, como os homens que vivem nas sociedades democráticas não são presos por nenhum vínculo uns aos outros, é necessário convencer cada um deles. Ao passo que, nas sociedades aristocráticas, basta poder agir sobre o espírito de alguns, que todos os outros seguem. Se Lutero tivesse vivido numa época de igualdade e não tivesse tido por ouvintes senhores e príncipes, talvez tivesse encontrado mais dificuldade para mudar a face da Europa.

Não é que os homens das democracias estejam naturalmente muito convencidos da certeza de suas opiniões e muito firmes em suas crenças; muitas vezes têm dúvidas que ninguém, na opinião deles, pode tirar. Sucede às vezes, nesse tempo, que o espírito humano mudaria de bom grado de lugar; mas como nada o impele poderosamente nem o dirige, oscila em torno de si mesmo e não se move¹.

Quando se adquire a confiança de um povo democrático, ainda é uma árdua tarefa obter sua atenção. É muito difícil fazer-se ouvir pelos homens que vivem nas democracias, quando não se fala com eles deles próprios. Eles não ouvem as coisas que lhes são ditas, porque estão sempre preocupadíssimos com as coisas que fazem.

De fato, há pouca gente ociosa nas nações democráticas. A vida transcorre aí no meio do movimento e do barulho, e os homens se entregam a tal ponto à ação que lhes resta pouco tempo para pensar. O que quero notar sobretudo é

que, não apenas eles são ocupados, mas que suas ocupações os apaixonam. Estão perpetuamente em ação e cada uma das suas ações absorve sua alma; o ardor que introduzem nos negócios os impede de se inflamar pelas idéias.

Creio ser muito difícil suscitar o entusiasmo de um povo democrático por uma teoria qualquer que não tenha uma relação visível, direta e imediata com a prática cotidiana da sua vida. Tal povo, portanto, não abandona facilmente suas antigas crenças. Porque é o entusiasmo que precipita o espírito humano fora dos caminhos traçados e que faz as grandes revoluções intelectuais, assim como as grandes revoluções políticas.

Assim, os povos democráticos não têm nem tempo nem gosto para ir em busca de novas opiniões. Mesmo quando chegam a duvidar das que possuem, conservam-nas ainda assim, porque precisariam de muito tempo e muito exame para mudar de opinião; eles as conservam, não como certas, mas como estabelecidas.

Há outras razões ainda, e mais poderosas, que se opõem ao fato de que uma grande mudança se realize facilmente nas doutrinas de um povo democrático. Já indiquei isso no começo deste livro.

Enquanto, no seio de um povo semelhante, as influências individuais são fracas e quase nulas, o poder exercido pela massa sobre o espírito de cada indivíduo é enorme. Expliquei os motivos disso em outro passo. O que quero dizer neste momento é que seria um equívoco acreditar que isso depende unicamente da forma do governo e que a maioria desse povo deve perder seu império intelectual junto com seu poder político.

Nas aristocracias, os homens muitas vezes têm uma grandeza e uma força que lhes são próprias. Quando se acham em contradição com a maioria de seus semelhantes, recolhem-se em si mesmos, em si se amparam e se consolam. O mesmo não se dá entre os povos democráticos. Neles, o favor público parece tão necessário quanto o ar que se respira e é, por assim dizer, não viver, estar em desacordo com a massa. Esta não precisa empregar as leis para dobrar os que não pensam como ela. Basta-lhe desaprová-las. O sentimento de

seu isolamento e de sua impotência logo as acabrunha e as desespera.

Todas as vezes que as condições são iguais, a opinião geral pesa imensamente sobre o espírito de cada indivíduo; ela o envolve, o dirige, o oprime – isso se deve muito mais à própria constituição da sociedade do que a suas leis políticas. A medida que todos os homens se assemelham mais, cada qual se sente cada vez mais diante de todos. Não descobrindo nada que o eleve muito acima deles e deles o distinga, desconfia de si próprio se eles o combatem; não apenas duvida de suas forças, mas chega a duvidar até de seu direito, e fica prestes a reconhecer que está errado, quando a maioria assim afirma. A maioria não necessita forçá-lo; ela o convence.

Por conseguinte, não importa como se organizem e se ponderem os poderes de uma sociedade democrática, será sempre difícil acreditar no que a massa rejeita e professar o que ela condena.

Isso contribui maravilhosamente para a estabilidade das crenças.

Quando uma opinião se firma num povo democrático e se estabelece no espírito da maioria, ela subsiste em seguida por si mesma e se perpetua sem esforços, porque ninguém a ataca. Os que a tinham repellido de início como equivocada acabam recebendo-a como geral, e os que continuam a combatê-la no fundo do coração não o demonstram, mas tomam o máximo cuidado para não se empenhar numa luta perigosa e inútil.

É verdade que, quando muda de opinião, a maioria do povo democrático pode realizar a seu bel-prazer estranhas e súbitas revoluções no mundo das inteligências; mas é muito difícil que sua opinião mude e quase tão difícil constatar que mudou.

Às vezes o tempo, os acontecimentos ou o esforço individual e solitário das inteligências acabam abalando ou destruindo pouco a pouco uma crença, sem que nada transpareça exteriormente. Ninguém a combate abertamente. Ninguém se reúne para lhe fazer guerra. Seus sequazes a deixam um a um sem estardalhaço; mas todos os dias alguns a abandonam, até que, enfim, ela não seja mais compartilhada, a não ser por uma minoria.

Nesse estado, ela ainda reina.

Como seus inimigos continuam a se calar, ou só comunicam seus pensamentos às escondidas, ficam eles próprios sem poder ter certeza de que uma grande revolução se consumou, e na dúvida permanecem imóveis. Observam e calam. A maioria não crê mais; mas ainda parece crer, e esse vão fantasma de uma opinião pública basta para paralisar os inovadores e mantê-los no silêncio e no respeito.

Vivemos numa época que viu as mais rápidas mudanças se consumarem no espírito dos homens. No entanto, é possível que logo as principais opiniões humanas sejam mais estáveis do que foram nos períodos precedentes de nossa história; esse tempo não veio, mas talvez esteja se aproximando.

À medida que examino mais de perto as necessidades e os instintos naturais dos povos democráticos, persuado-me de que, se um dia a igualdade se estabelecer de uma maneira geral e permanente no mundo, as grandes revoluções intelectuais e políticas se tornarão mais difíceis e mais raras do que se supõe.

Como os homens e as democracias sempre parecem abalados, incertos, hesitantes, prontos para mudar de vontade e de posição, imagina-se que vão abolir de repente suas leis, adotar novas crenças e adquirir novos costumes. Não se cogita que, se a igualdade leva os homens às mudanças, sugere-lhes interesses e gostos que precisam da estabilidade para se satisfazer; ela os impulsiona e, ao mesmo tempo, os detém, estimula-os e prende-os à terra; ela inflama seus desejos e limita suas forças.

Não se descobre isso logo de saída: as paixões que afastam os cidadãos uns dos outros numa democracia se manifestam por si mesmas. Mas não se percebe à primeira vista a força oculta que os retém e agrupa.

Ousarei dizê-lo no meio das ruínas que me rodeiam? O que mais temo para as gerações vindouras não são as revoluções.

Se os cidadãos continuarem a se encerrar cada vez mais estreitamente no círculo dos pequenos interesses domésticos e a nele se agitar sem descanso, podemos apreender que acabem se tornando como que inacessíveis a essas grandes e

poderosas emoções públicas que perturbam os povos, mas os desenvolvem e renovam. Quando vejo a propriedade tornar-se tão móvel e o amor à propriedade tão inquieto e tão ardente, não posso me impedir de temer que os homens cheguem ao ponto de encarar toda teoria nova como um perigo, toda inovação como uma incômoda perturbação, todo progresso social como um primeiro passo em direção a uma revolução, e se recusem inteiramente a se mover, com medo de serem arrastados. Estremeço, devo confessar, com a idéia de que eles se deixem enfim possuir tão bem por um covarde amor aos prazeres presentes que o interesse de seu futuro mesmo e do de seus descendentes desapareça, e prefiram seguir languidamente o curso de seu destino a fazer, se necessário, um súbito e enérgico esforço para corrigi-lo.

Muitos acreditam que as novas sociedades vão mudar de fisionomia cada dia, e eu temo que elas acabem por se fixar demasiado invariavelmente nas mesmas instituições, nos mesmos preconceitos, nos mesmos costumes; de tal sorte que o gênero humano se detenha e se bitole; que o espírito se volte e torne a se voltar eternamente para si mesmo, sem produzir novas idéias; que o homem se esgote em pequenos movimentos solitários e estéreis e que, movendo-se sem cessar, a humanidade não avance mais.

Por que os países democráticos desejam naturalmente a paz e os exércitos democráticos, naturalmente a guerra

Os mesmos interesses, os mesmos temores, as mesmas paixões que afastam os povos democráticos das revoluções os afastam também da guerra; o espírito militar e o espírito revolucionário se debilitam ao mesmo tempo e pelas mesmas causas.

O número sempre crescente de proprietários amigos da paz, o desenvolvimento da riqueza mobiliária, que a guerra devora tão rapidamente, essa mansuetude dos costumes, esse langor de coração, essa disposição para a piedade que a igualdade inspira, essa frieza de razão que torna pouco sensível às poéticas e violentas emoções que nascem entre as armas, todas essas causas se unem para extinguir o espírito militar.

Creio ser possível admitir como regra geral e constante que, nos povos civilizados, as paixões guerreiras se tornarão mais raras e menos vivas, à medida que as condições serão mais iguais.

No entanto a guerra é um acidente a que todos os povos estão sujeitos, tanto os povos democráticos como os outros. Qualquer que seja o gosto que essas nações tenham pela paz, é preciso que se mantenham prontas para repelir a guerra ou, em outras palavras, que tenham um exército.

A sorte, que faz coisas tão particulares a favor dos habitantes dos Estados Unidos, colocou-os no meio de um deserto em que não têm, por assim dizer, vizinhos. Alguns milhares de soldados lhes bastam, mas isso é americano, e não democrático.

A igualdade das condições e os costumes bem como as instituições que dela decorrem não subtraem um povo democrático da obrigação de manter um exército, e seu exército sempre exerce uma enorme influência sobre a sorte desse povo. Portanto é singularmente importante descobrir quais são os instintos naturais dos que o compõem.

Nos povos aristocráticos, sobretudo naqueles em que o nascimento é o único fator a determinar a posição social, a desigualdade se encontra no exército como na nação; o oficial é o nobre, o soldado é o servo. Um é necessariamente chamado a comandar, o outro a obedecer. Nos exércitos aristocráticos a ambição do soldado tem, pois, limites muito estreitos.

A dos oficiais tampouco é ilimitada.

Um corpo aristocrático não faz apenas parte de uma hierarquia; ele sempre contém uma hierarquia em seu seio; os membros que a compõem são situados uns acima dos outros, de uma maneira que não varia. Este é naturalmente chamado, por seu nascimento, a comandar um regimento, aquele uma companhia; chegando a esses termos extremos de suas esperanças, param por si mesmos e ficam satisfeitos com sua sorte.

Há primeiro uma grande causa que, nas aristocracias, atenua o desejo de promoção do oficial.

Nos povos aristocráticos, o oficial, independentemente da sua posição no exército, também ocupa uma posição elevada na sociedade; a primeira, a seus olhos quase nunca passa de um acessório da segunda; o nobre, ao abraçar a carreira das armas, obedece menos à ambição do que a uma espécie de dever que seu nascimento lhe impõe. Entra no exército a fim de empregar honradamente os anos ociosos da juventude e poder relatar em seu torrão e entre seus pares algumas lembranças honrosas da vida militar; mas seu objetivo principal não é adquirir, nessa carreira, bens, consideração e poder, porque possui essas vantagens por si mesmo e desfruta delas sem sair de casa.

Nos exércitos democráticos, todos os soldados podem se tornar oficiais, o que generaliza o desejo de promoção e amplia os limites da ambição militar quase ao infinito.

Por sua vez, o oficial não vê nada que o detenha natural e necessariamente em determinada patente, e cada patente

tem um valor imenso a seus olhos, porque sua posição na sociedade depende quase sempre de sua posição no exército.

Nos povos democráticos, é comum o oficial não ter outro bem além de seu soldo e a única consideração que pode esperar é a das suas honras militares. Assim, todas as vezes que muda de função, muda de fortuna e é, de certo modo, outro homem. O que era o acessório da existência nos exércitos aristocráticos tornou-se assim o principal, o todo, a própria existência.

Sob a antiga monarquia francesa, dava-se aos oficiais apenas seu título de nobreza. Em nossos dias, lhes é dado apenas seu título militar. Essa pequena mudança das formas de linguagem basta para indicar que uma grande revolução se produziu na constituição da sociedade e na constituição do exército.

No seio dos exércitos democráticos, a ânsia de promoção é quase universal; é ardente, tenaz, contínua; é acrescida de todos os outros desejos e só se extingue com a vida. Ora, é fácil ver que, de todos os exércitos do mundo, aqueles em que a promoção deve ser mais lenta em tempo de paz são os exércitos democráticos. Como o número de patentes é naturalmente limitado, o número de concorrentes quase incontável e a lei inflexível da igualdade pesa sobre todos, ninguém seria capaz de realizar progressos rápidos e muitos não podem mudar de posição. Assim, a necessidade de ser promovido é maior e a facilidade de ser promovido menor que em outros.

Todos os ambiciosos que um exército democrático contém desejam pois a guerra com veemência, porque a guerra esvazia as posições e permite enfim que seja violado esse direito de precedência que é o único privilégio natural na democracia.

Chegamos assim à singular consequência de que, de todos os exércitos, os que mais ardentemente desejam a guerra são os exércitos democráticos e de que, entre os povos, os que mais amam a paz são os povos democráticos; e o que acaba de tornar a coisa extraordinária é que a igualdade produz ao mesmo tempo esses efeitos contrários.

Sendo iguais, os cidadãos concebem todos os dias o desejo e descobrem a possibilidade de mudar de condição e aumentar seu bem-estar. Isso os dispõe a amar a paz, que faz prosperar a indústria e permite que cada um leve tranqüilamente a cabo seus pequenos empreendimentos; e, de outro lado, essa mesma igualdade, aumentando o apreço das honras militares aos olhos dos que seguem a carreira das armas e tornando as honras acessíveis a todos, faz os soldados sonharem com os campos de batalha. De ambas as partes, a inquietude do coração é a mesma, o gosto dos desfrutes é igualmente insaciável, a ambição é igual – somente o meio de a satisfazer é diferente.

Essas disposições opostas da nação e do exército fazem as sociedades democráticas se expor a grandes perigos.

Quando o espírito militar abandona um povo, a carreira militar cessa imediatamente de ser honrada, e os homens de guerra caem no último nível dos funcionários públicos. São pouco estimados e ninguém os compreende mais. Acontece então o contrário do que se vê nas eras aristocráticas. Não são mais os principais cidadãos que entram no exército, mas os menores. Eles só se entregam à ambição militar quando nenhuma outra é permitida. Isso forma um círculo vicioso de que é difícil sair. A elite da nação evita a carreira militar, porque essa carreira não é honrada; e não é honrada porque a elite da nação não entra mais nela.

Não é portanto espantoso que os exércitos democráticos se mostrem freqüentemente inquietos, ameaçadores e insatisfeitos com sua sorte, conquanto, de ordinário, a condição física seja mais suave neles e a disciplina menos rígida do que em todos os demais. O soldado se sente numa posição inferior e seu orgulho ferido acaba lhe dando gosto pela guerra, que o torna necessário, ou o amor às revoluções, durante as quais espera conquistar, armas na mão, a influência política e a consideração individual que lhe são contestadas.

A composição dos exércitos democráticos torna este último perigo deveras temível.

Na sociedade democrática, quase todos os cidadãos têm propriedades a conservar; mas os exércitos democráticos em geral são comandados por proletários. A maioria deles tem pou-

co a perder nos distúrbios civis. A massa da nação teme naturalmente muito mais as revoluções na democracia do que nas eras de aristocracia; mas os chefes do exército as temem muito menos.

Além disso, como nos povos democráticos, conforme disse acima, os cidadãos mais ricos, os mais instruídos, os mais capazes, não entram na carreira militar, acontece que o exército, em seu conjunto, acaba fazendo uma pequena nação à parte, em que a inteligência é menos difundida e os hábitos mais grosseiros do que na grande. Ora, essa pequena nação incivilizada possui as armas, e só ela sabe manejá-las.

De fato, o que aumenta o perigo que o espírito militar e turbulento do exército faz os povos democráticos correrem é o humor pacífico dos cidadãos; não há nada tão perigoso quanto um exército no seio de uma nação que não é guerreira; o amor excessivo de todos os cidadãos pela tranqüilidade coloca todos os dias, entre eles, a constituição à mercê dos soldados.

Pode-se dizer, portanto, de uma maneira geral, que, se os povos democráticos propendem naturalmente para a paz por seus interesses e seus instintos, são incessantemente atraídos para a guerra e as revoluções por seus exércitos.

As revoluções militares, que quase nunca são para temer nas aristocracias, são sempre para temer nas nações democráticas. Esses perigos devem ser classificados entre os mais temíveis de todos os que o futuro delas encerra; é preciso que a atenção dos homens públicos se aplique sem tréguas a remediar essa situação.

Quando uma nação se sente interiormente trabalhada pela ambição inquieta de seu exército, o primeiro pensamento que se apresenta é dar a guerra por objeto a essa ambição incômoda.

Não quero falar mal da guerra: ela quase sempre enaltece o pensamento de um povo e eleva seu coração. Há casos em que só ela é capaz de deter o desenvolvimento excessivo de certos pendores que a igualdade faz nascer naturalmente e em que se deve considerá-la necessária a certas doenças invereadas a que as sociedades democráticas são sujeitas.

A guerra tem grandes vantagens; mas ninguém se deve persuadir de que ela diminua o perigo que acabo de assina-

lar. Ela apenas o suspende, e ele retorna mais terrível depois dela; porque o exército suporta com muito maior impaciência a paz depois de ter provado a guerra. A guerra seria um remédio apenas para um povo que sempre almejasse a glória.

Prevejo que todos os príncipes guerreiros que se erguerão no seio das grandes nações democráticas descobrirão que é mais fácil para eles vencer com seu exército do que fazê-lo viver em paz depois da vitória. Há duas coisas que um povo democrático sempre terá grande dificuldade de fazer: começar a guerra e concluí-la.

Se, aliás, a guerra tem vantagens particulares para os povos democráticos, por outro lado ela os faz correr certos perigos que as aristocracias não têm a temer, no mesmo grau. Citarei apenas dois.

Se a guerra satisfaz o exército, ela atrapalha e muitas vezes desespera essa multidão incontável de cidadãos cujas pequenas paixões necessitam, dia após dia, da paz para serem satisfeitas. Portanto ela pode vir a fazer nascer, sob outra forma, a desordem que deve prevenir.

Não há guerra longa que, num país democrático, ponha em grande risco a liberdade. Não é que se deva temer ver precisamente, em tal país, após cada vitória, os generais vitoriosos tomarem pela força o soberano poder, à maneira de Sila e César. O perigo é de outro tipo. A guerra nem sempre entrega os povos democráticos ao governo militar; mas ela não pode deixar de aumentar imensamente, nesses povos, as atribuições do governo civil; ela centraliza quase forçosamente nas mãos deste a direção de todos os homens e o uso de todas as coisas. Se não leva de repente ao despotismo pela violência, conduz calmamente a ele pelos hábitos.

Todos os que procuram destruir a liberdade no seio de uma nação democrática devem saber que o meio mais seguro e mais curto para tanto é a guerra. Este é o primeiro axioma da ciência.

Um remédio parece se oferecer por si mesmo, quando a ambição dos oficiais e dos soldados se torna temível: aumentar o número de postos a prover, aumentando o exército. Isso alivia o mal presente, mas compromete ainda mais o futuro.

Aumentar o exército pode produzir um efeito duradouro numa sociedade aristocrática, porque, nessas sociedades, a ambição militar é limitada a uma só espécie de homens e se detém, para cada homem, em certo limite; de tal sorte que é possível conseguir contentar mais ou menos todos os que a nutrem.

Mas, num povo democrático, não se ganha nada aumentando o exército, porque o número de ambiciosos aumenta sempre exatamente na mesma proporção que o próprio exército. Aqueles cujos desejos você satisfaz criando novos cargos logo serão substituídos por uma nova multidão que você não pode satisfazer, e até os primeiros logo recomençarão a se queixar; porque a mesma agitação de espírito que reina entre os cidadãos de uma democracia se revela no exército; o que se quer aí não é ganhar determinada patente, mas ser sempre promovido. Os desejos não são muito vastos, mas renascem sem cessar. Por conseguinte, um povo democrático que aumenta seu exército não faz nada mais que atenuar por um momento a ambição dos homens de guerra; mas ela não tarda a retornar mais temível, porque os que a sentem são mais numerosos.

Quanto a mim, penso que um espírito inquieto e turbulento é um mal inerente à própria constituição dos exércitos democráticos e que se deve renunciar a curá-lo. Os legisladores das democracias não devem obstinar-se a encontrar uma organização militar que tenha, de per si, a força de aplacar e conter os homens guerreiros; eles se esgotariam em vãos esforços antes de consegui-lo.

Não é no exército que se pode encontrar remédio para os vícios do exército, mas no país.

Os povos democráticos temem naturalmente o distúrbio e o despotismo. Trata-se apenas de fazer desses instintos gostos refletidos, inteligentes e estáveis. Quando os cidadãos aprendem finalmente a fazer um pacífico e calmo uso da liberdade e sentem seus benefícios; quando contraem um amor viril à ordem e se dobram voluntariamente à regra, esses mesmos cidadãos, entrando na carreira das armas, levam a ela, sem saber e como que a contragosto, esses hábitos e esses costumes. O espírito geral da nação, penetrando o espírito

particular do exército, tempera as opiniões e os desejos que a carreira militar faz nascer ou, pela força onipotente da opinião pública, os contém. Tenham cidadãos esclarecidos, regradados, firmes e livres, e terão soldados disciplinados e obedientes.

Toda lei que, reprimindo o espírito turbulento do exército, tendesse a reduzir, no seio da nação, o espírito de liberdade civil e a obscurecer a idéia do direito e dos direitos, iria contra seu objetivo, portanto. Ela contribuiria para o estabelecimento da tirania militar, muito mais do que o prejudicaria.

Afinal de contas, e não obstante o que se faça, um grande exército, no seio de um povo democrático, será sempre um grande perigo; e o meio mais eficaz de reduzir esse perigo é reduzir o exército; mas trata-se um remédio que nem todos os povos podem usar.

CAPÍTULO XXIII

Qual é, nos exércitos democráticos, a classe mais aguerrida e mais revolucionária

É da essência de um exército democrático ser numeroso, relativamente ao povo que o forma; mais adiante explicarei as razões disso.

Por outro lado, os homens que vivem nas eras democráticas não escolhem a carreira militar.

Os povos democráticos são logo levados a renunciar ao recrutamento voluntário, para recorrer ao alistamento obrigatório. A necessidade de sua condição os obriga a adotar este último meio, e podemos predizer facilmente que todos o adotarão.

Sendo o serviço militar obrigatório, ele se distribui indistinta e igualmente entre todos os cidadãos. Também isso decorre necessariamente da condição desses povos e de suas idéias. O governo deles pode quase tudo o que quer, contanto que se dirija a todo o mundo ao mesmo tempo; é a desigualdade do peso, não o peso mesmo, que em geral leva os cidadãos a resistir a ele.

Ora, sendo o serviço militar comum a todos, daí resulta evidentemente que cada um fica apenas um pequeno número de anos no exército.

Assim, é da natureza das coisas que o soldado só esteja de passagem pelo exército, ao passo que, na maioria das nações aristocráticas, o estado militar é um mister que o soldado adota ou que lhe é imposto por toda a vida.

Isso tem grandes conseqüências. Entre os soldados que compõem um exército democrático, alguns se dedicam à vida militar; a maioria, porém, vestindo a farda contra a vontade

e sempre pronta a voltar para casa, não se considera seriamente engajada na carreira militar e só pensa em dar baixa. Estes não adquirem as necessidades e nunca compartilham inteiramente das paixões que essa carreira faz nascer. Eles se submetem a seus deveres militares, mas a alma deles permanece presa aos interesses e aos desejos que a enchiam na vida civil. Eles não fazem seu o espírito do exército; ao contrário, levam para o exército o espírito da sociedade e conservam-no aí. Nos povos democráticos, os simples soldados é que permanecem mais cidadãos; é sobre eles que os hábitos nacionais conservam mais intensamente sua influência e a opinião pública, mais poder. É sobretudo pelos soldados que se pode ter a esperança de fazer penetrar num exército democrático o amor à liberdade e o respeito aos direitos que se soube inspirar ao próprio povo. O contrário sucede nas nações aristocráticas, nas quais os soldados acabam não tendo nada mais em comum com os concidadãos e vivendo entre eles como estrangeiros, não raro como inimigos.

Nos exércitos aristocráticos, o elemento conservador é o oficial, porque somente o oficial mantém vínculos estreitos com a sociedade civil e nunca abandona a vontade de mais cedo ou mais tarde retomar seu lugar nela; nos exércitos democráticos, é o soldado, e por causas análogas.

É comum, ao contrário, que, nesses mesmos exércitos democráticos, o oficial adquira gostos e desejos inteiramente à parte dos da nação. É compreensível.

Nos povos democráticos, o homem que se torna oficial rompe todos os vínculos que o prendiam à vida civil; sai dela para sempre e não tem o menor interesse em voltar. Sua verdadeira pátria é o exército, pois só é alguma coisa pela posição que tem nele; por isso, segue a fortuna do exército, cresce ou decresce com ele, e é apenas para ele que, desde o seu alistamento, dirige suas esperanças. Como o oficial tem necessidades bem distintas das do país, pode acontecer que ele deseje ardentemente a guerra ou trabalhe para uma revolução, no momento mesmo em que a nação mais aspira à estabilidade e à paz.

Todavia, há causas que temperam nele o humor guerreiro e inquieto. Se, nos povos democráticos, a ambição é univer-

sal e contínua, vimos que raramente é grande. O homem que, saindo das classes secundárias da nação, passando pelas posições inferiores do exército, alcança a patente de oficial já deu um passo imenso. Ele finca os pés numa esfera superior à que ocupava no seio da sociedade civil e adquire direitos que a maioria das nações democráticas sempre considerará inalienáveis¹. Ele se detém naturalmente depois desse grande esforço e pensa em desfrutar sua conquista. O medo de comprometer o que possui já atenua em seu coração a vontade de adquirir o que não tem. Depois de vencer o primeiro e maior obstáculo que detinha seus progressos, ele se resigna com menos impaciência à lentidão de sua marcha. Esse arrefecimento da ambição aumenta à medida que, subindo de patente, ele se acha tendo mais a perder ao se arriscar. Ou muito me engano, ou a parte menos guerreira, bem como menos revolucionária, de um exército democrático será sempre seu comando.

O que acabo de dizer do oficial e do soldado não se aplica a uma numerosa categoria que, em todos os exércitos, ocupa entre eles a posição intermediária: quero falar dos suboficiais.

Essa classe dos suboficiais que, antes da presente época, ainda não havia aparecido na história, creio que está destinada doravante a nela representar um papel.

Do mesmo modo que o oficial, o suboficial rompeu em seu pensamento todos os vínculos que o prendiam à sociedade civil; como ele, fez do estado militar sua carreira e, mais que ele talvez, concentrou nela todos os seus desejos; mas ainda não alcançou, como o oficial, um ponto elevado e sólido em que lhe seja cômodo deter-se e respirar à vontade, enquanto espera poder subir mais alto.

Pela natureza mesma das suas funções, que não poderia mudar, o suboficial é condenado a levar uma vida obscura, estreita, incômoda e precária. Do estado militar, ainda só enxerga os perigos. Conhece apenas as privações e a obediência, mais difíceis de suportar do que os perigos. Suporta tanto mais suas misérias presentes por saber que a constituição da sociedade e a constituição do exército lhe permitem livrar-se delas: de fato, de um dia para o outro pode se tornar oficial.

Comanda então, tem honrarias, independência, direitos, gozos; não apenas esse objeto das suas esperanças lhe parece imenso, como antes de obtê-lo nunca está certo de alcançá-lo; é entregue todos os dias à arbitrariedade de seus chefes; as necessidades da disciplina requerem imperiosamente que assim seja. Um leve erro, um capricho sempre podem fazê-lo perder, num momento, o fruto de vários anos de trabalhos e esforços. Até chegar à patente que cobiça, nada fez, portanto. Somente então parece-lhe ingressar na carreira. Num homem assim aguilhoado sem cessar por sua juventude, suas necessidades, suas paixões, pelo espírito de sua época, por suas esperanças e temores, não pode deixar de se acender uma ambição desesperada.

O suboficial quer, pois, a guerra, a quer sempre e a qualquer preço; e, se lhe recusam a guerra, deseja as revoluções, que suspendem a autoridade das regras no meio das quais ele espera, através da confusão e das paixões políticas, expulsar seu oficial e tomar o lugar dele; não é impossível o suboficial que as provoque, porque ele exerce uma grande influência sobre os soldados pela comunidade de origem e de hábitos, embora deles difira, e muito, pelas paixões e pelos desejos.

Seria um erro acreditar que essas disposições diversas do oficial, do suboficial e do soldado pertencem a um tempo ou a um país dados. Elas se mostrarão em todas as épocas e em todas as nações democráticas.

Em todo exército democrático, será sempre o suboficial quem menos representará o espírito pacífico e regular do país, e o soldado quem melhor o representará. O soldado introduzirá na carreira militar a força ou a fraqueza dos costumes nacionais; ele mostrará no exército a imagem fiel da nação. Se esta for ignorante e fraca, ele se deixará levar à desordem por seus chefes, sem saber ou a contragosto. Se for esclarecida e enérgica, ele próprio os manterá na ordem.

CAPÍTULO XXIV

O que torna os exércitos democráticos mais fracos que os outros exércitos ao entrar em campanha e mais temíveis quando a guerra se prolonga

Todo exército que entra em campanha após uma longa paz corre o risco de ser vencido; todo exército que combateu por muito tempo tem grandes chances de vencer: essa verdade é particularmente aplicável aos exércitos democráticos.

Nas aristocracias, o estado militar, sendo uma carreira privilegiada, é honrado mesmo em tempo de paz. Os homens com grande talento, grandes luzes e uma grande ambição abraçam-no; o exército se encontra, em todas as coisas, no nível da nação; muitas vezes até o supera.

Vimos como, ao contrário, nos povos democráticos, a elite da nação se afastava pouco a pouco da carreira militar para procurar, por outros caminhos, a consideração, o poder e, sobretudo, a riqueza. Depois de uma longa paz, e nas eras democráticas as pazes são longas, o exército é sempre inferior ao país mesmo. É nesse estado que a guerra o encontra; e até a guerra mudá-lo há risco para o país e para o próprio exército.

Mostrei como, nos exércitos democráticos e em tempo de paz, o direito de antiguidade era a lei suprema e inflexível da promoção. Isso não decorre apenas da constituição desses exércitos, conforme mostrei, mas da própria constituição do povo, e sempre veremos tal fato.

Ademais, como nesses povos o oficial só é alguma coisa no país por sua posição militar, da qual tira toda a sua consideração e todo o seu conforto, ele só se retira ou é excluído do exército nos limites extremos da vida.

Resulta dessas duas causas que, quando após um longo repouso um povo democrático empunha enfim as armas, todos os chefes do seu exército são uns velhotes. Não estou falando apenas dos generais, mas também dos oficiais subalternos, a maioria dos quais permaneceu imóvel ou só pôde caminhar passo a passo. Se examinarmos um exército democrático após uma longa paz, veremos com surpresa que todos os soldados estão perto da infância e todos os chefes em declínio; de tal sorte que os primeiros carecem de experiência e os segundos, de vigor.

Esta é uma grande causa de reveses; porque a primeira condição para conduzir bem a guerra é ser jovem; eu não teria ousado dizê-lo, se o maior capitão dos tempos modernos não tivesse dito.

Essas duas causas não agem da mesma maneira sobre os exércitos aristocráticos.

Como, neles, a promoção se dá muito mais por direito de nascimento do que de antiguidade, sempre encontramos em todas as patentes certo número de homens jovens que levam à guerra toda a primeira energia do corpo e da alma.

Ademais, como os homens que buscam as honras militares num povo aristocrático têm uma posição garantida na sociedade civil, raramente esperam que a proximidade da velhice os surpreenda no exército. Depois de ter consagrado à carreira das armas os mais vigorosos anos de sua juventude, eles próprios se retiram e vão despender em seus lares os restos de sua idade madura.

Uma longa paz não apenas enche os exércitos democráticos de velhos oficiais, mas também dá a todos os oficiais hábitos de corpo e de espírito que os tornam pouco aptos para a guerra. Quem viveu por muito tempo no meio da atmosfera sossegada e tépida dos costumes democráticos tem certa dificuldade para se submeter aos rudes trabalhos e aos austeros deveres que a guerra impõe. Se não perde de todo o gosto pelas armas, pelo menos adquire modos de vida que o impedem de vencer.

Nos povos aristocráticos, a languidez da vida civil exerce menos influência sobre os modos militares, porque, nesses povos, é a aristocracia que conduz o exército. Ora, uma

aristocracia, por mais mergulhada que esteja nas delícias, sempre tem várias outras paixões além do bem-estar e de bom grado sacrifica momentaneamente seu bem-estar para melhor satisfazer essas paixões.

Mostrei como, nos exércitos democráticos, em tempo de paz, a lentidão das promoções é extrema. Os oficiais em princípio suportam esse estado de coisas com impaciência; agitam-se, inquietam-se e desesperam-se; mas, com o tempo, a maioria deles se resigna. Os que têm mais ambição e mais recursos saem do exército; os outros, adequando enfim seus gostos e seus desejos à mediocridade de sua sorte, acabam considerando o estado militar sob um aspecto civil. O que mais apreciam é a comodidade e a estabilidade que o acompanham; sobre a segurança dessa pequena fortuna, eles fundam toda a imagem de seu futuro e não desejam mais nada além de desfrutá-lo calmamente.

Assim, não apenas uma longa paz toma conta dos velhos oficiais dos exércitos democráticos, como costuma dar instintos de velhotes aos que ainda estão na flor da idade.

Mostrei igualmente como, nas nações democráticas, em tempo de paz, a carreira militar era pouco honrada e mal seguida.

Esse desfavor público é um peso enorme sobre o espírito do exército. As almas ficam como que vergadas por ele e quando, finalmente, a guerra chega, elas não seriam capazes de recobrar num momento sua elasticidade e seu vigor.

Tal causa de debilitação moral não é encontrada nos exércitos aristocráticos. Neles, os oficiais nunca se encontram rebaixados a seus próprios olhos nem aos de seus semelhantes, porque, independentemente de sua grandeza militar, são grandes por si mesmos.

Mesmo se a influência da paz se fizesse sentir da mesma maneira sobre os dois exércitos, ainda assim os resultados seriam diferentes.

Quando os oficiais de um exército aristocrático perderam o espírito guerreiro e o desejo de se elevar pelas armas, resta-lhes ainda certo respeito à honra da sua ordem e um velho hábito de ser os primeiros e dar o exemplo. Mas, quando os oficiais de um exército democrático não têm mais amor à guerra nem ambição militar, não resta nada.

Creio, pois, que um povo democrático que empreende uma guerra após uma longa paz corre muito mais o risco de ser vencido; mas não deve se deixar abater facilmente pelos reveses, porque a chance de seu exército aumenta com a própria duração da guerra.

Quando a guerra, prolongando-se, arranca por fim todos os cidadãos de seus trabalhos sossegados e faz seus pequenos empreendimentos fracassarem, as mesmas paixões que os faziam dar tanto apreço à paz se voltam para as armas. A guerra, depois de ter destruído todas as indústrias, se torna a grande e única indústria, e é somente para ela que se dirigem então, de toda a parte, os ardentes e ambiciosos desejos que a igualdade faz nascer. É por isso que essas mesmas nações democráticas que têm tanta dificuldade de ir para os campos de batalha realizam neles, às vezes, coisas prodigiosas, quando por fim se consegue fazê-las empunhar as armas.

À medida que a guerra atrai cada vez mais todos os olhares para o exército, que a vemos criar em pouco tempo grandes reputações e grandes fortunas, a elite da nação segue a carreira das armas; todos os espíritos naturalmente empreendedores, altivos e guerreiros, que não somente a aristocracia mas o país inteiro produz, são levados a ela.

Como o número dos que concorrem às honras militares é imenso e como a guerra força cada um para o lugar que lhe cabe, sempre acabam se revelando grandes generais. Uma longa guerra produz sobre um exército democrático o que uma revolução produz sobre o povo mesmo. Ela rompe as regras e faz surgir todos os homens extraordinários. Os oficiais cuja alma e cujo corpo envelheceram na paz são afastados, se retiram ou morrem. No lugar deles, se acotovela uma multidão de homens que a guerra já temperou e cujos desejos ampliou e inflamou. Estes querem crescer a qualquer preço e crescer sem cessar; depois deles vêm outros que têm paixões e desejos idênticos; e, depois desses outros, outros mais, sem limites fora os do exército. A igualdade possibilita a todos a ambição, e a morte se encarrega de fornecer a todos as ambições das oportunidades. A morte abre incessantemente as fileiras, esvazia postos, fecha e abre a carreira.

Aliás, há entre os modos militares e os modos democráticos uma relação oculta que a guerra descobre.

Os homens das democracias têm naturalmente o desejo apaixonado de adquirir depressa os bens que cobijam e de desfrutá-los facilmente. A maioria deles adora o acaso e teme muito menos a morte do que a prostração. É com esse espírito que conduzem o comércio e a indústria; e esse mesmo espírito, transportado por eles para os campos de batalha, os leva a expor sua vida para obter, num momento, os louros da vitória. Não há grandezas que satisfaçam mais a imaginação de um povo democrático do que a grandeza militar, grandeza brilhante e súbita que se obtém sem trabalho, arriscando apenas a vida.

Assim, enquanto o interesse e os gostos afastam da guerra os cidadãos de uma democracia, os hábitos de sua alma os preparam para travá-la, e bem; eles se tornam naturalmente bons soldados, mal se consegue arrancá-los de seus negócios e de seu bem-estar.

Se a paz é particularmente nociva aos exércitos democráticos, a guerra lhes assegura, portanto, vantagens que os outros exércitos não têm; e essas vantagens, embora pouco sensíveis de início, não podem deixar de lhes assegurar, com o tempo, a vitória.

Um povo aristocrático que, lutando contra uma nação democrática, não conseguir arruiná-la nas primeiras campanhas, corre sempre o grande risco de ser vencido por ela (E).

CAPÍTULO XXV

Da disciplina nos exércitos democráticos

É uma opinião muito difundida, principalmente entre os povos aristocráticos, que a grande igualdade social reinante no seio das democracias torna com o tempo o soldado independente do oficial, destruindo assim o vínculo da disciplina.

É um erro. De fato, há duas espécies de disciplina que não se deve confundir.

Quando o oficial é nobre e o soldado, servo, um rico, o outro pobre; quando o primeiro é esclarecido e forte, e o segundo ignorante e fraco, é fácil estabelecer entre esses dois homens o mais estreito vínculo de obediência. O soldado é dobrado à disciplina militar antes, por assim dizer, de entrar no exército, ou melhor, a disciplina militar não passa de um aperfeiçoamento da servidão social. Nos exércitos aristocráticos, o soldado chega facilmente a ser como que insensível a todas as coisas, exceto à ordem de seus chefes. Age sem pensar, triunfa sem ardor e morre sem se queixar. Nesse estado, não é mais um homem, mas ainda um animal temível adestrado para a guerra.

É preciso que os povos democráticos desistam de obter um dia de seus soldados essa obediência cega, minuciosa, resignada e sempre igual que os povos aristocráticos impõem aos seus sem dificuldade. O estado da sociedade não os prepara para tanto: eles arriscariam perder suas vantagens naturais querendo adquiri-las artificialmente. Nos povos democráticos, a disciplina militar não deve procurar aniquilar o livre desenvolvimento das almas; ela não pode aspirar mais que a dirigir esse desenvolvimento; a obediência que ela cria é me-

nos exata, porém mais impetuosa e mais inteligente. Sua raiz está na vontade mesma daquele que obedece, ela não se apóia apenas em seu instinto, mas também em sua razão: por isso ela se intensifica por si mesma à medida que o perigo a torna necessária. A disciplina de um exército aristocrático se afrouxa facilmente na guerra, porque essa disciplina se baseia nos hábitos e a guerra perturba esses hábitos. A disciplina de um exército democrático, ao contrário, se fortalece diante do inimigo, porque cada soldado vê então claramente que tem de se calar e obedecer para poder vencer.

Os povos que realizaram as coisas mais consideráveis pela guerra não conheceram outra disciplina além da que falo. Entre os antigos, só eram aceitos nos exércitos homens livres e cidadãos, os quais diferiam pouco uns dos outros e estavam acostumados a se tratar como iguais. Nesse sentido, podemos dizer que os exércitos da Antiguidade eram democráticos, muito embora proviessem da aristocracia; por isso reinava nesses exércitos uma espécie de confraternidade familiar entre o oficial e o soldado. Convince-nos disso a leitura da *Vida dos grandes capitães* de Plutarco. Os soldados falam sem cessar e bem livremente a seus generais, que ouvem de bom grado os discursos de seus soldados e a eles respondem. É por meio das palavras e dos exemplos, muito mais que pela coerção e pelas punições, que os conduzem. Parecem muito mais companheiros do que chefes.

Não sei se os soldados gregos e romanos aperfeiçoaram ao mesmo ponto que os russos os pequenos detalhes da disciplina militar; mas isso não impediu Alexandre de conquistar a Ásia, e Roma, o mundo.

CAPÍTULO XXVI

Algumas considerações sobre a guerra nas sociedades democráticas

Quando o princípio da igualdade não se desenvolve apenas numa nação, mas ao mesmo tempo em vários povos vizinhos, conforme se vê em nossos dias na Europa, os homens que vivem nesses países diversos, apesar da disparidade das línguas, dos usos e das leis, coincidem no fato de temerem igualmente a guerra e conceberem pela paz um mesmo amor¹. Em vão a ambição ou a cólera arma os príncipes; uma espécie de apatia e de benevolência universal os aplaca a despeito de si mesmos e faz cair a espada de suas mãos. As guerras se tornam mais raras.

À medida que a igualdade, desenvolvendo-se ao mesmo tempo em vários países, canaliza simultaneamente para a indústria e comércio os homens que neles habitam, não apenas os gostos deles se assemelham, mas seus interesses se mesclam e se entrelaçam, de tal modo que nenhuma nação é capaz de infligir às outras males que não recaiam sobre ela mesma e que todas acabam considerando a guerra uma calamidade quase tão grande para o vencedor como para o vencido.

Assim, de um lado, é difícil, nas eras democráticas, levar os povos a se combaterem; mas, por outro lado, é quase impossível dois deles travarem isoladamente a guerra. Os interesses de todos são tão enlaçados, suas opiniões e suas necessidades tão semelhantes, que nenhum deles poderia manter-se em repouso quando os outros se agitam. As guerras se tornam, pois, mais raras; no entanto, quando nascem, têm um campo mais vasto.

Povos democráticos que se avizinham não se tornam apenas semelhantes em alguns pontos, conforme acabo de dizer; terminam se parecendo em quase todos².

Ora, essa similitude dos povos tem, quanto à guerra, conseqüências importantíssimas.

Quando me pergunto por que a confederação helvética do século XV fazia tremer as maiores e mais poderosas nações da Europa, ao passo que, em nossos dias, seu poder é exatamente proporcional à sua população, chego à conclusão de que os suíços se tornaram semelhantes a todos os homens que os rodeiam, e estes aos suíços; de tal sorte que, sendo a diferença determinada apenas pelo número, aos maiores batalhões pertence necessariamente a vitória. Um dos resultados da revolução democrática que se realiza na Europa é, portanto, fazer prevalecer em todos os campos de batalha a força numérica e coagir todas as pequenas nações a se incorporar às grandes, ou pelo menos a entrar na política dessas últimas.

Sendo o número a razão determinante da vitória, resulta daí que cada povo deve tender com todos os esforços a levar a maior quantidade possível de homens para o campo de batalha.

Quando era possível arregar uma espécie de tropa superior a todas as outras, como a infantaria suíça ou a cavalaria francesa do século XVI, não se achava necessário formar exércitos muito grandes; no entanto não é mais assim quando todos os soldados se equivalem.

A mesma causa que faz surgir essa nova necessidade também fornece os meios de satisfazê-la. Porque, conforme eu disse, quando todos os homens são semelhantes, são todos fracos. O poder social é naturalmente muito mais forte nos povos democráticos do que em todos os outros. Esses povos, ao mesmo tempo que sentem o desejo de chamar toda a população viril às armas, têm pois a faculdade de reuni-la sob elas – o que faz que, nas eras de igualdade, os exércitos pareçam crescer à medida que o espírito militar se extingue.

Nas mesmas épocas, a maneira de fazer a guerra também muda pelas mesmas causas.

Maquiavel diz em seu livro *O príncipe* que “é muito mais difícil subjugar um povo que tem por chefes um príncipe e barões, do que uma nação conduzida por um príncipe e escravos”. Admitamos, para não ofender ninguém, funcionários públicos no lugar de escravos, e teremos uma grande verdade, plenamente aplicável a nosso tema.

É muito difícil, para um grande povo aristocrático, conquistar seus vizinhos e ser conquistado por eles. Não seria capaz de conquistá-los, porque nunca pode reunir todas as forças e mantê-las por muito tempo juntas; e não pode ser conquistado, porque o inimigo encontra em toda a parte pequenos focos de resistência que o detêm. Compararei a guerra num país aristocrático com a guerra num país montanhoso: os vencidos encontram a cada instante a oportunidade de se reagrupar em novas posições e aí resistir.

Precisamente o contrário se manifesta nas nações democráticas.

Estas levam facilmente todas as suas forças disponíveis para o campo de batalha e, quando a nação é rica e numerosa, torna-se facilmente conquistadora; entretanto, uma vez que a vencem e penetram em seu território, restam-lhe poucos recursos e, se chegarem a tomar a capital, a nação estará perdida. Isso se explica facilmente: como cada cidadão está individualmente muito isolado e fraco, ninguém pode nem se defender sozinho, nem servir de ponto de apoio para outros. Só é forte num país democrático o Estado; como a força militar do Estado é reduzida pela destruição de seu exército e seu poder civil paralisado pela tomada da capital, o resto não constitui mais que uma multidão sem regra e sem força que não pode lutar contra a força organizada que a ataca. Sei que é possível diminuir o perigo criando liberdades e, por conseguinte, existências provinciais, mas esse remédio será sempre insuficiente.

Não apenas a população não mais poderá continuar a guerra então, mas é de temer que não queira nem tentá-la.

De acordo com o direito dos homens adotado pelas nações civilizadas, as guerras não têm por objetivo apropriar-se dos bens particulares, mas apenas apoderar-se do poder político. Não se destrói a propriedade privada, a não ser ocasionalmente e para alcançar o segundo objetivo.

Quando uma nação aristocrática é invadida depois da derrota de seu exército, os nobres, muito embora sejam ao mesmo tempo riquíssimos, preferem continuar individualmente se defendendo a submeter-se; porque, se o vencedor se tornasse senhor do país, tomar-lhes-ia seu poder político, ao qual se apegam mais ainda do que a seus bens: preferem portanto os combates à conquista, que é para eles a maior das desgraças, e levam facilmente consigo o povo, porque o povo adquiriu o longo costume de segui-los e obedecer-lhes, e aliás não tem quase nada a arriscar na guerra.

Numa nação onde reina a igualdade de condições, cada cidadão, ao contrário, só tem uma mínima participação no poder político, e muitas vezes nenhuma; de outro lado, todos são independentes e têm bens a perder, de tal modo que, em tal nação, teme-se muito menos a conquista e muito mais a guerra do que num povo aristocrático. Será sempre muito difícil determinar uma população democrática a pegar em armas quando a guerra tiver por teatro seu território. Por isso, é necessário dar a esses povos direitos e um espírito político que sugira a cada cidadão alguns dos interesses que fazem agir os nobres nas aristocracias.

É preciso que os príncipes e os outros chefes das nações democráticas lembrem-se disso: somente a paixão e o hábito da liberdade podem lutar vantajosamente contra o hábito e a paixão do bem-estar. Não imagino nada mais predisposto para a conquista, em caso de revés, do que um povo democrático que não tenha instituições livres.

Outrora entrava-se em guerra com poucos soldados; travavam-se pequenos combates e faziam-se longos cercos. Agora, travam-se grandes batalhas e, assim que se pode avançar livremente, corre-se para a capital, a fim de terminar a guerra de uma só vez.

Napoleão inventou, ao que se diz, esse novo sistema. Não dependia de um homem, qualquer que fosse, criar sistema semelhante. A maneira como Napoleão fez a guerra lhe fora sugerida pelo estado da sociedade de seu tempo, e essa maneira deu certo para ele porque era maravilhosamente apropriada para esse estado e porque ele a aplicava pela primeira vez. Napoleão foi o primeiro a percorrer, à frente de

um exército, o caminho de todas as capitais. Mas a ruína da sociedade feudal é que lhe abriu essa estrada. É lícito crer que, se esse homem extraordinário tivesse nascido há trezentos anos, não teria colhido os mesmos frutos de seu método ou, antes, teria empregado outro método.

Não vou acrescentar mais que uma palavra relativa às guerras civis, porque temo cansar a paciência do leitor.

A maior parte das coisas que disse a propósito das guerras estrangeiras se aplica, com maior razão, às guerras civis. Os homens que vivem nos países democráticos não têm por natureza o espírito militar; às vezes o adquirem quando são arrastados a contragosto para os campos de batalha; mas levantar-se em massa por conta própria e expor-se voluntariamente às misérias da guerra e, sobretudo, às misérias acarretadas pela guerra civil, é uma decisão que o homem das democracias não se resolve a tomar. Somente os cidadãos mais aventureiros é que aceitam lançar-se em semelhante risco; a massa da população permanece imóvel.

Mesmo se ela quisesse agir, não conseguiria facilmente; porque ela não encontra em seu seio influências antigas e bem estabelecidas a que se disponha a submeter-se, não encontra chefes já conhecidos para reunir os descontentes, organizá-los e comandá-los; não encontra poderes políticos situados acima do poder nacional que venham apoiar eficazmente a resistência que lhe é feita.

Nos países democráticos, a força moral da maioria é imensa, e as forças materiais de que ela dispõe, desproporcional à que é possível reunir inicialmente contra ela. A fração que está instalada no assento da maioria, que fala em seu nome e emprega seu poder triunfa, pois, num instante e sem dificuldade, sobre todas as resistências particulares. Não lhes dá nem sequer tempo de nascer; esmaga seu germe.

Aqueles que, nesses povos, querem fazer uma revolução pelas armas não possuem, portanto, outros recursos, senão apoderar-se inesperadamente da máquina já montada do governo, o que pode ser executado por um golpe em vez de por uma guerra; porque, a partir do momento em que há guerra em regra, a fração que representa o Estado tem quase sempre a segurança de vencer.

O único caso em que uma guerra civil poderia nascer seria aquele em que, dividindo-se o exército, uma porção levantaria o estandarte da revolta e a outra permaneceria fiel. Um exército constitui uma pequena sociedade intimamente ligada e muito vivaz, que está em condições de se bastar por algum tempo. A guerra poderia ser sangrenta; mas não seria longa; porque, ou o exército revoltado atrairia para si o governo pela simples demonstração das suas forças ou por sua primeira vitória, e a guerra terminaria; ou a luta se travaria, e a porção do exército que não se apoiasse na força organizada do Estado não tardaria a se dispersar ou a ser destruída.

Assim, pode-se admitir, como verdade geral, que nas eras de igualdade, as guerras civis se tornarão muito mais raras e mais curtas³.

QUARTA PARTE

Da influência que as idéias e os sentimentos democráticos exercem sobre a sociedade política

Cumprirei mal o objetivo deste livro se, depois de ter mostrado as idéias e os sentimentos que a igualdade sugere, não mostrar, ao terminar, qual a influência geral que esses mesmos sentimentos e essas mesmas idéias podem exercer sobre o governo das sociedades humanas.

Para consegui-lo, serei obrigado a voltar seguidamente atrás. Mas espero que o leitor não se recuse a me acompanhar, quando caminhos que lhe são conhecidos o conduzirem a alguma nova verdade.

CAPÍTULO I

A igualdade dá naturalmente aos homens o gosto pelas instituições livres

A igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, os faz contrair o hábito e o gosto de, em suas ações particulares, seguir tão-somente sua vontade. Essa inteira independência, de que desfrutam continuamente ante seus iguais e no uso da vida privada, os dispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere, ao contrário, a idéia e o amor à liberdade política. Os homens que vivem nesse tempo caminham pois numa trilha natural que os leva às instituições livres. Tome um deles ao acaso; remonte, se puder, até seus instintos primitivos e descobrirá que, entre os diferentes governos, aquele que ele primeiro concebe e mais apreça é o governo cujo chefe ele elegeu e cujos atos ele controla.

De todos os efeitos políticos que a igualdade de condições produz, é esse amor à independência que primeiro chama a atenção e com que mais os espíritos tímidos se apavoram, e podemos dizer que estão totalmente equivocados por se apavorarem, porque a anarquia tem características mais assustadoras nos países democráticos do que em outros. Como os cidadãos não têm nenhuma influência uns sobre os outros, no instante em que o poder nacional que contém todos eles em seu devido lugar falta, parece que a desordem logo vai atingir seu ápice e que, como cada cidadão se retira para seu canto, o corpo social vai se encontrar de repente reduzido a poeira.

Estou convencido todavia de que a anarquia não é o mal principal que os tempos democráticos devem temer, mas o menor.

A propriedade produz, de fato, duas tendências: uma leva diretamente os homens à independência e pode impeli-los de repente à anarquia, a outra os conduz por um caminho mais longo, mais secreto, porém mais seguro, à servidão.

Os povos vêm facilmente a primeira e resistem a ela; deixam-se levar pela outra sem a ver; é particularmente importante mostrá-la.

Para mim, longe de reprovar à igualdade a indocilidade que ela inspira, é principalmente por ela que a louvo. Admiro-a vendo-a depositar no fundo do espírito e do coração de cada homem essa noção obscura e essa inclinação instintiva da independência política, preparando assim o remédio ao mal que ela faz nascer. É por esse lado que me prendo a ela.

CAPÍTULO II

Que as idéias dos povos democráticos em matéria de governo são naturalmente favoráveis à concentração dos poderes

A idéia de poderes secundários, situados entre o soberano e os súditos, se apresenta naturalmente à imaginação dos povos aristocráticos, porque esses poderes encerravam em seu seio indivíduos ou famílias que o nascimento, as luzes, as riquezas, mantinham sem par e pareciam destinados a comandar. Essa mesma idéia está naturalmente ausente do espírito dos homens nas eras de igualdade, por motivos contrários; em tais tempos, ela só pode ser introduzida artificialmente e só é assimilada com dificuldade; ao passo que concebem, por assim dizer, sem pensar, a idéia de um poder único e central que conduz todos os cidadãos por si mesmo.

Em política, aliás, como em filosofia e em religião, a inteligência dos povos democráticos recebe com delícias as idéias simples e gerais. Os sistemas complicados a repelem e ela se compraz em imaginar uma grande nação em que todos os cidadãos se assemelham a um só modelo e são dirigidos por um só poder.

Após a idéia de um poder único e central, a que se apresenta mais espontaneamente ao espírito dos homens, nas eras de igualdade, é a idéia de uma legislação uniforme. Como cada um deles se vê pouco diferente de seus vizinhos, compreende mal por que a regra aplicável a um homem não o seria igualmente a todos os outros. Os menores privilégios repugnam portanto à sua razão. As mais leves dessemelhanças nas instituições políticas do mesmo povo o ofendem e a uniformidade legislativa lhe parece ser a condição primeira de um bom governo.

Acho, ao contrário, que essa mesma noção de uma regra uniforme, igualmente imposta a todos os membros do corpo social, é como que estranha ao espírito humano nas eras aristocráticas. Ele não a assimila nem a rejeita.

Essas inclinações opostas da inteligência terminam, de ambas as partes, se tornando instintos tão cegos e hábitos tão arraigados que ainda dirigem as ações, a despeito dos fatos particulares. Apesar da imensa variedade da Idade Média, encontravam-se às vezes, então, indivíduos perfeitamente semelhantes – o que não impedia que o legislador atribuisse a cada um deles deveres diversos e direitos diferentes. Já em nossos dias, governos se esfalfam, a fim de impor os mesmos usos e as mesmas leis a populações que ainda não se assemelham.

À medida que as condições se igualam num povo, os indivíduos parecem menores e a sociedade maior, ou, antes, cada cidadão, tornando-se igual a todos os outros, perde-se na multidão e não se percebe mais que a vasta e magnífica imagem do próprio povo.

Isso dá naturalmente aos homens dos tempos democráticos uma elevada opinião dos privilégios da sociedade e uma idéia humílima dos direitos do indivíduo. Admitem facilmente que o interesse de um é tudo e o do outro não é nada. Aceitam de bom grado que o poder que representa a sociedade possui muito mais luzes e sabedoria do que qualquer um dos homens que a compõem, e que seu dever, tanto como seu direito, é pegar cada cidadão pela mão e conduzi-lo.

Se quisermos examinar de perto nossos contemporâneos e chegar à raiz de suas opiniões políticas, encontraremos algumas das idéias que acabo de reproduzir e talvez nos espantemos por encontrar tanto acordo entre pessoas que se guerreiam com tanta freqüência.

Os americanos crêem que, em cada Estado, o poder social deve emanar diretamente do povo; mas uma vez constituído esse poder, não imaginam, por assim dizer, limites para ele; reconhecem de bom grado que cada Estado tem o direito de fazer o que bem entender.

Quanto a privilégios particulares concedidos a cidades, famílias ou indivíduos, perderam a própria idéia deles. Seu

espírito nunca previu que não se applicasse uniformemente a mesma lei a todas as partes do mesmo Estado e a todos os homens que o habitam.

Essas mesmas opiniões se difundem cada vez mais na Europa; elas se introduzem no próprio seio das nações que repelem da forma mais violenta o dogma da soberania do povo. Estas dão ao poder uma origem diversa da que dão os americanos; mas encaram o poder com idênticas características. Em todas elas a noção de poder intermediário se tolda e se apaga. A idéia de um direito inerente a certos indivíduos desaparece rapidamente do espírito dos homens; a idéia do direito onipotente e, por assim dizer, único da sociedade vem tomar seu lugar. Essas idéias se arraigam e crescem à medida que as condições se tornam mais iguais e os homens mais semelhantes; a igualdade as faz nascer e elas apressam por sua vez os progressos da igualdade (F).

Na França, onde a revolução de que falo é mais avançada do que em qualquer outro povo da Europa, essas mesmas opiniões se apoderaram inteiramente da inteligência. É só ouvir atentamente a voz de nossos diferentes partidos para constatar que não há nenhum que não as adote. A maioria deles estima que o governo age mal; porém todos pensam que o governo deve agir sem cessar e meter-se em tudo. Os mesmos que se combatem mais rudemente não deixam de concordar sobre esse ponto. A unidade, a ubiqüidade, a onipotência do poder social, a uniformidade de suas regras, constituem o traço saliente que caracteriza todos os sistemas políticos dados à luz em nossos dias. Encontramo-los no fundo das mais esquisitas utopias. O espírito humano ainda persegue essas imagens quando sonha.

Se semelhantes idéias se apresentam espontaneamente ao espírito dos indivíduos, mais espontaneamente ainda se oferecem à imaginação dos príncipes.

Enquanto o velho estado social da Europa se altera e se dissolve, os soberanos adotam novas crenças sobre suas faculdades e sobre seus deveres; compreendem pela primeira vez que a força central que representam pode e deve administrar, por ela mesma e num plano uniforme, todos os negócios e todos os homens. Essa opinião, que, ousou dizer, nunca

fora concebida antes de nosso tempo pelos reis da Europa, penetra profundamente na inteligência desses príncipes; ela se mantém firmemente aí, no meio da agitação de todas as outras.

Os homens de nossos dias são, pois, muito menos divididos do que se imagina; eles brigam sem cessar para saber em que mãos a soberania será depositada; mas se entendem facilmente sobre os deveres e sobre os direitos da soberania. Todos concebem o governo sob a imagem de um poder único, simples, providencial e criador.

Todas as idéias secundárias, em matéria política, são mutáveis; essa permanece fixa, inalterável, igual a si mesma. Os publicistas e os homens públicos adotam-na, a multidão se apodera avidamente dela; os governados e os governantes entendem-se quanto a levá-la adiante com o mesmo ardor: ela é a primeira a vir; é inata.

Portanto não é originária de um capricho do espírito humano, mas uma condição natural do estado atual dos homens.

CAPÍTULO III

Que os sentimentos dos povos democráticos estão de acordo com suas idéias para levá-los a concentrar o poder

Se bem que, nas eras de igualdade, os homens percebem sem problemas a idéia de um grande poder central, ninguém poderia duvidar de que, por outro lado, seus hábitos e seus sentimentos os predisponham a reconhecer tal poder e a apoiá-lo. A demonstração disso pode ser feita em poucas palavras, pois a maior parte das razões já foi exposta precedentemente.

Como não têm nem superiores, nem inferiores, nem associados habituais e necessários, os homens que habitam os países democráticos se voltam espontaneamente para si mesmos e se consideram isoladamente. Tive a oportunidade de mostrá-lo demoradamente quando tratei do individualismo.

Portanto, é sempre com certo esforço que esses homens largam seus negócios particulares para se ocupar dos negócios comuns; sua inclinação natural é deixá-los exclusivamente ao encargo do representante visível e permanente dos interesses coletivos, que é o Estado.

Não apenas eles não têm naturalmente o gosto de se ocupar das coisas públicas, mas em geral falta-lhes tempo para isso. A vida privada é tão ativa nos tempos democráticos, tão agitada, tão cheia de desejos, de trabalhos, que quase não resta mais energia nem tempo para a vida política de cada homem.

Que tais propensões não são irreversíveis, não sou eu quem vai negar, pois meu objetivo principal ao escrever este livro foi combatê-las. Sustento apenas que, em nossos dias,

uma força secreta as desenvolve sem cessar no coração humano e que basta não as deter para que elas tomem conta dele.

Tive igualmente a oportunidade de mostrar como o crescente amor ao bem-estar e a natureza móvel da propriedade faziam os povos democráticos temerem a desordem material. O amor à tranqüilidade pública muitas vezes é a única paixão política que esses povos conservam, e ela se torna mais ativa e mais poderosa à medida que todas as outras se debilitam e morrem; isso dispõe naturalmente os cidadãos a dar sem cessar novos direitos ao poder central, ou a deixar que os tome esse poder que lhes parece ser o único a ter o interesse e os meios de defendê-los da anarquia, defendendo-se ele próprio.

Como, nas eras de igualdade, ninguém é obrigado a emprestar sua força a seu semelhante e como ninguém tem o direito de esperar de seu semelhante grande apoio, cada um é ao mesmo tempo independente e fraco. Esses dois estados, que não se deve considerar separadamente nem confundir, dão ao cidadão das democracias instintos bem antagônicos. Sua independência o enche de confiança e de orgulho entre seus iguais, e sua debilidade lhe faz sentir, de vez em quando, a necessidade de um socorro alheio que não pode esperar de nenhum deles, pois são todos impotentes e frios. Nesse extremo, ele volta naturalmente seus olhares para esse ser imenso que se ergue sozinho no meio do rebaixamento universal. É a ele que suas necessidades e, sobretudo, seus desejos o levam sem cessar, e é ele que acaba vendo como o único e necessário esteio da fraqueza individual¹.

Isso termina de fazer entender o que sucede com freqüência nos povos democráticos, onde vemos homens que têm tanta dificuldade para aceitar um superior suportar pacientemente um senhor e mostrar-se a uma vez orgulhosos e servis.

O ódio que os homens têm pelo privilégio aumenta à medida que os privilégios se tornam mais raros e menores, de tal modo que as paixões democráticas parecem se inflamar mais quando encontram menos alimentos. Já apresentei a razão de tal fenômeno. Não há desigualdade grande o bastante para ferir os olhares quando todas as condições são

desiguais; ao passo que a menor dessemelhança parece chocante no seio da uniformidade geral: vê-la se torna mais insuportável à medida que a uniformidade é mais completa. Portanto, é natural que o amor à igualdade cresça sem cessar com a própria igualdade; sendo satisfeito, desenvolve-se.

Esse ódio imortal e cada vez mais aceso que anima os povos democráticos contra os menores privilégios favorece singularmente a concentração gradual de todos os direitos políticos nas mãos do único representante do Estado. O soberano, estando necessária e incontestavelmente acima de todos os cidadãos, não estimula a inveja de nenhum deles, e cada um crê tomar de seus iguais todas as prerrogativas que ele lhe concede.

O homem das eras democráticas só obedece com extrema repugnância a seu vizinho, que é seu igual; recusa-se a reconhecer a este luzes superiores às suas; desconfia da sua justiça e vê com inveja seu poder; teme-o e despreza-o; gosta de lhe fazer sentir a cada instante a dependência comum em que ambos se acham quanto ao mesmo amo.

Todo poder central que segue esses instintos naturais ama a igualdade e a favorece; porque a igualdade facilita singularmente a ação de tal poder, estende-a e garante-a.

Podemos igualmente dizer que todo governo central adora a uniformidade; a uniformidade lhe poupa o exame de uma infinidade de detalhes de que teria de se ocupar, se tivesse de estabelecer a regra para os homens, em vez de colocar todos os homens indistintamente sob a mesma regra. Assim, o governo gosta do que os cidadãos gostam e odeia naturalmente o que eles odeiam. Essa comunidade de sentimentos que, nas nações democráticas, une continuamente num mesmo pensamento cada indivíduo e o soberano, estabelece entre eles uma simpatia permanente e secreta. Perdoam-se ao governo seus erros em benefício de seus gostos, a confiança pública só o abandona com grande dificuldade em meio a seus excessos ou a seus erros, e volta a ele assim que ele a chama. É comum os povos democráticos detestarem os depositários do poder central; mas sempre gostam desse poder.

Cheguei assim, por dois caminhos diferentes, ao mesmo objetivo. Mostrei que a igualdade sugeria aos homens o pen-

samento de um governo único, uniforme e forte. Acabo de mostrar que este os faz querê-lo; portanto é a um governo dessa espécie que tendem as nações de nossos dias. A propensão natural de seu espírito e de seu coração as leva a ele, e basta-lhes não se conter para chegar lá.

Acredito que, na era democrática que vai se abrir, a independência individual e as liberdades locais serão sempre um produto da arte. A centralização será o governo natural (G).

CAPÍTULO IV

De algumas causas particulares e acidentais que terminam por levar um povo democrático a centralizar o poder ou que o afastam dessa centralização

Muito embora todos os povos democráticos sejam levados instintivamente à centralização dos poderes, tendem a ela de maneira desigual. Depende das circunstâncias particulares que podem desenvolver ou restringir os efeitos naturais do estado social. Essas circunstâncias são muito numerosas; falarei apenas de algumas.

Nos homens que viveram por muito tempo livres antes de se tornarem iguais, os instintos que a liberdade proporcionara combatem até certo ponto as inclinações que a igualdade sugere; e, se bem que entre eles o poder central aumente seus privilégios, os particulares nunca perdem inteiramente sua independência.

Mas, quando a igualdade vem se desenvolver num povo que nunca conheceu ou que já não conhece desde há muito a liberdade, conforme se vê no continente europeu, vindo os velhos hábitos da nação a se combinarem subitamente e por uma espécie de atração natural com os hábitos e as novas doutrinas que o estado social faz surgir, todos os poderes parecem correr por si mesmos para o centro; acumulam-se aí com uma rapidez surpreendente, e o Estado alcança de repente os extremos limites de sua força, ao passo que os particulares deixam-se cair num momento no último grau da fraqueza.

Os ingleses que foram, três séculos atrás, fundar nos ermos do novo mundo uma sociedade democrática estavam todos acostumados, na mãe-pátria, a participar dos negócios públicos; conheciam o júri; tinham liberdade de palavra e de

imprensa, liberdade individual, idéia do direito e costume de recorrer a ele. Levaram para a América essas instituições livres e esses modos viris, e elas os sustentaram contra as usurpações do Estado.

Entre os americanos, é a liberdade que é antiga, portanto; a igualdade é comparativamente nova. O contrário acontece na Europa, onde a igualdade, introduzida pelo poder absoluto sob os olhares dos reis, já havia penetrado nos hábitos dos povos desde muito antes de a liberdade entrar em suas idéias.

Eu disse que, nos povos democráticos, o governo se apresentava naturalmente ao espírito humano apenas sob a forma de um poder único e central, e que a noção dos poderes intermediários não lhe era familiar. Isso se aplica em particular às nações democráticas que viram o princípio da igualdade triunfar graças a uma revolução violenta. Como as classes que dirigiam os negócios locais desaparecessem de repente nessa tempestade e a massa confusa que restava ainda não tivesse nem a organização nem os hábitos que lhe permitissem tomar em mãos a administração desses mesmos negócios, a única instância que se percebe capaz de encarregar-se de todos os detalhes do governo é o Estado. A centralização se torna um fato de certo modo necessário.

Não se deve elogiar nem criticar Napoleão por ter concentrado nas mãos quase todos os poderes administrativos; porque, após o brusco desaparecimento da nobreza e da alta burguesia, esses poderes vinham por si mesmos a ele; ter-lhe-ia sido quase tão difícil repeli-los quanto assumi-los. Semelhante necessidade nunca se fez sentir aos americanos, que, não tendo passado por uma revolução e tendo se governado desde o princípio, nunca tiveram de encarregar o Estado de lhes servir momentaneamente de tutor.

Assim, num povo democrático, a centralização não se desenvolve apenas segundo o progresso da igualdade, mas também segundo a maneira como essa igualdade se funda.

No início de uma grande revolução democrática e quando a guerra entre as diferentes classes apenas surge, o povo se esforça para centralizar a administração pública nas mãos do governo, a fim de arrancar a direção dos negócios locais

da aristocracia. No fim dessa mesma revolução, ao contrário, é normalmente a aristocracia vencida que trata de entregar ao Estado a direção de todos os negócios, porque ela teme a tirania miúda do povo, que se tornou seu par e muitas vezes seu senhor.

Assim, não é sempre a mesma classe de cidadãos que se aplica em aumentar as prerrogativas do poder; mas, enquanto dura a revolução democrática, sempre se encontra na nação uma classe poderosa pelo número ou pela riqueza que paixões especiais e interesses particulares levam a centralizar a administração pública, independentemente do ódio ao governo do vizinho, ódio esse que é um sentimento geral e permanente nos povos democráticos.

Pode-se notar que, em nosso tempo, são as classes inferiores da Inglaterra que trabalham com todas as suas forças para destruir a independência local e para transportar a administração de todos os pontos da circunferência para o centro, ao passo que as classes superiores se esforçam para manter essa mesma administração em seus antigos limites. Ouso prever que chegará o dia em que veremos um espetáculo exatamente oposto.

O que precede permite compreender por que, num povo democrático que chegou à igualdade por um demorado e penoso trabalho social, o poder social sempre deve ser mais forte e o indivíduo mais fraco do que numa sociedade democrática em que, desde a origem, os cidadãos sempre foram iguais. É o que o exemplo dos americanos acaba de provar.

Os homens que vivem nos Estados Unidos nunca estiveram separados por nenhum privilégio; nunca conheceram a relação recíproca de inferior e amo, e, como não se temem e não se odeiam uns aos outros, nunca conheceram a necessidade de chamar o soberano para dirigir o detalhe de seus negócios. O destino dos americanos é singular: tomaram da aristocracia da Inglaterra a idéia dos direitos individuais e o gosto pelas liberdades locais; e puderam conservar uma e outro, porque não tiveram de combater a aristocracia.

Se, em todos os tempos, as luzes servem para os homens defenderem sua independência, isso é verdade sobretudo nas eras democráticas. É fácil, quando todos os homens

se assemelham, fundar um governo único e onipotente; os instintos bastam. Mas os homens necessitam de muita inteligência, ciência e arte para organizar e manter, nas mesmas circunstâncias, poderes secundários e para criar, no meio da independência e da fraqueza individual dos cidadãos, associações livres que sejam capazes de lutar contra a tirania sem destruir a ordem.

A concentração dos poderes e a servidão individual aumentarão pois, nas nações democráticas, não apenas proporcionalmente à igualdade, mas em razão da ignorância.

É verdade que, nos tempos pouco esclarecidos, é frequente o governo carecer de luzes para aperfeiçoar o despotismo, como os cidadãos para furtar-se a ele. Mas o efeito não é idêntico nos dois lados.

Por mais grosseiro que seja um povo democrático, o poder central que o dirige nunca é completamente privado de luzes, porque atrai facilmente a si as poucas luzes que podem ser encontradas no país e porque, se necessário, vai procurá-las fora dele. Numa nação que é tão ignorante quanto democrática, não pode deixar de tardar a se manifestar uma prodigiosa diferença entre a capacidade intelectual do soberano e a de cada um de seus súditos. Isso termina de concentrar facilmente em suas mãos todos os poderes. A força administrativa do Estado se amplia sem cessar, porque somente ele é hábil o suficiente para administrar.

As nações aristocráticas, por menos esclarecidas que as suponhamos, nunca oferecem o mesmo espetáculo, porque as luzes são nelas repartidas de maneira bastante igual entre o príncipe e os principais cidadãos.

O paxá que ora reina no Egito encontrou a população desse país composta de homens muito ignorantes e muito iguais, e valeu-se, para governá-lo, da ciência e da inteligência da Europa. Tendo as luzes particulares do soberano chegado a se combinar assim com a ignorância e a fraqueza democrática dos súditos, o derradeiro termo da centralização foi alcançado sem dificuldade, e o príncipe pôde fazer do país sua manufatura e dos habitantes, seus operários.

Creio que a centralização extrema do poder político acaba desvigorando a sociedade e enfraquecendo assim, com o

tempo, o próprio governo. Mas não nego que uma força social centralizada seja capaz de levar facilmente a cabo, num tempo dado e num ponto determinado, grandes realizações. Isso é verdade sobretudo na guerra, em que o sucesso depende muito mais da facilidade que encontramos em concentrar rapidamente todos os seus recursos em certo ponto, do que da própria extensão desses recursos. Assim, é principalmente na guerra que os povos sentem o desejo e, muitas vezes, a necessidade de aumentar as prerrogativas do poder central. Todos os gênios guerreiros gostam da centralização, que aumenta suas forças, e todos os gênios centralizadores gostam da guerra, que obriga as nações a concentrar nas mãos do Estado todos os poderes. Assim a tendência democrática que leva os homens a multiplicar sem cessar os privilégios do Estado e a restringir os direitos dos particulares é muito mais rápida e mais contínua nos povos democráticos, sujeitos por sua posição a grandes e freqüentes guerras e cuja existência pode muitas vezes ser posta em perigo, do que em todos os outros.

Mostrei como o medo da desordem e o amor ao bem-estar levavam insensivelmente os povos democráticos a aumentar as atribuições do governo central, único poder que lhes parece de per si bastante forte, bastante inteligente, bastante estável para protegê-los contra a anarquia. Mal necessito acrescentar que todas as circunstâncias particulares que tendem a tornar o estado de uma sociedade democrática perturbado e precário aumentam esse instinto geral e levam os particulares a sacrificar cada vez mais seus direitos à sua tranquilidade.

Portanto um povo nunca está tão disposto a aumentar as atribuições do poder central do que ao sair de uma revolução longa e sangrenta, que, depois de ter arrancado os bens das mãos de seus antigos possuidores, abalou todas as crenças, encheu a nação de ódios furiosos, de interesses opostos e de facções contrárias. O gosto pela tranquilidade pública se torna então uma paixão cega, e os cidadãos ficam expostos a serem tomados por um amor desordenado à ordem.

Acabo de examinar vários acidentes que contribuem para a centralização do poder. Ainda não falei do principal.

A primeira das causas acidentais que, nos povos democráticos, podem jogar nas mãos do soberano a direção de todos os negócios é a origem desse próprio soberano e suas inclinações.

Os homens que vivem em eras de igualdade gostam naturalmente do poder central e ampliam de bom grado seus privilégios; mas, se ocorre que esse mesmo poder represente fielmente seus interesses e reproduza exatamente seus instintos, a confiança que têm nele é quase ilimitada, e eles crêem conceder a si próprios tudo o que dão.

A atração dos poderes administrativos para o centro será sempre menos fácil e menos rápida com reis ainda ligados por algum ponto à antiga ordem aristocrática, do que com novos príncipes, filhos de suas obras, cujo nascimento, preconceitos, instintos, hábitos parecem ligar indissolúvelmente à causa da igualdade. Não quero dizer que os príncipes de origem aristocrática que vivem nas eras democráticas não procurem centralizar. Creio que se esforçam em fazê-lo tão diligentemente quanto todos os demais. Para eles, as vantagens da igualdade estão nisso; mas suas facilidades são menores, porque os cidadãos, em vez de irem naturalmente ao encontro de seus desejos, muitas vezes só se prestam a eles com muita dificuldade. Nas sociedades democráticas, a centralização sempre será tanto maior quanto menos aristocrático for o soberano. Essa é a regra.

Quando uma velha estirpe de reis dirige uma aristocracia e os preconceitos naturais do soberano se acham em perfeita harmonia com os preconceitos naturais dos nobres, os vícios inerentes às sociedades aristocráticas se desenvolvem livremente e não encontram remédio. O contrário sucede quando o rebento de uma estirpe feudal é posto à frente de um povo democrático. O príncipe se inclina todos os dias, por sua educação, seus hábitos e suas lembranças, para os sentimentos que a desigualdade de condições sugere; e o povo tende sem cessar, por seu estado social, para os modos que a igualdade faz nascer. É comum então os cidadãos procurarem conter o poder central, bem menos como tirânico do que como aristocrático; e manterem firmemente sua independência, não apenas porque querem ser livres, mas sobretudo porque pretendem permanecer iguais.

Uma revolução que derruba uma antiga família de reis para colocar homens novos à frente de um povo democrático pode debilitar momentaneamente o poder central; no entanto, por mais anárquica que ela pareça à primeira vista, não devemos hesitar em prever que seu resultado final e necessário será ampliar e garantir as prerrogativas desse mesmo poder.

A primeira e, de certa forma, única condição necessária para se conseguir centralizar o poder público numa sociedade democrática é amar a igualdade ou fazer crer nesse amor. Assim, a ciência do despotismo, tão complicada outrora, se simplifica: ela se reduz, por assim dizer, a um princípio único.

CAPÍTULO V

Que entre as nações européias de nossos dias o poder soberano aumenta conquanto os soberanos sejam menos estáveis

Se o leitor refletir sobre o que precede, ficará surpreso e assustado ao ver como, na Europa, tudo parece concorrer para aumentar indefinidamente as prerrogativas do poder central e a tornar a existência individual cada dia mais frágil, mais subordinada e mais precária.

As nações democráticas da Europa têm todas as tendências gerais e permanentes que conduzem os americanos à centralização dos poderes e, além disso, são submetidas a uma multidão de causas secundárias e acidentais que os americanos não conhecem. Dir-se-ia que cada passo que elas dão em direção à igualdade as aproxima do despotismo.

Basta correr os olhos à nossa volta e olhar para nós mesmos para nos convenceremos disso.

Durante as eras aristocráticas que precederam a nossa, os soberanos tinham sido privados de vários direitos inerentes a seu poder, ou haviam renunciado a eles. Não faz ainda cem anos que, na maioria das nações européias, encontravam-se particulares ou corpos quase independentes que administravam a justiça, recrutavam e treinavam soldados, recebiam impostos e muitas vezes até faziam ou comentavam a lei. O Estado arrogou-se por toda a parte esses atributos naturais do poder soberano; em tudo o que diz respeito ao governo, ele não aceita mais intermediário entre ele e os cidadãos, e dirige-os por si mesmo nos negócios gerais. Estou longe de censurar essa concentração de poderes; limito-me a mostrá-la.

Na mesma época, existia na Europa um grande número de poderes secundários que representavam interesses locais

e administravam os negócios locais. A maioria dessas autoridades locais já desapareceu; todas tendem rapidamente a desaparecer ou a cair na mais completa dependência. De um extremo ao outro da Europa, os privilégios dos senhores, as liberdades das cidades, as administrações provinciais estão sendo destruídos ou vão sê-lo.

A Europa, no último meio século, passou por muitas revoluções e contra-revoluções que a revolveram em sentido contrário. Mas todos esses movimentos se assemelham num ponto: todos abalaram ou destruíram os poderes secundários. Privilégios locais que a nação francesa não havia abolido nos países conquistados por ela acabaram de sucumbir sob os esforços dos príncipes que a venceram. Esses príncipes rejeitaram todas as novidades que a revolução tinha criado em seus países, salvo a centralização: foi a única coisa que aceitaram herdar dela.

O que desejo notar é que todos esses direitos diversos que foram sucessivamente arrancados, em nosso tempo, a classes, corporações, homens, não serviram para erigir numa base mais democrática novos poderes secundários, mas se concentraram em toda a parte nas mãos do soberano. Em toda a parte o Estado tende cada vez mais a dirigir por si mesmo os menores cidadãos e a conduzir sozinho cada um deles nos menores negócios¹.

Quase todos os estabelecimentos caridosos da antiga Europa estavam nas mãos de particulares ou de corporações; caíram todos mais ou menos sob a dependência do soberano e, em vários países, são regidos por ele. O Estado assumiu quase sozinho a tarefa de dar pão aos que têm fome, socorro e um asilo aos enfermos, trabalho aos ociosos; ele se fez reparador quase único de todas as misérias.

A educação, tanto quanto a caridade, tornou-se na maior parte dos povos de nossos dias uma tarefa nacional. O Estado recebe e muitas vezes toma a criança dos braços da mãe para confiá-la a seus agentes; é ele que se encarrega de inspirar sentimentos e fornecer idéias a cada geração. A uniformidade reina nos estudos como em tudo o mais; a diversidade, como a liberdade, desaparecem deles a cada dia.

Não temo tampouco sustentar que, em quase todas as nações cristãs de nossos dias, tanto as católicas como as pro-

testantes, a religião vê-se ameaçada de cair nas mãos do governo. Não que os soberanos se mostrem muito preocupados em fixar o dogma, mas eles se apossam cada vez mais das vontades daquele que o prega: tiram do clero suas propriedades, atribuem-lhe um salário, desviam e utilizam a seu único proveito a influência que o padre possui; fazem deste um de seus funcionários e não raro um de seus servidores, e penetram com ele no mais profundo da alma de cada homem².

Mas isso não é mais que uma face da moeda.

Não apenas o poder do soberano se ampliou, conforme acabamos de ver, à esfera inteira dos antigos poderes, mas esta não bastou para contê-lo; ele a extravasa de todos os lados e vai se difundir sobre o domínio que a independência individual tinha reservado até então para si. Uma profusão de ações que escapavam outrora inteiramente do controle da sociedade foi a ela submetida em nossos dias, e o número delas cresce sem cessar.

Nos povos aristocráticos, o poder social se limitava comumente a dirigir e a vigiar os cidadãos em tudo o que tinha uma relação direta e visível com o interesse nacional, mas deixava-os de bom grado entregues a seu livre-arbítrio em tudo o mais. Nesses povos, o governo parecia esquecer com frequência que há um ponto em que as faltas e as misérias dos indivíduos comprometem o bem-estar universal e que impedir a ruína de um particular às vezes deve ser um assunto público.

As nações democráticas de nosso tempo pendem para um excesso contrário.

É evidente que a maioria de nossos príncipes não quer apenas dirigir o povo inteiro; dir-se-ia que eles se julgam responsáveis pelas ações e pelo destino individual de seus súditos, que empreenderam conduzir e esclarecer cada um deles nos diferentes atos de sua vida e, se preciso, torná-lo feliz independentemente da vontade dele.

Por sua vez os particulares vêm cada vez mais da mesma forma o poder social; em todas as suas necessidades, eles o chamam em seu socorro e voltam a cada instante para ele seus olhares, como se fosse um preceptor ou um guia.

Afirmo que não há país da Europa em que a administração pública tenha se tornado não apenas mais centralizada, senão também mais inquisitiva e mais detalhada; em toda a parte ela penetra mais fundo do que outrora nos negócios privados; ela regula à sua maneira mais ações, e ações menores, e se estabelece cada vez mais todos os dias, ao lado, em torno e acima de cada indivíduo, para assisti-lo, aconselhá-lo e coagi-lo.

O outrora, o soberano vivia da renda das suas terras ou do produto das taxas. Já não é assim hoje em dia, quando suas necessidades cresceram com seu poder. Nas mesmas circunstâncias em que outrora um príncipe estabelecia um novo imposto, recorre-se hoje a um empréstimo. Pouco a pouco o Estado se torna, assim, devedor da maior parte dos ricos e centraliza em suas mãos os maiores capitais.

Ele atrai os menores de outra maneira.

À medida que os homens se misturam e que as condições se igualam, o pobre tem mais recursos, luzes e desejos. Ele concebe a idéia de melhorar sua sorte e tenta consegui-lo por meio da poupança. A poupança faz nascer, portanto, cada dia, um número infinito de pequenos capitais, frutos lentos e sucessivos do trabalho, que crescem sem cessar. No entanto a maior parte de tais capitais permaneceria improdutiva se permanecesse esparsa. Isso deu nascimento a uma instituição filantrópica que não tardará a se tornar, ou muito me engano, uma de nossas maiores instituições políticas. Homens caridosos tiveram a idéia de recolher a poupança do pobre e utilizar o produto dela. Em alguns países, essas associações de beneficência permaneceram inteiramente distintas do Estado; mas em quase todos elas tendem visivelmente a se confundir com ele, e existem até alguns em que o governo tomou-lhes o lugar e empreendeu a imensa tarefa de centralizar num só ponto e valorizar por suas mãos a poupança cotidiana de vários milhões de trabalhadores.

Assim, o Estado atrai para si o dinheiro dos ricos por meio do empréstimo e, pelas caixas de poupança, dispõe à sua vontade do dinheiro do pobre. Em torno dele e às suas mãos, as riquezas do país afluem sem cessar; acumulam-se tanto mais nelas quanto maior se torna a igualdade das condições;

porque, numa nação democrática, somente o Estado inspira confiança aos particulares, pois apenas ele lhes parece possuir alguma força e alguma duração³.

Assim, o soberano não se limita a dirigir a fortuna pública; ele se introduz também nas fortunas privadas; é o chefe de cada cidadão e, não raro, seu amo; além do mais, faz-se seu intendente e seu caixa.

Não apenas o poder central preenche sozinho toda a esfera dos antigos poderes, estende-a e supera-a, mas movimenta-se por ela com mais agilidade, força e independência do que outrora.

Todos os governos da Europa aperfeiçoaram prodigiosamente, em nosso tempo, a ciência administrativa; eles fazem mais coisas, e fazem cada coisa com mais ordem, rapidez e menos despesas; parecem enriquecer-se sem cessar com todas as luzes que tiraram dos particulares. Cada dia, os príncipes da Europa mantêm seus delegados numa dependência mais estreita e inventam novos métodos para dirigi-los mais de perto e vigiá-los com menor dificuldade. Não basta para eles conduzir todos os negócios por meio de seus agentes, eles procuram dirigir a conduta de seus agentes em todas as tarefas destes, de modo que a administração pública não depende apenas do mesmo poder: ela se encerra cada vez menos num mesmo lugar e se concentra em menos mãos. O governo centraliza sua ação ao mesmo tempo que aumenta suas prerrogativas: dupla causa de força.

Quando se examina a constituição que o poder judiciário tinha outrora na maioria das nações da Europa, duas coisas chamam a atenção: a independência desse poder e a extensão de suas atribuições.

Não apenas os tribunais de justiça decidiam quase todas as querelas entre particulares, mas, num grande número de casos, eles serviam de árbitros entre cada indivíduo e o Estado.

Não quero falar aqui das atribuições políticas e administrativas que os tribunais tinham usurpado em alguns países, mas das atribuições judiciárias que possuíam em todos. Em todos os povos da Europa, havia e ainda há muitos direitos individuais, a maioria dos quais relativos ao direito geral de propriedade, que eram postos sob a salvaguarda do juiz e que o Estado não podia violar sem a permissão deste.

Era principalmente esse poder semipolítico que distinguia os tribunais da Europa de todos os outros; porque todos os povos tiveram juizes, mas nem todos deram aos juizes os mesmos privilégios.

Se examinarmos agora o que se passa nas nações democráticas da Europa ditas livres, veremos que, em toda a parte, ao lado desses tribunais foram criados outros mais dependentes, cujo objeto particular é decidir excepcionalmente as questões litigiosas que podem surgir entre a administração pública e os cidadãos. Deixa-se ao antigo poder judiciário sua independência, mas circunscreve-se sua jurisdição e tende-se cada vez mais a torná-lo apenas um árbitro entre interesses particulares.

O número desses tribunais aumenta sem cessar e suas atribuições crescem. Portanto o governo escapa cada dia mais da obrigação de fazer sancionar por outro poder suas vontades e seus direitos. Não podendo prescindir de juizes, quer pelo menos escolher ele próprio seus juizes e tê-los sempre nas mãos, isto é, entre ele e os particulares ainda coloca a imagem da justiça em vez da própria justiça.

Assim, não basta ao Estado chamar a si todos os negócios, ele ainda chega, cada vez mais, a decidir todos por si mesmo, sem controle e sem recurso⁴.

Há nas nações modernas da Europa uma grande causa que, independentemente de todas as que acabo de indicar, contribui sem cessar para ampliar a ação do soberano ou para aumentar suas prerrogativas; não se atentou o suficiente para ela. Essa causa é o desenvolvimento da indústria, favorecido pelos progressos da igualdade.

A indústria costuma aglomerar uma multidão de homens no mesmo lugar; ela estabelece entre eles novas e complicadas relações. Ela os expõe a grandes e súbitas alternativas de abundância e de miséria, durante as quais a tranqüilidade pública é ameaçada. Pode ocorrer enfim que esses trabalhos comprometam a saúde e até a vida dos que lucram com eles ou a eles se consagram. Assim, mais que as outras classes, a classe industrial precisa ser regulamentada, vigiada e contida, e é natural que as atribuições do governo cresçam com ela.

Essa verdade é aplicável em geral; mas eis o que se refere mais particularmente às nações da Europa.

Nos tempos que precederam os que vivemos, a aristocracia possuía o solo e era capaz de defendê-lo. A propriedade imobiliária foi, portanto, rodeada de garantias e seus possuidores gozaram de grande independência. Isso criou leis e hábitos que se perpetuaram, apesar da divisão das terras e da ruína dos nobres; e, em nossos dias, os proprietários fundiários e os agricultores ainda são, de todos os cidadãos, os que mais facilmente escapam do controle do poder social.

Nesses mesmos tempos aristocráticos em que se encontram todas as fontes da nossa história, a propriedade mobiliária tinha pouca importância e seus possuidores eram desprezados e fracos; os industriais constituíam uma classe excepcional no meio do mundo aristocrático. Como eles não tinham patronagem garantida, não eram protegidos e, muitas vezes, não podiam proteger a si mesmos.

Entrou portanto nos hábitos considerar a propriedade industrial como um bem de natureza particular, que não merecia as mesmas considerações e que não devia obter as mesmas garantias que a propriedade em geral, e os industriais como uma pequena classe à parte na ordem social, cuja independência tinha pouco valor e que convinha abandonar à paixão regulamentadora dos príncipes. De fato, se abrirmos os códigos da Idade Média, iremos nos surpreender ao ver como, nas eras de independência individual, a indústria era o tempo todo regulamentada pelos reis em seus mais ínfimos detalhes; sobre esse ponto, a centralização é tão ativa e tão detalhada quanto poderia ser.

Desde esse tempo, uma grande revolução ocorreu no mundo; a propriedade industrial, que estava apenas em germe, desenvolveu-se, cobrindo a Europa; a classe industrial se ampliou, enriqueceu-se com os destroços de todas as outras; cresceu em número, em importância, em riqueza; cresce sem cessar; quase todos os que dela não fazem parte a ela estão ligados, pelo menos de alguma maneira; depois de ter sido a classe excepcional, ameaça tornar-se a classe principal e, por assim dizer, a classe única; no entanto, as idéias e os hábitos políticos que outrora ela fizera surgir permaneceram. Essas idéias e esses hábitos não mudaram, porque são velhos

e, depois, porque se encontram em perfeita harmonia com as novas idéias e os hábitos gerais dos homens de nossos dias.

A propriedade industrial não aumenta seus direitos com sua importância. A classe industrial não se torna menos dependente tornando-se mais numerosa; dir-se-ia porém, ao contrário, que ela traz o despotismo para o seu seio e este se amplia naturalmente à medida que ela se desenvolve⁵.

À proporção que a nação se torna mais industrial, sente maior necessidade de estradas, canais, portos e outras obras de natureza semipública, que facilitam a aquisição das riquezas; e à proporção que é mais democrática, os particulares sentem maior dificuldade para executar tais obras e o Estado, maior facilidade para fazê-las. Não temo afirmar que a tendência manifesta de todos os soberanos de nosso tempo é encarregar-se sozinhos da execução de tais empreendimentos; com isso eles cingem cada dia as populações numa dependência mais estreita.

Por outro lado, à medida que o poder do Estado cresce e que suas necessidades aumentam, ele próprio consome uma quantidade sempre maior de produtos industriais, que fabrica de ordinário em seus arsenais e em suas manufaturas. Assim, em cada reino, o soberano se torna o maior industrial; atrai e mantém a seu serviço um número prodigioso de engenheiros, arquitetos, mecânicos e artesãos.

Não é apenas o primeiro dos industriais, tende cada vez mais a se tornar o chefe ou, antes, o senhor de todos os outros.

Como os cidadãos se tornaram mais fracos tornando-se mais iguais, nada podem fazer na indústria sem se associar; ora, o poder público quer naturalmente colocar essas associações sob seu controle.

Cumprе reconhecer que essas espécies de seres coletivos a que chamamos associações são mais fortes e mais temíveis do que um simples indivíduo seria, e têm menos que estes a responsabilidade por seus atos, donde resulta que parece razoável deixar a cada uma delas uma independência da força social menor do que se deixaria a um particular.

Os soberanos tendem tanto mais a agir assim por estar em conformidade com seus gostos. Nos povos democráticos, é somente pela associação que a resistência dos cidadãos ao

poder central pode se produzir; por isso, este último sempre vê com maus olhos as associações que não estão sob seu controle; e é digno de nota que, nesses povos democráticos, os cidadãos muitas vezes encaram essas mesmas associações, de que tanto necessitam, com um sentimento secreto de ódio e de inveja que os impede de defendê-las. O poder e a duração dessas pequenas sociedades particulares, no meio da fraqueza e da instabilidade geral, os surpreendem e inquietam, não estando eles longe de considerar como perigosos privilégios o livre emprego que cada uma delas faz das suas faculdades naturais.

Todas essas associações que nascem em nossos dias são, de resto, novas pessoas, cujos direitos o tempo não consagrou e que entram no mundo numa época em que a idéia dos direitos particulares é fraca e em que o poder social é ilimitado; não é de surpreender que elas percam sua liberdade ao nascer.

Em todos os povos da Europa, há certas associações que só se podem formar depois de o Estado ter examinado seus estatutos e autorizado sua existência. Em vários desses povos, fazem-se esforços para estender tal exigência a todas as associações. É fácil ver a que levaria o êxito de semelhante intento.

Se o soberano tivesse o direito geral de autorizar sob certas condições as associações de qualquer espécie, não tardaria a reclamar o de vigiá-las e dirigi-las, para que não pudessem se afastar da regra que ele lhes teria imposto. Dessa maneira, o Estado, depois de ter posto na sua dependência todos os que têm vontade de se associar, poria também todos os que se associaram, isto é, quase todos os homens que vivem em nossos dias.

Os soberanos se apropriam, assim, cada vez mais e põem a seu uso a maior parte dessa nova força que a indústria criou em nosso tempo no mundo. A indústria nos conduz, e eles a conduzem.

Dou tanta importância ao que acabo de dizer que fico atormentado pelo medo de ter prejudicado meu pensamento querendo expô-lo melhor.

Portanto se o leitor acha que os exemplos dados em apoio às minhas palavras são insuficientes ou mal escolhi-

dos; se pensa que exagerei em algum ponto os progressos do poder social e que, ao contrário, restringi desmedidamente a esfera em que ainda se move a independência individual, suplico-lhe que abandone um instante o livro e considere ele próprio por sua vez os objetos que eu tratei de lhe mostrar. Examine atentamente o que sucede cada dia entre nós e fora de nós; interrogue seus vizinhos; contemple enfim a si mesmo: ter-me-ei enganado se ele não chegar sem guia, e por outros caminhos, ao ponto a que quis conduzi-lo.

Ele perceberá que, durante o meio século que acaba de passar, a centralização cresceu em toda a parte de mil maneiras diferentes. As guerras, as revoluções, as conquistas serviram para seu desenvolvimento; todos os homens trabalharam para aumentá-la. Nesse mesmo período durante o qual eles se sucederam à frente dos negócios com uma rapidez prodigiosa, suas idéias, seus interesses, suas paixões variaram ao infinito; mas todos quiseram centralizar de uma maneira ou de outra. O instinto da centralização foi como que o primeiro ponto imóvel no meio da mobilidade singular de sua existência e de seus pensamentos.

E quando o leitor, tendo examinado esse detalhe dos negócios humanos, quiser abraçar em seu conjunto o vasto panorama, ficará pasmo.

De um lado, as mais sólidas dinastias foram abaladas ou destruídas; em toda a parte os povos escapam violentamente do império das leis destas; destroem ou limitam a autoridade de seus senhores ou de seus príncipes; todas as nações que não estão em revolução parecem pelo menos inquietas e fervilhantes; um mesmo espírito de revolta as anima. De outro, nesse mesmo tempo de anarquia e nesses mesmos povos tão indóceis, o poder social aumenta sem cessar suas prerrogativas; torna-se mais centralizado, mais empreendedor, mais absoluto, mais extenso. Os cidadãos caem a cada instante sob o controle da administração pública; são levados insensivelmente e como sem saber a sacrificar todos os dias a ela alguma nova parcela de sua independência individual, e esses mesmos homens, que de quando em quando derrubam um trono e pisoteiam os reis, dobram-se cada vez mais, sem resistência, às menores vontades de um funcionário.

Assim, pois, duas revoluções parecem se produzir em nossos dias, em sentido contrário: uma debilita continuamente o poder, a outra o fortalece sem cessar. Em nenhuma outra época de nossa história ele pareceu tão fraco nem tão forte.

Mas quando, enfim, se considera mais de perto o estado do mundo, vê-se que essas duas revoluções estão intimamente ligadas uma à outra, que partem da mesma fonte e que, depois de terem seguido um curso diferente, levam enfim os homens ao mesmo lugar.

Não temerei repetir mais uma vez o que já disse ou indiquei em vários passos deste livro: é preciso ter o cuidado de não confundir o próprio fato da igualdade com a revolução que acaba de introduzi-la no estado social e nas leis; é aí que está a razão de quase todos os fenômenos que nos surpreendem.

Todos os antigos poderes políticos da Europa, os maiores como os menores, foram fundados nos tempos de aristocracia e representavam ou defendiam mais ou menos o princípio da desigualdade e do privilégio. Para fazer prevalecer no governo as necessidades e os novos interesses que a igualdade crescente sugeria, foi preciso pois que os homens de nossos dias derrubassem ou coagissem os antigos poderes. Isso os levou a fazer revoluções e inspirou a um grande número deles esse gosto selvagem pela desordem e pela independência que todas as revoluções, qualquer que seja sua meta, sempre fazem nascer.

Não creio que haja um só lugar na Europa em que o desenvolvimento da igualdade não tenha sido precedido ou seguido por algumas mudanças violentas no estado da propriedade e das pessoas, e quase todas essas mudanças foram acompanhadas de muita anarquia e muita licença, porque eram feitas pela porção menos civilizada da nação contra a que o era mais.

Daí se originaram as duas tendências contrárias que mostrei precedentemente. Enquanto a revolução democrática estava em pleno calor, os homens ocupados com destruir os antigos poderes aristocráticos que combatiam contra ela mostravam-se animados por um grande espírito de independência e, à medida que a vitória da igualdade se tornava mais

completa, abandonavam-se pouco a pouco aos instintos naturais que essa mesma igualdade faz nascer e reforçavam ou centralizavam o poder social. Tinham querido ser livres para poder se fazer iguais e, à medida que a igualdade ia se firmando mais com ajuda da liberdade, ela lhes tornava a liberdade mais difícil.

Esses dois estados nem sempre foram sucessivos. Nossos pais mostraram como um povo podia organizar uma imensa tirania em seu seio no mesmo momento em que escapava da autoridade dos nobres e enfrentava a força de todos os reis, ensinando ao mesmo tempo ao mundo a maneira de conquistar sua independência e de a perder.

Os homens de nosso tempo percebem que os antigos poderes ruem por toda a parte; eles vêem todas as antigas influências morrerem, todas as antigas barreiras caírem; isso perturba o juízo dos mais hábeis; estes só enxergam a prodigiosa revolução que se realiza diante de seus olhos e crêem que o gênero humano vai soçobrar para sempre na anarquia. Se pensassem nas conseqüências finais dessa revolução, talvez tivessem outros temores.

Quanto a mim, não confio, devo confessar, no espírito de liberdade que parece animar meus contemporâneos; vejo muito bem que as nações de nossos dias são turbulentas; mas não percebo claramente que são liberais e temo que, ao saírem dessas agitações que fazem os tronos vacilar, os soberanos se encontrem mais poderosos do que foram.

CAPÍTULO VI

Que espécie de despotismo as nações democráticas devem temer

Eu tinha notado, durante minha estada nos Estados Unidos, que um estado social democrático semelhante ao dos americanos poderia proporcionar facilidades singulares ao estabelecimento do despotismo e, ao retornar à Europa, vira como a maioria de nossos príncipes já se tinham servido das idéias, dos sentimentos e das necessidades que esse mesmo estado social fazia nascer para ampliar o círculo do seu poder.

Isso me levou a crer que as nações cristãs talvez acabassem sofrendo alguma opressão semelhante à que pesou outrora sobre vários povos da Antiguidade.

Um exame mais detalhado do tema e cinco anos de novas meditações não diminuiram meus temores, mas mudaram seu objeto.

Nunca se viu, nos tempos passados, um soberano tão absoluto e tão poderoso que tenha empreendido administrar, por si mesmo e sem o socorro de poderes secundários, todas as partes de um grande império; não há nenhum soberano que tenha tentado submeter indistintamente todos os seus súditos aos detalhes de uma regra uniforme, nem que tenha descido ao lado de cada um deles para regê-lo e conduzi-lo. A idéia de semelhante empresa nunca se tinha apresentado ao espírito humano e, se um homem a tivesse concebido, a insuficiência das luzes, a imperfeição dos procedimentos administrativos e, sobretudo, os obstáculos naturais que a desigualdade de condições suscitava logo o teriam deitado na execução de tão vasto projeto.

Vê-se que na época de maior poder dos césares, os diferentes povos que habitavam o mundo romano ainda haviam conservado costumes e modos diversos: conquanto submetidos ao mesmo monarca, a maior parte das províncias era administrada à parte; elas estavam cheias de municípios poderosos e ativos e, conquanto todo o governo do império estivesse concentrado apenas nas mãos do imperador e que este sempre continuasse a ser o árbitro de todas as coisas, os detalhes da vida social e da existência individual comumente escapavam do seu controle.

Os imperadores possuíam, é verdade, um poder imenso e sem contrapeso, que lhes permitia dedicar-se livremente à bizzarria de suas inclinações e aplicar-se a satisfazê-las com a força inteira do Estado. Sucedeu-lhes com freqüência abusar desse poder para tirar arbitrariamente de um cidadão seus bens ou sua vida: a tirania deles pesava prodigiosamente sobre alguns, mas não se estendia a um grande número; ela se fixava em alguns grandes objetos principais e desprezava o resto; era violenta e restrita.

Parece que, se o despotismo viesse se estabelecer entre as nações democráticas de nossos dias, teria outras características: seria mais extenso e mais doce, e degradaria os homens sem os atormentar.

Não duvido de que, em tempos de luzes e igualdade como os nossos, os soberanos consigam reunir facilmente todos os poderes públicos e penetrar mais habitual e profundamente no círculo dos interesses privados do que qualquer um dos soberanos da Antiguidade foi capaz de fazer. Mas essa mesma igualdade, que facilita o despotismo, o tempera; vimos como, à medida que os homens são mais semelhantes e mais iguais, os modos públicos se tornam mais humanos e mais doces; quando nenhum cidadão tem um grande poder nem grandes riquezas, a tirania carece, de certa forma, de ocasião e de teatro. Se todas as fortunas são mediócras, as paixões são naturalmente contidas, a imaginação limitada, os prazeres simples. Essa moderação universal modera o próprio soberano e detém em certos limites o elã desordenado de seus desejos.

Independentemente dessas razões tiradas da própria natureza do estado social, poderia acrescentar muitas outras que

tomarei fora do meu tema; mas quero ater-me aos limites que me fixei.

Os governos democráticos poderão se tornar violentos e cruéis em certos momentos de grande efervescência e de grandes perigos; mas essas crises serão raras e passageiras (H).

Quando penso nas pequenas paixões dos homens de nossos dias, na languidez de seus costumes, na extensão das suas luzes, na pureza da sua religião, na candura da sua moral, em seus hábitos laboriosos e ordenados, no comediamento que quase todos conservam tanto no vício como na virtude, não temo que encontrem, em seus chefes, tiranos, mas antes tutores.

Creio pois que a espécie de opressão com que os povos democráticos são ameaçados não se parecerá em nada com a que a precedeu no mundo; nossos contemporâneos não poderiam encontrar uma imagem dela em suas lembranças. Procuvo em vão em mim mesmo uma expressão que reproduza exatamente a idéia que formo dela e a encerra; as velhas palavras – despotismo e tirania – não convêm. A coisa é nova, é preciso pois procurar defini-la, já que não posso nomeá-la.

Quero imaginar sob que novos traços o despotismo poderia produzir-se no mundo: vejo uma multidão incalculável de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em torno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem sua alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e seus amigos particulares formam para ele toda a espécie humana; quanto ao resto de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os mas não os sente – cada um só existe em si mesmo e para si mesmo e, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer pelo menos que pátria ele não tem.

Acima desses se ergue um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de assegurar o proveito e zelar pela sorte deles. É absoluto, detalhado, regular, previdente e doce. Ele se pareceria com o poder paterno se, como este, tivesse por objeto preparar os homens para a idade viril; mas, ao contrário, procura tão-somente fixá-los de maneira irreversí-

vel na infância; ele gosta de que os cidadãos se regozijem, contanto que não pensem em outra coisa que regozijar-se. Trabalha de bom grado para a felicidade deles; mas quer ser o único agente e o único árbitro dela; provê à segurança deles, prevê e garante suas necessidades, facilita seus prazeres, conduz seus principais negócios, dirige sua indústria, regra suas sucessões, divide suas heranças; por que não lhes pode tirar inteiramente o incômodo de pensar e a dificuldade de viver?

Assim, todos os dias ele torna menos útil e mais raro o emprego do livre-arbítrio; encerra a ação da vontade num espaço menor e defrauda pouco a pouco cada cidadão até mesmo do uso de si. A igualdade preparou os homens para todas essas coisas; ela os dispôs a suportá-las e muitas vezes até a considerá-las um benefício.

Depois de ter colhido assim em suas mãos poderosas cada indivíduo e de o ter moldado a seu gosto, o soberano estende seus braços sobre toda a sociedade; cobre a superfície desta com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas e uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não poderiam abrir-se caminho para ultrapassar a multidão; não quebra as vontades, mas amolece-as, submete-as e dirige-as; raramente força a agir, mas opõe-se sem cessar a que se aja; não destrói, impede que se nasça; não tiraniza, incomoda, oprime, desvigorá, extingue, abestalha e reduz enfim cada nação a não ser mais que um rebanho de animais tímidos e industriosos, de que o governo é o pastor.

Sempre acreditei que essa espécie de servidão regrada, doce e calma que acabo de pintar poderia combinar-se melhor do que se imagina com algumas das formas exteriores da liberdade e que não lhe seria impossível estabelecer-se à sombra mesma da soberania do povo.

Nossos contemporâneos são incessantemente trabalhados por duas paixões inimigas: sentem a necessidade de ser conduzidos e a vontade de permanecer livres. Não podendo destruir nem um nem outro desses instintos contrários, esforçam-se para satisfazer ambos ao mesmo tempo. Imaginam um poder único, tutelar, onipotente, mas eleito pelos cida-

dãos. Combinam a centralização com a soberania do povo, o que lhes proporciona certa trégua. Eles se consolam por estar tutelados pensando terem eles próprios escolhido seus tutores. Cada indivíduo suporta que o prendam, porque vê que não é um homem nem uma classe, mas o próprio povo que segura a porta da cadeia.

Nesse sistema, os cidadãos saem um momento da dependência para indicar seu senhor e voltam a entrar nela.

Há em nossos dias muita gente que se acomoda facilmente com essa espécie de compromisso entre o despotismo administrativo e a soberania do povo e que pensa ter garantido a liberdade dos indivíduos quando a entregam ao poder nacional. Isso não me basta. A natureza do senhor me importa muito menos do que a obediência.

Não negarei porém que tal constituição não seja infinitamente preferível à que, depois de ter concentrado todos os poderes, os depositaria nas mãos de um homem ou de um corpo irresponsável. De todas as diferentes formas que o despotismo democrático poderia assumir, esta seria com certeza a pior.

Quando o soberano é eletivo ou vigiado de perto por uma legislatura realmente eletiva e independente, a opressão que ele faz os indivíduos suportar às vezes é maior; mas é sempre menos degradante porque cada cidadão, quando o constangem e o reduzem à impotência, ainda pode imaginar que, ao obedecer, está se submetendo a si mesmo e que é a uma de suas vontades que sacrifica todas as outras.

Compreendo igualmente que, quando o soberano representa a nação e depende dela, as forças e os direitos que tiram de cada cidadão não servem apenas para o chefe do Estado, mas aproveitam ao próprio Estado, e que os particulares obtêm algum fruto do sacrifício, que fazem ao público, de sua independência.

Criar uma representação nacional num país muito centralizado é, portanto, diminuir o mal que a extrema centralização pode produzir, mas não é destruí-lo.

Vejo que, dessa maneira, conserva-se a intervenção individual nos assuntos mais importantes, suprimindo-a contudo nos pequenos e particulares. Esquece-se que é principal-

mente no detalhe que é perigoso sujeitar os homens. Eu tenderia a crer a liberdade menos necessária nas grandes coisas do que nas pequenas, se pensasse que se pudesse ter uma garantida sem possuir a outra.

A sujeição nos pequenos assuntos se manifesta todos os dias e se faz sentir indistintamente em todos os cidadãos. Ela não os desespera, mas os contraria sem cessar e leva-os a renunciar ao uso de sua vontade. Ela extingue pouco a pouco o espírito deles e esmorece sua alma, ao passo que a obediência, que só é devida num número de circunstâncias gravíssimas, mas raras, só mostra a servidão de longe em longe e só a faz pesar sobre certos homens. É inútil encarregar esses mesmos cidadãos, que foram tornados tão dependentes do poder central, de escolher de vez em quando os representantes desse poder; esse uso tão importante, mas tão curto e tão raro, de seu livre-arbítrio, não impedirá que percam pouco a pouco a faculdade de pensar, de sentir e de agir por si mesmos e que caíam assim gradualmente abaixo do nível da humanidade.

Acrescente que logo se tornarão incapazes de exercer o grande e único privilégio que lhes resta. Os povos democráticos, que introduziram a liberdade na esfera política ao mesmo tempo que aumentavam o despotismo na esfera administrativa, foram levados a singularidades bem estranhas. Se é para conduzir os pequenos negócios em que o simples bom senso pode bastar, estimam que os cidadãos são incapazes de fazê-lo; se se trata do governo de todo o Estado, confiam a esses cidadãos imensas prerrogativas; fazem deles, alternadamente, joguetes do soberano e seus amos, mais que reis e menos que homens. Depois de ter esgotado todos os diferentes sistemas de eleição, sem encontrar um que lhes convenha, se espantam e continuam a procurar – como se o mal que notam não decorresse muito mais da constituição do país do que da constituição do corpo eleitoral.

De fato, é difícil conceber como homens que renunciaram inteiramente ao hábito de se dirigir a si mesmos poderiam ter êxito em escolher bem os que devem conduzi-los; e não dá para acreditar que um governo liberal, enérgico e sábio possa sair um dia dos sufrágios de um povo de servidores.

Uma constituição que fosse republicana por sua cabeça e ultramonárquica em todas as suas outras partes, sempre me pareceu um monstro efêmero. Os vícios dos governantes e a imbecilidade dos governados não tardariam a provocar sua ruína; e o povo, cansado de seus representantes e de si mesmo, criaria instituições mais livres ou voltaria a se deitar aos pés de um só amo (I).

CAPÍTULO VII

Continuação dos capítulos anteriores

Creio que é mais fácil estabelecer um governo absoluto e despótico num povo em que as condições são iguais do que em qualquer outro, e penso que, se tal governo fosse estabelecido uma vez em tal povo, não apenas ele oprimiria os homens, mas com o tempo roubaria de cada um deles vários dos principais atributos da humanidade.

O despotismo parece-me, pois, particularmente temível nas eras democráticas.

Eu teria, creio, amado a liberdade em todos os tempos; mas sinto-me inclinado a adorá-la nos tempos em que estamos.

Estou convencido, por outro lado, de que todos os que, nos tempos em que entramos, tentarem basear a autoridade no privilégio e na aristocracia, fracassarão. Todos os que quiserem atrair e reter a autoridade no seio de uma só classe fracassarão. Não há, em nossos dias, soberano hábil e forte o suficiente para fundar o despotismo restabelecendo distinções permanentes entre seus súditos; não há tampouco legislador tão sábio e poderoso que seja capaz de manter instituições livres, se não tomar a igualdade como princípio primeiro e símbolo. Portanto é necessário que todos os nossos contemporâneos que desejem criar ou assegurar a independência e a dignidade de seus semelhantes se mostrem amigos da igualdade; e o único meio digno de se mostrarem tais é sê-lo: o sucesso de sua santa iniciativa disso depende.

Assim, não se trata de reconstruir uma sociedade aristocrática, mas de fazer a liberdade sair do ventre da sociedade democrática em que Deus nos faz viver.

Essas duas primeiras verdades me parecem simples, claras e fecundas, e levam naturalmente a considerar que espécie de governo livre pode se estabelecer num povo em que as condições são iguais.

Resulta da própria constituição das nações democráticas e de suas necessidades que, nelas, o poder do soberano deve ser mais uniforme, mais centralizado, mais extenso, mais penetrante, mais poderoso do que alhures. A sociedade, nelas, é naturalmente mais ativa e mais forte, o indivíduo mais subordinado e mais fraco: uma faz mais, o outro menos, é forçoso.

Portanto, não se deve esperar que, nos países democráticos, o círculo da independência individual seja um dia tão largo quanto nos países de aristocracia. Mas isso não é desejável, porque, nas nações aristocráticas, a sociedade muitas vezes é sacrificada ao indivíduo, e a prosperidade da maioria o é à grandeza de alguns.

É ao mesmo tempo necessário e desejável que o poder central que dirija um povo democrático seja ativo e poderoso. Não se trata de torná-lo fraco ou indolente, mas apenas de impedi-lo de abusar de sua agilidade e de sua força.

O que mais contribuía para assegurar a independência dos particulares nos tempos aristocráticos é que o soberano não se encarregava sozinho de governar e administrar os cidadãos; era obrigado a deixar parte desse trabalho aos membros da aristocracia, de tal sorte que o poder social, sendo sempre dividido, nunca pesava por inteiro e da mesma maneira sobre cada homem.

Não apenas o soberano não fazia tudo por si mesmo, mas a maior parte dos funcionários que agiam em seu lugar, haurindo seu poder do nascimento, e não dele, não estavam o tempo todo em suas mãos. Ele não podia criá-los ou destruí-los a cada instante, conforme seus caprichos, e dobrar todos eles uniformemente a suas menores vontades. Isso também garantia a independência dos particulares.

Compreendo que, em nossos dias, não se poderia recorrer ao mesmo meio, mas vejo procedimentos democráticos que os substituem.

Em vez de confiar apenas ao soberano todos os poderes administrativos que são tirados das corporações ou dos

nobres, pode-se confiar parte deles a corpos secundários temporariamente formados por simples cidadãos; dessa maneira, a liberdade dos particulares será mais segura, sem que sua igualdade seja menor.

Os americanos, que não prezam tanto quanto nós as palavras, conservaram o nome de condado para a maior de suas circunscrições administrativas; mas substituíram em parte o condado por uma assembléia provincial.

Admitirei sem dificuldade que, numa época de igualdade como a nossa, seria injusto e insensato instituir funcionários hereditários; mas nada impede de pôr no lugar destes, em certa medida, funcionários eletivos. A eleição é um expediente democrático que assegura a independência do funcionamento diante do poder central, tanto e mais do que seria capaz de fazer a hereditariedade nos povos aristocráticos.

Os países aristocráticos são cheios de particulares ricos e influentes que não sabem bastar a si mesmos e que não se conseguem oprimir facilmente, nem em segredo; e esses mantêm o poder em hábitos gerais de moderação e comedimento.

Sei que os países democráticos não apresentam naturalmente indivíduos assim; mas pode-se criar neles algo análogo.

Creio firmemente que não seria possível fundar de novo no mundo uma aristocracia; mas penso que os simples cidadãos, associando-se, podem constituir seres opulentos, influentes, fortes – numa palavra, pessoas aristocráticas.

Obter-se-iam dessa maneira várias das maiores vantagens políticas da aristocracia, sem suas injustiças nem seus perigos. Uma associação política, industrial, comercial ou mesmo científica e literária é um cidadão esclarecido e poderoso que não se consegue dobrar à vontade nem oprimir na sombra e que, defendendo seus direitos particulares contra as exigências do poder, salva as liberdades comuns.

Nos tempos de aristocracia, cada homem está sempre ligado de uma maneira íntima a vários de seus concidadãos, de tal modo que não seria possível atacar um sem que os outros não corressem em sua ajuda. Nos tempos de igualdade, cada indivíduo é naturalmente isolado; não tem amigos hereditários, não tem classe cujas simpatias lhe estejam garantidas; põem-no facilmente à parte e pisoteiam-no impu-

nemente. Em nossos dias, um cidadão oprimido só tem um meio de se defender: dirigir-se à nação inteira e, se ela lhe for surda, ao gênero humano. E só há um meio para fazê-lo, a imprensa. Assim, a liberdade de imprensa é infinitamente mais preciosa nas nações democráticas do que em todas as outras; só ela cura a maioria dos males que a igualdade pode produzir. A igualdade isola e debilita os homens; mas a imprensa coloca ao lado de cada um deles uma arma poderosíssima, de que o mais fraco e o mais isolado pode lançar mão. A igualdade tira de cada indivíduo o apoio de seus próximos; mas a imprensa lhe permite chamar em seu socorro todos os seus concidadãos e todos os seus semelhantes. A tipografia apressou os progressos da igualdade e é um de seus melhores corretivos.

Penso que os homens que vivem nas aristocracias podem, a rigor, prescindir da liberdade de imprensa; mas os que vivem nos países democráticos não o podem fazer. Para garantir a independência pessoal destes, não confio nas grandes assembléias políticas, nas prerrogativas parlamentares, na proclamação da soberania do povo.

Todas essas coisas se conciliam até certo ponto com a servidão individual; mas essa servidão não seria completa com a imprensa livre. A imprensa é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade.

Direi algo análogo do poder judiciário.

É da essência do poder judiciário ocupar-se de interesses particulares e de fixar seus olhos em pequenos objetos expostos à sua vista; é também da essência desse poder não ir por conta própria socorrer os oprimidos, mas estar o tempo todo à disposição do mais humilde deles. Este, por mais fraco que se o suponha, sempre pode forçar o juiz a ouvir sua queixa e responder a ela. Isso é inerente à própria constituição do poder judiciário.

Semelhante poder é pois especialmente aplicável às exigências da liberdade, num tempo em que o olho e a mão do soberano se introduzem sem cessar entre os mais ínfimos detalhes das ações humanas e em que os particulares, fracos demais para se protegerem, são demasiado isolados para poderem contar com o socorro de seus semelhantes. A força dos

tribunais foi, em todos os tempos, a maior garantia que se possa oferecer à independência individual, mas isso é verdade principalmente nas eras democráticas. Nelas, os direitos e os interesses particulares sempre estão em perigo, se o poder judiciário não crescer e se ampliar à medida que as condições vão se igualando.

A igualdade sugere aos homens várias inclinações perigosas para a liberdade, para as quais o legislador deve estar sempre de olhos abertos. Recordarei apenas as principais.

Os homens que vivem nas eras democráticas não compreendem facilmente a utilidade das formas; eles sentem um desprezo instintivo por elas. Expliquei em outra parte os motivos disso. As formas provocam o desprezo e muitas vezes o ódio deles. Como comumente aspiram apenas a gozos fáceis e presentes, lançam-se impetuosamente para o objeto de seus desejos; as menores demoras desesperam-nos. Esse temperamento, que transportam para a vida política, os indispõe contra as formas que os atrasam ou os refreiam cada dia em alguns de seus projetos.

Esse inconveniente que os homens das democracias encontram nas formas é, no entanto, o que torna essas últimas tão úteis para a liberdade, sendo seu principal mérito servir de barreira entre o forte e o fraco, o governante e o governado, retardar um e dar ao outro tempo de se reconhecer. As formas são mais necessárias à medida que o soberano é mais ativo e mais poderoso e que os particulares se tornam mais indolentes e mais fracos. Assim, os povos democráticos têm necessariamente mais necessidade de formas do que os outros povos e, naturalmente, respeitam-nas menos. Isso merece séria atenção.

Não há nada mais miserável do que o desdém soberbo da maioria de nossos contemporâneos para as questões de forma; porque as menores questões de forma adquiriram em nossos dias uma importância que não tinham tido até então. Vários dos maiores interesses da humanidade prendem-se a elas.

Creio que, se os homens públicos que viviam nos tempos aristocráticos podiam às vezes desprezar impunemente as formas e erguer-se muitas vezes acima delas, os que condu-

zem os povos hoje em dia devem considerar com respeito a menor delas e não a desprezar senão quando uma imperiosa necessidade assim o obrigar. Nas aristocracias, tinha-se a superstição das formas; é preciso que tenhamos um culto esclarecido e refletido delas.

Outro instinto muito natural aos povos democráticos, e perigosíssimo, é o que os leva a desprezar os direitos individuais e a não os levar muito em conta.

Os homens prendem-se em geral a um direito e têm respeito por ele em razão da sua importância ou do longo uso que dele fizeram. Os direitos individuais que se encontram nos povos democráticos são, de ordinário, pouco importantes, bem recentes e muito instáveis; isso faz que sejam muitas vezes sacrificados sem dó e quase sempre violados sem remorso.

Ora, acontece que, nesse mesmo tempo e nessas mesmas nações, em que os homens têm um desprezo natural pelos direitos dos indivíduos, os direitos da sociedade se estendem naturalmente e se consolidam; isto é, os homens se tornam menos apegados aos direitos particulares, no momento em que seria mais necessário conservar e defender o pouco que resta deles.

Portanto é sobretudo nos tempos democráticos em que estamos que os verdadeiros amigos da liberdade e da grandeza humana devem o tempo todo manter-se de pé e prontos para impedir que o poder social sacrifique levemente os direitos particulares de alguns indivíduos à execução geral de seus projetos. Não há, nesses tempos, cidadão tão obscuro que não seja perigosíssimo deixar que opine, nem direitos individuais tão pouco importantes que se possam entregar livremente ao arbítrio. A razão disso é simples: quando se viola um direito particular de um indivíduo num tempo em que o espírito humano está impregnado da importância e da santidade dos direitos dessa espécie, só se prejudica aquele que se despoja; mas violar tal direito, em nossos dias, é corromper profundamente os costumes nacionais e pôr em risco a sociedade inteira, porque a própria idéia desses tipos de direitos tende sem cessar a se alterar e a se perder entre nós.

Há certos hábitos, certas idéias, certos vícios, que são próprios ao estado da revolução e que uma longa revolução

não pode deixar de fazer surgir e generalizar, quaisquer que sejam, de resto, seu caráter, seu objeto e seu teatro.

Quando uma nação qualquer muda várias vezes, num curto espaço de tempo, de chefes, de opiniões e de leis, os homens que a compõem acabam adquirindo o gosto pelo movimento e por se acostumar a que todos os movimentos se realizem rapidamente com ajuda da força. Sentem então, naturalmente, desprezo pelas formas, cuja impotência vêem a cada dia e só com muita impaciência suportam o império da regra, ao qual se deu tantas vezes as costas diante de seus olhos.

Como as noções ordinárias da equidade e da moral não bastam mais para explicar ou justificar todas as novidades que a revolução faz surgir a cada dia, o povo se prende ao princípio da utilidade social, cria o dogma da necessidade política e se acostuma facilmente a sacrificar sem escrúpulos os interesses particulares e a pisotear os direitos individuais, a fim de alcançar mais prontamente o objetivo geral que se propõe.

Esses hábitos e essas idéias, que chamarei de revolucionários, porque todas as revoluções os produzem, se manifestam tanto no seio das aristocracias como nos povos democráticos; mas, nas primeiras, eles costumam ser menos poderosos e sempre menos duradouros, porque encontram aí hábitos, idéias, defeitos e imperfeições que lhes são contrários. Portanto, eles próprios se apagam assim que a revolução termina, e a nação volta a seu antigo comportamento político. Nem sempre é assim nos países democráticos, onde é sempre de temer que os instintos revolucionários, atenuando-se e regularizando-se sem se extinguir, se transformem gradativamente em modos governamentais e em hábitos administrativos.

Não sei de país em que as revoluções sejam mais perigosas do que nos países democráticos, porque, independentemente dos males acidentais e passageiros que elas nunca deixariam de provocar, sempre podem vir a criar males permanentes e, por assim dizer, eternos.

Creio que há resistências honestas e rebeliões legítimas. Portanto, não digo, de maneira absoluta, que os homens dos tempos democráticos não devam nunca fazer revoluções; mas penso que têm razão de hesitar mais que todos os outros antes

de empreendê-las e que é melhor para eles suportar muitos incômodos do estado presente do que recorrer a tão arriscado remédio.

Terminarei com uma idéia geral que encerra em seu seio não apenas todas as idéias particulares que foram expressas neste capítulo, mas também a maior parte das que este livro tem por finalidade expor.

Nos tempos de aristocracia que precederam o nosso, havia particulares poderosíssimos e uma autoridade social bem fraca. A própria imagem da sociedade era obscura e se perdia sem cessar no meio de todos os diferentes poderes que regiam os cidadãos. O principal esforço dos homens desse tempo teve de se voltar para desenvolver e fortalecer o poder social, para aumentar e garantir suas prerrogativas e, ao contrário, conter a independência individual em limites mais estreitos e subordinar o interesse particular ao interesse geral.

Outros perigos e outros cuidados guardam os homens de nossos dias.

Na maior parte das nações modernas, o soberano, quaisquer que sejam sua origem, sua constituição e seu nome, se tornou quase onipotente, e os particulares caem cada vez mais no último grau da fraqueza e da dependência.

Tudo era diferente nas antigas sociedades. A unidade e a uniformidade não se encontravam em parte alguma dela. Tudo ameaça tornar-se tão semelhante nas nossas que a figura particular de cada indivíduo logo se perderá inteiramente na fisionomia comum. Nossos pais estavam sempre prontos para abusar da idéia de que os direitos particulares são respeitáveis, e somos naturalmente levados a exagerar a de que o interesse de um indivíduo deve sempre se dobrar diante do interesse de vários.

O mundo político muda; é preciso agora procurar novos remédios para novos males.

Fixar para o poder social limites extensos, mas visíveis e imóveis; dar aos particulares certos direitos e garantir-lhes o gozo incontestado deles; conservar para o indivíduo o pouco de independência, de força, de originalidade que lhe restam; reerguê-lo ao lado da sociedade e sustentá-lo em face dela – este me parece ser o primeiro objetivo do legislador na era em que entramos.

Dir-se-ia que os soberanos de nosso tempo não buscam nada mais que fazer coisas grandiosas com os homens. Gostaria que eles pensassem um pouco mais em fazer grandes homens; que dessem menos apreço à obra e mais ao operário e se lembrassem sem cessar de que uma nação não pode permanecer forte por muito tempo, quando cada homem é individualmente fraco e quando ainda não foram encontradas formas sociais nem combinações políticas capazes de fazer um povo enérgico composto de cidadãos pusilânimes e moles.

Vejo em nossos contemporâneos duas idéias contrárias, mas funestas.

Uns não percebem na igualdade mais que as tendências anárquicas que ela faz surgir. Temem seu livre-arbítrio; têm medo de si mesmos.

Outros, em menor número, porém mais esclarecidos, têm outra concepção. Ao lado do caminho que, partindo da igualdade, leva à anarquia, descobriram enfim o caminho que parece levar irresistivelmente os homens para a servidão. Submetem de antemão sua alma a essa servidão necessária; e, perdendo a esperança de permanecer livres, já adoram no fundo do coração o amo que não deve tardar a chegar.

Os primeiros abandonam a liberdade porque a estimam perigosa; os segundos porque a julgam impossível.

Se eu tivesse esta última crença, não teria escrito a obra que você acaba de ler; teria me limitado a gemer em segredo pelo destino de meus semelhantes.

Quis trazer à plena luz os perigos que a igualdade faz a independência humana correr, porque creio firmemente que esses perigos são os mais formidáveis, assim como os menos previsíveis, de todos os que o futuro encerra. Mas não os creio insuperáveis.

Os homens que vivem nos tempos democráticos em que entramos possuem naturalmente o gosto da independência. Naturalmente suportam com impaciência a regra: a permanência do próprio estado que preferem os cansa. Gostam do poder, mas são propensos a desprezar e a odiar quem o exerce, e escapam facilmente de entre suas mãos por causa da sua pequenez e de sua extrema mobilidade.

Esses instintos sempre serão encontrados, porque provêm do estado social, que não mudará. Por muito tempo eles impedirão que qualquer despotismo possa se instalar e fornecerão novas armas para cada nova geração que quiser lutar a favor da liberdade dos homens.

Tenhamos pois do futuro esse medo salutar que faz estar alerta e combater, e não essa espécie de terror lânguido e ocioso que abate os corações e os esmorece.

CAPÍTULO VIII

Visão geral do tema

Antes de abandonar para sempre o trajeto que acabo de percorrer, gostaria de poder abraçar com um derradeiro olhar todos os diferentes traços que marcam a face do mundo novo e julgar enfim a influência geral que a igualdade deve exercer sobre a sorte dos homens; mas a dificuldade de tal projeto me detém; em presença de um objeto tão grande, sinto minha vista turvar-se e minha razão vacilar.

Essa nova sociedade, que procurei pintar e que desejo julgar apenas está nascendo. O tempo ainda não determinou sua forma; a grande revolução que a criou ainda dura e, no que acontece em nossos dias, é quase impossível discernir o que deve acontecer com a própria revolução e o que deve restar depois dela.

O mundo que se ergue ainda está em parte sob os escombros do mundo que cai e, no meio da imensa confusão que os assuntos humanos apresentam, ninguém poderia dizer o que permanecerá de pé das velhas instituições e dos antigos modos e o que acabará por desaparecer.

Conquanto a revolução que se realiza no estado social, nas leis, nas idéias, nos sentimentos dos homens ainda esteja longe de terminar, já não se poderiam comparar suas obras com nada do que se viu precedentemente no mundo. Remonto de século em século até a Antiguidade mais remota; não percebo nada que se assemelhe ao que está diante de meus olhos. Como o passado não ilumina mais o futuro, o espírito caminha nas trevas.

No entanto, no meio desse quadro tão vasto, tão novo, tão confuso, já entrevejo alguns traços principais desenharem-se, e os indico.

Vejo que os bens e os males se repartem de forma bastante igual no mundo. As grandes riquezas desaparecem; o número das pequenas fortunas aumenta; os desejos e os prazeres se multiplicam; não há mais prosperidades extraordinárias nem misérias irremediáveis. A ambição é um sentimento universal, há poucas ambições vastas. Cada indivíduo é isolado e fraco; a sociedade é ágil, previdente e forte; os particulares fazem pequenas coisas, o Estado, imensas.

As almas não são enérgicas, mas os costumes são brandos e as legislações, humanas. Embora encontremos poucas grandes devoções, poucas virtudes elevadas, brilhantes e puras, os hábitos são ordenados, a violência é rara, a crueldade quase desconhecida. A existência dos homens se torna mais longa e sua propriedade mais segura. A vida não é muito ornada, mas cômoda e tranqüila. Há poucos prazeres delicados e grosseiros, pouca polidez nas maneiras e pouca brutalidade nos gostos. Não se encontram homens muito sábios nem populações muito ignorantes. O gênio se torna mais raro e as luzes mais comuns. O espírito humano se desenvolve pelos pequenos esforços combinados de todos os homens, e não pelo poderoso impulso de alguns. Há menos perfeição, porém mais fecundidade nas obras. Todos os vínculos de raça, de classe, de pátria se afrouxam; o grande vínculo da humanidade se estreita.

Se, entre todas essas diversas características, procuro a que me parece mais geral e mais notável, consigo ver que o que se nota nas fortunas se representa sob mil outras formas. Quase todos os extremos se atenuam e se embotam; quase todos os pontos salientes se apagam para ceder lugar a algo médio, que é ao mesmo tempo menos elevado e menos baixo, menos brilhante e menos obscuro do que o que se via no mundo.

Passeio meus olhares por essa multidão inumerável composta de seres semelhantes, em que nada se eleva nem se abaixa. O espetáculo dessa uniformidade universal me entristece e me gela, e sou tentado a lamentar a sociedade que não existe mais.

Quando o mundo estava cheio de homens enormes e

mínimos, riquíssimos e paupérrimos, muito sábios e muito ignorantes, eu desviava meu olhar dos segundos para só o fixar nos primeiros, e estes enchiam minha vista; mas compreendo que esse prazer nascia da minha fraqueza: é por não poder ver ao mesmo tempo tudo o que me rodeia que me é permitido escolher assim e separar, dentre tantos objetos, os que me agrada contemplar. O mesmo não se dá com o Ser onipotente e eterno, cujo olhar envolve necessariamente o conjunto das coisas e que vê distintamente, apesar de ao mesmo tempo, todo o gênero humano e cada homem.

É natural crer que o que mais satisfaz os olhares desse criador e conservador de homens não é a prosperidade singular de alguns, mas o maior bem-estar de todos. Portanto o que me parece uma decadência é, a seus olhos, um progresso; o que me fere lhe agrada. A igualdade é menos elevada talvez; porém é mais justa, e sua justiça faz sua grandeza e sua beleza.

Esforço-me por penetrar nesse ponto de vista de Deus e é daí que procuro considerar e julgar as coisas humanas.

Ninguém na terra ainda pode afirmar de uma maneira absoluta e geral que o novo estado das sociedades seja superior ao estado antigo; mas já é fácil ver que é outro.

Há certos vícios e certas virtudes que eram ligadas à constituição das nações aristocráticas e que são a tal ponto contrárias ao gênio dos novos povos que não poderiam ser introduzidas em seu seio. Há boas inclinações e maus instintos que eram estranhos aos primeiros e que são naturais aos segundos; idéias que se apresentam por si mesmas à imaginação de uns e que o espírito dos outros rejeita. São como duas humanidades distintas, cada uma das quais tem suas vantagens e seus inconvenientes particulares, seus bens e seus males que lhe são próprios.

Portanto, é preciso evitar julgar as sociedades que nascem com idéias tiradas das que não mais existem. Seria injusto, porque essas sociedades, diferindo prodigiosamente entre si, são incomparáveis.

Não seria nem um pouco mais sensato perguntar aos homens de nosso tempo as virtudes particulares que decorriam do estado social de seus ancestrais, pois esse estado social caiu e arrastou confusamente em sua queda todos os bens e todos os males que trazia consigo.

Mas essas coisas ainda estão mal compreendidas em nossos dias.

Percebo um grande número de meus contemporâneos empreendendo uma escolha entre as instituições, as opiniões, as idéias que nasciam da constituição aristocrática da antiga sociedade; eles abandonariam com gosto umas, mas gostariam de conservar as outras e transportá-las consigo para o mundo novo.

Penso que estes consomem seu tempo e suas forças num trabalho honesto e estéril.

Não se trata mais de reter as vantagens particulares que a desigualdade de condições proporciona aos homens, mas de garantir os novos bens que a igualdade pode lhes oferecer. Não devemos tender a nos tornar semelhantes a nossos pais, mas esforçar-nos por alcançar a espécie de grandeza e de felicidade que nos é própria.

Para mim que, chegando a este derradeiro termo de meu percurso, descubro de longe, mas a uma só vez, todos os diversos objetos que tinha contemplado à parte, caminhando, sinto-me cheio de temores e cheio de esperanças. Vejo grandes perigos que é possível conjurar; grandes males que podem ser evitados ou restringidos, e firmo-me cada vez mais nessa crença de que, para serem honestas e prósperas, as nações democráticas ainda só precisam querer.

Não ignoro que vários de meus contemporâneos pensaram que os povos nunca são senhores de si mesmos aqui na terra e que obedecem necessariamente a não sei que força insuperável e ininteligente que nasce dos acontecimentos anteriores, da raça, do solo ou do clima.

Trata-se de falsas e covardes doutrinas, que nunca seriam capazes de produzir outra coisa que homens fracos e nações pusilânimes: a Providência não criou o gênero humano nem inteiramente independente, nem de todo escravo. Ela traça, é verdade, em torno de cada homem um círculo fatal de que ele não pode sair; mas, em seus vastos limites, o homem é poderoso e livre. Assim os povos.

As nações de nossos dias não seriam capazes de fazer que as condições sejam iguais em seu seio; mas delas depende que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias.

NOTAS DO AUTOR

Existem no entanto aristocracias que se dedicaram com ardor ao comércio e cultivaram com sucesso a indústria. A história do mundo oferece vários exemplos notáveis disso. Mas, em geral, devemos dizer que a aristocracia não é favorável ao desenvolvimento da indústria e do comércio. Somente as aristocracias de dinheiro constituem exceção a essa regra.

Nessas, não há desejo que não tenha necessidade de riquezas para ser satisfeito. O amor às riquezas se torna, por assim dizer, o grande caminho das paixões humanas. Todos os outros levam a ele ou o cortam.

O gosto pelo dinheiro e a sede de consideração e de poder se confundem então a tal ponto nas mesmas almas, que se torna difícil discernir se é por ambição que os homens são cupidos ou se é por cupidez que são ambiciosos. É o que acontece na Inglaterra, onde querem ser ricos para alcançar as honras e em que desejam as honras como manifestação da riqueza. O espírito humano é então pego por todos os lados e arrastado para o comércio e para a indústria, que são os caminhos mais curtos para a opulência.

Isso, de resto, parece-me um fato excepcional e transitório. Quando a riqueza se torna o único sinal da aristocracia, é bem difícil que os ricos se mantenham sozinhos no poder e excluam deste todos os outros.

A aristocracia de nascimento e a pura democracia encontram-se nos dois extremos do estado social e político das nações; no meio acha-se a aristocracia de dinheiro: esta se aproxima da aristocracia de nascimento na medida em que confere a um pequeno

número de cidadãos grandes privilégios; ela se liga à democracia na medida em que os privilégios podem ser sucessivamente adquiridos por todos; ela forma com frequência como que uma transição natural entre essas duas coisas e não seria possível dizer se ela termina o reino das instituições aristocráticas ou se já abre a nova era da democracia.

(B) p. 251

Encontro no diário da minha viagem o seguinte trecho, que acabará de dar a conhecer a que provações muitas vezes são submetidas as mulheres da América que aceitam acompanhar o marido aos ermos do país. Não há nada que mais recomende essa pintura ao leitor do que sua grande verdade.

... Encontramos de quando em quando novas fazendas recém-abertas. Todas se assemelham. Vou descrever aquela em que nos detivemos esta noite: ela vai me deixar uma imagem de todas as outras.

A sineta que os pioneiros têm o cuidado de pendurar no pescoço de seus animais para encontrá-los nas florestas nos anuncia-ram de longe a proximidade da fazenda; não tardamos a ouvir o barulho do machado derrubando árvores. À medida que nos aproximamos, marcas de destruição nos anunciam a presença do homem civilizado. Galhos cortados cobrem o caminho; troncos meio calcinados pelo fogo ou mutilados pelas machadadas ainda estão de pé na nossa passagem. Continuamos nossa marcha e chegamos a um bosque em que todas as árvores parecem ter sido vitimadas de morte súbita; no meio do verão, apresentam a imagem do inverno; examinando-as mais de perto percebemos que traçaram em sua casca um círculo profundo que, detendo a circulação da seiva, não tardou a fazê-las perecer e aprendemos que é com isso, de fato, que o pioneiro ordinariamente começa. Não podendo durante o primeiro ano cortar todas as árvores que guarnecem sua nova propriedade, semeia milho sob os galhos destas e, matando-as, impede-os que deixem sua plantação na sombra. Depois desse campo, esboço incompleto, primeiro passo da civilização no deserto, percebemos de repente a cabana do proprietário; está situada no centro de um terreno mais cuidadosamente cultivado do que todo o resto, mas onde o homem ainda sustenta uma luta desigual contra a floresta: aí as árvores são cortadas, mas não arrancadas, seus troncos ainda guarnecem e atravancam o terreno a que outrora davam

sombra. Em torno desses restos ressecados, trigo, brotos de carvalho, plantas de toda espécie, ervas de toda natureza crescem misturados e se desenvolvem juntos num solo indócil e quase selvagem. É no meio dessa vegetação vigorosa e variada que se ergue a casa do pioneiro, ou, como a chamam no país, a *log-house*. Assim como o campo que a rodeia, essa morada rústica anuncia uma obra nova e precipitada; seu comprimento não nos parece exceder trinta pés, sua altura quinze; suas paredes, assim como o teto são feitos de troncos de árvores não aparelhados, entre os quais foram postos musgo e terra, para impedir que o frio e a chuva penetrem.

Ao cair da noite, decidimos ir pedir asilo ao proprietário da *log-house*.

Ao ruído de nossos passos, as crianças que rolavam no meio dos restos de floresta se levantam precipitadamente e fogem para a casa como que assustadas com a vista de um homem, enquanto dois enormes cachorros semi-selvagens, de orelhas eretas e focinho alongado, saem de sua cabana e vêm cobrir rosnando a retirada de seus jovens donos. O pioneiro em pessoa aparece à porta de sua morada; lança sobre nós um olhar rápido e escrutador, faz sinal para os cachorros entrarem em casa, dando ele próprio o exemplo, sem mostrar que nossa presença suscite sua curiosidade ou sua inquietação.

Entramos na *log-house*; seu interior não recorda em nada as cabanas dos camponeses da Europa: encontramos mais o supérfluo e menos o necessário.

Há uma só janela, da qual pende uma cortina de musselina; numa lareira de barro, crepita um grande fogo que ilumina todo o interior da construção; acima dessa lareira, percebemos uma bela carabina raiada, uma pele de gamo, penas de águia; à direita da chaminé está pendurado um mapa dos Estados Unidos, que o vento levanta e agita, introduzindo-se pelos interstícios da parede; perto dela, numa prateleira formada por uma tábua mal aparelhada, estão arrumados alguns volumes: noto a Bíblia, os seis primeiros cantos de Milton e dois dramas de Shakespeare; ao longo das paredes, malas fazem as vezes de armários; no centro se encontra uma mesa grosseiramente trabalhada, cujos pés, feitos de uma madeira ainda verde e não despojada de sua casca, parecem ter nascido no chão que ela ocupa; vejo em cima dessa mesa um bule de porcelana inglesa, colheres de prata, algumas xícaras lascadas e jornais.

O dono da casa tem os traços angulosos e os membros esguios que distinguem o habitante da Nova Inglaterra; é evidente que esse homem não nasceu na solidão em que nos encontramos: sua

constituição física basta para anunciar que seus primeiros anos se passaram no seio de uma sociedade intelectual e que ele pertence a essa raça inquieta, racional e aventureira que faz friamente o que somente o ardor das paixões explica e que se submete por um tempo à vida selvagem a fim de melhor vencer e civilizar o deserto.

Quando o pioneiro percebe que passamos o umbral de sua casa, vem ao nosso encontro e nos estende a mão, conforme o uso; mas sua fisionomia permanece rígida; toma a palavra primeiro para nos interrogar sobre o que acontece no mundo e, quando satisfaz sua curiosidade, cala-se; dir-se-ia que estava cansado com os importunos e com o barulho. Interrogamo-lo por nossa vez e ele nos fornece todas as informações de que precisamos; trata em seguida, sem desvelo, mas com diligência, de satisfazer nossas necessidades. Vendo-o assim dedicar-se a esses cuidados benévolos, por que sentimos sem querer nosso reconhecimento gelar? É que ele próprio, exercendo a hospitalidade, parece submeter-se a uma necessidade penosa de sua sina: vê nisso um dever que sua posição lhe impõe, não um prazer.

Do outro lado da lareira está sentada uma mulher que nina um bebê no colo; ela nos faz um sinal com a cabeça, sem interromper o acalanto. Como o pioneiro, esta mulher se encontra na flor da idade, sua aparência parece superior à sua condição, sua roupa ainda anuncia um gosto de elegância mal extinto; mas seus membros delicados parecem minguados, seus traços estão cansados, seu olhar é doce e grave; vêem-se difundidas em toda a sua fisionomia uma resignação religiosa, uma paz profunda das paixões e não sei que firmeza natural e tranqüila que afronta todos os males da vida sem temê-los nem desafiá-los.

Seus filhos se juntam à sua volta; estão cheios de saúde, de turbulência e de energia; são verdadeiros filhos do deserto. A mãe lança para eles de tempo em tempo olhares cheios de melancolia e de alegria; ao ver a força deles e sua fraqueza, dir-se-ia que ela se esgotou ao lhes dar a vida e que não lamenta o que lhe custaram.

A casa habitada pelos emigrantes não tem divisão interna nem sótão. No único aposento que contém, a família inteira vem buscar um asilo à noite. Essa morada constitui por si só um pequeno mundo; é a arca da civilização perdida no meio de um oceano de folhagem. Cem passos mais longe, a eterna floresta estende em torno de si sua sombra, e a solidão recomeça.

(C) p. 253

Não é a igualdade de condições que torna os homens imorais e irreligiosos. Mas quando os homens são imorais e irreligiosos ao mesmo tempo que iguais, os efeitos da imoralidade e da irreligiosidade se exteriorizam facilmente, porque os homens têm pouca influência uns sobre os outros e porque não existe classe que possa se encarregar de policiar a sociedade. A igualdade de condições nunca cria a corrupção dos costumes, mas às vezes a deixa aparecer.

(D) p. 281

Se pusermos de lado todos os que não pensam e os que não ousam dizer o que pensam, ainda acharemos que a imensa maioria dos americanos parece satisfeita com as instituições políticas que a regem – e creio que está mesmo. Considero as disposições da opinião pública como um índice, mas não como uma prova da absoluta boa qualidade das leis americanas. O orgulho nacional, a satisfação dada pelas legislações a certas paixões dominantes, acontecimentos fortuitos, vícios despercebidos e, mais que tudo isso, o interesse de uma maioria que cala a boca dos opositores podem iludir por muito tempo todo um povo, tanto quanto um homem.

Vejam a Inglaterra em todo o curso do século XVIII. Nunca nação alguma se incensou tanto; nunca povo algum se sentiu mais plenamente contente consigo mesmo; tudo então estava ótimo em sua constituição, tudo era irretocável, até seus mais visíveis defeitos. Hoje uma multidão de ingleses parece ter como única preocupação provar que essa constituição era defeituosa em mil pontos. Com quem está a razão, com o povo inglês do século passado ou com o povo inglês de nossos dias?

A mesma coisa aconteceu na França. É certo que, sob Luís XIV, a grande massa da nação estava apaixonada pela forma de governo que regia então a sociedade. Enganam-se redondamente os que crêem que houve um aviltamento do caráter francês de então. Naquele tempo podia haver na França, sob certos aspectos, servidão, mas o espírito da servidão com certeza não estava presente. Os escritores do tempo sentiam uma espécie de entusiasmo verdadeiro, erguendo o poder real acima de todos os demais, e até o mais obscuro camponês se orgulhava, em seu casebre, da glória do soberano e morria alegre gritando: “Viva o rei!” Essas mesmas formas se tornaram odiosas para nós. De quem o engano, dos franceses de Luís XIV ou dos franceses de nossos dias?

Não é portanto apenas nas disposições de um povo que devemos nos basear para julgar suas leis, pois de um tempo ao outro elas mudam, mas em motivos mais elevados e numa experiência mais geral.

O amor que um povo denota por suas leis só prova uma coisa: que não se deve ter pressa de mudá-las.

(E) p. 345

Acabo de mostrar, no capítulo a que esta nota se refere, um perigo; quero indicar outro mais raro, mas que, se aparecesse, seria muito mais temível.

Se o amor pelas fruições materiais e o gosto pelo bem-estar que a igualdade sugere naturalmente aos homens, ao se apossar do espírito de um povo democrático, chegassem a dominá-lo por inteiro, os costumes nacionais se tornariam tão antipáticos ao espírito militar que os próprios exércitos acabariam talvez amando a paz a despeito do interesse particular que os leva a desejar a guerra. Postos no meio dessa languidez universal, os soldados acabariam pensando que é melhor se elevarem gradual mas comodamente e sem esforços, na paz, do que comprar uma promoção mais rápida ao preço das fadigas e misérias da vida dos acampamentos. Nesse espírito, o exército empunharia suas armas sem ardor e as utilizaria sem energia; em vez de marchar contra o inimigo, deixar-se-ia levar até ele. Não se deve crer que essa disposição pacífica do exército o afaste das revoluções, porque as revoluções, sobretudo as revoluções militares, que são de ordinário bem rápidas, acarretam com frequência grandes perigos, mas não longos trabalhos; elas satisfazem a ambição com menos custos do que a guerra; não se arrisca nelas mais que a vida, coisa a que os homens das democracias têm menos apego do que às suas comodidades.

Não há nada mais perigoso para a liberdade e a tranqüilidade de um povo do que um exército que teme a guerra, porque, não procurando mais sua grandeza e sua influência nos campos de batalha, quer encontrá-las alhures. Poderia se dar, portanto, que os homens que compõem um exército democrático perdessem os interesses do cidadão sem adquirir as virtudes do soldado e que o exército cessasse de ser guerreiro sem cessar de ser turbulento.

Repetirei aqui o que já disse mais acima. O remédio para tais perigos não está no exército, mas no país. Um povo democrático que conserva costumes viris sempre encontrará, se necessitar, em seus soldados costumes guerreiros.

(F) p. 361

Os homens põem a grandeza da idéia de unidade nos meios, Deus no fim; decorre daí que essa idéia de grandeza nos leva a mil pequenezas. Forçar todos os homens a marchar ao mesmo passo, rumo ao mesmo objetivo, é uma idéia humana. Introduzir uma variedade infinita nos atos, mas combiná-los de maneira que todos esses atos levem por mil caminhos diversos à consumação de um grande projeto, é uma idéia divina.

A idéia humana da unidade é quase sempre estéril, a de Deus, imensamente fecunda. Os homens crêem atestar sua grandeza simplificando o meio: é o objetivo de Deus que é simples, seus meios variam ao infinito.

(G) p. 366

Um povo democrático não é apenas levado por seus gostos a centralizar o poder; as paixões de todos os que o conduzem impedem-no a tanto sem cessar.

É fácil prever que quase todos os cidadãos ambiciosos e capazes que um país democrático contém trabalharão sem descanso para ampliar as atribuições do poder social, porque todos esperam dirigi-lo um dia. É perder tempo querer provar a estes que a extrema centralização pode ser nociva ao Estado, pois eles centralizam para si mesmos.

Entre os homens públicos das democracias, somente os muito desinteressados ou os muito mediócrs desejam descentralizar o poder. Uns são raros, os outros, impotentes.

(H) p. 389

Perguntei-me com freqüência o que aconteceria se, no meio da languidez dos costumes democráticos e, em consequência, do espírito inquieto do exército, se estabelecesse, em algumas das nações de nossos dias, um governo militar.

Creio que o próprio governo não se afastaria do quadro que tracei no capítulo a que esta nota se refere e que não reproduziria as características selvagens da oligarquia militar.

Estou convencido de que, nesse caso, dar-se-ia uma espécie de fusão entre os hábitos do funcionário e os do soldado. A admi-

nistração assumiria algo do espírito militar, e o militar alguns usos da administração civil. O resultado disso seria um mando regular, claro, nítido, absoluto: o povo tornando-se uma imagem do exército, e a sociedade conduzida como um quartel.

(I) p. 393

Não se deve dizer de maneira absoluta e geral que o maior perigo de nossos dias seja a licença ou a tirania, a anarquia ou o despotismo. Ambos são igualmente temíveis e podem decorrer facilmente de uma só e mesma causa, que é a *apatia geral*, fruto do individualismo; é essa apatia que faz que o dia em que o poder executivo reúne algumas forças, está em condição de oprimir, e que, no dia seguinte, quando um partido pode pôr trinta homens em batalha, está também em condição de oprimir. Como nem um nem outro podem fundar nada duradouro, o que os faz ter êxito fácil os impede de ter êxito por muito tempo. Eles se erguem porque nada a eles resiste e caem porque nada os sustenta.

O que é importante combater, portanto, é muito menos a anarquia ou o despotismo do que a apatia, que pode criar quase indiferentemente um ou outro.

NOTAS

PRIMEIRA PARTE

Capítulo V

1. Em todas as religiões, há cerimônias que são inerentes à substância mesma da crença e que se deve evitar modificar. Isso se vê particularmente no catolicismo, no qual a forma e o fundo são tão estreitamente unidos que constituem um todo só.

Capítulo XIII

1. Tudo isso é verdade, sobretudo no caso dos países aristocráticos, que foram por muito tempo tranquilamente submetidos ao poder de um rei.

Quando a liberdade reina numa aristocracia, as classes altas são incessantemente obrigadas a servir-se das baixas; e, servindo-se delas, delas se aproximam. Isso faz com frequência penetrar algo do espírito democrático em seu seio. Desenvolve-se aliás, num corpo privilegiado que governa, uma energia e um hábito de empreender, um gosto pelo movimento e pelo barulho, que não podem deixar de influir sobre todos os trabalhos literários.

SEGUNDA PARTE

Capítulo VI

1. Digo *um povo democrático*. A administração pode ser muito descentralizada num povo aristocrático, sem que a necessidade de

jornais se faça sentir, porque os poderes locais se encontram, então, nas mãos de um número pequeníssimo de homens que agem isoladamente ou que se conhecem e podem facilmente se ver e se ouvir.

Capítulo VII

1. Isso é válido sobretudo quando o poder executivo é que é encarregado de permitir ou proibir as associações, segundo sua vontade arbitrária.

Quando a lei se limita a vedar certas associações e deixa aos tribunais a função de punir os que desobedecem, o mal é bem menor: cada cidadão sabe então mais ou menos de antemão com que contar; ele julga de certa forma a si mesmo antes de seus juízes e, afastando-se das associações proibidas, dedica-se às associações permitidas. Assim, todos os povos livres sempre compreenderam que era possível restringir o direito de associação. Mas, se acontecesse que o legislador encarregasse um homem de decidir de antemão quais são as associações perigosas e úteis e o deixasse livre para destruir todas as associações em seu germe ou para deixá-las nascer, como ninguém mais poderia prever de antemão em que caso é possível associar-se e em que outro deve abster-se de fazê-lo; o espírito de associação seria inteiramente marcado pela inércia. A primeira dessas duas leis só ataca certas associações; a segunda se dirige contra a própria sociedade e a fere. Concebo que um governo regular recorra à primeira, mas não reconheço a nenhum governo o direito de valer-se da segunda.

Capítulo XIX

1. Já foi notado várias vezes que os industriais e os comerciantes eram possuídos pelo gosto imoderado das fruições materiais, e imputou-se tal gosto ao comércio e à indústria; creio que tomaram o efeito pela causa.

Não é o comércio e a indústria que sugerem aos homens o gosto pelas fruições materiais, mas é antes esse gosto que encaminha os homens para as carreiras industriais e comerciais, nas quais esperam satisfazer-se mais completamente e mais depressa.

Se o comércio e a indústria fazem aumentar o desejo de bem-estar, isso vem de que toda paixão se fortalece à medida que as

peessoas mais se preocupam com ela e aumenta mediante todos os esforços que empregam para saciá-la. Todas as causas que fazem predominar no coração humano o amor pelos bens deste mundo desenvolvem a indústria e o comércio. A igualdade é uma dessas causas. Ela favorece o comércio, não diretamente, dando aos homens o gosto pelo negócio, mas indiretamente, fortalecendo e generalizando em suas almas o amor ao bem-estar.

2. Ver as notas no fim do volume, pp. 409 ss.

TERCEIRA PARTE

Capítulo I

1. Para entender esta última troca, cumpre recordar que Madame de Grignan era governadora da Provença.

Capítulo V

1. Se você examinar de perto e em detalhe as opiniões principais que dirigem esses homens, a analogia parecerá mais notável ainda, e você ficará surpreso por encontrar entre eles, como entre os membros mais altaneiros de uma hierarquia feudal, o orgulho do nascimento, o respeito pelos ancestrais e pelos descendentes, o desprezo pelo inferior, o medo do contato, o gosto da etiqueta, das tradições e da antiguidade.

Capítulo VIII

1. Os americanos ainda não cogitaram, porém, como fizemos na França, de tirar dos pais um dos principais elementos de poder, tomando-lhes a liberdade de dispor de seus bens após a morte. Nos Estados Unidos, a faculdade de testar é ilimitada.

Nisso, como em quase todo o resto, é fácil observar que, se a legislação política dos americanos é muito mais democrática do que a nossa, nossa legislação civil é infinitamente mais democrática que a deles. Não é difícil entender por quê.

Nossa legislação civil teve como autor um homem que considerava seu interesse satisfazer as paixões democráticas de seus contemporâneos em tudo o que não era direta e imediatamente hostil a seu poder. Ele permitia de bom grado que alguns princípios

populares regessem os bens e governassem as famílias, contanto que não se pretendesse introduzi-los na direção do Estado. Enquanto a torrente democrática transbordaria nas leis civis, ele esperava manter-se facilmente ao abrigo atrás das leis políticas. Essa visão é ao mesmo tempo cheia de habilidade e de egoísmo, mas tal compromisso não podia ser duradouro. Porque, com o tempo, a sociedade política não poderia deixar de se tornar a expressão e imagem da sociedade civil; e é nesse sentido que se pode dizer que não há nada mais político num povo do que a legislação civil.

Capítulo XI

1. É fácil de se convencer dessa verdade estudando as diferentes literaturas da Europa.

Quando um europeu quer reproduzir em suas ficções algumas das grandes catástrofes que se fazem ver com tanta freqüência entre nós no âmbito do casamento, ele tem o cuidado de provocar antes a piedade do leitor, mostrando-lhe seres que combinam mal ou que vivem juntos forçados. Conquanto uma longa tolerância tenha, desde há muito, afrouxado nossos costumes, ele teria grande dificuldade para nos interessar pelos infortúnios desses personagens, se não começasse fazendo-nos desculpar o erro deles. Esse artifício não deixa de funcionar. O espetáculo cotidiano de que somos testemunhas nos prepara de longe para a indulgência.

Os escritores americanos não poderiam tornar semelhantes desculpas verossímeis aos olhos de seus leitores; seus usos, suas leis, se recusam a tal e, não tendo a esperança de tornar a desordem simpática, simplesmente não a pintam. É, em parte, a essa causa que se deve atribuir o pequeno número de romances que se publicam nos Estados Unidos.

Capítulo XVIII

1. A palavra *honra* nem sempre é tomada no mesmo sentido em francês.

1º Ela significa primeiramente a estima, a glória, a consideração que um obtém de seus semelhantes. É nesse sentido que se diz *conquistar a honra*.

2º Honra significa também o conjunto das regras por meio das quais um obtém essa glória, essa estima e essa consideração. As-

sim, diz-se que *um homem sempre se conformou estritamente às leis da honra; que ele faltou com a honra*. Ao escrever o presente capítulo, sempre tomei a palavra *honra* neste último sentido.

2. A própria palavra *pátria* só é encontrada nos autores franceses a partir do século XVI.

3. Estou falando aqui dos americanos que vivem nos Estados em que a escravidão não existe. São os únicos capazes de apresentar a imagem completa de uma sociedade democrática.

Capítulo XXI

1. Se procuro qual o estado de sociedade mais favorável às grandes revoluções da inteligência, descubro que ele se encontra em algum ponto entre a igualdade completa de todos os cidadãos e a separação absoluta das classes.

Sob o regime de castas, as gerações se sucedem sem que os homens mudem de lugar; uns não esperam nada de mais, os outros não esperam nada de melhor. A imaginação adormece no meio desse silêncio e dessa imobilidade universal, e a própria idéia de movimento não se oferece mais ao espírito humano.

Quando as classes foram abolidas e as condições se tornaram quase iguais, todos os homens se agitam sem cessar, mas nenhum deles é isolado, independente ou fraco. Este último estado difere prodigiosamente do primeiro; no entanto, é análogo a ele num ponto: nele, as grandes revoluções do espírito humano são raríssimas.

Mas entre esses dois extremos da história dos povos, encontra-se uma era intermediária, época gloriosa e conturbada, em que as condições não são suficientemente fixas para que a inteligência fique adormecida e em que são suficientemente desiguais para que os homens exerçam grande poder sobre o espírito uns dos outros e para que alguns possam modificar as crenças de todos. É então que os poderosos reformadores se erguem e que novas idéias mudam de repente a face do mundo.

Capítulo XXIII

1. A posição do oficial é, de fato, muito menos segura nos povos democráticos do que nos outros. Quanto menos o oficial vale por si mesmo, mais a patente, comparativamente, tem importância e mais o legislador acha justo e necessário garantir o gozo dela.

Capítulo XXVI

1. O medo que os povos europeus mostram da guerra não decorre apenas do progresso que a igualdade fez entre eles; não creio que necessite chamar a atenção do leitor para tal. Independentemente dessa causa permanente, há várias causas acidentais que são muito poderosas. Citarei, antes de todas as outras, a lassidão extrema que as guerras da Revolução e do Império produziram.

2. Isso não provém unicamente do fato de terem os povos o mesmo estado social, mas de que esse mesmo estado social é tal que leva naturalmente os homens a se imitar e a se confundir.

Quando os cidadãos são divididos em castas e em classes, não apenas diferem uns dos outros, mas não têm nem o gosto nem o desejo de se parecer; cada um procura, ao contrário, cada vez mais, preservar intactas suas opiniões e seus hábitos próprios e ficar em casa. O espírito de individualidade é muito vivaz.

Quando um povo tem um estado social democrático, isto é, quando não existem mais em seu seio nem castas nem classes e quando todos os cidadãos são mais ou menos iguais em luzes e em bens, o espírito humano caminha em sentido contrário. Os homens se assemelham e, além disso, sofrem, de certa forma, por não se assemelharem. Longe de querer conservar o que ainda pode singularizar cada um deles, tudo o que querem é perder sua singularidade para se confundirem na massa comum, a única a representar, ao ver deles, o direito e a força. O espírito de individualidade é quase destruído.

Nos tempos de aristocracia, os mesmos que são naturalmente iguais aspiram a criar entre si diferenças imaginárias. Nos tempos de democracia, os mesmos que naturalmente não se assemelham aspiram a se tornar semelhantes e se copiam, a tal ponto o espírito de cada homem é sempre arrastado no movimento geral da humanidade.

Algo semelhante também se faz notar entre um povo e outro. Dois povos que tivessem o mesmo estado social aristocrático poderiam parecer bastante distintos e muito diferentes, porque o espírito da aristocracia é individualizar-se. Mas dois povos vizinhos não poderiam ter um mesmo estado social democrático sem logo adotarem opiniões e modos semelhantes, porque o espírito de democracia faz os homens tenderem a se assimilar.

3. Fique entendido que falo aqui das nações democráticas *únicas*, e não das nações democráticas confederadas. Nas confederações, como o poder preponderante, apesar das ficções, sempre reside nos governos dos Estados, e não no governo federal, as guerras civis não passam de guerras externas disfarçadas.

QUARTA PARTE

Capítulo III

1. Nas sociedades democráticas, somente o poder central possui alguma estabilidade em sua posição e alguma permanência em suas iniciativas. Todos os cidadãos se movem e se transformam sem cessar. Ora, é da natureza de todo governo querer ampliar continuamente sua esfera. Por conseguinte é muito difícil que, com o tempo, ele não o consiga, pois que age com um pensamento fixo e uma vontade contínua sobre homens cuja posição, cujas idéias e cujos desejos variam todos os dias.

Sucedem com freqüência que os cidadãos trabalhem para ele sem querer.

As eras democráticas são tempos de experimentos, inovações e aventuras. Sempre há nelas uma multidão de homens que estão engajados num projeto difícil ou novo que levam adiante à parte, sem se preocupar com seus semelhantes. Estes admitem, como princípio geral, que o poder público não deve intervir nos assuntos privados; mas, por exceção, cada um deles deseja que esse poder o ajude no assunto especial que o preocupa e procura atrair a ação do governo para seu lado, ao mesmo tempo que pretende restringi-la em todos os outros lados.

Como uma multidão de pessoas tem ao mesmo tempo sobre um sem-número de objetos diferentes esse ponto de vista particular, a esfera do poder central se estende insensivelmente para todos os lados, apesar de cada uma delas desejar restringi-la. Um governo democrático amplia, pois, suas atribuições pelo simples fato de durar. O tempo trabalha a seu favor; todos os acidentes lhe são proveitosos; as paixões individuais ajudam-no sem saber e podemos dizer que ele se torna tanto mais centralizado quanto mais velha é a sociedade democrática.

Capítulo V

1. Esse enfraquecimento gradual do indivíduo em face da sociedade se manifesta de mil maneiras. Citarei entre outras a que se refere aos testamentos.

Nos países aristocráticos, costuma-se professar um profundo respeito pela última vontade dos homens. Em alguns povos antigos da Europa, isso chegava às raias da superstição: o poder social, lon-

ge de impedir os caprichos do moribundo, dava força ao mais insignificante deles, garantia-lhe um poder perpétuo.

Quando todos os vivos são fracos, a vontade dos mortos é menos respeitada. Traçam-lhe um círculo bem estreito e, se ela conseguir escapar deste, o soberano anula-a ou a controla. Na Idade Média, o poder de testar não tinha, por assim dizer, limites. Entre os franceses de nossos dias, não seria possível distribuir o patrimônio entre os filhos sem que o Estado interviesse. Depois de ter mandado na vida inteira, o Estado ainda quer regular o último ato.

2. À medida que as atribuições do poder central aumentam, o número de funcionários que o representam cresce. Eles formam uma nação em cada nação e, como o governo lhes dá estabilidade, substituem cada vez mais em cada uma delas a aristocracia.

Em quase toda a Europa, o soberano domina de duas maneiras: controla uma parte dos cidadãos pelo medo que estes têm de seus agentes e a outra pela esperança que tem de se tornar seu agente.

3. Por um lado, o gosto pelo bem-estar aumenta sem cessar e o governo se apropria cada vez mais de todas as fontes desse bem-estar.

Portanto os homens rumam para a servidão por dois caminhos diferentes. O gosto pelo bem-estar não os deixa meter-se no governo e o amor ao bem-estar os coloca numa dependência cada vez mais estreita dos governantes.

4. Faz-se a esse respeito, na França, um singular sofisma. Quando surge um processo entre a administração e um particular, tal processo não é submetido ao juiz ordinário, a fim de – ao que se diz – não misturar poder administrativo e poder judiciário. Como se não fosse misturar esses dois poderes, e misturá-los da maneira mais perigosa e mais tirânica, revestir o governo do direito de julgar e administrar ao mesmo tempo.

5. Citarei alguns fatos para confirmá-lo. É nas minas que se encontram as fontes naturais da riqueza industrial. À medida que a indústria se desenvolveu na Europa, que o produto das minas se tornou um interesse mais geral e sua boa exploração mais difícil pela divisão dos bens acarretada pela igualdade, a maioria dos soberanos reclamou o direito de possuir o fundo das minas e vigiar o trabalho nelas – o que não se tinha visto no caso dos proprietários de outra espécie.

As minas, que eram propriedades individuais submetidas às mesmas obrigações e dotadas das mesmas garantias dos outros bens imobiliários, caíram assim em domínio público. É o Estado que as explora ou as cede em concessão; os proprietários são transforma-

dos em usuários; recebem seus direitos do Estado e, além do mais, o Estado reivindica em quase toda parte o poder de dirigi-las; elle traça regras, lhes impõe métodos, submete-lhes a uma vigilância habitual e, se elles resistirem, um tribunal administrativo os despoja; e a administração pública transporta para outros os privilégios deles, de sorte que o governo não possui as minas somente, além disso mantém os mineiros sob controle.

No entanto, à medida que a indústria se desenvolve, a exploração das antigas minas aumenta. Abrem-se novas. A população das minas se amplia e cresce. Cada dia, os soberanos estendem sob seus pés seu domínio e povoam-no de servidores seus.



Cromosete
Gráfica e editora Ltda.

Impressão e acabamento
Rua Uhlirand, 307 - Vila Erma
03283-000 - São Paulo - SP
Tel/Fax: (011) 6104-1176
Email: adm@cromosete.com.br



“Na América, todas as leis se inspiram, de certo modo, do mesmo pensamento. Toda a sociedade, por assim dizer, se baseia em um só fato; tudo decorre de um princípio único. Poderíamos comparar a América com uma grande floresta atravessada por uma infinidade de estradas em linha reta que levam ao mesmo lugar. Trata-se apenas de encontrar o ponto onde elas se cruzam, e tudo se descobre ao mesmo tempo.”

*Carta de Tocqueville
ao conde Molé, 1835*

Tocqueville foi buscar nos Estados Unidos não um modelo, mas um princípio a ser estudado e uma questão a ser ilustrada e estudada; em que condições a democracia, se ela é um estado de sociedade, se torna o que ela *deve* ser também, sob pena de conduzir a uma ditadura: um estado de governo...

A América lhe oferece, como sociedade e como cultura, uma democracia pura. É um governo deduzido dessa democracia pura. Uma anti-Europa nos dois casos, sem herança aristocrática, sem legado absolutista, sem paixões revolucionárias. Ao contrário, com uma tradição de liberdades locais coletivas. Por todas essas características, *mutatis mutandis*, um objeto de reflexão fundamental.

François Furet

CAPA

Projeto gráfico Alexandre Martins Fontes e Katia Harumi Terasaka
Imagem Gótica americana, Grant Wood, Art Institute of Chicago, Chicago.

Coleção Paidéia *Títulos da coleção*

Emílio ou Da educação

Jean-Jacques Rousseau

A filosofia na Idade Média

Etienne Gilson

O espírito das leis

Montesquieu

Da guerra

Carl von Clausewitz

Curso de estética - O belo na arte

G. W. F. Hegel

Curso de estética - O sistema das artes

G. W. F. Hegel

Didática magna

Comenius

A cidade antiga

Fustel de Coulanges

A democracia na América

- Leis e costumes

Alexis de Tocqueville

A democracia na América

- Sentimentos e opiniões

Alexis de Tocqueville

Teoria dos sentimentos morais

Adam Smith

Os ensaios - Livro I

Os ensaios - Livro II

Os ensaios - Livro III

Michel de Montaigne

Pensamentos

Blaise Pascal

A riqueza das nações - Vol. I

A riqueza das nações - Vol. II

Adam Smith

Tratado teológico-político

Baruch de Espinosa

COLEÇÃO PAIDÉIA

*Agrupam-se nesta coleção
edições integrais das principais
obras de grandes autores.*

*Essas obras destinam-se em
geral ao meio acadêmico e a
um público de estudiosos e
pesquisadores especializados.*

*Abrange os livros que se
tornaram clássicos, estendendo-
se à história cultural mais
recente, incluindo títulos já
consagrados e que, também,
já são clássicos, como Paidéia,
História social da arte e da
literatura, entre outros.*

ISBN 85-336-1151-X



9 788533 611511 >

A. de Tocqueville

DEMOCRACIA
LIVRO II – Sentimentos e Opiniões

